



Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Geografia da População do Brasil

Volume 2

João Eduardo de Alves Pereira



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

**SECRETARIA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

**MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO**



Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

www.cederj.edu.br

Presidente
Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente
Marilvia Dansa de Alencar

Coordenação do Curso de Geografia
UERJ – Glaucio José Marafon

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO
João Eduardo de Alves Pereira

DIREÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL
Cristine Costa Barreto

COORDENAÇÃO DE DESIGN INSTRUCIONAL
Bruno José Peixoto
Flávia Busnardo da Cunha
Paulo Vasques de Miranda

DESIGN INSTRUCIONAL
Daniel Cavalcanti Figueiredo
Gabriel Ramos Gomes da Costa
Karin Gonçalves
Renata Vittoretti

DIRETORIA DE MATERIAL IMPRESSO
Marianna Bernstein

REVISÃO LINGÜÍSTICA E TIPOGRÁFICA
Beatriz Fontes
Elaine Bayma
José Meyohas
Mariana Caser

PROGRAMAÇÃO VISUAL
Bianca Giacomelli
Filipe Dutra
Larissa Averbug
Núbia Roma

ILUSTRAÇÃO
Clara Gomes
Fernando Romeiro
Vinicius Mitchell

CAPA
Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA
Fábio Rapello Alencar
Ulisses Schnaider

Copyright © 2018, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

P436

Pereira, João Eduardo de Alves.

Geografia da População do Brasil. Volume 2. / João Eduardo de Alves Pereira. – Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2018.

422 p. ; Il. 19 x 26,5 cm

ISBN: 978-85-458-0128-3

1. Geografia. 2. Brasil. 3. População. I. Título.

CDD: 918.1

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Luiz Fernando de Souza Pezão

Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social
Gabiell Carvalho Neves Franco dos Santos

Universidades Consorciadas



CEFET/RJ - CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO
TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
Diretor-geral: Carlos Henrique Figueiredo Alves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Sidney Luiz de Matos Mello

FAETEC - FUNDAÇÃO DE APOIO
À ESCOLA TÉCNICA
Reitor: Alexandre Sérgio Alves Vieira

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Roberto Leher

IFF - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FLUMINENSE
Reitor: Jefferson Manhães de Azevedo

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Luiz Louro Barbara

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Luis César Passoni

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ruy Garcia Marques

- Aula 9** – A Amazônia na Era Informacional: perspectivas de suas populações diante da consolidação da fronteira _ 7
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 10** – Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: transição e envelhecimento demográficos _____ 83
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 11** – Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: perspectivas do trabalho emprego _____ 131
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 12** – A Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: a questão da violência e de sua distribuição espacial _____ 195
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 13** – Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: assunção de novos papéis pela mulher _____ 275
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 14** – Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: o eleitor/cidadão e a democracia _____ 337
João Eduardo de Alves Pereira
- Aula 15** – Geografia da População e o “espaço do cidadão”: transição demográfica, transição urbana e mobilidade espacial no Brasil metropolitano ____ 385
João Eduardo de Alves Pereira
- Referências** _____ 417

Aula 9

A Amazônia na
Era Informacional:
perspectivas de
suas populações
diante da
consolidação
da fronteira

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Apresentar tendências do crescimento, distribuição e urbanização das populações da Amazônia, relacionando-as à organização do território na Era Informacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever os efeitos da Era Informacional no crescimento, distribuição e evolução das populações da Amazônia brasileira no início do século XXI;
2. associar a heterogeneidade das populações à complexidade da organização do território amazônico, que poderá evoluir como “fronteira consolidada”, dependendo das condições políticas, econômicas, geopolíticas e tecnológicas.

INTRODUÇÃO



Wilson Dias/Agência Brasil

Figura 9.1: Vista aérea do rio Madeira (2007). Porto Velho (RO).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rio_Madeira_09072007.jpg

Caro (a) aluno (a),

Nesta aula, veremos como a Amazônia evoluiu de território “vazio” a ser incorporado pelo avanço da “fronteira móvel” (sobretudo, a partir dos anos 1950), para uma organização regional bastante complexa.

O avanço da “fronteira móvel” foi incentivado pela geopolítica e pelo planejamento do Estado durante a fase de “modernização autoritária e conservadora”, associada à industrialização tardia do país. Fez parte, assim, da dinâmica de expansão do grande mercado interno, relacionando-se diretamente à pressão por mais terras agricultáveis e ao crescimento demográfico do Centro-Sul e do Nordeste brasileiros.



Domínio público

Figura 9.2: “Vazio Demográfico”? BR-174 Manaus (AM) - Boa Vista (RR). Trecho na Reserva Indígena Waimiri-Atroari, Roraima, Brasil.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:BR-174_Sul.jpg?uselang=pt-br

A complexidade da organização territorial fez com que estudiosos falassem, inclusive, na existência de mais de uma Amazônia, conforme nos ensina o professor Carlos Walter Porto Gonçalves (2008):

Em um hectare de floresta existem inúmeras espécies que não se repetem, em sua maior parte, no hectare vizinho. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. Há a Amazônia dos terrenos movimentados e serranos do Tumucumaque e do Parima, ao norte, e a da serra do Carajás, no Pará, e há a Amazônia das planícies litorâneas do Pará e do Amapá. Há a Amazônia dos cerrados, a Amazônia dos manguezais e a Amazônia das florestas(...) Há uma Amazônia que convive, que dialoga, onde caboclo e índio se enriquecem mutuamente, onde o gaúcho, descendente de alemão ou de italiano ou paranaense, descendente de ucraniano, aprende a não derrubar a mata, mas a conviver com ela. E do seringueiro que aprende com o gaúcho, com o catarinense, com o mineiro.

Fonte: PORTO GONÇALVES, C. W.. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 9 e 10.



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público

Figura 9.3: Garimpo de Serra Verde (1987), Marabá (PA).



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público

Figura 9.4: Crianças de origens maranhense e gaúcha no garimpo de Serra Verde (1987), Marabá (PA).

Ou seja, além da diversidade de sua geografia física, a região amazônica apresenta uma população de origens diversas, cuja convivência vem sendo marcada por um processo de assimilação de experiências, culturas, visões de mundo, mas também por uma rotina de conflitos, violência e desrespeito a direitos fundamentais e ao ambiente.

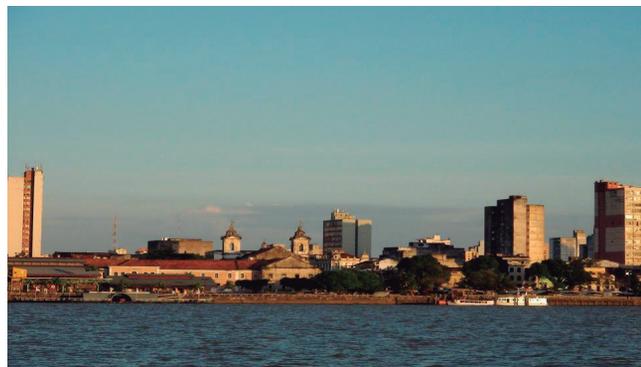


Antônio Cruz/ Ag. Brasil

Figura 9.5: Centro da Cidade de Anapu (PA) às margens da BR 230 - Rodovia Transamazônica (2008).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Cidade_Anapu.jpg

Se há mais de uma Amazônia, temos, então, de conhecer alguns desses processos e sua diferenciação, no que tange à evolução do povoamento dentro dessa grande região – correspondente a 59% da superfície territorial brasileira e que tem as mais baixas densidades demográficas do país.



Domínio público

Figura 9.6: A Amazônia Fluvial/Tradicional. Panorâmica da zona portuária de Belém do Pará, no bairro do Reduto (2011).

Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Reduto-belem01JPG?uselang=pt-br>

Na Tabela 9.1, podemos ter uma ideia da diferenciação do povoamento e de seu adensamento, desde os anos 1960. Veja o caso de Rondônia, por exemplo. Observe como cresceu no período em tela:

Tabela 9.1: Amazônia Legal - Densidade Demográfica - Censos de 1960 a 2010.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Densidade demográfica nos Censos Demográficos (hab/km²)					
	01.09.1960 (2)	01.09.1970 (2)	01.09.1980 (2)	01.09.1991 (3)	01.08.2000 (3)	01.08.2010 (3)
Brasil	8,34	11,10	14,23	17,26	19,92	22,43
Norte	0,76	1,09	1,76	2,66	3,35	4,12
Rondônia	0,30	0,49	2,12	4,76	5,80	6,58
Acre	1,05	1,43	2,01	2,74	3,65	4,47
Amazonas	0,46	0,61	0,92	1,34	1,79	2,23
Roraima	0,13	0,19	0,37	0,96	1,45	2,01
Pará	1,24	1,76	2,81	4,15	4,96	6,07
Amapá	0,48	0,82	1,26	2,02	3,33	4,69
Tocantins	1,18	1,94	2,66	3,32	4,17	4,98
Mato Grosso	0,37	0,68	1,29	2,24	2,77	3,36
Maranhão	7,51	9,15	12,34	14,85	17,00	19,81

Fonte: Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1872-1930; e IBGE, Censo Demográfico 1940/2010. (1) População presente. (2) População recenseada. (3) População residente.

Fonte: Densidade demográfica nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.80.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

É preciso destacar, todavia, que, quando se diz Amazônia, há pelo menos três referências:

- a) a de região Norte, simplesmente;
- b) a de Bioma Amazônia, que se refere às formações de florestas tropicais e equatoriais (tanto as de “terra-firme” quanto as das várzeas dos rios e igarapés) e que ocupava originalmente 49% do território nacional. O Mapa 1 (Figura 9.7) representa a superfície florestal original.

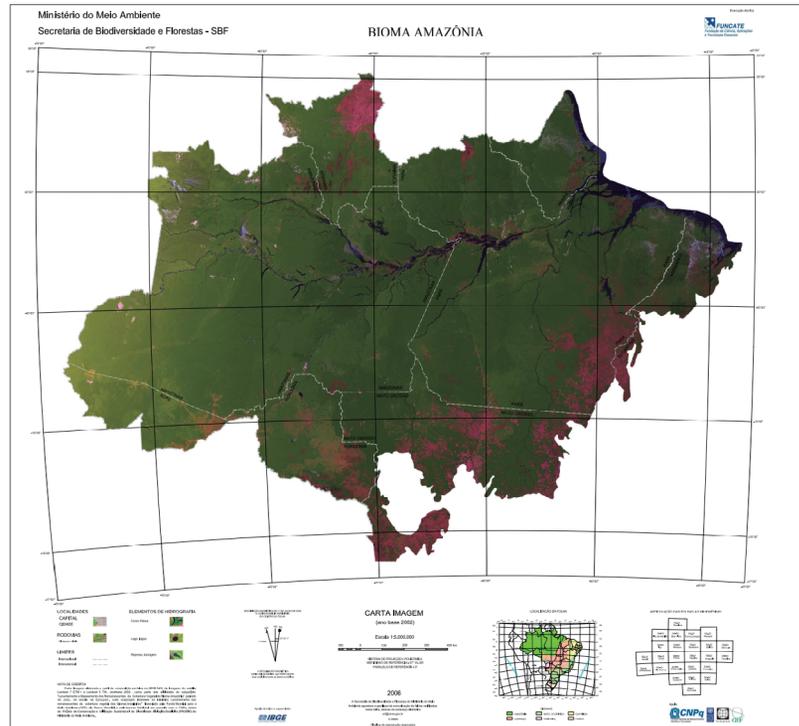


Figura 9.7: Mapa 1 – Bioma Amazônia (2006).

Fonte: Brasil. Ministério do Meio Ambiente.

http://mapas.mma.gov.br/geodados/brasil/vegetacao/vegetacao2002/amazonia/mapas_pdf/cartas_imagem/mosaico/mosaico_a0.pdf

c) o de Amazônia Legal, instituído pelo art. 2 da Lei 5.173/66, englobando formações de cerrados e matas de cocais. A lei do período militar determinou uma área de 5.300.000 km² como de competência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), para efeitos de aplicação de subsídios e incentivos fiscais.

Pela legislação em vigor, a Amazônia Legal abrange 785 municípios nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e Maranhão (neste, são 185 de seus 217 municípios). Estes dois últimos pertencem às regiões Centro-Oeste e Nordeste, respectivamente. Os demais à região Norte, conforme se vê no mapa, a seguir:



Figura 9.8: Mapa 2 - Amazônia Legal.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Amazonia_legal.gif?uselang=pt-br

A população da Amazônia Legal, pelo Censo Demográfico de 2010, é de aproximadamente 24 milhões de pessoas (ou 12,5% da população nacional), dos quais quase 73% em núcleos urbanos.

A complexidade e a diferenciação dos processos de ocupação, adensamento e urbanização/metropolização, desde os anos 1990, conduziram à hipótese sustentada pela geógrafa Bertha Becker (1930-2013) de que a Amazônia pode estar ingressando numa dinâmica de “fronteira consolidada”. Isso seria consequência da própria dinâmica de inserção da Amazônia e da economia brasileira na Era Informacional.

A evolução demográfica e a distribuição de população dependerão da confirmação ou não desta hipótese.

Esta aula terá duas partes.

Na primeira, o texto chamará atenção para aspectos da inserção da economia da Amazônia e do Brasil à Era Informacional, destacando a incapacidade financeira e política do Estado brasileiro em sustentar a expansão da “fronteira móvel”, de acordo com os projetos geopolíticos de integração nacional – especialmente os do regime militar de 1964 a 1985.



Walter Campanato / Agência Brasil

Figura 9.9: Queimada em São Félix do Xingu para produção pecuária (2008).
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:QueimadaSaoFelix.jpg?uselang=pt-br>

Na segunda parte, trabalharemos a complexidade da organização do território da Amazônia na atualidade, com ênfase para aspectos do crescimento demográfico atual, da diferenciação intrarregional, do ritmo intenso de urbanização (embora persistam na região os mais significativos contingentes rurais do país).



Roosevelt Pinheiro / Agência Brasil

Figura 9.10: A Amazônia do agronegócio. Colheita da soja (2009). Rondonópolis (MT). I.
Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ronodon%C3%B3polis_colheita_soja_2_\(Roosevelt_Pinheiro\)_28mar09.JPG?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ronodon%C3%B3polis_colheita_soja_2_(Roosevelt_Pinheiro)_28mar09.JPG?uselang=pt-br)

A Era Informacional e a inserção da Amazônia e do Brasil na economia do século XXI

A Era Informacional ou o “meio técnico-científico informacional” trouxe inúmeras demandas à sociedade brasileira, após a crise dos anos 1970. Uma dessas demandas se refere a alterações no funcionamento do modelo econômico, criado nos anos 1930, com base na substituição de importações – tema da Aula 8, aliás.

Na verdade, “Era Informacional” é uma expressão que pode ser considerada, com o devido cuidado, como uma forma de sinônimo para o termo “globalização”. Na fase de globalização do capital, entre outras características, estruturaram-se no meio privado forças e atores econômicos, tecnológicos, culturais e mesmo étnico-religiosos que reduziram, relativamente, o poder dos Estados nacionais.

O Estado brasileiro seguiu essa perspectiva de enfraquecimento relativo, especialmente, em sua capacidade de intervenção na economia e na própria sociedade. No contexto da implantação da Era Informacional, nos anos 1980, o regime militar de 1964 não teria como se manter – o que é bastante positivo, não?

Em 1985, em decorrência do processo de Abertura Política (iniciado em 1978/79), da “Campanha das Diretas Já” (1984) e da eleição do Presidente Tancredo Neves, o Brasil retomaria a sua busca da efetiva cidadania e da democracia como fator de sua modernização técnica e econômica. E, não como empecilho!



Figura 9.11: Brasília – povo nas ruas pela “Campanha das Diretas Já” (1984).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Diretas_J%C3%A1.jpg?uselang=pt-br

Com a Constituição de 1988, espera-se que o povo venha a assumir a sua real condição de fonte do poder do Estado. Cabe a este trabalhar pela inserção soberana e competitiva do país na economia mundo. Mas, ao contrário de outras fases da história brasileira, essa inserção não pode se dar, a partir de negação autoritária ao povo, aos mais humildes cidadãos de direitos fundamentais, políticos e sociais.

O Estado serve à sociedade: e não o contrário!

Essa parece ser a promessa da atual Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no dia 5 de outubro de 1988. Curiosamente, os mesmos dia e mês em que o Arraial de Canudos caiu diante do Exército brasileiro, em 1897!

A crise do Estado brasileiro nos anos 1980, do ponto de vista econômico, teve como uma de suas principais manifestações a impossibilidade de manutenção do modelo de industrialização, em que segmentos estratégicos (ligados a setores de infraestrutura, energia, transportes, siderurgia, química, petroquímica, cimenteira, etc.) eram financiados com recursos públicos ou pertenciam diretamente ao próprio patrimônio estatal, a exemplo do setor siderúrgico.

Durante os anos 1980 e parte da década de 1990, a ocorrência de elevadas taxas de inflação anuais demonstrava que o Estado não teria base financeira e política para levar à frente projetos de modernização da organização territorial pelo modelo de planejamento centralizado nas decisões da tecnocracia civil e militar – sobretudo no nível federal.

O fortalecimento de comunidades locais, a difusão de associações de moradores, a ocorrência de movimentos diversos de trabalhadores rurais e urbanos, entre outros, demonstraram um avanço da organização da sociedade civil. O planejamento teria de evoluir, deste modo, para modelos de maior participação popular.

Mas o desenvolvimento de novas formas de planejamento estatal teria um desafio político importante, senão um obstáculo: a ascensão do neoliberalismo no Brasil e em todo o mundo capitalista nas últimas décadas do século XX.

Esta é uma corrente de pensamento econômico que defende a redução da presença do Estado e do planejamento na economia, deixando ao funcionamento dos mercados as respostas para a melhor distribuição e utilização dos fatores de produção, isto é, dos recursos naturais, do trabalho e do capital.

A ascensão do neoliberalismo entre as elites brasileiras, ao mesmo tempo em que os movimentos sociais também se constituíram como forças importantes, teria reflexos no campo político durante os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Mesmo nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014), de ligações históricas com movimentos sociais diversos e bases em partidos de esquerda, questões como a realização de leilões para concessões de aeroportos, estradas e parcerias público-privadas parecem mostrar que postulados do neoliberalismo foram incorporados à administração pública no Brasil.

Não querendo entrar na polêmica sobre a conveniência ou não do neoliberalismo para a sociedade brasileira, o fato é que o Estado, com a emergência da Era Informacional, teve de alterar o papel que exercia na economia, na sociedade e na organização do território entre os anos 1930 e 1980.

Para o desenvolvimento da Amazônia, em especial, o enfraquecimento relativo do Estado colocou em xeque uma série de projetos que haviam sido concebidos e iniciados durante o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), na década de 1970.



O Regime Militar e o I e o II PNDs

A partir dos anos 1930, o Estado brasileiro, sobretudo em seu nível federal, iniciaria atividades de planejamento econômico/geopolítico e de implantação de infraestrutura produtiva, em conformidade com o processo de industrialização por substituição de importações. No governo JK, por exemplo, o Plano de Metas foi responsável por notáveis transformações do país, sendo a construção de rodovias um de seus aspectos mais conhecidos.

No contexto dos governos militares de 1964 a 1985, tivemos nas gestões dos residentes Emílio Médici (1970-1975) e Ernesto Geisel (1975-1979), respectivamente, o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento. No I PND, foram projetadas grandes obras de infraestrutura, a exemplo da ponte Rio-Niterói, a hidrelétrica de Itaipu e a rodovia Transamazônia (BR-230). Até 1973, quando houve forte elevação dos preços internacionais do petróleo, o cumprimento de metas do I PND conduziu o país a elevados níveis de crescimento econômico, embora houvesse forte concentração da renda. Esse período ficou conhecido como o “milagre

econômico brasileiro” e correspondeu ao de maior intensidade de repressão a quem se opusesse ao regime. O lamentável lema do governo militar àquela época era, a propósito:



Figura 9.12: Lema do governo militar no período conhecido como “O milagre econômico brasileiro”.
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil_ame-o_ou_deixe-o.png

No II PND, mesmo sob os efeitos da crise internacional dos anos 1970, o presidente Geisel comandaria um programa ainda mais amplo de planejamento de atividades econômicas e de reorganização territorial, inclusive com a perspectiva de desconcentração urbana/metropolitana e industrial.

Com elevada participação de capitais estatais, com incentivos fiscais e financiamentos subsidiados, o país receberia empresas transnacionais e selecionaria segmentos do empresariado nacional a serem estimulados. Sem dúvida, o II PND levou o país a ter a mais completa cadeia industrial do então Terceiro Mundo, mas ao custo de elevado endividamento externo e de crescentes taxas de inflação.

Essa situação econômica contribuiu em muito para a erosão do poder político do regime e para o seu fim em 1985. O II PND foi pago com enorme esforço do povo brasileiro, na década de 1980, considerada como a “década perdida”, em matéria de crescimento econômico.

De fato, o relativo êxito do II PND fora o de consolidar a trajetória do Brasil – que custou muito a seu povo – como uma potência regional do “meio técnico”, mas o mundo já se encaminhava para a Era Informacional.

Bertha Becker e Cláudio Egler, no livro *“Brasil: uma nova potência regional na economia mundo”*, descreveram o período dos anos 1970 e dos PNDs como de aprofundamento da capacidade de intervenção geopolítica do Estado brasileiro especialmente na Amazônia.

Até então o Estado havia criado mecanismos de aceleração da integração da região ao Centro-Sul e ao Nordeste do país, basicamente pela construção de rodovias e concessão de incentivos fiscais, inclusive, para a implantação da Zona Franca de Manaus, a partir de 1966.



Você sabe o que são zonas francas?

Na Aula 8, observamos que tiveram ampla difusão no Brasil as ideias do economista francês François Perroux, acerca do poder dos polos de crescimento e desenvolvimento. Essas ideias, entre segmentos das elites regionais da Amazônia, levaria já no final dos anos 1950 à proposição de Manaus como um “porto livre”, ou seja, como área de movimentação de cargas com isenção de impostos de importação ou de exportação.

A estagnação da economia da Amazônia Ocidental (sua porção a oeste), desde o fim do “ciclo” da borracha (com fases curtas de recuperação, a exemplo do período da II Guerra Mundial, em que o governo Var-

gas estimulou a vinda de mais migrantes nordestinos para atender à demanda bélica norte-americana, a chamada “Batalha da Borracha”), justificava a implantação de um polo industrial, praticamente, na floresta, em Manaus.

Com o governo militar, as elites amazonenses encontraram apoio na ação federal e criava-se a Zona Franca em 1966/67. Outras zonas francas foram projetadas, conforme se pode ler no site da Superintendência da Zona Franca de Manaus: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm ,

O mercado aos produtos da Zona Franca de Manaus seria o interno, mesmo que isso fosse desvantajoso para indústrias localizadas em outras regiões do país. A isenção de impostos e a concessão de financiamentos e incentivos diversos fariam com que os problemas de localização no coração da Amazônia fossem atenuados. Os setores escolhidos foram eletroeletrônicos, automóveis, entre outros. Numa visão positiva, os efeitos dos investimentos modernos de alguma maneira seriam estendidos à economia regional como um todo. Numa visão crítica, contudo, os custos sociais e urbanos seriam altos, com tendências a uma concentração ainda maior da renda, sendo que os melhores salários e oportunidades poderiam atrair pessoas de outras regiões do país, em prejuízo dos nativos – o que de fato aconteceu.

Graças a esse desenvolvimento, Manaus ganhou aspectos de região metropolitana, gerando uma relevante repercussão ambiental: o Amazonas apresenta a maior proporção de áreas de florestas pouco impactadas e/ou uma baixa taxa de desmatamento, conforme se vê no gráfico a seguir para o período de 1990 a 2012:

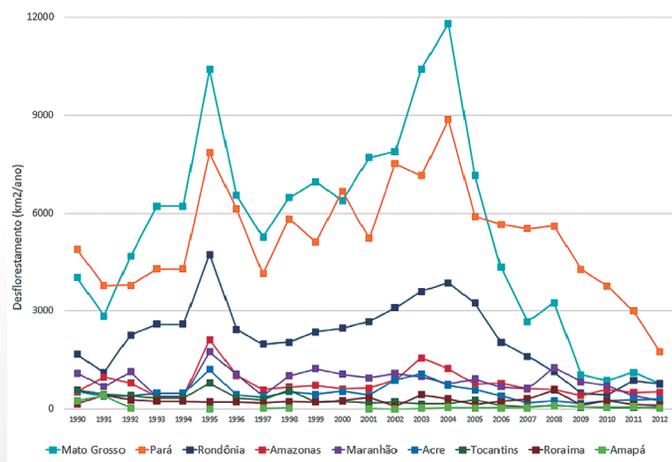


Figura 9. 13: Gráfico 1 – Desflorestamento (km²/ano) na Amazônia Legal, Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (2012-2015).

Fonte: <http://www.mma.gov.br/florestas/control-e-preven%C3%A7%C3%A3o-do-desmatamento/plano-de-a%C3%A7%C3%A3o-para-amaz%C3%B4nia-ppcdam>

Outras informações sobre a Zona Franca de Manaus, você pode obter no site:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_Franca_de_Manau

Como se sabe, o resultado dessas políticas foi a aceleração da expansão da fronteira agrícola ao longo dos eixos rodoviários que iam sendo abertos, ao custo da derrubada de florestas e cerrados.

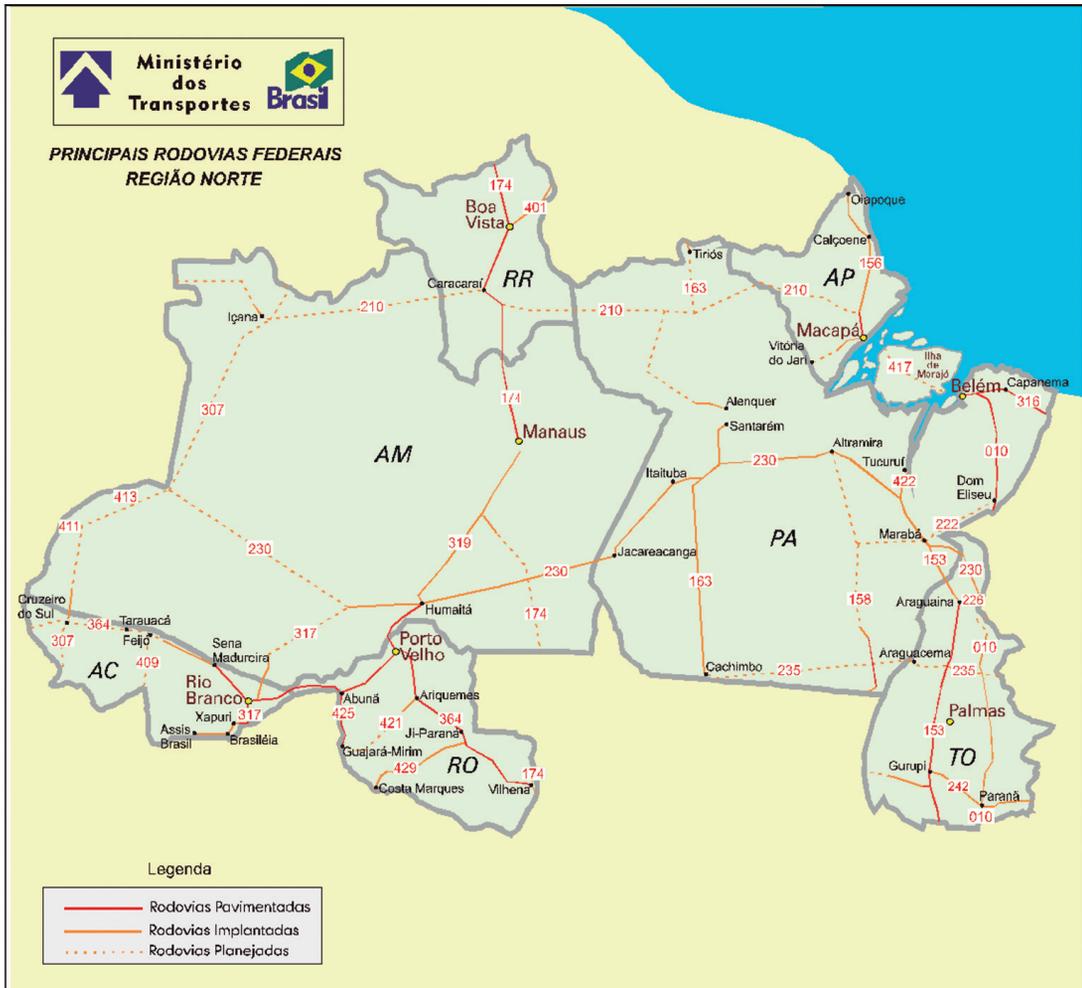


Figura 9.14: Mapa 3. Principais Rodovias Federais (2010).

Fonte: Brasil, Ministério dos Transportes. Material Informativo.

<http://www.anp.gov.br/brasil-rounds/round2/Pdocs/Pinfra/Prodovias.htm#n>

Em outras palavras, um espaço de dimensões continentais, a maior das “ilhas” da estrutura em “arquipélago”, a ser aberto e integrado a um mercado em expansão, sob a ação do planejamento e da geopolítica do Estado brasileiro e seu autoritarismo.

A Amazônia era concebida, a partir da visão e do imaginário de outras regiões do país, como uma “fronteira de recursos”, com os elementos de sua natureza sendo valorizados seletivamente, segundo interesses específicos de pecuaristas, garimpeiros, colonos, mineradores, madeireiros, aventureiros, especuladores imobiliários e da tecnocracia civil e militar do Estado – em seu nível federal.

Com efeito, surgiram conflitos diversos e muita violência contra populações nativas de indígenas, caboclos, seringueiros, posseiros. Até mesmo segmentos tradicionais das elites locais e regionais sofreram perdas econômicas e políticas. Foi o caso dos seringalistas, ou seja, os donos de glebas de matas, para quem os seringueiros/castanheiros trabalhavam em regime de semisservidão ou de semiassalariamento, conforme abordamos na Aula 7.

Os seringalistas, na maior parte das vezes, eram grandes posseiros ou **foreiros** de terras públicas, em razão de que os seringais tinham terrenos marginais aos rios. Pela legislação, essas terras pertencem ao patrimônio da União. Garantiam a posse das mesmas por esquemas políticos e/ou por terem milícias ou jagunços a seu dispor.

Com a valorização das terras, pela abertura de estradas e/ou pela concessão de incentivos fiscais pela Sudam, os seringalistas perderam espaço político para fazendeiros vindos do Centro-Sul, popularmente chamados de “paulistas”. Estes obtinham a regularização das terras e, com isso, a obtenção de vantagens tributárias e financiamentos públicos.

As queimadas eram muitas vezes necessárias para dar a impressão de aproveitamento da terra e justificar a propriedade – e, assim, a concessão de crédito rural a juros convidativos. Isso deu margem, pela ineficiente fiscalização, a desvios de dinheiro público para outros negócios não agrícolas ou mesmo para aplicações financeiras mais rentáveis.

Ou seja, destruíram-se milhares de hectares de mata, sem que se obtivesse a implantação de atividades agrícolas ou pecuárias de maiores intensidades, apenas para justificar os benefícios oferecidos pela geopolítica de integração nacional. Foi um estímulo à extensividade e ao desperdício de recursos naturais e humanos.

Foreiro

Em linhas gerais, o foreiro tem domínio útil de áreas públicas, a exemplo dos terrenos de Marinha que são margens de rios, praias. Pelo uso, recolhe-se o foro aos cofres públicos.

A aceleração da abertura, todavia, da fronteira na Amazônia era apresentada pela propaganda oficial e, de algum modo, assimilada pela população brasileira como uma epopeia, como uma comprovação de nossa capacidade ou destino de grande país. Afinal, cogitara-se mais de uma vez a possibilidade de que territórios da Amazônia brasileira fossem entregues a entidades internacionais para o assentamento de populações refugiadas.

Já no governo JK, isso ficara claro, sendo a integração da Amazônia mais uma justificativa para a transferência da capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central. A “civilização” tinha de chegar aos rincões mais distantes do “inferno verde”.

No governo do general Médici, por sua vez, a questão era acelerar ainda mais a integração nacional. Por meio da Transamazônica (BR- 230), da Paraíba ao Acre, pretendia-se levar “homens sem terras do Nordeste às terras sem homens da Amazônia”.

Mais do que isso, integrar a Amazônia desmatando-a era visto como algo tático, para que se reduzisse o risco de que movimentos armados de esquerda (que marcaram a Guerra Fria) repetissem no Brasil, guerrilhas em áreas de vegetação cerrada como nas vitoriosas Revoluções Chinesa (1949) e Cubana (1959).

Nesse sentido, não há como não citar a Guerrilha do Araguaia (1967-1974) levada a cabo por militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e sua feroz repressão pelo Exército e seus batalhões de infantaria de selva. Esse momento da história recente do país ainda hoje tem pontos não devidamente esclarecidos por quem comandava o Estado brasileiro.



A Amazônia vai ao encontro de Brasília!

Espera aí, não deveria ser o contrário?

Antes de mais nada, temos que lembrar que a Amazônia foi um dos Estados da América Portuguesa: o Estado do Maranhão/Grão-Pará. Conforme já abordamos em aula anterior, o marquês de Pombal na segunda metade do século XVIII unificou-o ao Estado do Brasil, sediando no Rio de Janeiro a capital da colônia.

No século XIX, as elites do Pará resistiriam à independência feita por Pedro I. E durante as Regências (também já trabalhamos em aula anterior), houve a popular Revolução dos Cabanos, que levou o Império a uma das mais ferozes repressões a movimentos regionalistas. O projeto da Cabanagem era separatista.

Ou seja, não foi a Amazônia quem foi ao encontro da expansão do Centro-Sul. O Estado brasileiro, sediado no Sudeste, usou seus recursos para mantê-la como parte de seu território. O Centro-Sul é quem demandou a integração dela ao seu crescimento econômico e demográfico. É claro que, compondo hoje o Estado brasileiro, as populações amazônicas devem demandar seus serviços sociais, de segurança pública e de respeito a direitos fundamentais. Devem participar do jogo e da disputa com as demais unidades da federação.

Não há risco de perda de soberania sobre o território amazônico brasileiro (cerca de 69% da chamada Pan-Amazônia, isto é, o conjunto das áreas deste bioma nos países sul-americanos). Mas há uma crescente influência de agentes externos na região. O Estado brasileiro deve então elevar e qualificar a sua presença.

O fato é que integrar a Amazônia ganhou ao longo do século XX um aspecto de missão, com apoio de grandes fatias da opinião pública no Centro-Sul e no Nordeste. Neste aspecto, no site www.acervojeanmanzon.com.br, você tem acesso a um filme de curta duração, produzido pelo jornalista Jean Manzon, quando do início da construção da Belém-Brasília (BR- 010), com seus 1.959 km, nos anos 1950. Poderá observar o tom ufanista e triunfante com que se mostra a abertura da mata. Você poderá ver como os trabalhos foram realizados, inclusive, como eram os acampamentos, como eram tratados os trabalhadores. Há uma cena curiosíssima: os operários almoçam sem talheres, comem com a mão – ou de “capitão” como se dizia no interior de Minas Gerais, há algum tempo atrás! O título é justamente: A Amazônia vai ao encontro de Brasília.

Durante o II PND, o governo militar aprofundaria suas estratégias de planejamento regional em todo o país, surgindo inúmeros programas, conforme representa o Mapa 4 (Figura 9.15), a seguir:

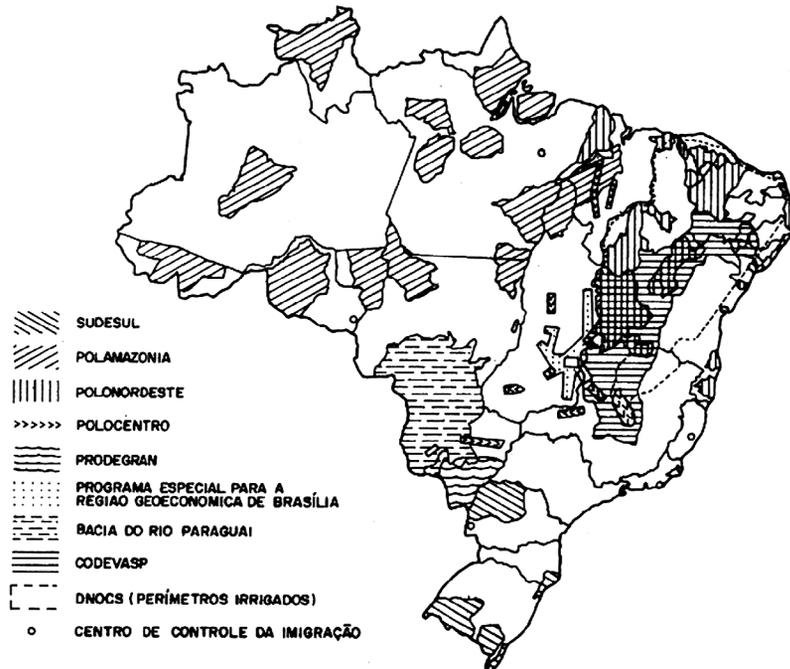


Figura 9.15: Mapa 4 – Distribuição de programas de governo – II PND.

Fonte: BECKER, B. K. & EGLER, C.A.G. *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1993, p.149.

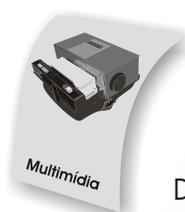
Na Amazônia, o planejamento estatal iria priorizar recursos a certos espaços, a certas atividades, a certos grupos e interesses. Redes de transportes, energia e telecomunicações foram articuladas àquelas do Centro-Sul e do Nordeste. Enquanto isso, as estradas continuavam a atrair migrantes, gente de todo o país, trabalhadores rurais e/ou urbanos, garimpeiros, etc.

As disputas por terras continuavam, sendo limitado o acesso à propriedade aos pequenos produtores. No aspecto agrário, a fronteira já estava fechada, em conformidade com a modernização do campo pretendida pelo regime militar, desde a elaboração/aprovação do Estatuto da Terra, em 1964.

Para milhares de migrantes, restava o caminho das periferias das vilas, distritos e cidades num processo de favelização e urbanização rápida e desordenada.

Também as margens das rodovias (áreas públicas) tiveram a formação dessas comunidades (rurais) de peões, boias-frias, garimpeiros, biscateiros etc.

O caráter volante dessa mão de obra foi fundamental para o atendimento das demandas por força de trabalho num espaço subcontinental. É fato que parte dessa mão de obra trabalhava em condições assemelhadas à escravidão.



Você sabe definir o que é trabalho escravo nos dias de hoje?

De qualquer modo, fazemos a indicação do site da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que traz a conceituação de trabalho escravo e descreve a situação enfrentada pelo Brasil.

O site é: http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/projetos/documento.php

Não deixe de visitar o site!

Os conflitos e violência atingiriam níveis que chamaram a atenção da opinião pública no Brasil e no mundo, inclusive, em razão de crimes contra líderes comunitários, indígenas, sindicalistas e seus familiares, políticos populares, e até contra sacerdotes, missionários e religiosos.

No governo do general João Figueiredo (1979-1985), foram criados, como questão de segurança nacional, dois grupos especiais ou executivos ligados diretamente ao governo em Brasília. Atuavam nas áreas de maior concentração de crimes e disputas, então: a confluência dos rios Araguaia e Tocantins (o “Bico do Papagaio”, entre o sudeste do Pará, o norte do atual estado do Tocantins e a divisa com o Maranhão); e o Baixo Amazonas.

Bertha Becker e Cláudio Egler resumiram as iniciativas, programas e políticas de ocupação no Mapa 5 (Figura 9.16), a seguir:

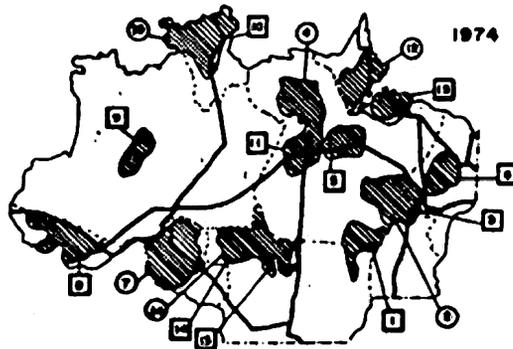
EIXOS DE DESENVOLVIMENTO

- ESTRADA CONSTRUÍDA
- - - ESTRADA PLANEJADA
- ESTRADA PROJETADA
- ▨ ÁREAS ONDE TERRAS DEVOLUTAS SERÃO INCORPORADAS AO GOVERNO FEDERAL
- POLÍGONO DE DESAPROPRIAÇÃO



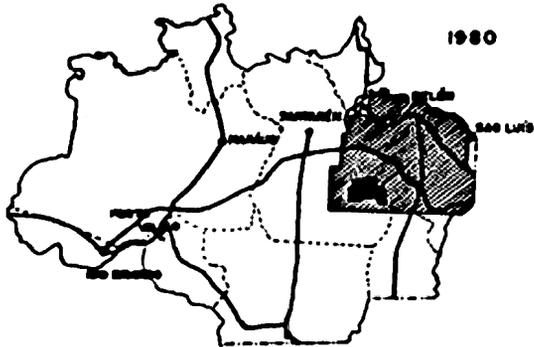
PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO

- ▣ ABRICULTURA-PECUÁRIA
 - MINERAÇÃO
 - ▨ ÁREAS PRIORITÁRIAS
- 1- XIQUÉ-ARABUÁ
 - 2- CARAJÁS
 - 3- ARAQUÁIA-TOCANTINS
 - 4- TRONBETAS
 - 5- ALTÂNIRA
 - 6- PRE-AMAZÔNIA MARANHENSE
 - 7- RONDÔNIA
 - 8- ACRE
 - 9- JURUÁ
 - 10- RORAIMA
 - 11- TAPAJÓB
 - 12- ANAPÁ
 - 13- JURUENA
 - 14- ARIQUANA
 - 15- MARAJÓ



PROGRAMA CARAJÁS

- ▨ PROGRAMA GRANDE CARAJÁS
- PROGRAMA FERRO CARAJÁS



PROJETO CALHA NORTE

- ▨ ÁREA PRIORITÁRIA PARA AÇÃO IMEDIATA



Figura 9.16: Mapa 5 - Amazônia Legal: política de ocupação.

Fonte: BECKER, B. K. & EGLER, C.A.G. *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1993, p.152.

Com os efeitos da crise econômica e do esgotamento do modelo de substituição de importações, no início dos anos 1980, o Estado brasileiro buscava atrair os capitais necessários para a implantação de seus programas, em especial do Projeto Grande Carajás, a ter a gestão da Companhia Vale do Rio Doce, àquela época uma empresa estatal.

Não há como deixar de falar que se tratava de um território de 90 milhões de hectares ou 10% do território nacional. Com financiamentos externos, inclusive do Banco Mundial, o projeto buscava explorar não apenas minério de ferro de alta qualidade, mas também alumínio, cobre, ouro, prata, enfim toda uma riqueza mineral de uma importante província geológica.



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio Público.

Figura 9.17: Mina e triturador de minério de ferro. Ao fundo, a Estrada de Ferro Carajás. Serra dos Carajás (1987).

A logística do projeto era (e é) algo de grande envergadura, envolvendo a construção/operação de uma moderna ferrovia de 900 km, entre a Serra dos Carajás, no sul do Pará, e o porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA). Essa ferrovia, além das composições que transportam minérios, faz a ligação regular de passageiros entre

Dependendo da estação do ano, trabalhadores nordestinos – maranhenses principalmente – se deslocavam para os garimpos e para a abertura de pastagens e outras atividades agrícolas. O período do ano de maior afluxo é o de estiagens, portanto, no inverno. Com as chuvas, não há como desmatar grandes áreas com o uso do fogo nem como trabalhar nos barrancos dos garimpos.

Um dos garimpos que surgiria na grande área do Programa Carajás, mesmo contra os interesses da Companhia Vale do Rio Doce, foi justamente o de Serra Pelada. Em seu auge, por volta de 1985, chegou a ter mais de 100.000 garimpeiros, segundo estimativas da época.



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público.

Figura 9.19: Parte da lavra do garimpo já esgotada em 1987. Ao fundo, a vila de Serra Pelada.

Era, de fato, um contraste tremendo: a vila violenta do garimpo numa mesma área em que a Vale do Rio Doce construía uma cidade moderníssima e confortável (uma *company town*), ao redor da principal mina de minério de ferro.

Cabe registrar que havia mais de um garimpo, cujas referências eram as dos km das rodovias de acesso. Para ingressar na *company*

town de Carajás era preciso ter uma permissão ou um documento que se assemelhava a um passe, ou melhor, quase um passaporte. Os funcionários graduados da empresa tinham residência no alto da Serra e vinham quase sempre de outras regiões do país.

Os prestadores de serviços e mão de obra terceirizada em geral tinham de residir fora dos limites da Serra dos Carajás. No sopé da Serra, formaram-se núcleos de trabalhadores. O maior deles é hoje a cidade de Parauapebas.

Ao entrarem ou saírem da cidade da Vale do Rio Doce, os trabalhadores eram revistados como se estivessem numa alfândega de aeroporto. O curioso é que, para entrar ou sair em Serra Pelada e em outros garimpos do entorno também se criariam regras e revistas.

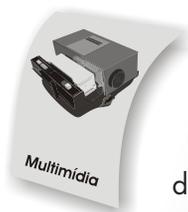
Enfim, repetia-se a mesma lógica da apropriação privada do espaço com restrição do direito de ir e vir, que está presente nos condomínios fechados de cidades em todo o país.



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público.

Figura 9.20: Rua principal da vila de Serra Pelada (1987).

Todo esse movimento econômico da Serra dos Carajás e dos garimpos da área, assim como o afluxo de população, valorizou as terras. Afinal, surgira um mercado local para produtos agrícolas e pecuários. Também as rodovias trouxeram valorização. A disputa pelo controle de terras era intensa e violenta, sendo que era comum a falsificação de títulos (a grilagem), pois boa parte das terras eram ainda devolutas.



Sobre Serra Pelada, há um filme de longa metragem. É uma dica para trabalhar aspectos da ocupação da Amazônia com turmas de Ensino Médio. A indicação é:

Serra Pelada. Com Juliano Cazarré, Sophie Charlotte, Wagner Moura e grande elenco. Direção de Heitor Dhalla, 2013.

À medida que o garimpo decresceu em produção na região, muitos dos garimpeiros e aventureiros (as) permaneceram nos arraiais e passaram a viver como trabalhadores diaristas e de pequenas lavouras em terras de sua posse ou eventual propriedade. Ou ainda a prestarem atividades domésticas urbanas.

Uma das atividades que cresceram na região foi a das carvoarias, pois esta é usada no beneficiamento de minério de ferro para exportação. Com a queima e o calor do carvão vegetal, o minério bruto era derretido e depois resfriado em pelotas, concentrando o ferro e eliminando escórias. O minério pelletizado é mais caro que aquele exportado sem beneficiamento.

O Pará e o Maranhão se tornaram na época, a propósito, um polo siderúrgico de considerável importância, à custa da conversão (lamentável) de florestas nativas em carvão vegetal. O trabalhador das carvoarias tinha (e tem) forte desgaste físico em condições que se assemelhavam à escravidão, inclusive com trabalho infantil.

Em 2010, contudo, com eficiente ação de órgãos ambientais e do trabalho, as siderúrgicas abertas nos anos 1980 no entorno de Carajás, no município de Marabá, encerraram suas atividades. Se obtiverem carvão vegetal certificado e cumprirem as normas ambientais e trabalhistas, podem voltar a funcionar. Mas, ao que parece, o negócio só era interessante com um padrão extremamente degradante de recursos humanos e da natureza.

O potencial de conflitos violentos no entorno da Serra dos Carajás era, portanto, elevado. Nesse contexto, pode se dizer que o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, de uma certa forma, era algo previsível.

Nesse arraial fundado em 1980, entre as Serras Pelada e dos Carajás, 19 trabalhadores sem-terra foram fuzilados e outras dezenas ficaram feridos num embate com tropa da Polícia Militar do Estado do Pará. Foi algo que chocou o Brasil como um todo, à época. Hoje, é um município com cerca de 32.000 habitantes



Eldorado dos Carajás

Sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, há maiores informações em reportagem produzida pelo programa Globo Rural, da TV Globo. Essa reportagem é acessível pelo site:

<http://globoTV.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/eldorado-dos-carajas-1996/2262229/>

Há ainda o site do Movimento dos Sem-Terra: <http://www.mst.org.br/especiais/27/destaque>.

Ao final dos anos 1980, portanto, a complexidade da organização do território na Amazônia crescera. Havia resistências diversas e a rápida evolução das telecomunicações levava os conflitos para os noticiários e para o conhecimento da opinião pública do Centro-Sul e também do exterior.

Religiosos e missionários, ecologistas, partidos políticos, cantores e artistas – e mesmo governos estrangeiros e o Banco Mundial – passaram a pressionar o governo brasileiro em defesa dos povos da floresta e da biodiversidade. O Estado não tinha mais, relativamente, o mesmo poder de antes. A Amazônia seguira a tendência da globalização.

Para a professora Bertha Becker, o último grande projeto do Estado brasileiro na Amazônia ainda dentro do contexto geopolítico do Brasil-potência foi o Projeto Calha Norte, que visava à implantação de uma malha de investimentos para efetivar o controle territorial numa extensa faixa de fronteiras, desde o Amapá até o noroeste do Amazonas, suscetíveis ao narcotráfico, ao contrabando, a conflitos internacionais envolvendo etnias indígenas, garimpeiros etc.

A Calha Norte são 160 quilômetros de largura ao longo de 6,5 mil quilômetros de fronteiras com a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana, a Venezuela e a Colômbia. A população é de cerca de 2 milhões de pessoas e ocupa 1,2 milhão de km² ou 15% da área total do país. São 194 os municípios envolvidos em seis estados.

Se nos anos 1950, as fronteiras da Amazônia eram avaliadas como “frias” ou de baixos riscos geopolíticos por militares como os generais Golbery do Couto e Silva (1911-1987) e Carlos de Meira Mattos (1913-2007), já nos anos 1980, com a questão do narcotráfico, do contrabando (inclusive de patrimônio da biodiversidade), entre outros riscos, passaram a ser “quentes”.

Isso exige do Estado brasileiro o devido investimento e aparelhamento militar. Afinal, o que se deseja das Forças Armadas de um país é o cumprimento de suas funções constitucionais e não que se coloquem como o quarto poder (já abordamos esta questão nas Aulas 7 e 8).



Atende ao Objetivo 1

Em tópicos, descreva três aspectos da Era Informacional que tiveram efeitos sobre o Estado brasileiro e a organização do território na Amazônia.

Resposta Comentada

- Ascensão de atores e agentes privados reduzindo relativamente o poder do Estado nacional.
 - Crescente incorporação de conhecimento científico e tecnológico como fator de abertura de oportunidades e negócios, ou seja, de fronteiras.
 - Necessidade de montagem de novos modelos de planejamento, mesmo num contexto neoliberal, com valorização da participação e da cultura popular, ao invés da centralização tecnocrática.
 - Tendência ao predomínio do VTE sobre o VTI, o que valoriza o capital natural e o conhecimento popular.
-

Organização complexa do território, a “incógnita do Heartland” e evolução/distribuição das populações da Amazônia

A Amazônia como “fronteira consolidada”

Nesta parte, precisamos trabalhar três expressões: “vazio demográfico”; “fronteira móvel”; e “a incógnita do Heartland”.

“Vazio demográfico”

Já criticamos a concepção de “vazio demográfico”. Afinal, baixas densidades demográficas não significam que não houvesse gente, populações naquelas extensões subcontinentais. Existiam, inclusive, áreas de maior adensamento, conforme os vales, em que havia maior concentração natural de seringueiras, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Isto gerara a questão acriana na virada do século XIX para o XX.

Outros maiores adensamentos de população existentes antes da construção da rede de rodovias federais e estaduais ficavam ao longo da calha do Amazonas, no Vale do Araguaia-Tocantins e no oeste do Maranhão. Havia ainda a região de Bragança (PA) que recebeu um fluxo considerável de imigrantes japoneses antes da II Guerra Mundial.

A colonização nipônica na Zona Bragantina, diga-se de passagem, tinha como objetivo a produção de alimentos destinados ao suprimento dos trabalhadores dos seringais – mesmo os do distante Acre. Os seringueiros eram proibidos pelos seringalistas de terem lavouras de subsistência, sendo obrigados a comprar alimentos nos armazéns dos seringais a preços elevadíssimos.

Isso tornava os trabalhadores endividados, presos ao seringal, incapazes de cumprir o objetivo que os animara a entrar pela imensidão da floresta, ou seja, juntar um bom dinheiro e regressar

a seus estados de origem. Os barracões ou armazéns recebiam os suprimentos de alimentos, querosene, tecidos e outros bens, vindos de Belém ou de Manaus por via fluvial.

Curiosamente, temos de destacar que, com a estagnação da economia da borracha e dos seringais, as populações de seringueiros melhoravam sua condição de vida e saúde, pois se tornava menos rígido o controle dos seringalistas sobre as lavouras de subsistência. Isso permite avaliar o grau de exploração dessa força de trabalho.

Além da produção de alimentos, os japoneses introduziram dois cultivos comerciais importantes à economia regional: a juta (para tecidos brutos de sacaria) e a valiosíssima pimenta-do-reino (para exportação, principalmente).



Figura 9.21: Pimenta-do-reino.

Fonte: <http://www.ceplac.gov.br/radar/pimentadoreino.htm>

“Fronteira Móvel”

Com relação à “fronteira móvel”, Bertha Becker fez uma associação dessa expressão ao que denominou de “vetor tecnointustrial (VTI)” da modernização do país. O VTI é de matriz desenvolvimentista, uma vez que aponta para a incorporação de conhecimento e de tecnologias para o alcance do crescimento econômico, em detrimento da valorização de outros aspectos sociais e ambientais.

Conceitualmente, a “fronteira” seria, na visão de Becker, um espaço de novas possibilidades, de oportunidades inéditas, em relação à maneira como as coisas são realizadas em termos culturais, políticos, sociais e técnicos. Tanto pode ser uma fronteira aberta pela inovação tecnológica (a exemplo do que vem acontecendo com as redes sociais), como pode ser aberta pela expansão geográfica. A história do capitalismo, desde as grandes navegações dos séculos XV e XVI, é marcada pela busca incessante de novas fronteiras tecnológicas e geográficas.



Bertha Koiffman Becker (1930-2013)

Na história recente da Geografia brasileira, a professora Bertha K. Becker ocupa lugar único.

Além de ter participado da renovação da Geografia nos anos 1970, produziu extensa e (sobretudo) importantíssima obra. Seu trabalho e entusiasmo pelo Brasil, pelo povo brasileiro e, em especial, pelo conhecimento da Amazônia e de nossa inserção na modernidade formaram gerações de geógrafos e profissionais de outras áreas que trabalham o espaço geográfico, o território, o lugar.

Indicamos a leitura do artigo de Isabela Ribeiro Nascimento Silva, intitulado *Uma história sobre Bertha Becker*, publicado na revista *Geopaisagem* (on-line) ano 10, 20, julho/dezembro de 2011. O site para acesso é: <http://www.feth.ggf.br/Becker.htm>.

De alguma maneira, o lema positivista de “Ordem e Progresso” serve para mostrar como o vetor tecnoindustrial está presente na formação social e cultural brasileira, há mais de um século. No “meio técnico”, o VTI teve, no Estado brasileiro, o seu grande difusor. Em nome do “progresso” à população foi imposta uma modernização autoritária e conservadora, de elevados custos ambientais, inclusive.

A “incógnita do Heartland”

O VTI se enfraqueceria, contudo, acompanhando a crise do Estado brasileiro e do esgotamento do modelo de substituição de importações, ao longo dos anos 1980 e parte dos 1990.

Durante esse período, as populações e segmentos das elites locais na Amazônia conseguiram se fortalecer relativamente, aproveitando as oportunidades de conexão com o exterior, as escalas globais do crescimento econômico, a força dos movimentos internacionais de proteção ao meio ambiente e a comunidades e etnias em risco.

Nesse contexto, entre 1985 e 1996/1997, emergiria, segundo Bertha Becker, o outro vetor da Era Informacional: o “vetor tecnoecológico” (VTE). Por ele, o crescimento econômico se faz com a incorporação do conceito de sustentabilidade social e ambiental.

As oportunidades são inúmeras e se ampliam à medida que se produzem novas tecnologias de utilização dos recursos naturais de baixos impactos e degradação, e que os produtos da floresta passam a ser conhecidos pelos consumidores internos e externos.



Domínio público

Figura 9.22: Comércio de açaí *in natura* no mercado do Ver-o-Peso em Belém do Pará (2004).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:A%C3%A7ai_no_Mercado_do_Ver-o-peso.jpg?uselang=pt-br

O VTE transforma os recursos naturais em “capital natural”, o que envolve, por exemplo, a incorporação dos serviços ambientais recebidos pela humanidade e por suas atividades. Isto é, com a evolução do conhecimento sobre a natureza, reconhece-se que o êxito de empreendimentos humanos decorre e depende de vários elementos e fatores presentes na biodiversidade.

A floresta equatorial-tropical em pé ou conservada convenientemente, por exemplo, permite a sobrevivência de cadeias biológicas que controlam pragas como fungos e insetos, cuja infestação em plantações e na pecuária traria enormes custos de eliminação ou grandes perdas de produtividade.

A valorização do “capital natural” depende do trabalho dos cientistas, de vontade política, de mudanças culturais, de vontade de inovar. Entre essas últimas, está o reconhecimento de que as populações tradicionais, incluindo os cidadãos mais humildes, são portadoras de conhecimentos e práticas ambientais, a partir das quais novas técnicas, processos e produtos poderão ser obtidos de modo sustentável.



Perspectivas do conhecimento da biodiversidade da Amazônia

Há dois vídeos que explicam as perspectivas de conhecimento e utilização da biodiversidade amazônica. Este tema tem sempre excelente receptividade pelos alunos do Ensino Básico.

O primeiro, produzido por instituições de pesquisa governamentais, intitula-se: *Museu Emílio Goeldi - INCT biodiversidade e uso da terra na Amazônia*.

É acessível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=mJToGMXTqJ4>.

O segundo, produzido pelo Instituto Chico Mendes (ICMBIO), é uma entrevista com o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves sobre a “Riqueza do conhecimento tradicional”. O site é: <http://www.youtube.com/watch?v=2wX3NW12X5Q>.

Com o relativo predomínio do VTE sobre o VTI entre 1985 e 1996, a velocidade de degradação do espaço amazônico teve certa redução. Do ponto de vista político, não foi um processo sem tensões, conflitos e muita violência. A luta pela mudança de modelo de exploração de recursos para o de aproveitamento das possibilidades da biodiversidade teve na trajetória pessoal do líder seringueiro e sindicalista Francisco Alves Mendes Filho (1944-1988), Chico Mendes, o seu representante de maior destaque no país e no exterior.

A partir da constituição do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), em 1985, o trabalho de Chico Mendes pela conservação (com o “empate” ao desmatamento) dos seringais nativos e pela defesa (e união) dos povos da floresta lhe renderiam prêmios e reconhecimento, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU). Apesar disso, a mando de fazendeiro que o jurara de morte, foi assassinado em sua própria casa, em Xapuri (AC), no ano de 1988.

Como legado, Chico Mendes encaminhou as Reservas Extrativistas (Resex) que são formas de Unidades de Conservação (UC’s), em que se podem realizar atividades sustentáveis em termos ambientais e sociais. As populações aí radicadas têm a regularização da posse compartilhada da terra, o que lhes garante o acesso a linhas de crédito subsidiado pelo governo e à implantação de equipamentos e infraestrutura pública.

Na Tabela 9.2, você pode fazer uma avaliação da assimilação pela sociedade brasileira da defesa, conservação e uso sustentável de nossos biomas. A Tabela 9.2 traz as superfícies em km² de Unidades de Conservação Estaduais e Federais (UCEs e UCFs) e as terras indígenas já implantadas ou demarcadas para o Brasil. Observe mais atentamente os casos dos biomas amazônico e dos cerrados.

Tabela 9.2: Brasil: Unidades de Conservação e Terras Indígenas

BIOMA	Área		UCE		UCF		TERRAS INDÍGENAS		Sobreposição de áreas		UCE/UCF/TI	
	(km ²)	(km ²)	%	(km ²)	%	(km ²)	%	(km ²)	%	(km ²)	%	
AMAZÔNIA	4.195.296	472.295	11,26	600.019	14,30	991.951	23,65	116.293	2,77	1.947.972	46,43	
CAATINGA	844.062	14.488	1,72	33.921	4,02	2.185	0,26	95	0,01	50.500	5,98	
CERRADO	2.031.298	79.116	3,90	58.416	2,88	85.388	4,20	10.050	0,49	212.871	10,48	
MATA ATLÂNTICA	1.118.353	38.687	3,46	30.983	2,77	5.104	0,46	4.080	0,36	70.695	6,32	
PAMPA	176.131	1.618	0,91	4.567	2,58	24	0,01	0	0,00	6.209	3,51	
PANTANAL	149.737	2.051	1,37	1.486	0,99	2.561	1,71	2	0,00	6.096	4,07	
TOTAL	8.514.877	608.256	7,14	729.393	8,57	1.087.213	12,77	130.519	1,53	2.294.343	26,95	

Fonte: *Alcance da legislação ambiental e indigenista*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). <http://www.alcance.cnpem.embrapa.br/conteudo/resultados.htm>

Também há as UCs de conservação integral. E a legislação florestal ainda exige o respeito às áreas de proteção permanente (matas ciliares ou galerias e cumeadas de morros). O respeito a toda a legislação ambiental brasileira, de fato, reduz a área para a expansão de lavouras e pastos. Isso é bom ou ruim? O que você acha?

As UCs e as terras indígenas estão distribuídas por toda a Amazônia Legal, conforme se vê no Mapa 7 (Figura 9.23), a seguir:

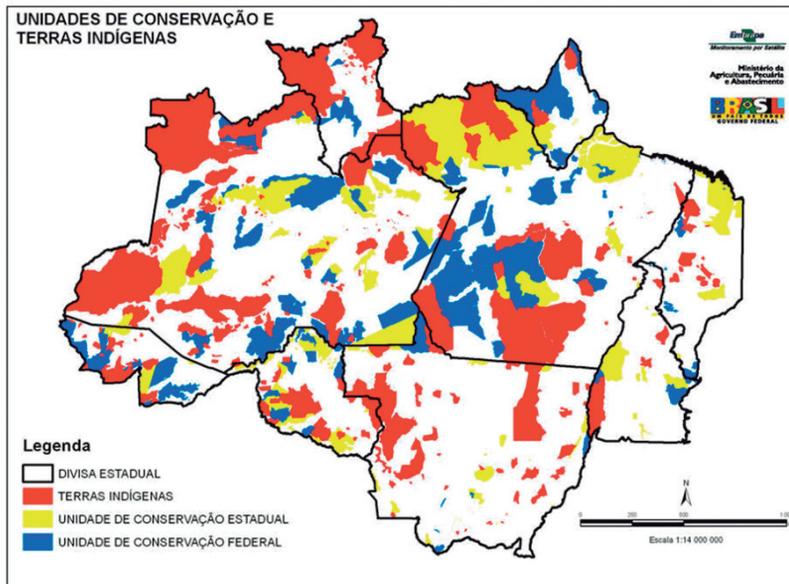


Figura 9.23: Mapa 7. Unidades de Conservação e Terras Indígenas na Amazônia Legal. Fonte: *Alcance da legislação ambiental e indigenista*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). <http://www.alcance.cnpem.embrapa.br/conteudo/resultados.htm>

A professora Bertha Becker considerou que o predomínio do VTE começaria a ser ameaçado com a elaboração de uma série de projetos e programas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002).

Esses programas se intitularam “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” e representaram um retorno do Estado brasileiro, no seu nível federal, a um maior patamar de atuação/intervenção no espaço brasileiro e amazônico - mesmo num ambiente influenciado pelo pensamento neoliberal.

Isso não é difícil de compreender, se lembrarmos que o neoliberalismo estimula o comércio internacional. Esses programas tinham, entre os seus objetivos, viabilizar a produção agropecuária e mineral para a exportação.

Os governos de Lula e Dilma Roussef também buscaram, por meio do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), o incremento da ação do Estado sobre a organização do território, considerando a demanda por eixos de circulação mais eficientes entre o interior e o litoral.

O fato é que, após a estabilização das taxas de inflação com o êxito do Plano Real (1994), o Estado brasileiro, em seu nível federal, buscou retomar uma postura de estímulo e indução do crescimento econômico. É claro que não mais nos mesmos moldes desenvolvimentistas do período de 1930 a 1980, afinal de contas já estamos na Era Informacional, numa perspectiva de economia globalizada. Na atividade de planejamento, as populações e o ambiente têm de ser levados em consideração, entre outros aspectos.

Mas parece fazê-lo favorecendo o potencial do país como produtor e exportador de bens agrícolas e minerais – num certo retorno ao modelo anterior aos anos 1930, o que os economistas chamam de risco de “reprimarização” da economia brasileira.

A questão é saber como isso, de fato, impactará a organização do espaço amazônico, que apresenta um grande “arco de desmatamento” que vai dos limites do Acre com Rondônia, passando pelo norte do Mato Grosso, até o leste da região (Amazônia Oriental).

Ou seja, o “arco do desmatamento” está nos cerrados de Mato Grosso e Tocantins e nas bordas do bioma amazônico que foram, primeiramente, abertas por rodovias (numa largura de até 300 km de suas margens). Há também áreas degradadas ao longo da calha do Amazonas (até 100 km de largura).

Na grande área interna a esse “arco de fogo” ou “do desmatamento”, as unidades de conservação, terras indígenas, reservas extrativistas e terras devolutas mantêm florestas e bacias hidrográficas, relativamente, protegidas, embora venham surgindo nos últimos anos novas frentes com potencial de abertura de terras à produção agrícola e pecuária, conforme se vê nos mapas da figura a seguir:

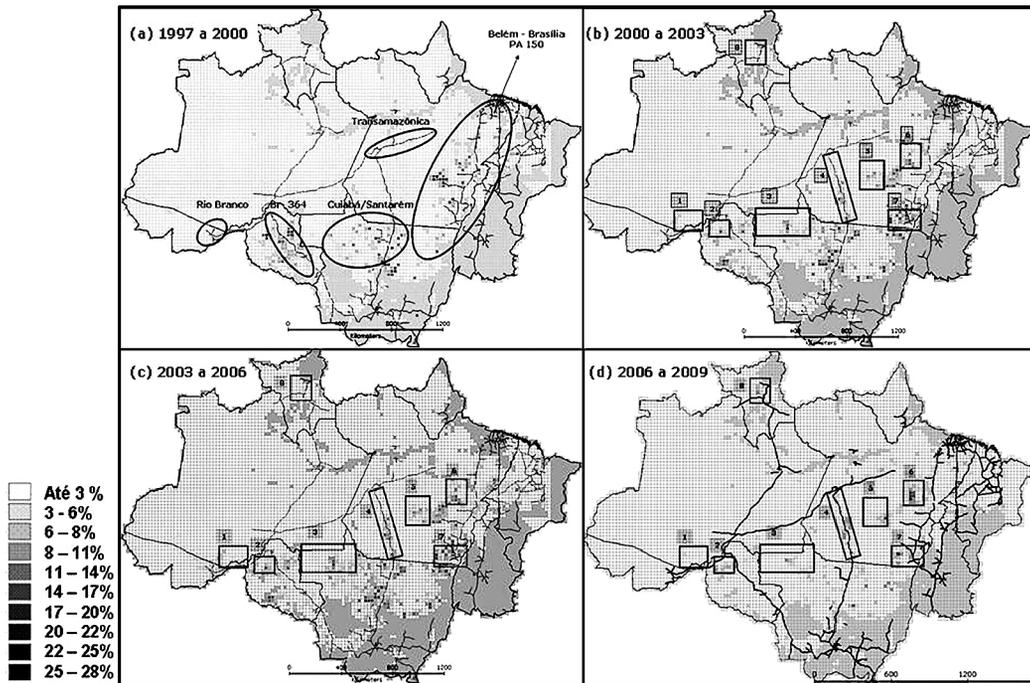


Figura 9.24: Mapas com a evolução do “arco do desmatamento”.

Fonte: VALERIANO, Dalton de M. et al. Dimensões do desmatamento na Amazônia brasileira. In: George Martine, *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuição para uma agenda brasileira*, p. 223-238, 2012. http://www.dpi.inpe.br/geocxnets/wiki/lib/exe/fetch.php?media=urbis:visita-tecnica:inpe_desmatamento_abep_rio_20_mar_2012_revisado.pdf

O futuro próximo das populações amazônicas e do grande patrimônio ambiental é algo relativamente indefinido, pois as demandas globais não cessam de crescer, sobretudo, em razão da incorporação de economias emergentes e de suas populações a circuitos de consumo, a exemplo de China e Índia.

Com isso, poderá haver um incremento das atividades agrícolas, pecuárias e minerais numa dimensão que demande a rápida abertura de mais áreas de matas nativas e cerrados, num modelo de exploração predatório. Essas pressões poderão dar a segmentos do empresariado a base para um discurso favorável à retomada da “fronteira móvel”, em prejuízo da “fronteira consolidada”.

Em outras palavras, poderá se fortalecer um viés e um discurso desenvolvimentista para a Amazônia. Um exemplo disso seria, talvez, a disseminação dos cultivos (não nativos) de soja e algodão, ao

invés de priorizar a manutenção da floresta ou de cerrados para sua utilização sustentável.

O desenvolvimentismo seria, de algum modo, perceptível na preocupação e no discurso dos governos federal e estaduais de reativação/recuperação de rodovias e logística de hidrovias construídas ou iniciadas durante os governos militares de 1964.

Mas, ao mesmo tempo, como privar as populações amazônicas, inclusive as mais humildes e afastadas, do direito a redes de transportes eficientes que lhes tragam oportunidades diversas em mercados regionais e nacionais, além do acesso a serviços públicos, entre os quais a segurança pública e a Justiça?

O assassinato de líderes populares, jornalistas, sindicalistas e religiosos, como o da Irmã Dorothy Stang (1931-2005), em Anapu (PA), continuarão a acontecer, enquanto a população não tiver acesso franco à Justiça, inclusive físico (estradas, transporte público, meios de comunicação). Sem estradas e comunicações rápidas, os crimes têm a sua feitura facilitada, incentivada. As punições ficam dificultadas, lentas. A impunidade passa a ser a marca e a cidadania fica submetida à força da brutalidade, da corrupção e do desmando.

Nem o desenvolvimentismo precisaria ser sinônimo de destruição, e nem o ambientalismo o mesmo que imobilismo ou o não aproveitamento dos recursos da natureza.

Aqui, é que parece residir a incógnita. Qual o meio-termo? Como integrar populações alijadas de toda uma série de direitos? Como atender à perspectiva de inserção do Brasil no mundo globalizado? Como conservar um rico patrimônio ambiental, cultural, biogenético?

Este patrimônio, aliás, pertence não só aos brasileiros, mas à humanidade. E o Brasil é cada vez mais cobrado internacionalmente por isso!

A professora Bertha Becker lembrando o termo *Heartland* – criado pelo geógrafo britânico Halford J. Mackinder, na primeira década do século XX – descreveu essa indefinição sobre os rumos da Amazônia no século XXI como a “*incógnita do Heartland*”.



Halford J. Mackinder e o Heartland

Halford J. Mackinder (1861-1940) é considerado um dos fundadores da Geopolítica na primeira década do século XX. Em 1904, proferiu palestra na *Royal Geographical Society*, em Londres, sobre “O pivô geográfico da História”, em que advertia o Império Britânico para a emergência do poder continental. Isso ia de encontro às bases do poder que a Inglaterra havia conquistado pelo domínio dos mares, ou seja, do poder marítimo.

Em linhas gerais, o desenvolvimento das ferrovias, das rodovias e da aviação – depois da década de 1910 – permitiu que os deslocamentos por terra se fizessem mais rapidamente, valorizando países detentores de grandes territórios. Isso valorizaria as extensões do interior da Ásia que separam o Ocidente do Oriente, o norte subpolar do chamado mundo indiano. Na Ásia Central (até partes do Mediterrâneo) estaria o “Coração do Mundo”, o “Pivô Geográfico”, o “Heartland”.

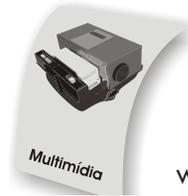


Figura 9.25: O Heartland eurasiático na interpretação do teórico estrategista Halford John Mackinder em sua obra *The Geographical Pivot of History* de 1904

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_Heartland - Domínio público

Quem o controlasse, controlaria o mundo! Não se pode compreender as guerras mundiais de 1914-18 e de 1939-45, além da Guerra Fria, sem levar em consideração o impacto da obra de Mackinder sobre governos e Estados Maiores de forças armadas. No Brasil, país que conquistou território tão vasto pela capacidade de expansão do Estado, houve “naturalmente” a incorporação de conceitos da Geopolítica. Além disso, os militares foram fundadores da República e se colocaram com uma espécie de quarto poder, conforme já observamos. A fundação da Escola Superior de Guerra, em 1949, atestaria o fato. Um dos objetivos da integração do Centro-Oeste e da Amazônia foi justamente o de aumentar a presença do Estado brasileiro numa vasta área que – somada a extensões da Bolívia e do Paraguai – formariam o *Heartland* da América do Sul. Talvez, possamos utilizar a expressão *Heartland* para a Amazônia nos dias de hoje, não só com o sentido de centro de massa continental, mas também como o de coração de um mundo globalizado, em que a ciência e a tecnologia poderão solucionar problemas diversos da humanidade, a partir da incorporação de patrimônios ambientais e culturais. Além disso, há o enorme potencial financeiro do controle desse conhecimento. Tomando a liberdade de atualizar o pensamento de Mackinder:

“Quem controla a ciência e a tecnologia terá posição de liderança na Era Informacional!”



Para saber um pouco mais sobre Mackinder e sua obra, acesse o site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_do_Heartland.

A organização do território regional dependerá, na fase atual, dos interesses e do poder de atores sociais, religiosos, políticos e econômicos envolvidos, alguns dos quais já diretamente vinculados a mercados, instituições diversas e comunidades internacionais. Há que se levar em conta o próprio Estado brasileiro, em seus níveis federal, estadual e municipal, e sua capacidade de intervenção, inclusive, militar.

No nível federal, só para lembrar, tivemos no passado os territórios federais do Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. O governo federal tinha o controle direto sobre essas porções territoriais. Desde os anos 1970, foram transformados em estados federados, o que significa a assunção pela população local de uma série de competências e obrigações.

No nível municipal de administração pública, chama a atenção o surgimento de novos municípios, à medida que se adensa a população e a atividade econômica. A Constituição de 1988 também permitiu o crescimento do número de municípios.

A questão é saber como esses municípios novos financiarão seus gastos em pessoal e em custeio, além de seus investimentos. Como muitos não têm efetiva viabilidade financeira, passam a ser dependentes de repasses do governo federal, principalmente. Graças a isso, o Governo Federal permanece com forte influência no interior da Amazônia (e do país como um todo), inclusive pelo programa Bolsa Família.

Na Tabela 9.3, podemos ter uma ideia da intensidade de incremento do número de municípios, no caso dos estados da região Norte.

Tabela 9.3: Emancipação dos municípios, segundo as unidades da Federação – 1872/2010

Unidades da Federação	Emancipação dos municípios												
	1872	1900	1911	1920	1933	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Brasil	642	1 121	1 221	1 302	1 363	1 574	1 890	2 765	3 959	3 992	4 491	5 507	5 565
Rondônia	-	-	-	-	-	-	7	2	2	7	23	52	52
Acre	-	-	3	5	6	7	2	7	7	12	12	22	22
Amazonas	7	24	27	28	28	28	25	44	44	44	62	62	62
Roraima	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2	8	15	15
Pará	32	50	54	56	37	53	59	60	85	83	105	143	143
Amapá	-	-	-	-	-	-	4	5	5	5	9	16	16
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	79	139	139

Fonte: Adaptado de *Emancipação dos municípios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010*. Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.30.

Fonte: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

A organização do território amazônico será a resultante, assim, dos vetores da Era Informacional. Há que se contar ainda os impactos do narcotráfico e do contrabando de ouro e pedras preciosas extraídas em garimpos dispersos por toda a Amazônia.

Tanto poderá ocorrer a continuidade de um processo de valorização pelo agronegócio de áreas já abertas e mais ou menos degradadas quanto o desenvolvimento de outras possibilidades de negócios sustentáveis em padrões mais altos de capitalização e integração com mercados no Brasil e no exterior. Um exemplo seria das madeiras de projetos de manejo certificados para exportação ou para fins de construção ou fabricação de móveis.

A “fronteira consolidada”

No caso do “VTE” preponderar, teríamos a “fronteira consolidada”, isto é, não seria necessária a incorporação de mais terras, matas e cerrados virgens. As oportunidades virão com o incremento de capital, tecnologia e trabalho qualificado. A economia teria forte tendência à redução de população rural, com o desenvolvimento de cadeias produtivas urbanas capazes de maior agregação de valor e riqueza.



Pedro Biondi/Agência Brasil

Figura 9.26: Mato Grosso – Manutenção de área de proteção permanente e em área em preparo, para o plantio de algodão próximo ao Parque Indígena do Xingu (2007).
Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mato_Grosso_deforestation_\(Pedro_Biondi\)_1_2ago2007.jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mato_Grosso_deforestation_(Pedro_Biondi)_1_2ago2007.jpg?uselang=pt-br)

Mas poderá acontecer a aceleração da reabertura da “fronteira móvel”, caso os segmentos associados a esse padrão de economia extensiva venham a predominar na disputa política local/regional. Isso teria a ver com a retomada de projetos de eixos viários em moldes desenvolvimentistas, conforme falamos antes.

Esses eixos estão representados no Mapa 8 (Figura 9.27) por linhas vermelhas pontilhadas e cortam reservas indígenas, unidades de conservação (de uso sustentável e de proibição integral a quaisquer atividades) e áreas de terras não devidamente tituladas. São basicamente as rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163), Manaus-Porto Velho (BR-319) e trechos da Transamazônica (BR-230) entre Santarém e Lábrea (AM).

A propósito, observe a complexidade da organização territorial representada pelo mesmo Mapa 8.

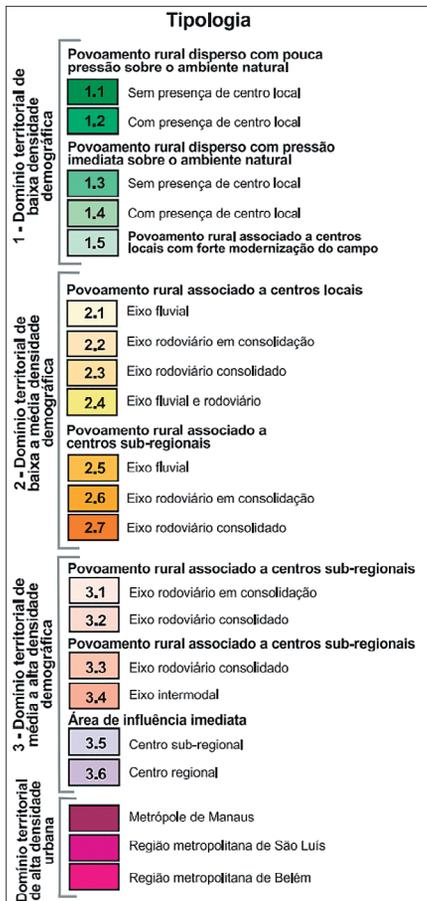
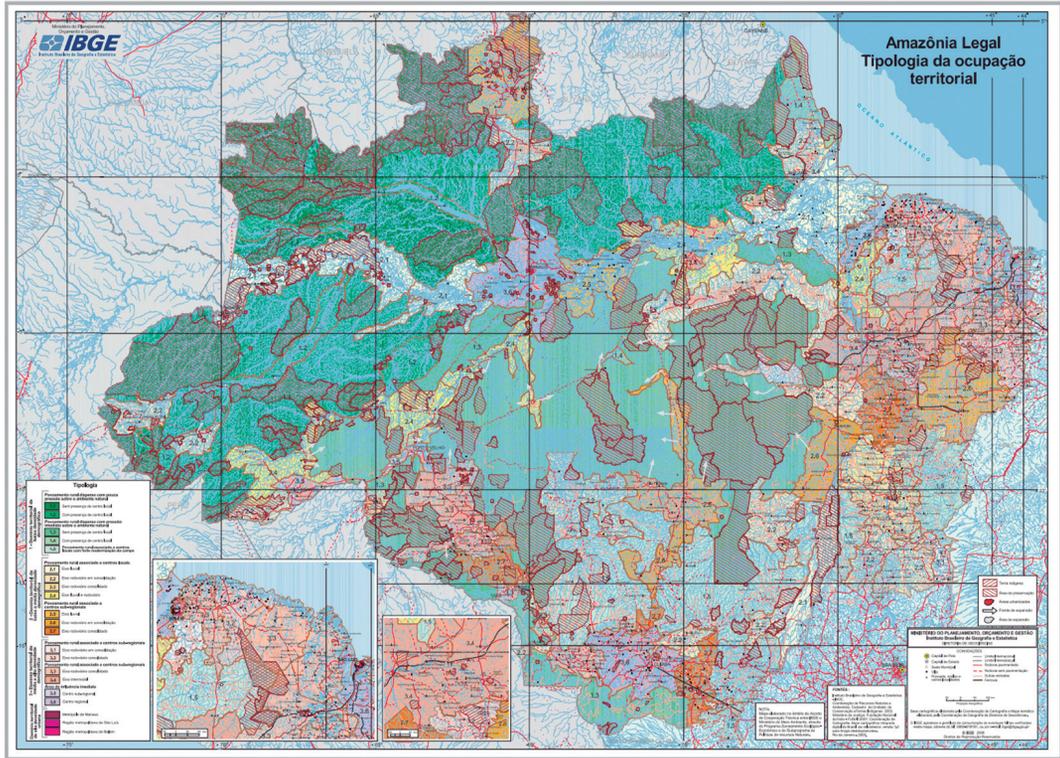


Figura 9.27: Mapa 8 : Amazônia Legal – Tipologia de ocupação territorial.

Fonte: Rio de Janeiro: IBGE, 2006. [fip://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_tipologia_da_ocupacao.pdf](http://geoftp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_tipologia_da_ocupacao.pdf)



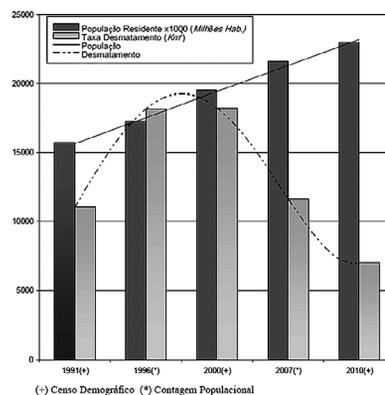
A professora Bertha Becker avalia, contudo, que há condições muito propícias na própria organização regional da Amazônia ao fortalecimento da “fronteira consolidada” sobre a “fronteira móvel”:

...o que se deseja aqui demonstrar é que a escala e a lógica do desmatamento são outras, associadas a atividades que tendem a se intensificar, e que essa vasta área não é mais uma fronteira de ocupação, mas sim uma área de povoamento consolidado, com significativo potencial de desenvolvimento, seja pela intensificação do povoamento e das atividades produtivas, seja pela recuperação das áreas alteradas e/ou abandonadas...

Fonte: BECKER, Bertha K.. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 76.

Essa perspectiva parece se confirmar com dados de desmatamento comparados com o crescimento demográfico da região. Vem sendo observada uma queda considerável. Onde há desflorestamento, ele não ocorre em padrões dos anos 1960 a 1980.

Veja o Gráfico 2, a seguir:



Evolução histórica do desmatamento (km²) e da População Residente (milhões de habitantes) na Amazônia Legal. Dados de Desmatamento PRODES (INPE¹), e de População dos Censos Demográficos e Contagens Populacionais (IBGE²). [¹ <http://www.obt.inpe.br/prodes>, ² <http://www.ibge.gov.br>]

IMPORTANTE: Todos os dados e informações metodológicas são abertos e disponibilizados na internet pelas duas instituições

Figura 9.28: Gráfico 2. Desacoplamento entre Crescimento Popacional e Desmatamento na Amazônia Legal (1991-2010).

Fonte: VALERIANO, Dalton de M. et al. Dimensões do desmatamento na Amazônia brasileira. In: George Martine, População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuição para uma agenda brasileira, p. 223-238, 2012.

http://www.dpi.inpe.br/geocxnets/wiki/lib/exe/fetch.php?media=urbis:visita-tecnica:inpe_desmatamento_abep_rio_20_mar_2012_revisado.pdf



Quanto já se destruiu na Amazônia?

Cumprе lembrar que, com o avanço do geoprocessamento, é possível avaliar o processo de ocupação da Amazônia com bastante precisão. Pode-se inferir, por exemplo, se as queimadas são feitas em áreas de florestas ainda nativas, secundárias (capoeirões), em processo de exploração por madeireiros, em pastos ou terrenos em preparo para lavouras. Permite até saber que tipo de lavoura se faz – até com finalidade de produção de drogas.

No caso dos madeireiros, após abrirem picadas e estradas toscas nas matas com ou sem permissão de proprietários, indígenas ou agricultores de reservas extrativistas, retiram primeiro as árvores de madeiras nobres, como o mogno. Depois, exploram as madeiras para outros fins, a exemplo da construção civil ou da lamentável produção de carvão vegetal.

Tanto o desmate de florestas/formação de pastagens quanto a produção de carvão vegetal são tristes campeões, em termos de casos de trabalho considerado escravo pelo próprio Ministério do Trabalho na Amazônia



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público

Figura 9.29: Fornos para produção de carvão vegetal. Açailândia (MA).

Nesse processo de extração de madeiras, a floresta fica exposta ao sol, perde umidade e passa a ser mais facilmente combustível, até por eventos naturais. As queimadas em florestas virgens tendem, contudo, a liberar menos calor do que aquelas em florestas alteradas ou em capoeirões, em razão da umidade que era mantida pela própria mata fechada.

Os satélites, hoje, têm capacidade para diferenciar o calor liberado, inclusive, quando se trata de uso do fogo para formação ou limpeza de lavouras e/ou pastagens.



João Eduardo de Alves Pereira - Domínio público

Figura 9.30: Caminho fácil para o fogo: pastagem e capoeirão (1987). Estrada vicinal em Eldorado dos Carajás (PA).

De acordo com o Greenpeace, de tudo que foi desmatado na Amazônia Legal, 72% viraram pastagens, quase sempre de exploração extensiva. Pará e Mato Grosso, não à toa, estão entre os dez estados de maiores rebanhos bovinos do país. Os 18 % restantes são lavouras.



Confira no site do Greenpeace mais notícias sobre desmatamento e áreas protegidas.

http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2011/Mapa%20desmatamento_2011.pdf

Agora, para conhecer melhor o trabalho de geoprocessamento na Amazônia feito pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE), um artigo interessante é: “Dimensões do desmatamento na Amazônia brasileira”, de VALERIANO, Dalton de M. et al.. In. George Martine, *População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuição para uma agenda brasileira*, p. 223-238, 2012. Acessível pelo site: http://www.dpi.inpe.br/geocxnets/wiki/lib/exe/fetch.php?media=urbis:visita-tecnica:inpe_desmatamento_abep_rio_20_mar_2012_revisado.pdf

Vai lá!

Tendências demográficas atuais na Amazônia

Os estados da Amazônia Legal vêm apresentando crescimento absoluto, o que acompanha o perfil do Brasil como um todo, para o período 2000-2010.

Mas, ao contrário dos estados das regiões Sudeste e Sul, o incremento dos estados da Amazônia Legal (com exceção do Amazonas e de Rondônia, o que pode estar associado a migrações intrarregionais) foi superior ao do período 1991-2000, conforme se vê na Tabela 9.4, a seguir.

Tabela 9.4: Crescimento absoluto da população residente, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação 1991-2010.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crescimento absoluto da população residente		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Crescimento absoluto da população residente	
	1991/2000	2000/2010 (1)		1991/2000	2000/2010 (1)
Brasil	22 973 695	20 956 629	Nordeste		
Norte	2 870 148	2 963 750	Sergipe	292 599	283 542
Rondônia	247 095	182 622	Bahia	1 202 259	946 656
Acre	139 808	176 033	Sudeste	9 672 010	7 951 999
Amazonas	709 314	671 428	Minas Gerais	2 148 342	1 705 836
Roraima	106 814	126 082	Espírito Santo	496 614	417 720
Pará	1 242 247	1 388 744	Rio de Janeiro	1 583 576	1 598 647
Amapá	187 635	192 494	São Paulo	5 443 478	4 229 796
Tocantins	237 235	226 347	Sul	2 978 239	2 279 275
Nordeste	5 244 171	5 340 239	Paraná	1 114 745	881 068
Maranhão	721 222	923 314	Santa Catarina	814 366	892 076
Piauí	261 141	275 082	Rio Grande do Sul	1 049 128	506 131
Ceará	1 064 014	1 021 720	Centro-Oeste	2 209 127	2 421 366
Rio Grande do Norte	361 215	391 245	Mato Grosso do Sul	297 628	371 023
Paraíba	242 711	322 703	Mato Grosso	477 122	530 769
Pernambuco	790 489	878 104	Goiás	984 325	1 000 560
Alagoas	308 521	297 873	Distrito Federal	450 052	519 014

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

(1) Para a obtenção do crescimento populacional absoluto do período 2000/2010 foram utilizadas as populações residentes em 2000 e 2010, sendo que para este último ano foi incluída a população estimada (de 2,8 milhões de habitantes) para os domicílios fechados.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.35.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Em termos da média geométrica de crescimento da população residente, os estados da Amazônia Legal acompanharam as tendências de queda do ritmo de crescimento da população brasileira como um todo.

Contudo, a população residente da região Norte passaria de 6,8 %, em 1991, para 7,6%, em 2000. Em 2010, era de 8,6%.

Na Tabela 9.5, verificamos, ainda, que as taxas de todos os estados da Amazônia Legal, excetuando-se Rondônia, tiveram taxas superiores às da média brasileira para o período 2000/2010.

Tabela 9.5: Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação -1991/2010.

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)	
	1991/2000	2000/2010 (1)		1991/2000	2000/2010 (1)
Brasil	1,64	1,17	Nordeste		
Norte	2,86	2,09	Sergipe	2,03	1,49
Rondônia	2,24	1,25	Bahia	1,09	0,70
Acre	3,29	2,78	Sudeste	1,62	1,05
Amazonas	3,31	2,16	Minas Gerais	1,44	0,91
Roraima	4,58	3,34	Espírito Santo	1,98	1,27
Pará	2,54	2,04	Rio de Janeiro	1,32	1,06
Amapá	5,76	3,45	São Paulo	1,80	1,09
Tocantins	2,61	1,80	Sul	1,43	0,87
Nordeste	1,31	1,07	Paraná	1,40	0,89
Maranhão	1,54	1,52	Santa Catarina	1,87	1,55
Piauí	1,09	0,93	Rio Grande do Sul	1,23	0,49
Ceará	1,75	1,30	Centro-Oeste	2,39	1,91
Rio Grande do Norte	1,58	1,33	Mato Grosso do Sul	1,75	1,66
Paraíba	0,82	0,90	Mato Grosso	2,40	1,94
Pernambuco	1,19	1,06	Goiás	2,49	1,84
Alagoas	1,31	1,01	Distrito Federal	2,82	2,28

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

(1) Para a obtenção da taxa do período 2000/2010 foram utilizadas as populações residentes em 2000 e 2010, sendo que para este último ano foi incluída a população estimada (de 2,8 milhões de habitantes) para os domicílios fechados.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.34.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Não há como não associar a manutenção do crescimento absoluto e das taxas médias geométricas à importância da agropecuária na economia amazônica. Só a região Norte tinha, em 2010, 4,2 milhões de pessoas com domicílio rural, com um incremento de 313 mil hab., entre 2000 e 2010. Roraima, Amapá, Pará e Acre tiveram os quatro maiores níveis absolutos de crescimento de população rural de todo o Brasil.

Todavia, todos os estados da Amazônia Legal têm predomínio de populações urbanas (73,5%, em 2010), embora numa taxa menor que a do Brasil (84,4%). Os dois únicos estados que têm percentuais abaixo da média regional são o Pará (68,5%) e o Maranhão

(63,1%). O Amapá (89,8%) lidera o processo de urbanização, em seguida o Mato Grosso (81,8%) e o Amazonas (79,1%).

O Mapa 9 (Figura 9.31) permite verificar essa associação entre crescimento populacional dos estados da Amazônia Legal com a dinâmica do setor agrícola, inclusive a do agronegócio (soja, algodão). Observe a diferenciação interna da distribuição demográfica na Amazônia.

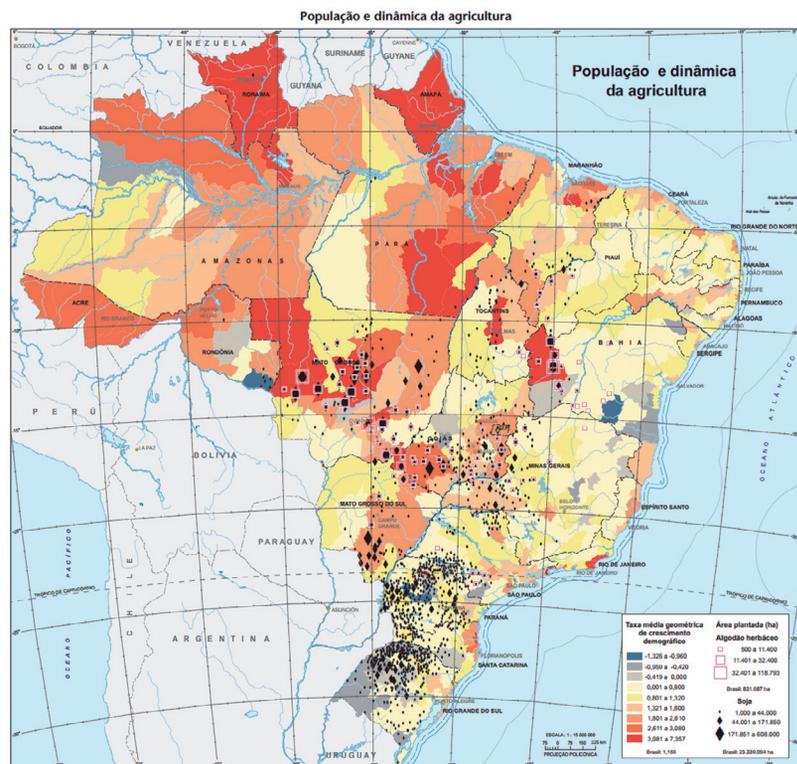


Figura 9.31: Mapa 9. Brasil. População e dinâmica da agricultura.

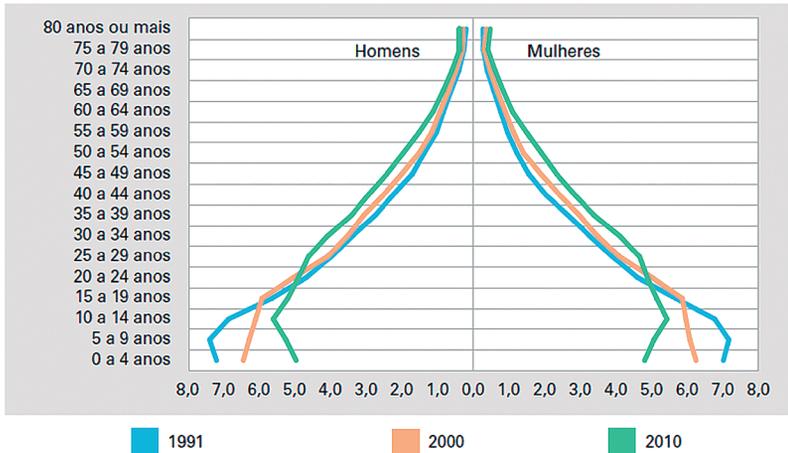
Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, p.52.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap4.pdf

Do ponto de vista etário, podemos verificar, pelo comportamento da região Norte, que as populações amazônicas já estão numa dinâmica de redução de taxas de natalidade, embora sejam muito jovens. Os menores de 5 anos eram 14,3% da população em 1980. Hoje, são 9,8%. Os idosos começaram a crescer, o que significa ampliação da expectativa de vida.

Na década de 1980, eram comuns mulheres com mais de 6 filhos. A queda na natalidade já era perceptível na faixa etária inferior aos 30 anos.

Veja a pirâmide etária da região Norte.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010.

Figura 9.32: Composição da população residente total por sexo e grupos de idade - região Norte -1991/2010.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.55.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Além da população ser jovem, chama a atenção lamentavelmente o fato de a maior parte dos estados da Amazônia Legal ostentar os maiores percentuais de crianças fora de sala de aula.

Isso não pode ser admissível para um país que disputa com a Grã-Bretanha o 5º lugar no mundo em riqueza, concorda?

Podemos aventar, como fatores para o fato, a pobreza, as distâncias e ineficiências nos transportes para o acesso às escolas, assim como a permanência do uso da mão de obra infanto-juvenil em tarefas nas lavouras, pastagens e garimpos, assim como naquelas atividades domésticas feitas pelas meninas ainda muito novas.

Mas a distribuição também é desigual pelo espaço amazônico conforme se vê no Mapa 10 (Figura 9.33). A importância de se conhecer a distribuição é para orientar a proposição de políticas públicas.

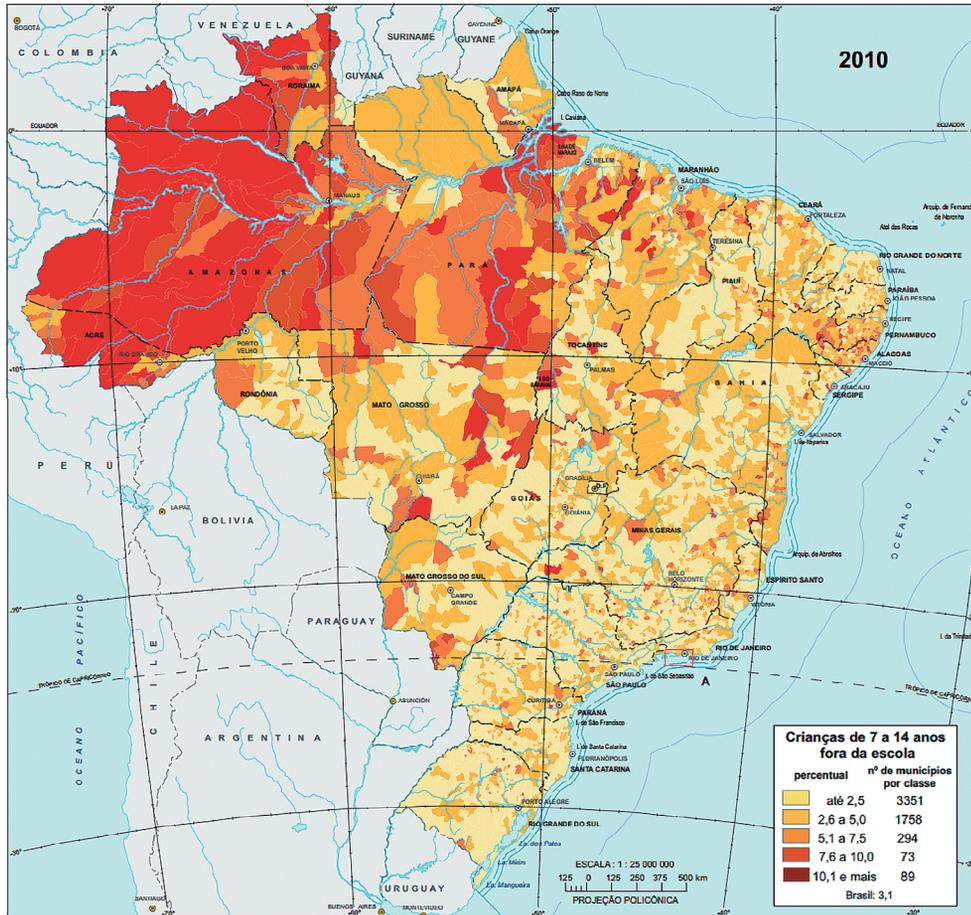


Figura 9.33: Mapa 10. Brasil. Crianças de 7 a 14 anos fora da escola.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*, Rio de Janeiro: IBGE, p. 112.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8.pdf

As migrações são agora basicamente intrarregionais

Se observarmos a participação da população das capitais no total das populações estaduais, teremos ideia da importância de cada uma delas na organização do espaço da Amazônia.

Pelo Censo de 2010, sabemos que: Porto Velho tinha 27,4%; Rio Branco, 45,8%; Manaus, 51,7%; Boa Vista, 63,1%; Belém, 18,4%; Macapá, 59,5%; Palmas, 16,5%.

Embora não seja o de maior percentual, vamos chamar a atenção para Manaus, que vem crescendo a 2,51% ao ano. Isso a torna a capital brasileira de maior taxa de crescimento entre 2000 e 2010. O crescimento de Manaus tem a ver com o relativo sucesso da Zona Franca de Manaus, conforme já abordamos anteriormente. A capital manauara passou, em dez anos, de nona para a sétima posição entre as cidades de maior população do país, com 1.800.000 habitantes.

A menor participação de Belém tem a ver com a existência de cidades importantes no vasto interior do Pará e ainda de Imperatriz no Maranhão, além da perda relativa de polarização do espaço amazônico como um todo para Manaus. No sul do Pará, há ainda a interseção com a influência de Goiânia e sua região metropolitana.

Na última década, Belém cresceu a uma média de 0,85% ao ano. É hoje a décima primeira cidade em volume de população do país, com 1.393.000 habitantes.

No Mapa 11 (Figura 9.34), a distribuição do saldo migratório pelo Brasil mostra como no estado do Pará há um processo de menor capacidade, de menor atração de população por Belém, em comparação com Manaus.

Agora, tanto Manaus quanto Belém sofrem e se beneficiam com a polarização exercida por São Paulo em todo o território nacional.

Outra possível observação é a de que a migração para a Amazônia Legal se concentra na “fronteira consolidada” e em frentes específicas, conforme já havíamos trabalhado anteriormente.

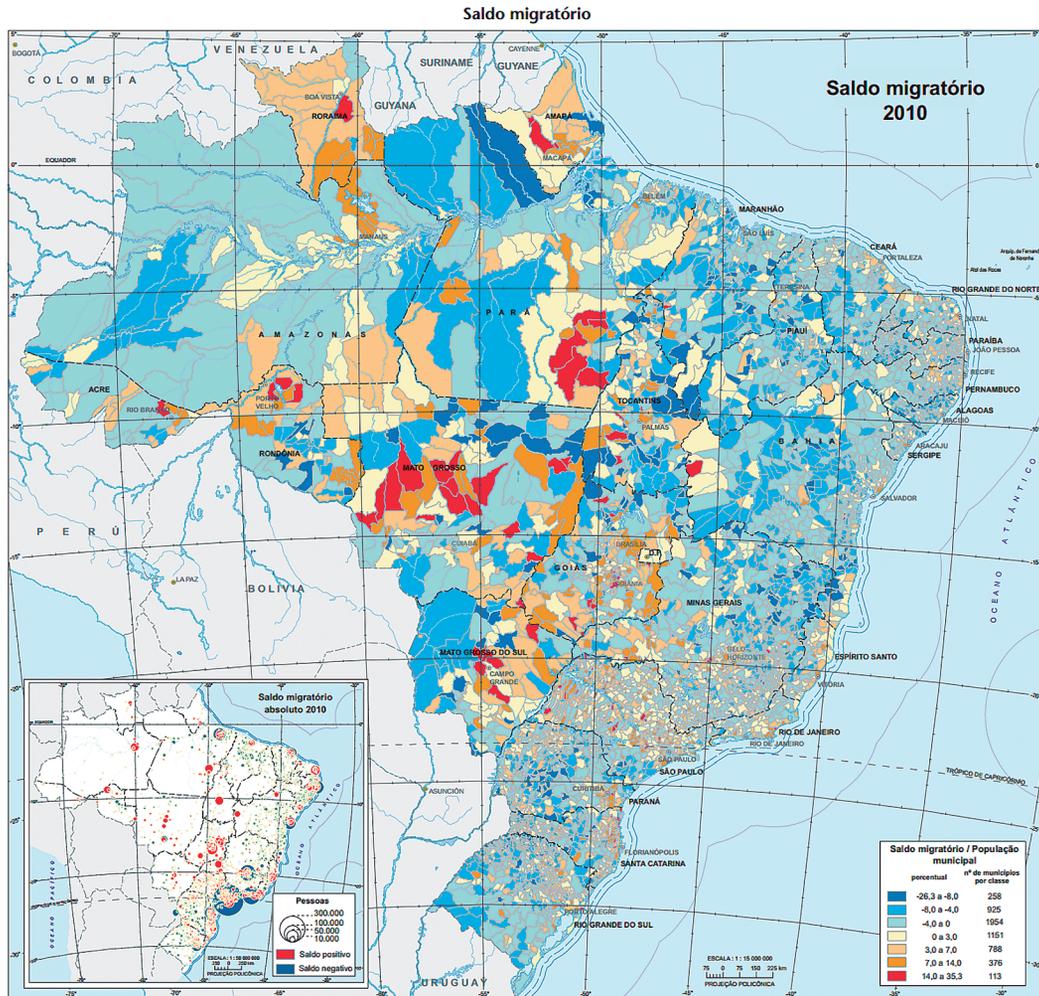


Figura 9.34: Mapa 11. Brasil. Saldo Migratório.
 Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, p.65.
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap5.pdf

O interessante no momento atual é que o saldo migratório na Amazônia se relaciona mais a um fenômeno intrarregional do que inter-regional. Até os anos 1980, predominavam os fluxos de migrantes de outras partes do país, especialmente os do Nordeste e os do Sul.

Rondônia, por exemplo, foi colonizada basicamente por populações de gaúchos e catarinenses, sem contar mineiros e nordestinos que se radicaram antes no norte do Paraná, nos anos 1950 e que, depois, deixaram essa região em direção da Amazônia.

Rondônia hoje tende a perder população para o Amazonas, considerando a abertura de uma nova frente ao longo da BR-319, Porto Velho – Manaus, e de melhorias projetadas para a Transamazônica no trecho entre Santarém e Porto Velho.

As migrações são hoje basicamente intrarregionais, conforme podemos ver nos Mapas 12 (Figura 9.35), 13 (Figura 9.36) e 14 (Figura 9.37), a seguir:

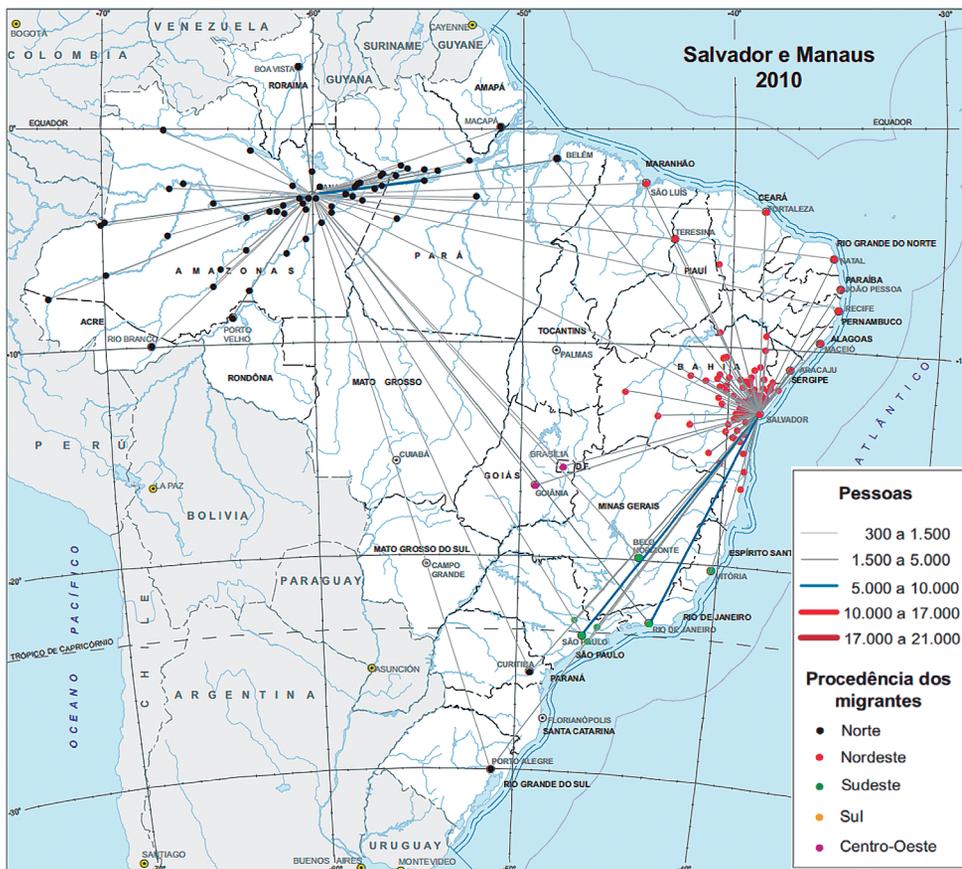


Figura 9.35 : Mapa 12. Brasil. Procedência de Migrantes.

Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, p.61.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap5.pdf

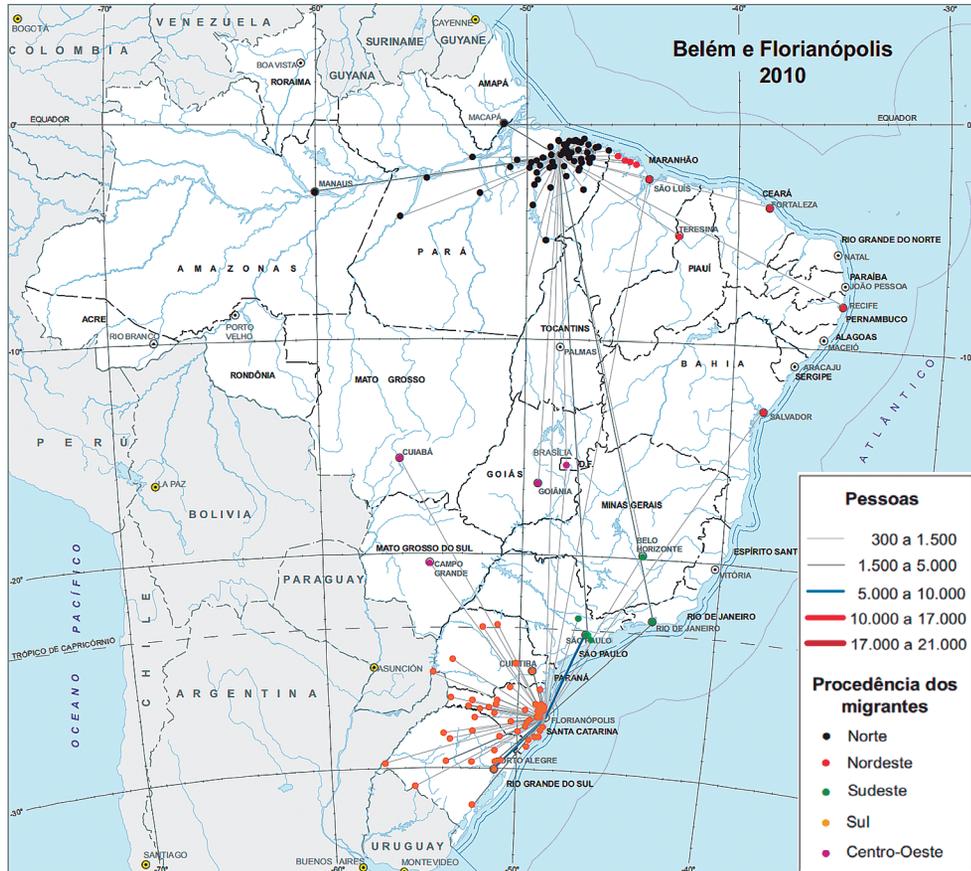


Figura 9.36: Mapa 13. Brasil. Procedência de Migrantes.

Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, p.67.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap5.pdf

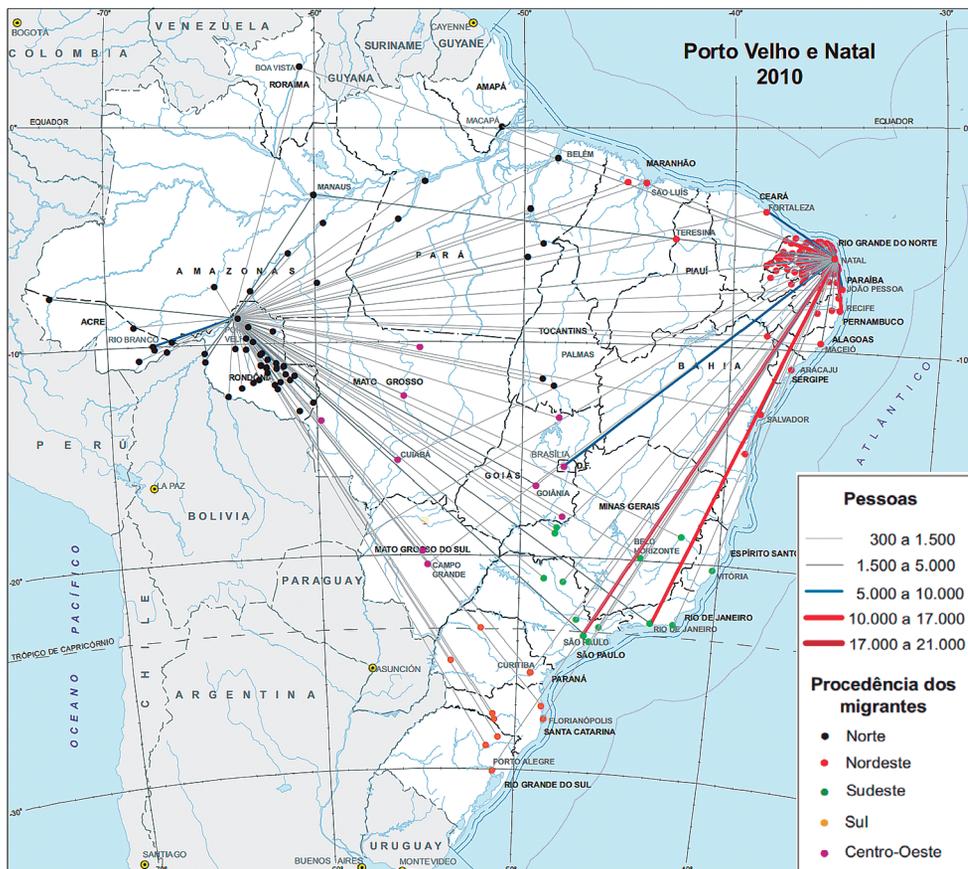


Figura 9.37: Mapa 14. Brasil. Procedência de Migrantes.

Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, p.62.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap5.pdf

O crescimento das populações indígenas

Mesmo com toda a legislação ambiental e de proteção a terras demarcadas e reservas, as perspectivas com relação à população indígena são de uma ampliação de tensões e conflitos, caso os eixos de circulação (PAC) sejam efetivamente pavimentados ou construídos pelos governos estaduais e federal.

O mesmo em relação ao potencial energético dos rios da Bacia Amazônica.



Agência Brasil.

Figura 9.38: Mosaico - Índios das tribos assurini, tapirajé, kaiapó, kapiapé, rikbaktsa e bororo-boe (2009).
 Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazilian_indians_000.JPG?uselang=pt-br

Além da potencial valorização das terras da Amazônia pela expansão do agronegócio ou do desenvolvimento de tecnologias de aproveitamento sustentável da floresta e dos cerrados, conflitos envolvendo indígenas têm uma componente demográfica clara: a assunção da identidade indígena por um número crescente de brasileiros que não se consideravam como tal em todo o país. Seriam “pardos” ou mesmo brancos. Agora, se declaram índios das várias etnias do país.

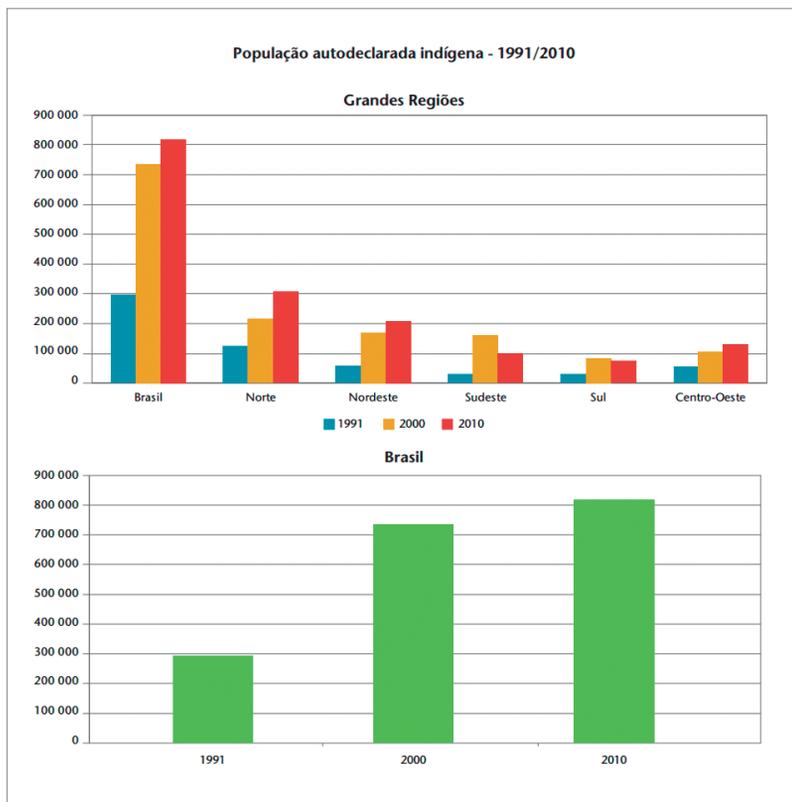


Figura 9.39: População autodeclarada indígena.
 Fonte : *Atlas do Censo de 2010*, Rio de Janeiro: IBGE, p. 138.
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap9.pdf

A questão das identidades é um fenômeno antropológico importante na Era Informacional em todo o mundo. Não pode ser tratado de modo simplista, como o fazem segmentos ligados ao empresariado rural em relação aos índios e a outras populações tradicionais, como quilombolas e caiçaras.

Atuando com sua grande bancada no Congresso Nacional, o agronegócio pretende elaborar lei que transfere, de órgãos técnicos do Governo Federal para o Congresso, o poder de definir por lei ordinária os limites das reservas indígenas e terras reivindicadas por quilombolas e caiçaras.



Sobre a questão de demarcação de terras indígenas no Brasil atual, não deixe de acessar o site <http://topicos.estadao.com.br/raposa-serra-do-sol>. Nele, você poderá ter informações do processo de demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima.

Pela decisão do Supremo Tribunal Federal, produtores rurais (arrozeiros) e suas famílias, que se radicaram nas terras, teriam de sair, uma vez que lá entraram sabendo que elas estavam em processo de demarcação, desde 1993. O problema é que foram atraídos pelo governo de Roraima e suas lavouras de arroz eram responsáveis por cerca de 6% da economia daquele estado.

Para Roraima, as demarcações de reservas indígenas representam quase a metade de seu território, ou seja, a economia do estado terá de encontrar um caminho do crescimento econômico respeitando essa condição legal. Esse é o desafio que está por trás da "incógnita do *Heartland*".

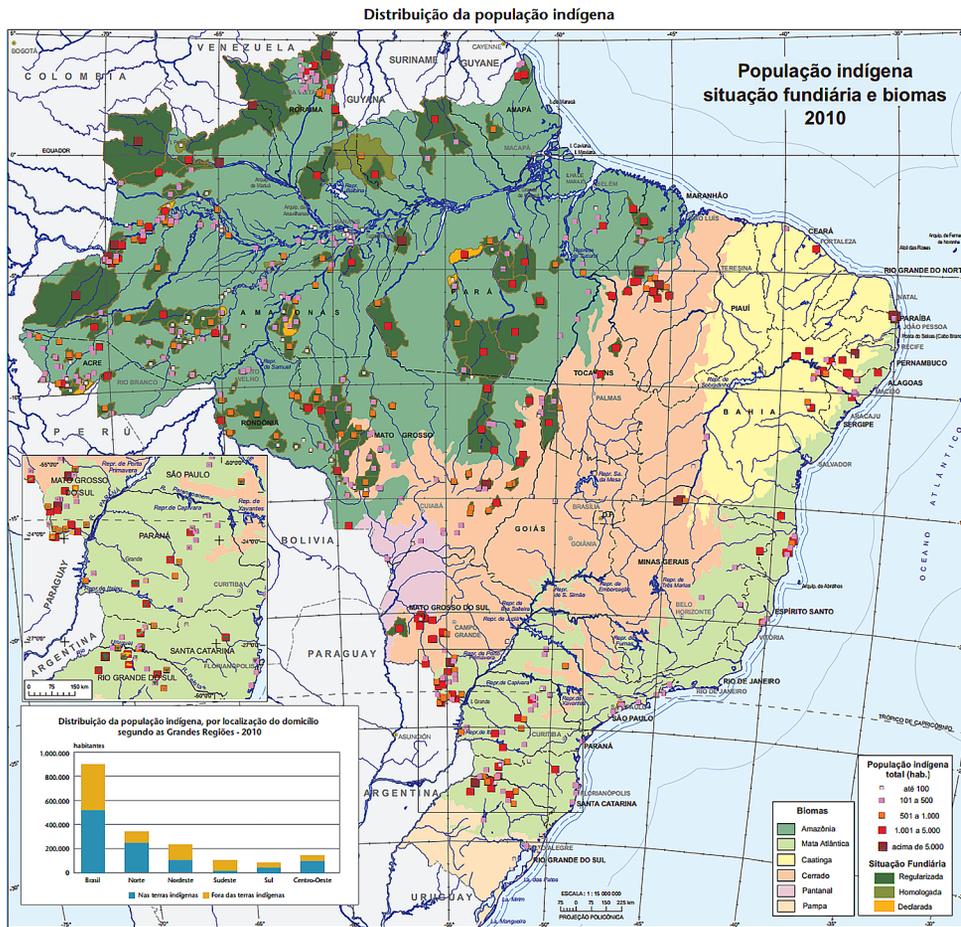


Figura 9.40: Mapa 15. Brasil. Distribuição da População Indígena.

Fonte: Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE 2011, p.55.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap4.pdf



Para saber mais sobre a questão dos conflitos que envolvem indígenas em todo o país, acesse a reportagem abaixo do jornal Folha de S. Paulo, pelo site:

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295478-entenda-demarcacoes-de-terras-indigenas-e-conflito-com-proprietarios-rurais.shtml>



Atende ao Objetivo 2

Analise os Mapas 1 e 2 (Figura 9.41). O primeiro representa a população rural dos municípios da Amazônia. O segundo traz os municípios da mesma Amazônia que mais recebem transferências de dois programas do Governo Federal: o Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

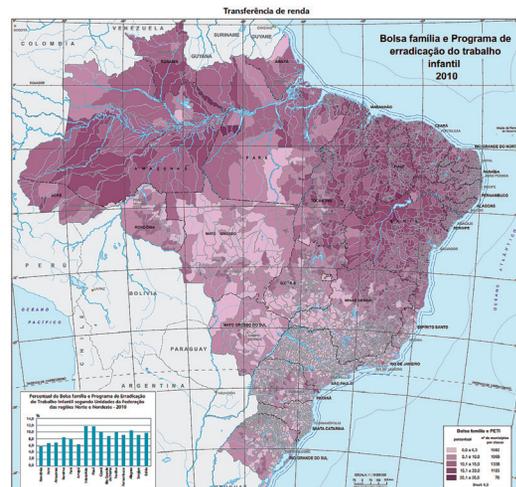
Mapa 1



População rural na população total	
percentual	nº de municípios por classe
até 15	1213
16 a 30	1221
31 a 50	1549
51 a 66	1000
67 a 96	582

Brasil: 16

Mapa 2



Bolsa família e PETI	
percentual	nº de municípios por classe
0,0 a 6,3	1982
5,1 a 10,0	1066
10,1 a 15,0	1338
15,1 a 20,0	1103
20,1 a 26,6	76

Brasil: 6,3

Figura 9.41: Mapas 1 - Distribuição espacial da população rural. Mapa 2 - Transferência de renda – Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2010). Ambos IBGE.

Fonte: Atlas do Censo Demográfico de 2010, p. 50 e 132.

mapa 1: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap4.pdf

mapa 2: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

Pedimos que você estabeleça uma associação entre o que representam os dois mapas.

Resposta Comentada

Os municípios em tons mais escuros (população rural) no Mapa 1 parecem coincidir com muitos em tons mais escuros no Mapa 2. Ou seja, as maiores concentrações de população rural vêm recebendo mais transferências do Governo Federal, em razão dos baixos níveis de renda e da utilização de mão de obra infantil.

CONCLUSÃO

A resposta à “incógnita do Heartland” parece ser a confirmação da hipótese de que a organização do território amazônico se encaminha para a “fronteira consolidada”.

A intensificação do uso da terra já aberta ou mesmo degradada e o emprego crescente de tecnologias (inclusive para iniciativas que valorizam o capital natural) são fatores contribuintes do não retorno à “fronteira móvel”, à visão de “vazio demográfico” a ser integrado a ferro e a fogo, como missão que o estado brasileiro delegara a si próprio.

Do ponto de vista demográfico, isto significa que o crescimento da população dependerá menos de fluxos de migração externos à região e seguirá tendências já observadas em todo o país a exemplo: da continuidade do processo de urbanização/metropolização; da diminuição das taxas de crescimento vegetativo e de fecundidade.

A consolidação da fronteira passa pela disputa política e pela assunção pelo Estado de uma capacidade de intervenção e planejamento que concilie aceleração do crescimento econômico

(numa economia regional influenciada pela globalização) com sustentabilidade ambiental e social, democratização do acesso a serviços públicos e respeito a direitos fundamentais, sociais e culturais das populações da Amazônia.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Veja o mapa, a seguir. Ele se refere ao período de 1995-2000:

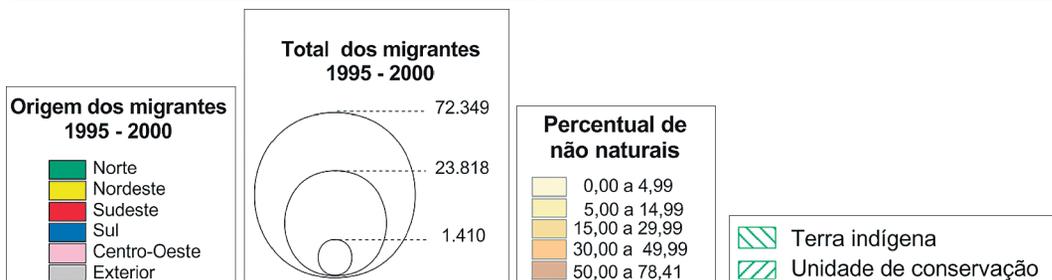
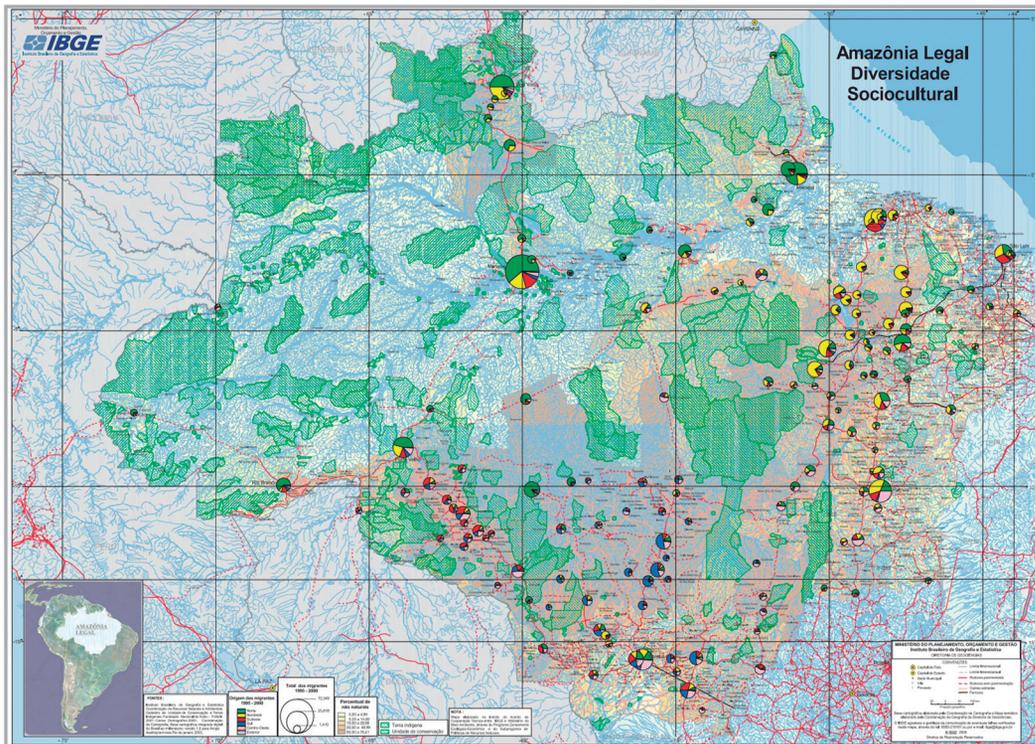


Figura 9.42: Mapa da diversidade sociocultural da Amazônia Legal.

Fonte: IBGE. [ftp://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_diversidade_sociocultural.pdf](http://geofp.ibge.gov.br/mapas_tematicos/integrado_zee_amazonia_legal/amazonia_diversidade_sociocultural.pdf)

Agora, com base no texto da aula:

a) identifique em que regiões da Amazônia predominam migrantes de origens:

- intrarregionais.

- inter-regionais.

b) apresente um argumento que justifique o tom vermelho na Zona Franca de Manaus.

Resposta Comentada

a)

- migrantes intrarregionais – Ao longo da calha do Amazonas e nas divisas do mesmo estado com Rondônia e o norte do Mato Grosso. No caso das divisas, temos a frente de expansão ligada às rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Também a região metropolitana de Manaus, o que demonstra o poder de polarização dela sobre a Amazônia Ocidental. Ao norte, em Roraima, ao longo da Manaus – Caracará – Boa Vista (BR- 174).

- migrantes inter-regionais – No sul da Amazônia, entre o Acre e o Mato Grosso, passando por Rondônia, predominam migrantes das regiões Sul e Sudeste (mineiros, principalmente). No eixo norte-sul, ao longo da Belém-Brasília, são os migrantes de origens nordestinas que predominam.

b) o caráter industrial que Manaus alcançou com a Zona Franca demanda de mão de obra qualificada, o que atrai migrantes do Sudeste brasileiro.

RESUMO

A Geografia da População na Amazônia na Era Informacional é diretamente influenciada pelos vetores “tecnoindustrial” e “tecnoecológico”, bem como por processos sociais, políticos, econômicos em ação em todo o território brasileiro.

As resultantes de todas essas forças e processos ainda não produziram uma resposta à “incógnita do *Heartland*”, mas parecem apontar para a consolidação da fronteira, ao invés da manutenção do caráter móvel, predatório e geopolítico com que o Estado e a sociedade (em seus segmentos de elites) realizaram sua integração ao capitalismo (semiperiférico) brasileiro e ao meio técnico, entre os anos 1930 e 1980.

A “fronteira consolidada” significa uma redução da abertura de novas frentes e a intensificação do uso de áreas já utilizadas (em graus diferenciados de degradação) ao longo do “arco de fogo” ou “arco do desmatamento”. Os sistemas de produção tenderão a ser menos extensivos, o que poderá gerar cadeias produtivas que agreguem valor e elevem a riqueza regional.

A sustentabilidade passou a ser um dos elementos fundamentais da organização do território, o que demonstra ter havido um certo enfraquecimento relativo de uma perspectiva desenvolvimentista, em favor do ambientalismo e da valorização de populações tradicionais, indígenas, quilombolas, enfim, dos povos da floresta.

Mas é preciso mudanças culturais na maneira de conceber o aproveitamento dos recursos desde o nível federal até o local/municipal, além do desenvolvimento de tecnologias que mostrem como a “floresta em pé” é capaz de gerar mais riqueza do que derrubada e transformada em pastos, lavouras ou sacos com carvão vegetal.

Este é o desafio que o “vetor tecnoecológico”, ambientalista, tem a superar nas próximas décadas para não sucumbir diante do “vetor tecnoindustrial”, desenvolvimentista (relacionado ao agronegócio).

No caso dos povos indígenas, observa-se um aumento das tensões (a exemplo da demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima) pela valorização do espaço amazônico pelos vetores da Era Informacional, ao mesmo tempo em que se verifica um aumento absoluto da população de índios – inclusive como fenômeno associado à assunção de identidade cultural e étnica.

Em termos de evolução demográfica, as migrações passaram a ter o predomínio de fluxos intrarregionais e intensificou-se a urbanização, apesar de a Amazônia apresentar contingentes consideráveis de população rural.

As densidades de população da região continuam as mais baixas do Brasil, mas há concentrações importantes nas duas principais áreas metropolitanas, nas capitais e em alguns centros sub-regionais como Imperatriz (MA), Santarém (PA), Marabá (PA). O crescimento vegetativo é ainda superior às médias nacionais, mas segue a tendência nacional de queda e de envelhecimento da população.

O espaço amazônico continua tendo sua organização influenciada pela rede fluvial, apesar da implantação de rodovias desde os anos 1950 e da ampla utilização de aeronaves pelos céus do Norte e do Centro-Oeste do Brasil.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 10, trabalharemos aspectos e tendências demográficas nestas primeiras décadas do século XXI, a partir dos resultados do Censo de 2010. Será dada ênfase ao já visível processo de envelhecimento e analisado alguns de seus impactos à Geografia da População brasileira.

Leitura recomendada

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____, B. K. & EGLER, C.A.G. *Brasil uma nova potência regional na economia mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1993.

GONÇALVES, C. W.. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2008,

Vídeos e filmes recomendados

A Amazônia vai ao encontro de Brasília. Documentário de Jean Manzon, 1957. Acessível pelo site: www.acervojeanmanzon.com.br.

Instituto Chico Mendes (ICMBIO). Entrevista com o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves sobre o "Riqueza do Conhecimento Tradicional". O site é: <http://www.youtube.com/watch?v=2wX3NW12X5Q>.

Museu Emílio Goeldi - INCT Biodiversidade e Uso da Terra na Amazônia. Acessível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=mJToGMXTqJ4>.

Reportagem do Globo Rural (1996) sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás. Acessível pelo site:

<http://globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/eldorado-dos-carajas-1996/2262229/>

Serra Pelada. Filme longa metragem. Com Juliano Cazarré, Sophie Charlotte, Wagner Moura e grande elenco. Direção de Heitor Dhalla, 2013.

Aula 10

Tendências
da Geografia
da População
do Brasil nas
primeiras décadas
do século XXI:
transição e
envelhecimento
demográficos

João Eduardo de Alves Pereira

Metas da aula

Descrever aspectos e tendências demográficas nestas primeiras décadas do século XXI, a partir dos resultados do Censo de 2010, com ênfase no envelhecimento e seus impactos na Geografia da População brasileira.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. descrever tendências e perspectivas da evolução demográfica na Geografia da População brasileira, indicadas pelo Censo de 2010;
2. associar o envelhecimento da população aos conceitos de transição e bônus demográficos, destacando oportunidades e custos desse processo à sociedade e ao Estado brasileiro.

INTRODUÇÃO

A população brasileira, segundo o Censo Demográfico de 2010, é hoje de 20 vezes o efetivo do primeiro recenseamento em 1872. Em 2010, chegamos a 190.755.799 habitantes. Em relação ao que foi apurado pelo Censo de 2000, houve um crescimento de 12,3% em uma década, com uma taxa 1,17% ao ano (a. a.).

Na verdade, na precisa data de 2 dezembro de 2012, o IBGE anunciou que havíamos alcançado a marca histórica de 200 milhões de habitantes. Contudo, com a manutenção de taxas inferiores a 2,0% a.a., a população tenderá a um crescimento absoluto lento até a década de 2030/40, quando o número de idosos (60 anos para o Estatuto do Idoso; ou 65 anos ou mais do ponto de vista de atividade econômica) superará o das crianças e adolescentes (entre 0 e 14 anos).

O total do efetivo populacional deverá chegar, no máximo, a cerca de 220 milhões habitantes, em 2040. A partir daí, com as taxas de crescimento já negativas, haverá uma natural redução do tamanho da população. Em 2050, o Brasil será parecido com a França atual, conforme ilustra a Figura 10.1.

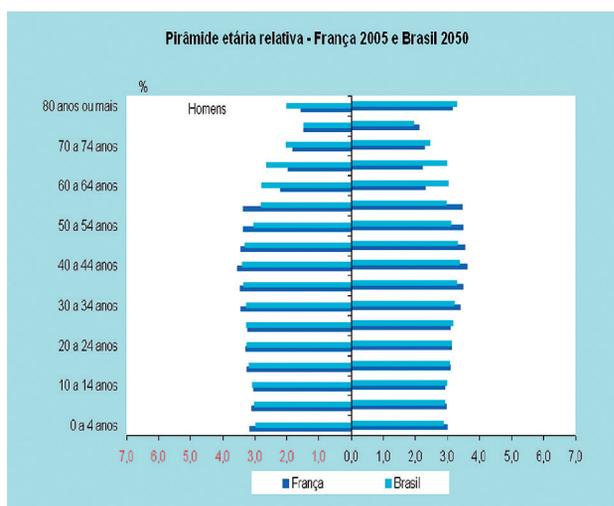


Figura 10.1: Brasil - Evolução Demográfica 1950-2010.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000403.pdf> - IBGE

Em 2100, é possível prever um retorno à casa dos 180 milhões de habitantes - contingente que foi alcançado entre 2000 e 2010.

Todo esse crescimento quantitativo precisa ser associado a transformações políticas, tecnológicas e econômicas, que o Brasil teve ao longo do século XX, especialmente, após os anos 1930. Mas, além de quantitativo, o incremento demográfico tem de ser visto em seus aspectos qualitativos, relacionados diretamente a questões familiares, educacionais, sociais, étnicos, culturais, de renda, de gênero e opção sexual.

O fato é que, se o crescimento da população é diretamente influenciado pela evolução da sociedade, é capaz também de retroalimentar o desenvolvimento da mesma sociedade e do Estado. Apresenta, pois, oportunidades e custos diversos, inclusive em termos da pressão sobre recursos ambientais.

O crescimento tem impactos diretos na produção do espaço, altera a relação entre o rural e o urbano, desafia o planejamento e a elaboração de políticas públicas, inclusive no setor de Educação. Enfim, interfere na organização e funcionamento do território e dos fluxos que nele circulam.

Nesta aula, apresentaremos aspectos e tendências do desenvolvimento da população brasileira nas primeiras décadas do século XXI, a partir dos resultados do Censo Demográfico de 2010.

Daremos ênfase à transição e ao “bônus” demográficos que ora vivenciamos, observando o debate sobre os desafios de uma estrutura demográfica que se dirige com celeridade para o envelhecimento e os consequentes custos de manutenção da previdência e assistência social.

O texto desta aula será subdividido em duas partes: primeiramente, descreveremos tendências demográficas indicadas pelo Censo de 2010; depois, uma rápida apresentação da questão do envelhecimento da estrutura da população e a colocação do debate sobre o sistema previdenciário brasileiro e sua sustentabilidade.

Não abordaremos as temáticas de distribuição e estrutura de população entre sexos nesta aula. Deixaremos para a Aula 13, quando trataremos de aspectos da população feminina e aprofundaremos a discussão sobre a maior complexidade da família brasileira.



O Censo Demográfico de 2010: a dimensão do desafio de sua realização.

Nos vídeos sobre o lançamento do Censo Demográfico, em 2010, que indicamos a seguir, você pode ter uma ideia do desafio que é a realização de um Censo Demográfico por um território tão vasto quanto o do Brasil. Só de recenseadores, foram contratados cerca de 190 mil!

Confira!

Censo Demográfico de 2010, parte 1. Produzido pela NBR - Governo Federal - Brasil. Acessível pelo site:

<http://www.youtube.com/watch?v=K6NK0LrV4-s>

Censo Demográfico de 2010, parte 2. Produzido pela NBR - Governo Federal - Brasil. Acessível pelo site:

<http://www.youtube.com/watch?v=iUmzdqDZiPo>

O Censo Demográfico de 2010: uma breve apresentação de seus resultados

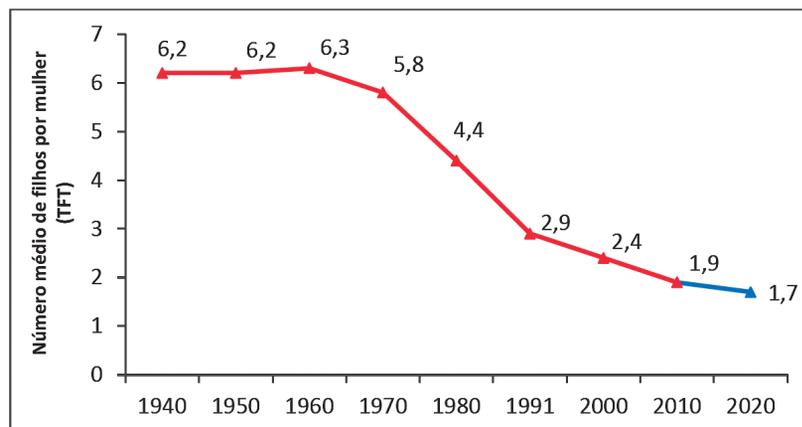
A transição e o bônus demográfico

A taxa de crescimento vegetativo ou natural de 1,17% a. a., verificada na última década, reflete os processos de queda de

mortalidade e de fecundidade/natalidade que vêm ocorrendo com a urbanização e industrialização do país, a partir dos anos 1930.

Primeiramente, deu-se a queda das taxas de mortalidade (especialmente as referentes à mortalidade infantil) já na década de 1940, como resultado de melhorias sanitárias que foram introduzidas pela administração pública e pelo fato de a urbanização significar, pelo menos em tese, o acesso a serviços médico-hospitalares e à informação, além da alteração do papel da mulher na sociedade.

Portanto, uma primeira fase da transição demográfica começou nos anos 1940. Uma segunda fase viria depois, ou seja, a da redução da natalidade, como decorrência da queda da fertilidade. Até o final dos anos 1960, por exemplo, a média de filhos por mulher era superior a seis. Hoje, é inferior a 1,7, conforme se vê no gráfico a seguir:



Fonte: Censos demográficos do IBGE 1940 a 2010 e projeção em 2020

Figura 10.2: Gráfico 1 – Transição da Fecundidade no Brasil: 1940-2010.

Fonte: Adaptado de: ALVES, J. E. D. e CAVENGLHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. Artigo publicado em: Aparte Inclusão Social em Debate: <http://ie.ufrj.br/aparte/>. http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24_ago12.pdf página 9

A transição significa, deste modo, uma alteração no perfil da população do país, passando de uma estrutura em que há o predomínio dos jovens para aquela em que predominam os idosos.



As fases ou estágios da transição demográfica

Os estudos demográficos realizados ao longo do século XX destacaram que a transição demográfica tende a apresentar fases ou estágios.

O primeiro estágio é aquele em que a mortalidade cai rapidamente, mas a fecundidade permanece alta ou em padrões tradicionais a uma dada sociedade. Nesse caso, os jovens predominarão na estrutura etária. No início da Revolução Industrial na Europa Ocidental, esse era o padrão hoje condizente com a maior parte dos países subdesenvolvidos.

O segundo estágio já apresenta a manutenção da queda da mortalidade, associada com uma crescente queda da fecundidade e elevação da expectativa de vida. A característica de população jovem permanece. O crescimento absoluto do contingente populacional também.

A terceira fase tem significativa queda da natalidade, redução drástica da fecundidade/natalidade, aumento da população em idade ativa (PIA) e da expectativa de vida (com o crescimento do número de idosos). Mas a população ainda cresce em termos absolutos, mesmo que lentamente.

O quarto estágio é o da estabilização dos índices de mortalidade e fertilidade. Contudo, a tendência de envelhecimento traz os riscos de redução absoluta dos efetivos populacionais. As populações europeias estariam já nessa condição, o que vem levando seus Estados a instituírem programas de estímulo à fecundidade/natalidade.

Há estudos que entendem que a recuperação do crescimento populacional em sociedades já idosas seria uma quinta fase ou estágio ou a segunda geração da transição demográfica

Entre esses dois extremos, há o chamado bônus demográfico, isto é, a soma das percentagens de jovens entre 0 e 14 anos (faixa de escolaridade obrigatória) e dos idosos acima de 65 anos (já com plenos direitos a requerer a aposentadoria ou outro tipo de benefício previdenciário por idade e não meramente por tempo de serviço) é inferior à soma das percentagens das faixas etárias potencialmente ativas.

O Brasil, conforme os dados do Censo 2010 indicam, se encontra no bônus demográfico. Em tese, isso permite alocar mais recursos em infraestrutura produtiva, inovação tecnológica, reorganização de seu parque gerador de energia (com vista à sustentabilidade ambiental), entre outras medidas, programas e projetos que tornem a sociedade mais moderna, justa e eficiente - sem contar a questão da competitividade internacional.

Mas será que o país está de fato aproveitando o bônus demográfico? Mais adiante, na parte 2 desta aula, abordaremos a questão.

Alves e Cavenaghi (2012) sustentam, outrossim, que os efeitos da transição demográfica e da urbanização da sociedade contribuíram para incorporação de grandes contingentes às chamadas novas classes médias.

Haveria, desde a década de 2000, o desenvolvimento de toda uma diversidade e complexidade de situações e arranjos pessoais e familiares, que redundaram numa maior capacidade de inserção do brasileiro das classes menos favorecidas no mercado, na sociedade de consumo - especialmente, pelo aumento do poder de compra do salário mínimo e pelo acesso ao crédito.



Léo Pinheiro

Figura 10.3: Brasil, século XXI: no “paraíso” do comércio popular, o cidadão se confunde com o consumidor. Rua 25 de Março/São Paulo (2008). Galeria Leo Pinheiro.

Fonte: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rua_25_de_mar%C3%A7o_\(2008\).jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rua_25_de_mar%C3%A7o_(2008).jpg?uselang=pt-br)

As famílias são hoje menores do que eram no passado. O número de crianças e adolescentes tornou-se menor e os idosos ainda não são a maioria dos membros da família. Num ambiente de crescimento econômico e de expansão do emprego, a tendência é que as famílias, ao agregarem a renda de cada um de seus membros em idade economicamente ativa ou daqueles que recebem benefícios previdenciários e assistenciais do Estado, elevem seu poder aquisitivo.

Só em 2010, estimou-se uma injeção de cerca de R\$ 882 bilhões de reais em mercados de consumo diversos pela melhoria do poder aquisitivo do brasileiro, proveniente de classes menos favorecidas.



Novas classes médias: não há como negar!!!

No site <http://revista.brasil.gov.br/especiais/ru-mo-ao-pleno-emprego/nova-classe-media>, leia a matéria sobre a expansão do mercado interno brasileiro na última década. Não há como negar o potencial de consumo de milhões de brasileiros que superaram a linha da pobreza.

As consequências políticas para tal fenômeno já podem ser vistas pela expansão de demandas por serviços públicos de qualidade. Se, num primeiro momento, as novas classes médias significavam o alargamento da sociedade de consumo, já parece haver um movimento em direção a um aumento das reivindicações por melhores serviços em áreas de educação, saúde, transportes e previdência social.

Ou seja, não há como usufruir de uma sociedade de consumo sem deixar de participar como cidadão!

Com certeza, a redução dos níveis de pobreza está relacionada: à elevação da escolaridade; ao aumento da formalização do trabalho; à concessão de bolsas, auxílios e programas de renda mínima pelo Governo Federal e por estados e municípios, à inclusão constitucional de pessoas idosas em situação de indigência e à previdência social.

Além disso, reiteramos a importância da recuperação do valor do salário mínimo, à medida que seus reajustes anuais têm sido superiores à variação da inflação medida pelo índice oficial do Brasil, que é o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado) do IBGE.

Os gráficos das Figuras 10.4 e 10.5 ilustram, respectivamente, a expansão e a redução da concentração da renda pelo Índice de Gini. Esse índice pode também ser utilizado para outros tipos de eventos ou fenômenos que apresentam concentração. No caso da

distribuição de renda, quanto menor o número ou mais próximo de zero, menos desigual ou concentrada é a distribuição da renda. Quanto maior ou próximo a 1,0, maior a concentração de renda e a desigualdade social.



Figura 10.4: Gráfico 2 – A expansão da concentração de renda.
 Fonte: Adaptado de: NERI, Marcelo e SOUZA, P. H. C. F. de. *Adécada inclusiva (2001-2011)*. Comunicado 155/IPEA: texto e slides de apresentação, 2012.
http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf página 7

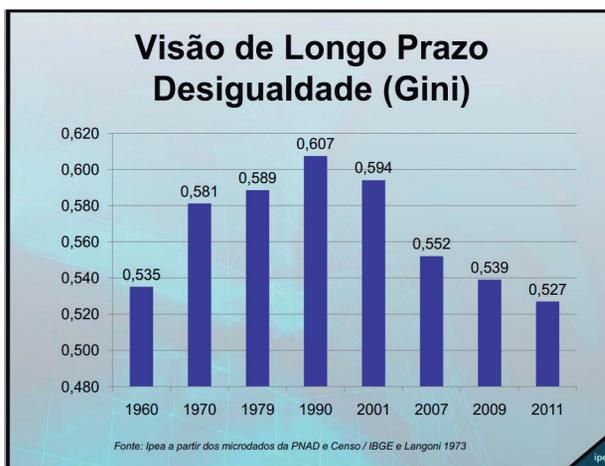


Figura 10.5: Gráfico 3 – Redução da concentração de renda.
 Fonte: Adaptado de: NERI, Marcelo e SOUZA, P. H. C. F. de. *Adécada inclusiva (2001-2011)*. Comunicado 155/IPEA: texto e slides de apresentação, 2012.
http://www.ipea.gov.br/porta1/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf página 8

Como chegamos a 200 milhões de habitantes em 2012?

Temos que observar inicialmente que a contribuição da imigração para o crescimento demográfico brasileiro foi bastante reduzida, à medida que, desde os anos 1930, os fluxos de entrada foram bastante controlados pela legislação do país. Na Aula 8, abordamos a questão. Faça uma revisão!

Observamos, contudo, que a imigração continua a ocorrer no país, conforme se pode verificar em matéria publicada no Portal Brasil (Governo Federal), reportando o crescimento de 50% do número de registros de estrangeiros pela Polícia Federal, entre 2010 e 2011. Teríamos hoje cerca de 1,5 milhões de estrangeiros.



Caso queira conhecer melhor os números da imigração, acesse o site

<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/economia-brasileira-atrai-estrangeiros-e-imigracao-aumenta-50-em-seis-meses>.

O país está atraindo imigrantes da Zona do Euro, além de fluxos de trabalhadores dos países vizinhos (bolivianos, paraguaios e peruanos), coreanos e chineses. Os haitianos passaram a procurar o Brasil, após a atuação das Forças Armadas brasileiras em missão da ONU naquele país, em meados da década passada. Sua entrada, realizada pela intermediação ilegal de “coiotes”, tem gerado pressões na fronteira do Brasil com o Peru, mais precisamente no Estado do Acre.

O Brasil acolhe ainda muitos refugiados de países em guerras ou em situações de risco de vida, perseguições religiosas e étnicas.



Marcelo Casal/Agência Brasil

Figura 10.6: Haitianos no Acre em busca de regularização de ingresso e imigração para o Brasil (2012).

Fonte: <http://www.ebc.com.br/noticias/retrospectiva-2012/2012/12/retrospectiva-imigracao>

Na realidade, nos anos 1980 e 1990, o Brasil experimentou um fluxo de saída de trabalhadores, especialmente para os Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália e Japão, em decorrência da persistente crise econômica (com hiperinflação) que se produziu pelo esgotamento do processo de substituição de importações e do papel exercido pelo Estado na modernização do país.

Esses destinos para emigração tinham a ver não só com o dinamismo daquelas economias (com demandas por trabalhadores de diferentes níveis de qualificação) como também com referências familiares e étnicas, a exemplo de descendentes/emigrantes italianos (*oriundi*) e japoneses (*dekasseguis*).

Em 2010, esses mesmos países, mais a Grã-Bretanha, foram responsáveis por cerca de 70% da emigração brasileira, conforme o gráfico, a seguir:

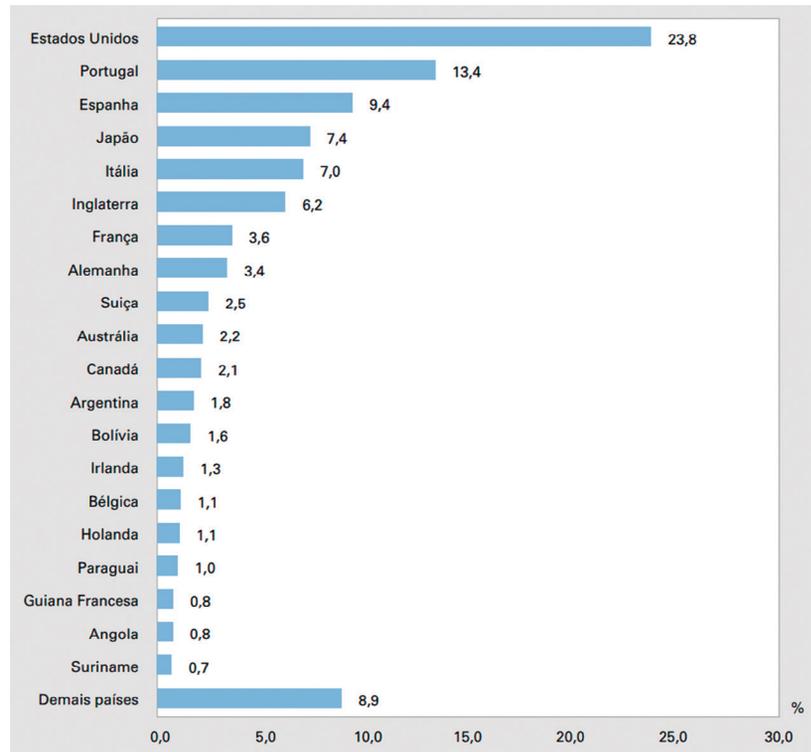


Figura 10.6: Gráfico 4 – Percentual de emigrantes internacionais, segundo o país de residência. Brasil – 2010.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.59.

http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf - IBGE

Os números da emigração, contudo, são de difícil obtenção. São estimativas, na verdade, pois os emigrantes muitas vezes não estão em situação regular nos países que os receberam e/ou evitam chamar a atenção. Há dados conflitantes, dependendo da instituição que os elabore.

O Ministério das Relações Internacionais (MRE/Itamaraty), por exemplo, na página <http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades>, reconhece que suas estimativas não foram confirmadas pelo Censo 2010, devido às diferenças de metodologia entre as duas instituições governamentais.

Para o MRE/Itamaraty, haveria cerca de 2,5 milhões de brasileiros no exterior em 2010. Em 2008, teriam sido 3 milhões. A queda seria resultante da conjugação de crise econômica lá fora e

à boa *performance* da economia brasileira, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010).

Para o IBGE, os números são outros: cerca de 491.000 brasileiros residiriam no exterior, em 2010. A estimativa é obtida, ao se perguntar em cada domicílio visitado durante o Censo, se há algum membro da família residindo no exterior. Os dados do Censo, mesmo que os consideremos incompletos, são interessantes, à medida que mostram os Estados de onde provêm os maiores contingentes de emigrantes, o gênero e as faixas etárias predominantes, os destinos principais etc...

A estimativa do IBGE é de que 94,3% dos emigrantes estão em faixa etária de atividade econômica entre os 15 e 65 anos. Além disso, há o predomínio de mulheres que emigram em relação aos homens, conforme se vê, a seguir, no gráfico:

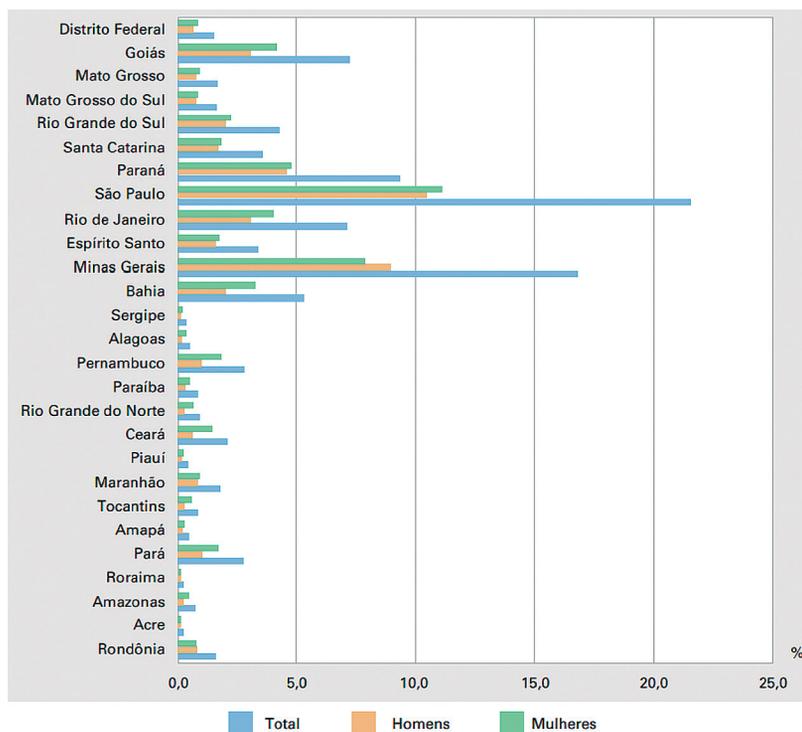


Figura 10.7: Gráfico 5 – Proporção de emigrantes internacionais total, por sexo, segundo as Unidades da Federação de residência das pessoas com quem residiram antes de emigrarem – 2010.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.58.
http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf - IBGE

A existência de regiões de maior geração de emigrantes é algo importante de ser observado na Geografia da População brasileira, uma vez que os brasileiros no exterior tendem a remeter parte do que recebem para seus parentes e familiares no país. Em 2009, de acordo com o Banco Central, foram enviados cerca de US\$ 2,3 bilhões. Com a crise, esse valor caiu um pouco: US\$ 2,0 bilhões.

A região de Governador Valadares, no estado de Minas Gerais, por exemplo, é tradicionalmente emissora de trabalhadores para os Estados Unidos, sendo sua economia dependente do ingresso desses recursos. No Mapa 1, o município mineiro aparece em vermelho. Confira:

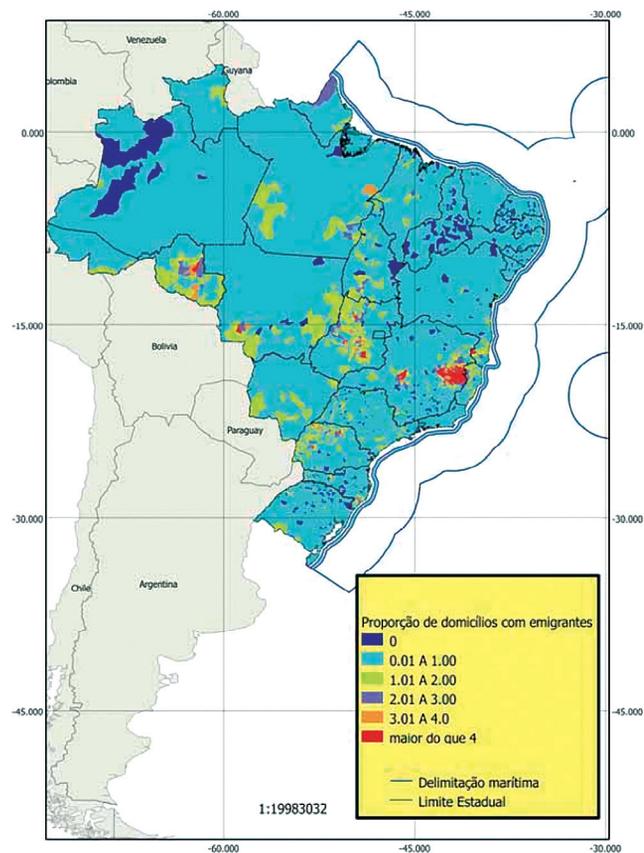


Figura 10.8: Mapa 1 – Proporção de domicílios com emigrantes internacionais, por municípios de origem. Brasil – 2010.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p.60.
<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000006484511142011451516185729.pdf> página 14

Voltando aos 200 milhões de brasileiros, se tivéssemos mantido as taxas de crescimento natural dos anos 1950, quase 3% a.a., esse quantitativo teria sido alcançado ainda no século XX.

Entre 1950 e 1960, o país teve um incremento de 18,1 milhões de habitantes ou 34,9%. Foi a década de maior aceleração do incremento populacional.

Entre 1960 e 1970, 23,1 milhões se somaram ao povo brasileiro, isto é, um incremento de 32,9%.

Entre 1970 e 1980, seriam mais 57,9 milhões de habitantes ou 27,8%. Na década seguinte, mais 27,8 milhões de almas ou 23,4% da população total.

De 1991 a 2000, o acréscimo foi da ordem de 23,0 milhões de habitantes ou 15,6%. Em 2010, contabilizaram-se mais 21,0 milhões ou 12,3%, em relação a 2000.

A Tabela 10.1 mostra o acréscimo absoluto e as taxas de crescimento demográfico medidos pelos Censos, desde 1872.

Tabela 10.1: População residente e taxa média geométrica de crescimento anual. Brasil – 1872/2010

Data	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
01/08/1872	(1) 9 930 478	
		2,01
31/12/1890	(1) 14 333 915	
		1,98
31/12/1900	(1) 17 438 434	
		2,91
01/09/1920	(1) 30 635 605	
		1,49
01/09/1940	41 165 289	
		2,39
01/07/1950	51 941 767	
		2,99
01/09/1960	70 070 457	
		2,89
01/09/1970	93 139 037	
		2,48
01/09/1980	119 002 706	
		1,93
01/09/1991	146 825 475	
		1,64
01/08/2000	169 799 170	
		(2) 1,17
01/08/2010	190 755 799	

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 31.
http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf



Atende ao Objetivo 1

Veja o Mapa que representa a Idade Média de Fecundidade no Brasil.

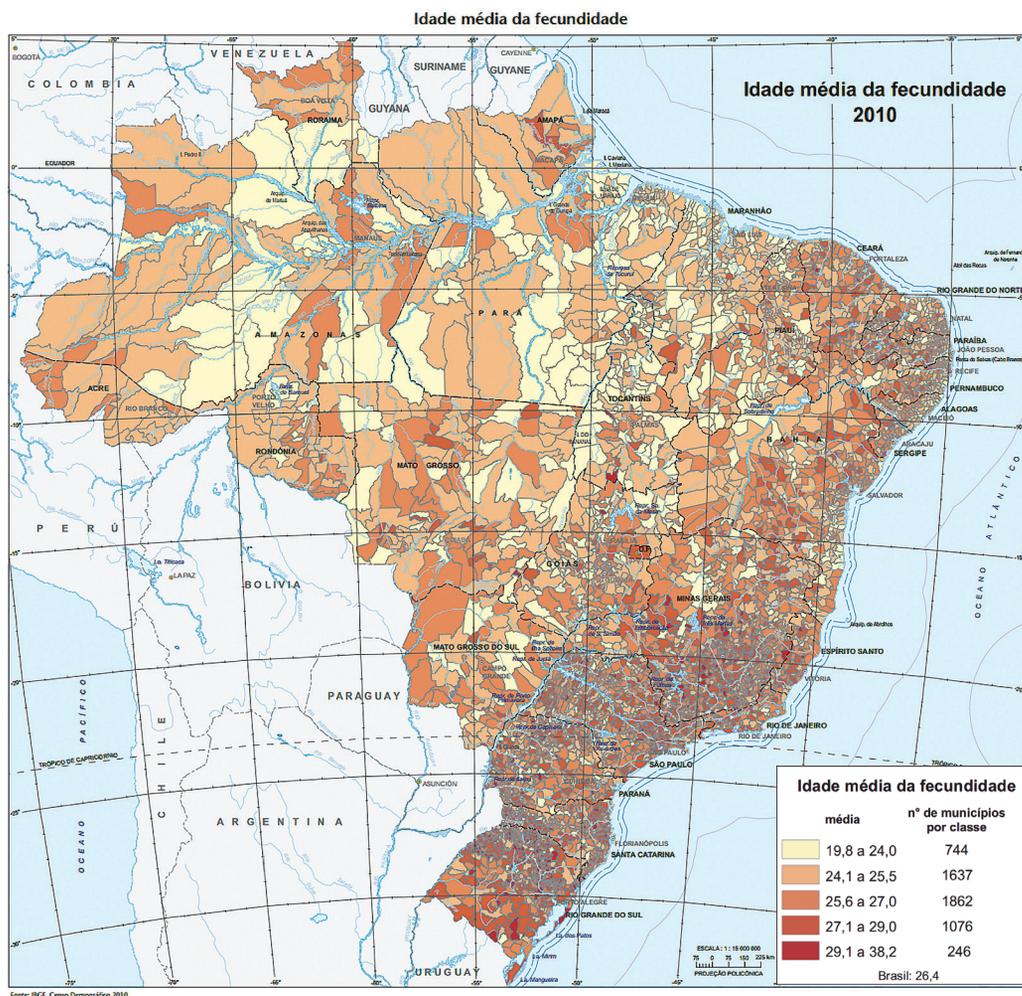


Figura 10.9: Mapa 2 – Idade Média de Fecundidade – *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
 Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 6

Agora, descreva duas características da fecundidade no Brasil, a partir das informações representadas no Mapa.

Resposta Comentada

- a) os espaços em **amarelo claro** no Norte e no Centro-Oeste representam um número expressivo de municípios em que a mulheres são mães ainda muito jovens.
- b) predominam os municípios em que a fecundidade tem médias entre 24,1 e 29,0 anos de idade.
- c) as cores em **marrom escuro** parecem predominar em regiões do país de maior grau de divisão do território em municípios, o que ocorre justamente nas áreas de ocupação mais antiga.

Evolução demográfica por Grandes Regiões, segundo o Censo de 2010

O crescimento populacional nas Grandes Regiões, segundo o Censo de 2010, caiu em relação ao período censitário anterior, seguindo o comportamento nacional. Contudo, há diferenças. O Sudeste, o Nordeste e o Centro-Oeste apresentaram médias inferiores à nacional. O Norte e o Centro-Oeste estão acima, o que se relaciona aos impactos dos fluxos de migrações internas.

Pela Tabela 10.2, podemos verificar as taxas de crescimento anual do país, de suas grandes regiões e dos estados.

Tabela 10.2: Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente, segundo as Grandes Regiões e as Unidades de Federação – 1991/2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente (%)	
	1991/2000	2000/2010 (1)		1991/2000	2000/2010 (1)
Brasil	1,64	1,17	Nordeste		
Norte	2,86	2,09	Sergipe	2,03	1,49
Rondônia	2,24	1,25	Bahia	1,09	0,70
Acre	3,29	2,78	Sudeste	1,62	1,05
Amazonas	3,31	2,16	Minas Gerais	1,44	0,91
Roraima	4,58	3,34	Espírito Santo	1,98	1,27
Pará	2,54	2,04	Rio de Janeiro	1,32	1,06
Amapá	5,76	3,45	São Paulo	1,80	1,09
Tocantins	2,61	1,80	Sul	1,43	0,87
Nordeste	1,31	1,07	Paraná	1,40	0,89
Maranhão	1,54	1,52	Santa Catarina	1,87	1,55
Piauí	1,09	0,93	Rio Grande do Sul	1,23	0,49
Ceará	1,75	1,30	Centro-Oeste	2,39	1,91
Rio Grande do Norte	1,58	1,33	Mato Grosso do Sul	1,75	1,66
Paraíba	0,82	0,90	Mato Grosso	2,40	1,94
Pernambuco	1,19	1,06	Goiás	2,49	1,84
Alagoas	1,31	1,01	Distrito Federal	2,82	2,28

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 34.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Na região Sul, o estado de Santa Catarina apresentou crescimento acima da média nacional e regional para o período. O Paraná também cresceu acima da média regional, mas não da média nacional. Chama atenção ainda, no Rio Grande do Sul, a queda de mais de 50% da taxa de incremento vegetativo, o que pode estar significando um rápido envelhecimento da população gaúcha.

O Nordeste como um todo, continuando a queda já verificada para o período 1991-2000, tem quatro de seus estados com taxas acima da média nacional, ou seja, Maranhão, Sergipe, Ceará e Rio Grande do Norte. Isso parece estar relacionado a uma maior fixação ou mesmo retorno de população migrante aos territórios natais, talvez, em razão da concessão de benefícios previdenciários e outros programas de renda mínima dos governos federal, estaduais e municipais.

Em termos absolutos, o Sudeste liderou o incremento de população com 13,3 milhões de novos habitantes. Isso significou 37,9% do crescimento brasileiro entre 2000 e 2010. Havia sido 42,1% do total entre 1991 e 2000. O Nordeste foi responsável por 25% do total entre 2000 e 2010. Os estados de maior aumento de habitantes, em termos absolutos, foram São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pará e Ceará. Estes dois últimos assumiram as posições de Bahia e Paraná, em relação ao censo anterior.

O crescimento demográfico nos municípios e em capitais de Estados

Antes de mais nada, eram 5.507 municípios, em 2000. Em 2010, passaram a 5.565 municípios. Os estados do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso foram responsáveis pela maioria dos novos municípios: 29 e 15, respectivamente.

A criação de novos municípios é sempre algo que deve ser explicado por fatores locais ou regionais, mas cada nova municipalidade significa a criação de infraestrutura e gastos político-administrativos que devem ser arcados pela economia e sociedade locais. Nem sempre isso ocorre. Em razão de questões políticas e eleitorais, ocorrem emancipações municipais que dependerão de repasses de recursos estaduais ou federais.

No que tange ao crescimento natural, há ocorrências em alguns municípios do país de taxas mais elevadas que a média nacional. Um exemplo disso, no período de 2000 a 2010, é Florianópolis, mais os municípios de Blumenau, Joinville, Itajaí e Tijucas, em Santa Catarina. O mesmo ocorre com relação a Macaé, no Norte Fluminense.

Outra tendência importante pode ser vista no Gráfico 6 da Figura 10.10 e se refere ao fato de que 60,0% dos menores municípios (aqueles com menos de 2.000 habitantes) apresentaram taxas inferiores a zero, ou seja, perdas absolutas de população. Se somarmos 12,7% e 10,2%, referentes a taxas de 0 a 0,5% e de 0,5% a 1,0%, veremos a relativa perda de dinamismo dessa classe de municipalidades.

A classe de municípios com menos de 2.000 habitantes teve média de crescimento negativo de -0,22% a.a. Entre 2.001 e 5.000 habitantes, de -0,57% a.a.. Entre 5.001 e 10.000 habitantes, de -0,97% a.a. Entre 10.001 e 20.000 habitantes, de 0,07% a.a. Entre 20.001 e 50.000 habitantes, 0,86% a.a. Entre 50.001 e 100.000 habitantes, 0,64% a.a. Inferiores, portanto, à média nacional de 1,17% a.a.

No mesmo Gráfico 6, verificamos, ainda, o significativo desenvolvimento das cidades com populações entre 100.001 e 500.000 habitantes e acima de 500.000 habitantes. Estas classes cresceram a taxas médias superiores à nacional (2,05% a.a. e 1,79% a.a., respectivamente). Além disso, entre as municipalidades acima de 500.000 habitantes não houve casos de taxas inferiores a zero.

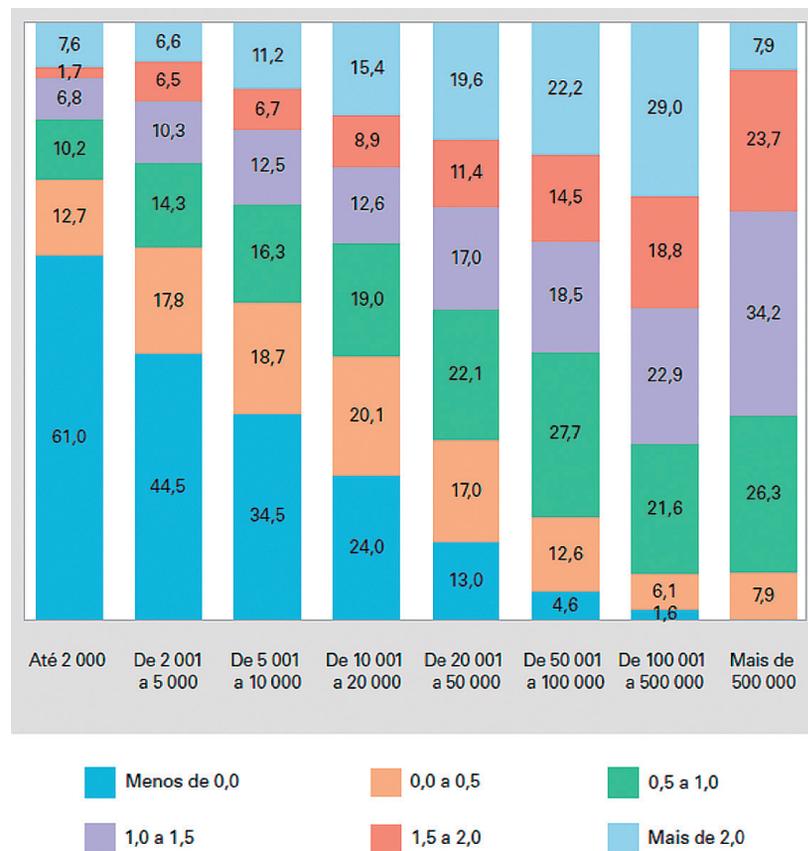


Figura 10.10: Gráfico 6 – Taxa média de crescimento populacional das cidades de acordo com o número de habitantes.

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.36.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Em 2010, o Brasil teve 15 municípios com mais de um milhão de habitantes. Em 2000, eram 13. A liderança incontestável é de São Paulo. Seguem o Rio de Janeiro e Salvador.

A Tabela 10.3, a seguir, permite verificar as demais municipalidades, em termos de incremento absoluto e relativo de população:

Tabela 10.3: Crescimento populacional absoluto e relativo dos municípios mais populosos

Municípios mais populosos	População residente		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) (1)
	2000	2010	
São Paulo	10 434 252	11 253 503	0,76
Rio de Janeiro	5 857 904	6 320 446	0,76
Salvador	2 443 107	2 675 656	0,91
Brasília	2 051 146	2 570 160	2,28
Fortaleza	2 141 402	2 452 185	1,36
Belo Horizonte	2 238 526	2 375 151	0,59
Manaus	1 405 835	1 802 014	2,51
Curitiba	1 587 315	1 751 907	0,99
Recife	1 422 905	1 537 704	0,78
Porto Alegre	1 360 590	1 409 351	0,35
Belém	1 280 614	1 393 399	0,85
Goiânia	1 092 607	1 302 001	1,77
Guarulhos	1 072 717	1 221 979	1,31
Campinas	969 396	1 080 113	1,09
São Luís	878 309	1 014 837	1,46

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.38.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Belo Horizonte estava na quarta posição, em termos absolutos. Passou ao sexto lugar. Brasília e Fortaleza, com taxas acima da média nacional (2,28% a.a. e 1,38% a.a.), ocuparam seu lugar e já “ameaçam” Salvador, que cresce a um ritmo menor que 1,0% a.a..

Acima da mesma média nacional, além de Fortaleza e Brasília: Manaus (a campeã com 2,59% a.a.); Goiânia; Guarulhos; e São Luís. Crescem abaixo, além de Salvador e Belo Horizonte: São Paulo; Rio de Janeiro; Curitiba; Recife; Porto Alegre; Belém; e, Campinas. Porto Alegre tem, a propósito, o menor desempenho: 0,35% a.a..

Comparando capitais e interior, o Censo 2010 informa que as capitais das regiões Norte e Nordeste cresceram mais que os demais municípios dos respectivos estados, com exceção de Pará, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Palmas, Tocantins, foi, a propósito, a capital de maior taxa de incremento anual: 5,21%, e as municipalidades do interior cresceram a 1,25% a.a., apresentando o maior desnível num mesmo estado.

Na região Sul, Florianópolis e Curitiba cresceram mais que o conjunto dos demais municípios interioranos. Porto Alegre não. O interior cresceu mais do que as capitais do Sudeste e no Centro-Oeste, com exceção de Mato Grosso do Sul. Com relação ao Distrito Federal, chama atenção o crescimento em localidades do chamado “entorno de Brasília”, já em território goiano.

A concentração da população das capitais manteve-se na região Sudeste, apesar de ligeiro declínio em comparação com o período censitário de 1991 a 2000. As capitais do Sudeste têm 44,6% da população do conjunto das capitais. Em 2000, eram 46,5% do total.

A população rural brasileira caiu 2 milhões de pessoas, em termos absolutos, entre 2000 e 2010. Trata-se da continuidade do processo de urbanização da sociedade brasileira, iniciado desde a década de 1960 no Sudeste brasileiro. No período entre 1970 e 1980, taxas negativas de crescimento de populações rurais já eram verificadas também no Sul do país.

No Sudeste, a redução foi de 1.200.000 habitantes, sendo a população atual de 5,7 milhões de pessoas em áreas rurais, entre 2000 e 2010. No Sul, o campo perdeu 600 mil habitantes, sendo 4,1 milhões o efetivo rural.

No Nordeste, houve uma redução de 500 mil pessoas, mas essa região permanece com o maior efetivo rural do país: 14,3 milhões ou 50% do total brasileiro. A Bahia tem a maior população rural do país com 3.914.430 habitantes, seguida de Minas Gerais (2.882.114), Maranhão (2.427.640), Pará (2.389.492) e Ceará (2.105.824).

O Norte e o Centro-Oeste tiveram aumentos absolutos de 313.606 e 31.379 habitantes, respectivamente. Suas populações rurais chegaram a 4,2 milhões e 1,6 milhão de habitantes.

Houve um aumento de cerca de 23 milhões de habitantes em áreas urbanas do país. O grau de urbanização da sociedade brasileira pulou de 81,2% para 84,4%, entre 2000 e 2010. As migrações internas continuaram a contribuir para o crescimento da população urbana. Além dos fluxos rural-urbano, vêm se destacando aqueles entre as próprias cidades de uma mesma região, numa certa perda de importância relativa da tradicional migração com destino para as áreas metropolitanas do Sudeste.

Tabela 10.4: Grau de urbanização, segundo as Grandes Regiões – 1991-2010.

Grandes Regiões	Grau de urbanização (%)		
	1991	2000	2010
Brasil	75,6	81,2	84,4
Norte	59,0	69,9	73,5
Nordeste	60,7	69,1	73,1
Sudeste	88,0	90,5	92,9
Sul	74,1	80,9	84,9
Centro-Oeste	81,3	86,7	88,8

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p. 46.

http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Grau de concentração da população

Pelo Censo 2010, verifica-se que a população brasileira não alterou efetivamente sua distribuição pelo território brasileiro. Desde as primeiras aulas desta disciplina, estamos trabalhando fatores históricos, econômicos, geográficos, políticos que contribuíram, diretamente, para que a população se mantivesse desde a colonização concentrada: no litoral; em alguns núcleos de desenvolvimento interioranos; e ao longo dos rios amazônicos e dos principais eixos rodoviários.

Também do ponto de vista regional, não houve alterações, seguindo-se a tendência de concentração no triângulo metropolitano de Rio-São Paulo-Belo Horizonte, em outras palavras, no Centro-Sul de economia urbana modernizada, sede do capitalismo semiperiférico brasileiro. Isso fica claro pela Tabela 10.5.

Tabela 10.5: Participação relativa da população residente por Grandes Regiões no total do país – 1991-2010

Data	Participação relativa da população residente (%)				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
01.09.1991	6,8	28,9	42,7	15,1	6,4
01.08.2000	7,6	28,1	42,6	14,8	6,9
01.08.2010	8,3	27,8	42,1	14,4	7,4

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.48.
http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Nesse contexto de concentração da população pelo território, registra-se que 58,7% do efetivo total estão nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Paraná.

Vem ocorrendo, segundo o Censo, uma contínua expansão rumo ao Centro-Oeste e à Amazônia, embora numa intensidade diferente do que ocorreu entre os anos 1950 e 1980, conforme trabalhamos na Aula 9. Essa expansão, contudo, mantém a perspectiva de concentração em certas áreas, cidades médias do interior ou regiões. Por isso, a concentração da população, medida pelo Índice de Gini, elevou-se no Brasil de 0,7142 para 0,7252.

Em termos da concentração pelos municípios de um mesmo estado, o estado de São Paulo lidera o ranking nacional: tem, em

apenas 32 de suas 645 municipalidades (ou 5% do total), 60% de sua população. O Maranhão está na posição oposta: em 5% de seus 217 municípios (ou 11 municipalidades), concentram-se 35,4% da população do estado.

O Mapa da Figura 10.11 ilustra e resume esse processo de expansão com concentração espacial da população.

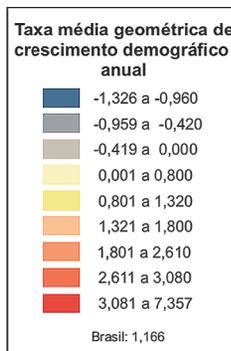
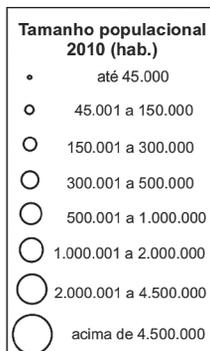
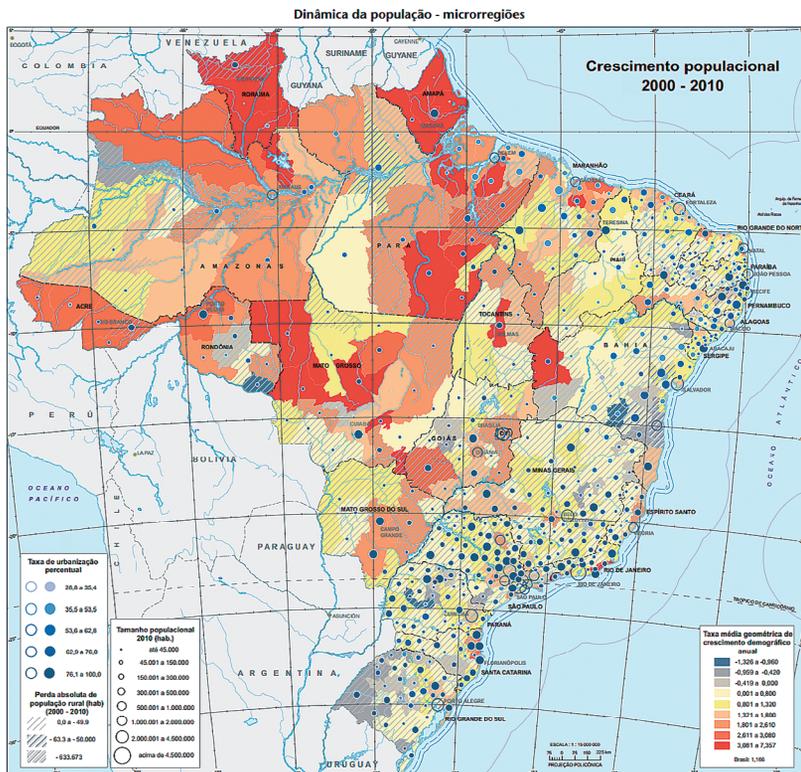


Figura 10.11: Mapa 3 – Dinâmica da população por microrregiões.

Fonte: Atlas do Censo de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, p.34.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 2

O envelhecimento da população brasileira

O Brasil de estrutura etária madura

Os dados do Censo Demográfico 2010 mostram que a população com mais de 65 anos perfaz 7,4% do total. Em 2000 e 1991, eram respectivamente 5,9% e 4,8%. Isso aponta para uma menor representatividade dos grupos etários de até 25 anos. Na verdade, o efetivo de população até 20 anos caiu em termos absolutos.

Na Tabela 10.6, trazemos os efetivos por cada faixa etária em 2010. Observe que a população de 80 anos ou mais já é superior àqueles com menos de um ano.

Tabela 10.6: Efetivo populacional por faixa etária.

Brasil (total)	190 755 799
Menos de 1 ano	2 713 244
1 a 4 anos	11 082 915
5 a 9 anos	14 969 375
10 a 14 anos	17 166 761
15 a 19 anos	16 990 870
20 a 24 anos	17 245 190
25 a 29 anos	17 104 413
30 a 34 anos	15 744 512
35 a 39 anos	13 888 581
40 a 44 anos	13 009 367
45 a 49 anos	11 833 351
50 a 54 anos	10 140 402
55 a 59 anos	8 276 219
60 a 64 anos	6 509 119
65 a 69 anos	4 840 810
70 a 74 anos	3 741 637
75 a 79 anos	2 563 448
80 anos ou mais	2 935 585

Fonte: Adaptado de: Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. p.82, 83 e 84.

Fonte: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E731D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Cabe registrar que o declínio do número de crianças é efeito direto da queda de fecundidade – num ambiente em que há, felizmente, também a redução da mortalidade infantil para o país como um todo. Lamenta-se que ainda existam áreas com índices altos para um país que aspira ser justo, moderno e... emergente.

O mapa da Figura 10.12 representa as diferenças, em termos de mortalidade infantil (até um ano de idade) nos municípios e regiões brasileiras. Observe a desigual distribuição entre as grandes regiões do país.

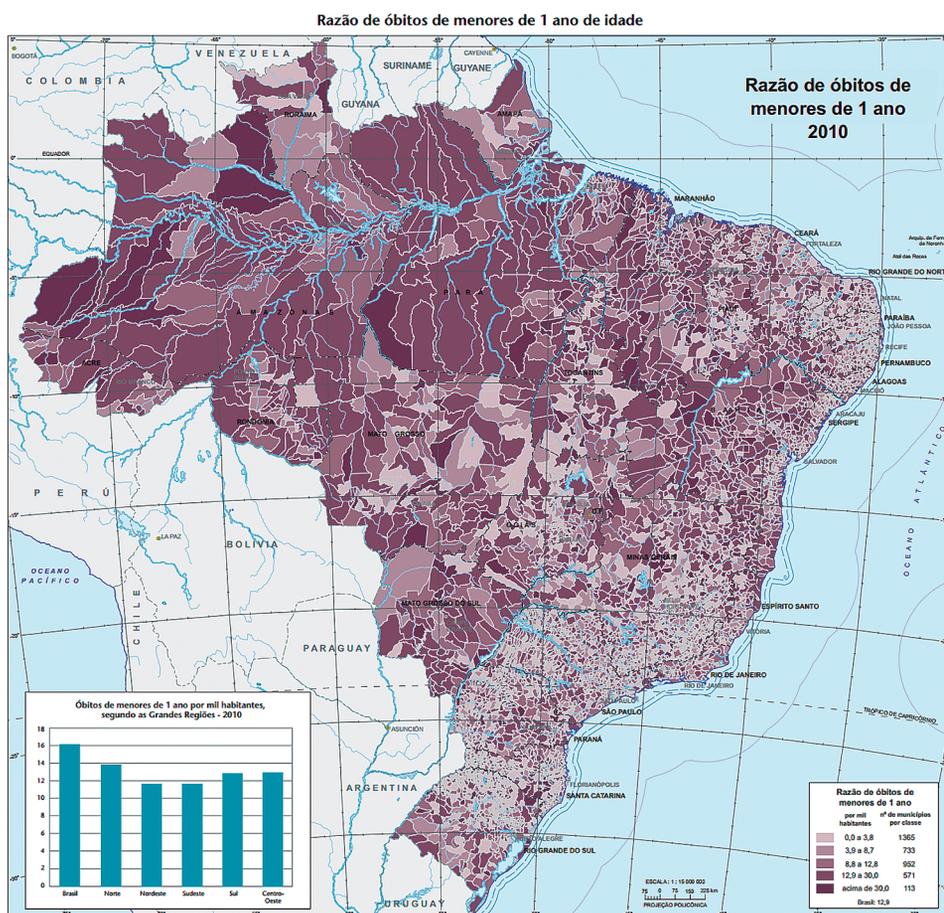


Figura 10.12: Mapa 4 – Taxa de mortalidade infantil nos municípios e regiões brasileiras.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p.45.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf

A região Norte do país mostra-se a mais jovem, embora também esteja envelhecendo. A fecundidade em décadas recentes era bem elevada, sendo o estoque de jovens de até 30 anos ainda bastante significativo. As crianças menores de 5 anos eram 14,3%, em 1991. Em 2000, 12,7%. Em 2010, 9,8%. Os idosos eram 3,0%, em 1991, passando para 3,6%, em 2000. Em 2010, 4,6%.

A pirâmide etária para a região Norte, a título de ilustração, referente a 2010 é apresentada, a seguir:

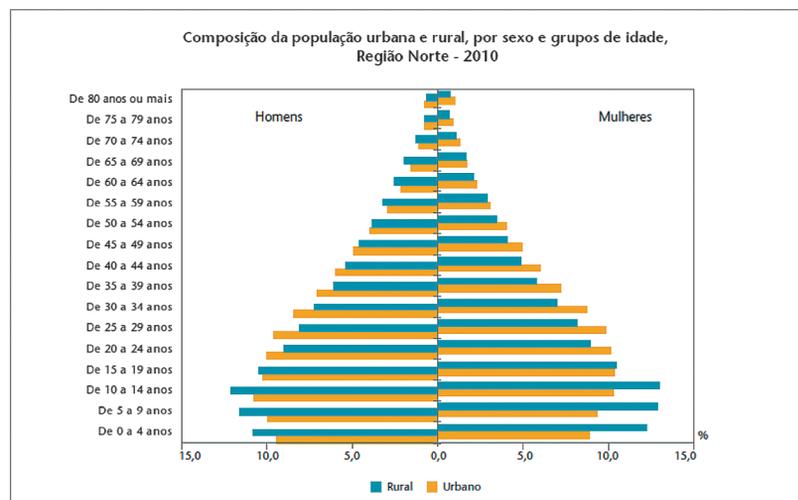


Figura 10.13: A pirâmide etária para a região Norte.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p.46.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14

O Nordeste brasileiro mantém-se num quadro semelhante ao da região Norte. Os menores de 5 anos, em 1991, eram 12,8%. Passaram para 10,6% e 8,0%, em 2000 e 2010. Os idosos saíram de 5,1% para 7,2%, entre 1991 e 2010, sendo que foram 5,8% em 2000.

Veja pirâmide etária do Nordeste, na Figura 10.14.

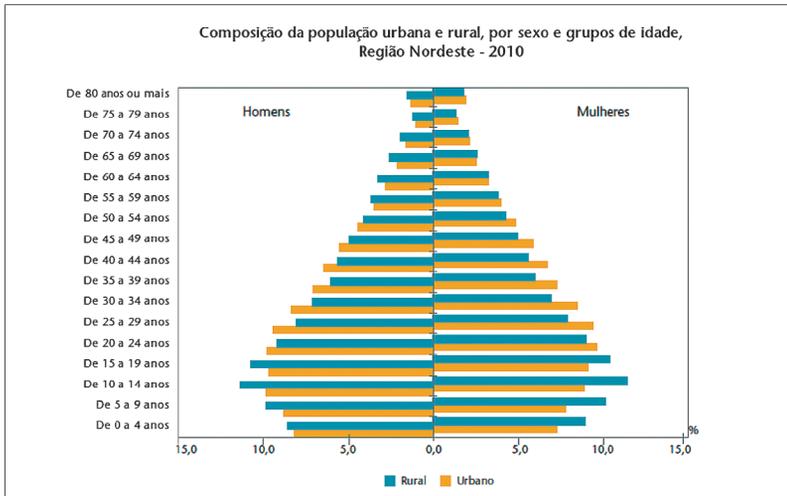


Figura 10.14: A pirâmide etária para a região Nordeste.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 46.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14

As regiões Sul e Sudeste possuem as estruturas mais envelhecidas com 8,1% de idosos, cada qual. As crianças com até 5 anos eram 6,4% na primeira e 6,5% na segunda, em 2010. O Centro-Oeste traz o mesmo comportamento, em termos de envelhecimento. Os menores de 5 anos são 7,6% da população. Eram 11,5% e 9,8%, em 1991 e em 2000. Os idosos eram 3,3%, em 1991, passando a 4,3% e a 5,8%, em 2000 e 2010.

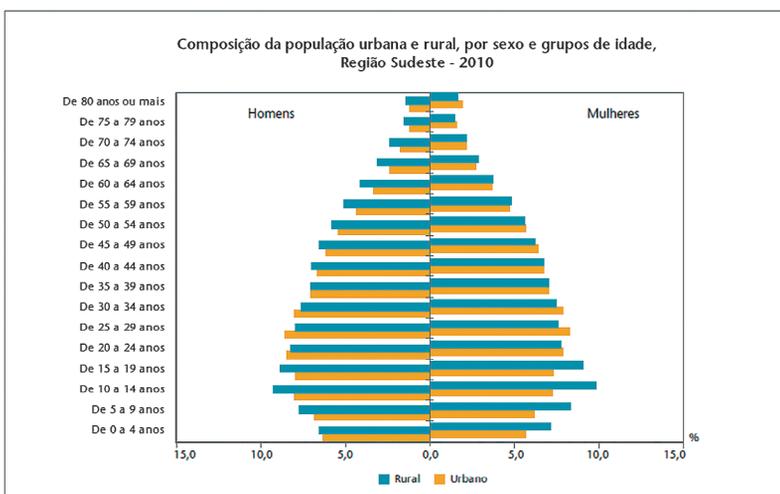


Figura 10.15: A pirâmide etária para a região Sudeste.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 46.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14

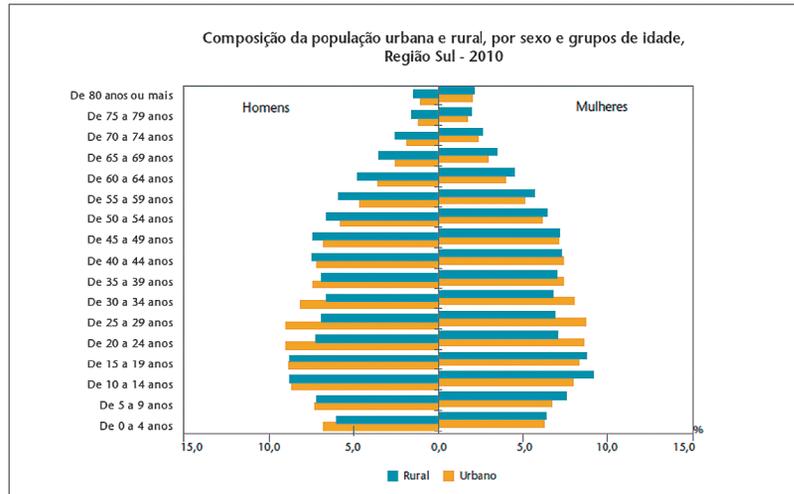


Figura 10.16: A pirâmide etária para a região Sul.
 Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 46.
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14

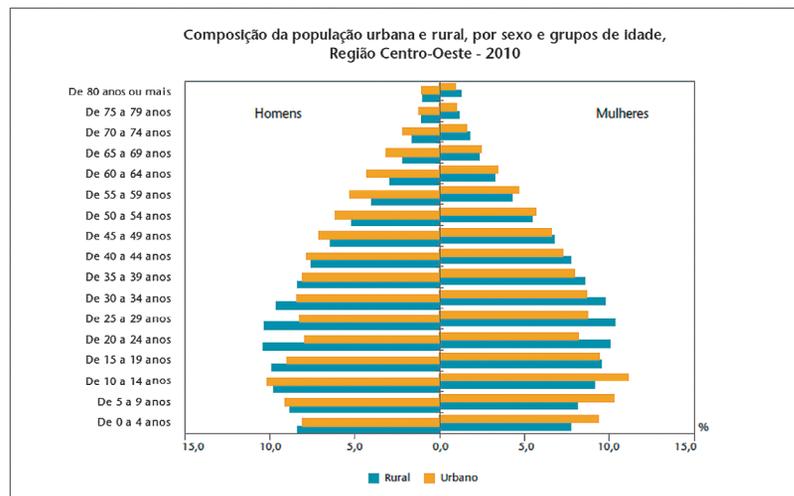


Figura 10.17: A pirâmide etária para a região Centro-Oeste.
 Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 46.
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Veja com atenção a Figura 10.18 que traz os desenhos de silhuetas das “pirâmides” etárias do Brasil, no período de 1991 a 2010. Além disso, informa as taxas de crescimento totalizado de cada faixa etária. Depois, responda às questões.

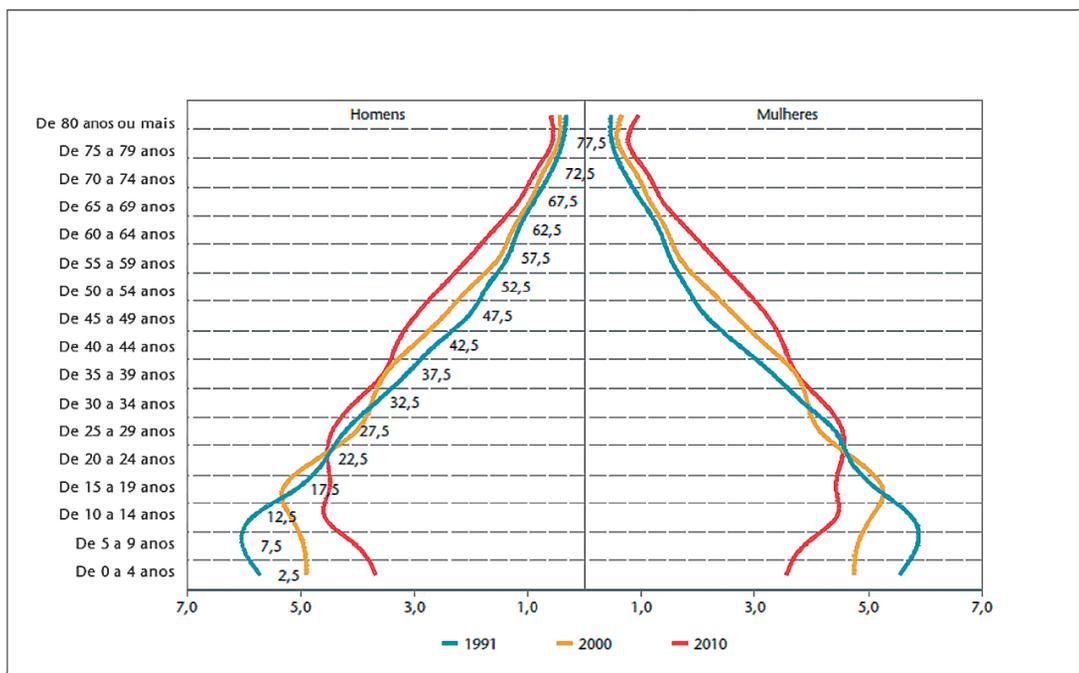


Figura 10.18: Composição relativa da população total, por sexo e grupos de idade – Brasil – 1991-2010.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p.46.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 14

a) De que modo a figura confirmaria a situação de transição demográfica no Brasil?

b) Que custos ou investimentos a transição demográfica demanda ao país?

Resposta Comentada

a) Entre 1991 e 2010, a população brasileira teve um estreitamento significativo de sua base. Percebe-se o alargamento no meio da “pirâmide” referente a 2010, se comparada com as silhuetas dos anos 1991 e 2000.

No topo, a silhueta se alargou também, sem contudo haver inversão da pirâmide. Isto começará a ocorrer, a partir de meados deste século, quando o Brasil terá de fato a característica de país de idosos. Em outras palavras, já estamos num processo de transição entre uma sociedade jovem para uma sociedade com predominância de pessoas com mais de 65 anos. A população em idade ativa entre 15 e 65 anos (PIA) já se esboça como majoritária para as próximas décadas. Por isso, a tendência é de uma silhueta mais retangular como a de um edifício, a exemplo da Figura 10. 1, apresentada nesta aula.

b) - Os investimentos em Educação ainda merecem ser vistos como altamente prioritários, apesar do decréscimo da importância relativa dos segmentos de crianças e adolescentes na estrutura etária. Isso em razão da maior participação das mulheres nos mercados de trabalho (creches e pré-escola) e da conveniente qualificação dos jovens que estão ingressando nos mercados de trabalho.

- Investimentos em requalificação de mão de obra que atinja a Terceira Idade para a continuidade de seu aproveitamento nos mercados de trabalho.

- Elevação do número de pessoas idosas e em condições de aposentadoria significam custos crescentes para o sistema de seguridade, assistência e previdência social.
- Adaptação de equipamentos de uso coletivo em áreas públicas para o crescente número de pessoas idosas.

O bônus demográfico e a questão dos gastos em seguridade social no Brasil

Conforme observamos anteriormente, o bônus demográfico é uma fase importante para o desenvolvimento de um país. Cai a pressão para atender às demandas de uma população jovem, e não há ainda custos elevados e crescentes de pessoas cada vez mais longevas.

O Brasil vive essa fase do bônus demográfico. Mas há uma discussão se, de fato, estamos tirando proveito e sendo eficientes diante do fato de que a População Economicamente Ativa (PEA) tenha saltado de 63% para 71,5%, entre 2010 e 1991, segundo dados apresentados por estudo do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do governo federal), de autoria de Camarano e Kanso (2012).



PIA & PEA

Cabe destacar a diferença entre PEA e PIA. Esta última envolve todos os cidadãos em idade potencialmente ativa, ou seja, de 15 anos a 64 anos. A PIA engloba a população economicamente ativa (PEA) e aquela não economicamente ativa, conforme se pode ler no site: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm> Até 2012, a PIA considerava como potencialmente ativos os brasileiros a partir de (apenas) 10 anos de idade.

PNAD - Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. De acordo com o IBGE, a PNAD:

Obtém informações anuais sobre características demográficas e socioeconômicas da população, como sexo, idade, educação, trabalho e rendimento, e características dos domicílios, e, com periodicidade variável, informações sobre migração, fecundidade, nupcialidade, entre outras, tendo como unidade de coleta os domicílios.

Temas específicos abrangendo aspectos demográficos, sociais e econômicos também são investigados.

Fonte: Brasil - IBGE
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

Se você quiser verificar com maior detalhamento a PNAD, vá ao site: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40

À medida que ficarmos uma nação de idosos, a PIA deverá se estender a idades mais longevas, incorporando aqueles que se sintam em condições de continuar a trabalhar, inclusive, para complementar suas aposentadorias. Isso não deixa de ser algo positivo uma vez que muda o entendimento que se tem da condição de idoso ou idosa: pessoas ativas, ao invés de gente não mais produtiva, “encostada” ou alijadas do mundo do trabalho e da sociedade de consumo.

A título de ilustração dessa perspectiva de valorização do idoso, lembramos o personagem “Urbano, o aposentado” de autoria do chargista Antônio Silvério, cujas histórias vêm sendo publicadas em tirinhas no jornal *O Globo*, há mais de duas décadas. O sucesso do personagem, antes de ser ofensivo ao idoso, talvez, venha do fato de que faça os brasileiros mais jovens refletirem sobre a sua futura condição de idosos e não de “velhos”.

À medida que transformações sociais, culturais e familiares se implantaram com a modernização e urbanização do país, o Estado recebeu a obrigação de concessão de renda e de assistência aos idosos. Antes, isso era uma atribuição da família, mas ela decresceu em número de membros. Os filhos em número maior eram um seguro para velhice, um amparo diante de problemas de saúde e da perda de capacidade de trabalho e renda.

A Constituição de 1988 reafirmou direitos dos cidadãos brasileiros com respeito à seguridade e à previdência social. Isso vem permitindo uma cobertura bastante ampla de pessoas com níveis de renda abaixo da pobreza, além do crescente número de idosos.

Os benefícios da previdência e da seguridade social chegaram a 76,2% da população idosa, em 2011, ou seja, 17,9 milhões de idosos (com idade igual ou superior a 60 anos, já que as mulheres podem se aposentar com esta idade). Os membros da terceira idade movimentaram, em setembro de 2011, R\$ 28,5 bilhões. Destes, 69,5% eram provenientes da seguridade social, correspondente a 19,4% da renda de todos os brasileiros e/ou 64,5% da renda dos domicílios, onde residiam. Esses dados são da **PNAD**, referente ao ano de 2011.

Em 2011, 15 milhões de idosos chefiavam famílias. Em aproximadamente 6,5 milhões de famílias, em que o idoso era chefe ou cônjuge, encontravam-se filhos adultos residindo, e em 2,2 milhões, netos. Na condição de cônjuge ou chefe, a renda do idoso era 52,9% da renda da familiar. Registra-se ainda que 1,9 milhão de idosos moravam na casa de filhos, genros ou outros parentes. Neste caso, predominam mulheres idosas.

Graças a esses programas de seguridade social destinados à terceira idade, o Brasil tem taxas de pobreza inferiores à média latino-americana nos intervalos de 40 a 64 anos e de mais de 65 anos, conforme se vê na Tabela 10.7:

Tabela 10.7: Taxa de pobreza por grupo de idade – Brasil e América Latina

	População total	0-14	15-39	40-64	65+
Brasil	24.6	33.4	22.3	18.7	18.5
Bolívia	30.5	34.4	24.1	31.0	47.5
Chile	20.8	24.4	19.2	18.5	23.9
Colômbia	24.0	27.1	20.6	23.8	32.9
Costa Rica	21.7	23.6	19.4	21.0	29.1
Guatemala	19.1	21.6	16.6	15.0	27.1
El Salvador	27.4	31.3	22.8	26.5	38.0
México	22.1	27.4	18.3	19.6	37.6
Média	23.8	27.9	20.4	21.8	31.8

Fonte: ROCHA, R. de R. e CAETANO, M. A. *O Sistema Previdenciário Brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada*. Brasília: IPEA, 2008. Texto para Discussão 1331, p. 15.
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD_1331.pdf página 17

O gráfico da Figura 10.19 ilustra com maior clareza ainda a relevância das transferências governamentais para o combate à pobreza. A pobreza entre os mais velhos mais do que dobraria.

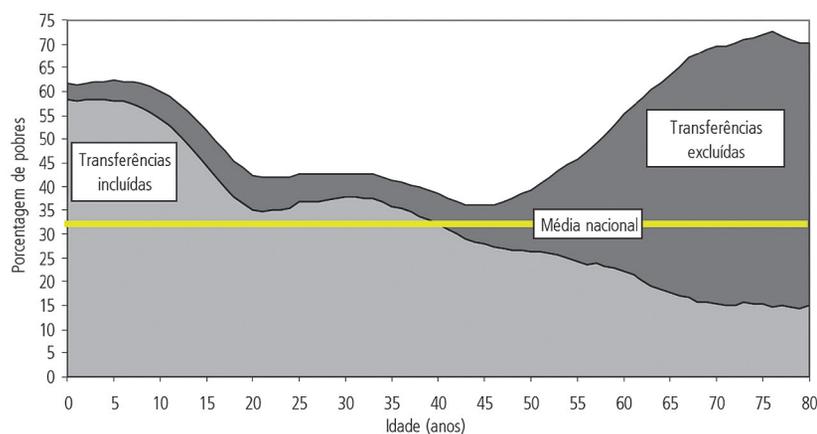


Figura 10.19: Gráfico 7 – Perfil etário da pobreza com e sem transferências governamentais.

Fonte: ROCHA, R. de R. e CAETANO, M. A. *O Sistema Previdenciário Brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada*. Brasília: IPEA, 2008. Texto para Discussão 1331, p. 15.
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD_1331.pdf página 7

Não obstante a relevância dessas transferências para a construção de um país menos desigual e injusto, estudiosos da questão previdenciária sustentam que o Estado brasileiro gasta além do que seria necessário para o que denominam como razão de dependência demográfica para os idosos.



Razão de dependência demográfica

Esse indicador permite verificar a participação relativa de parcelas não pertencentes à PIA que devem receber sustento dos segmentos em idade potencialmente ativa. Pode ser calculado para o segmento da terceira idade acima de 65 anos como também para aquele entre até 15 anos. Pode ser ainda total, ou seja, englobando idosos e jovens.

Matematicamente, a dependência demográfica para idosos seria obtida da seguinte maneira:

- número de pessoas residentes com mais de 60 anos de idade x 100
- número de pessoas residentes entre 15 e 64 anos

Para os jovens:

- número de pessoas residentes entre 0 e 14 anos x 100
- número de pessoas residentes entre 15 e 64 anos

A razão de dependência total seria:

- número de pessoas residentes até 15 anos e 65 anos ou mais x 100
- número de pessoas residentes entre 15 e 64 anos

Em linhas gerais, razões elevadas significam que no numerador da fração o número de pessoas não potencialmente ativas é alto, em relação à PIA (no denominador). Isso significa que a sociedade terá

de aportar volumes maiores de recursos educacionais, assistenciais e previdenciários – bem como em ambiência e infraestrutura referente às demandas específicas de crianças e adolescentes e/ou àquelas dos idosos.

Segundo dados oferecidos pelo *datasus*, a razão de dependência demográfica total para jovens e para idosos vêm caindo de modo consistente no país, por conta do incremento da participação da população adulta ou em idade potencialmente ativa.

Veja a Tabela 10.8, a seguir:

Tabela 10.8: Razão de dependência, por faixa etária e ano, segundo regiões – Brasil, 1991, 1996, 2000 e 2005

Região	Jovem				Idosos				Total			
	1991	1996	2000	2005	1991	1996	2000	2005	1991	1996	2000	2005
Brasil	59,9	52,3	47,9	42,5	12,6	13,1	13,8	14,4	72,5	65,4	61,7	56,9
Norte	80,5	70,0	65,0	59,3	8,8	9,0	9,6	9,9	89,3	79,0	74,5	69,2
Nordeste	73,9	62,8	56,3	48,6	13,6	13,8	14,4	14,7	87,5	76,5	70,6	63,3
Sudeste	51,3	45,1	41,7	37,3	13,1	13,7	14,5	15,2	64,4	58,8	56,2	52,5
Sul	52,9	47,6	43,5	39,0	12,7	13,6	14,5	15,3	65,6	61,2	58,0	54,4
Centro-Oeste	59,2	51,5	47,2	42,2	8,7	9,4	10,4	11,1	67,9	61,0	57,6	53,3

Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991 e 2000, Contagem Populacional 1996 e Estimativas Demográficas 2005.

Fonte: Brasil-Datasus.

<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivrolDB/2edrev/a16.pdf> página 2

No caso dos jovens, essa queda da razão de dependência tende a ser mais rápida que em relação aos idosos, à medida que a queda na fecundidade significa menores taxas de natalidade. Aparece mais alta nas regiões Norte e Nordeste, em razão do estoque acumulado de jovens nascidos nas décadas finais do século XX.

No caso de pessoas com mais de 65 anos, a razão de dependência tenderá a crescer no Brasil. Mas se estamos no bônus demográfico, a relação de dependência dos idosos ainda deve se mostrar baixa. Isso se traduziria em custos mais reduzidos, em matéria de gastos assistenciais e previdenciários, para o país.

Rocha e Caetano (2008) calcularam a razão de dependência demográfica para idosos inferior a 10%, mas os gastos em assistência e previdência estavam próximos a 12% do Produto Interno Bruto (PIB). Países com estruturas demográficas semelhantes à brasileira arcam

com até 4% de seus respectivos PIBs. Países com gastos semelhantes aos do Brasil têm razão de dependência de 27% para idosos.

Ou seja, embora estejamos ingressando numa fase de bônus demográfico, temos uma despesa semelhante à de um país envelhecido. Para mantermos esse nível de gastos, temos de gerar a cobrança de contribuições previdenciárias e assistenciais que alcançam 31% das folhas de pagamento dos funcionários das empresas. Na idosa União Europeia, o máximo é de 25%.

Não há como negar que a informalidade tende a crescer com folhas de pagamento excessivamente oneradas. Para o sistema previdenciário ter equilíbrio financeiro, é preciso que haja mais pagantes por beneficiário. Se vamos para informalidade, a conta não fechará, não é mesmo?

Temos de lembrar que o regime previdenciário brasileiro foi concebido na Era Vargas como de repartição, isto é, as aposentadorias, pensões e auxílios são pagos com a arrecadação daqueles que são economicamente ativos. Em outros países, o regime é outro, é de capitalização: o futuro aposentado paga hoje o que efetivamente receberá. Na previdência privada, esse é o regime.

A questão é desafiadora para a sociedade e para o Estado brasileiro. Aliás, desde a promulgação da Constituição de 1988, já foram feitas três reformas da previdência social para diminuir o impacto do crescimento dos gastos com seguridade arcados pelo INSS. Os gastos, porém, são cada vez maiores, em razão da promessa constitucional de redução da injustiça e da desigualdade social, bem como da elevação da expectativa de vida no país, hoje, em 74 anos.

Como conciliar o aumento de beneficiários (aposentados, pensionistas por morte de cônjuges, invalidez precoce etc.), os gastos do INSS em assistência à pobreza e o aumento do número de anos de usufruto desses benefícios? Isso envolve a questão do tempo de serviço, da idade de aposentadoria e do número de anos de recebimento.

Em meados do século XX, quando o país tinha expectativa de vida próxima a 50 anos, a previdência tendia a ser superavitária. As pessoas começavam a trabalhar cedo, cumprindo tempo de trabalho.

No geral: 35 anos para homens; 30 anos para mulheres. Algumas carreiras cumpriam menos tempo, a exemplo de professores e de profissionais em carreiras de risco permanente à saúde. Tão logo se aposentavam, já estavam perto do limite de expectativa de vida: com o “pé na cova”!

Enfim, usufruíam por menos tempo suas aposentadorias e benefícios. Agora, como ficará o sistema? As respostas para isso têm inequívocos significados políticos. Não pretendemos aqui entrar no debate sobre as alternativas para questões previdenciárias. Com certeza, a idade mínima de aposentadoria terá de se elevar.

Nas aulas que você lecionará sobre a Geografia da População brasileira e suas tendências demográficas, o tema gerará debates. Quanto mais debatermos, mais próximos de respostas e alternativas consensuais estaremos.

Veja na Tabela 10.9, a comparação que Rocha e Caetano fazem entre o sistema previdenciário brasileiro, conhecido pela sigla RGPS (ou Regime Geral de Previdência Social), e outros países em termos de idade mínima e duração do tempo de recebimento de benefícios.

Tabela 10.9: Idade mínima e duração esperada de aposentadoria – Brasil e grupos de países^a

	Idade mínima de aposentadoria		Duração esperada de aposentadoria	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
OCDE (29)	63,9	62,6	16,0	20,8
América Latina (7)	62,1	60,4	16,7	20,9
Outros (66)	62,3	59,9	15,8	21,1
RGPS				
Aposentadoria por tempo de contribuição ^b	54,4	51,3	23,0	29,2
Aposentadoria rural por idade	60,0	55,0	19,1	25,9
Aposentadoria urbana por idade	65,0	60,0	15,9	22,1

Fontes: OCDE; Nações Unidas; MPS; e IBGE.

Notas: ^aNúmero de países entre parênteses.

^b Idade média de aposentadoria.

Fonte: ROCHA, R. de R. e CAETANO, M. A. *O Sistema Previdenciário Brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada*. Brasília: IPEA, 2008. Texto para Discussão 1331, p. 19.
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD_1331.pdf página 21

Os mesmos autores sustentam que dos 12% do PIB gastos pelo Estado brasileiro, 2% estão diretamente relacionados a programas assistenciais para a redução da pobreza. Para cobrir as aposentadorias e benefícios previdenciários, 4% seriam suficientes, dada a razão de dependência dos idosos.

Os 6% do PIB restantes deveriam ser revistos, pois decorrem de uma estrutura de benefícios não encontrada em outros países (a exemplo da pensão por morte ser mantida mesmo que o viúvo ou viúva venham a se casar novamente), sem contar a maior duração de usufruto das aposentarias no Brasil.

CONCLUSÃO

Pelos dados do Censo Demográfico de 2010, confirmam-se as tendências de urbanização e amadurecimento/envelhecimento da população brasileira. Transformações importantes no funcionamento da sociedade já são perceptíveis, especialmente, a redução da pobreza e a potencial valorização do idoso.

Esse novo perfil da população brasileira traz o desafio da concepção de novas políticas públicas que possam dar eficiência à atuação do Estado e estimular a inovação, a constituição de empresas, a oferta de empregos, enfim o desenvolvimento sustentável em termos sociais e ambientais.

Uma dessas políticas se refere ao desenho dos programas de assistência e seguridade social que permitam atender à população, ao ideal de justiça social, ao mesmo tempo em que se permita ao país aproveitar as vantagens do chamado bônus demográfico.

RESUMO

Nesta aula, trabalhamos aspectos e tendências sobre:

- a transição e o bônus demográfico. O Brasil se encontra numa fase importante da transição demográfica, pois os custos de atendimento às demandas de jovens devem cair e ainda não é excessivamente grande a proporção de idosos na estrutura demográfica. Estamos na fase do bônus demográfico. O surgimento

de novas classes médias de alguma forma está relacionado ao fato, assim como a redução da concentração da renda.

- termos ultrapassado os 200 milhões de habitantes em 2012. A imigração não foi elemento que contribuiu efetivamente para isso,

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Veja os mapas das Figuras 10.20 e 10.21, a seguir. O primeiro representa a razão de dependência total. O segundo, a razão de dependência de idosos.

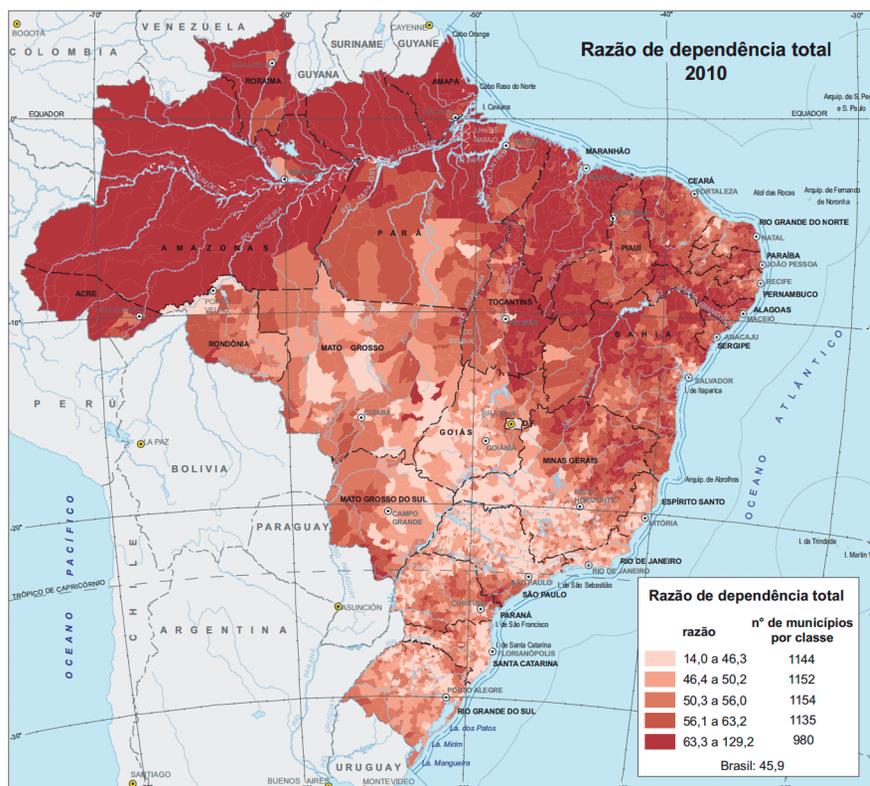


Figura 10.20: Mapa 1.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p.41.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 9

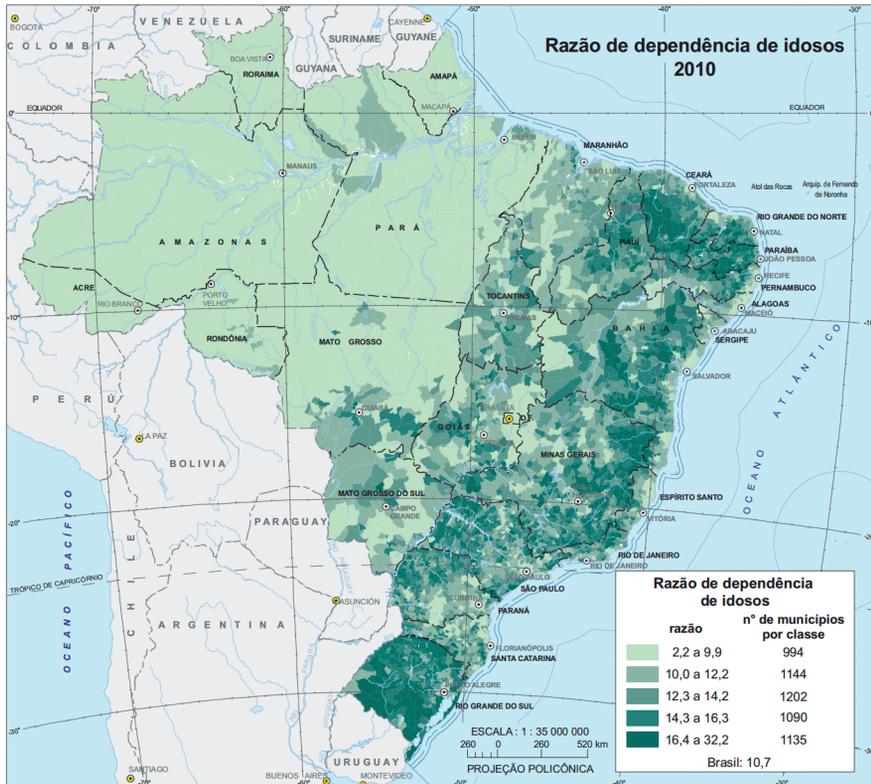


Figura 10.21: Mapa 2.

Fonte: *Atlas do Censo de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, p. 41.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf página 21

Escreva um texto com cerca de 10 linhas, a partir de uma comparação entre os dois Mapas.

Resposta Comentada

Parece haver três Brasis: um em que o peso dos idosos já é bastante visível; um outro, em que a população jovem pesa bastante no cálculo da razão de dependência; e ainda um terceiro que tem razões de dependência total e de idosos expressivas.

O primeiro Brasil seria o do Centro-Sul, coincidindo com os estados de maiores percentagens de população idosa ou que já vivenciam o processo de envelhecimento, há mais tempo. O segundo seria o Brasil de um arco de municípios que começa no extremo Oeste da Amazônia, passa pelas fronteiras do Norte do país, entra no Nordeste até o norte de Minas Gerais. É o Brasil que ainda tem um estoque de populações jovens que pesam em suas estruturas sociais. É também um Brasil mais pobre. O terceiro seria um Brasil que mistura razões mais altas totais e de idosos em núcleos específicos de população em todas as grandes regiões do país, a exemplo de áreas do interior de Santa Catarina ou em regiões metropolitana de Manaus, Cuiabá ou São Luís.

O fato é que de acordo com o cálculo da razão demográfica, políticas públicas mais eficientes podem ser desenhadas, propostas e negociadas politicamente com a sociedade.

embora tenha havido nos últimos anos uma maior procura do país, seja por pessoas que buscam oportunidades de empregos seja por refugiados. Houve retorno de centenas de milhares de brasileiros que haviam emigrado nos anos 1980 e 1990. O crescimento demográfico absoluto da população brasileira ocorreu, mas a uma taxa inferior à reposição. Deveremos parar de crescer em termos absolutos entre os anos 2030 e 2040.

- a evolução demográfica por Grandes Regiões, segundo o Censo de 2010. No geral, o Censo de 2010 reafirmou a concentração da população em áreas do litoral, em núcleos interioranos e ao longo de rios e rodovias da Amazônia e Centro-Oeste. O Norte e o Centro-Oeste se diferenciam das demais regiões, quanto às percentagens de jovens. Mas se encaminham também para o amadurecimento/envelhecimento de seus contingentes.
- o crescimento demográfico nos municípios e em capitais de estados. A população brasileira tem tido um perfil de crescimento

que valoriza as cidades médias. Capitais como o Rio e São Paulo crescem menos que o interior, o que não quer dizer que se tenha diminuído significativamente o grau de concentração espacial da economia.

- a população do país elevou seu grau de urbanização como um todo.
- o bônus demográfico e a questão dos gastos em seguridade social no Brasil. Os gastos previdenciários e em assistência social contribuíram para reduzir a pobreza no país. Por outro lado, o seu desenho institucional atual eleva o seu valor a níveis superiores ao que seria compatível com uma razão de dependência demográfica de idosos. Gastamos quase 12% do PIB. Países com razões de dependência semelhantes a nossa gastam 4%. Isso é importante, no contexto de melhor aproveitamento das oportunidades que o bônus demográfico pode trazer para o país.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, trabalharemos questões relacionadas à juventude, ao trabalho e ao emprego.

Leituras recomendadas

ALVES, J. E. D. e CAVENGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. Artigo publicado em: *Aparte Inclusão Social em Debate*: <http://ie.ufrj.br/aparte/> . Acessível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

CAMARANO, A. e KANSO, S. *Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011*. Governo Federal/IPEA. 2012. Acessível pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/121011_comunicadoipea157.pdf

NERI, Marcelo e SOUZA, P. H. C. F. de. *A Década Inclusiva (2001-2011)*. Comunicado 155/IPEA: texto e slides de apresentação, 2012. Acessível pelos sites: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicado155rev3_final.pdf

<file:///C:/Users/jo%C3%A3o%20eduardo/Documents/graficos%20marcelo%20neri.pdf>

ROCHA, R. de R. e CAETANO, M. A. *O Sistema Previdenciário Brasileiro: uma avaliação de desempenho comparada*. Brasília: IPEA, 2008. Texto para Discussão 1331. Acessível no site: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1490/1/TD_1331.pdf

Vídeos e filmes recomendados

Censo Demográfico de 2010, parte 1. Produzido pela NBR - Governo Federal - Brasil. Acessível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=K6NK0LrV4-s>

Censo Demográfico de 2010, parte 2. Produzido pela NBR - Governo Federal - Brasil. Acessível pelo site: <http://www.youtube.com/watch?v=iUmzdqDZIPo>

Aula

11

Tendências da
Geografia
da População
do Brasil nas
primeiras décadas
do século XXI:
perspectivas
do trabalho
e emprego

João Eduardo de Alves Pereira

Metas da aula

Descrever as perspectivas do trabalho e do emprego, bem como sua distribuição espacial no Brasil neste início de século, relacionando-as a tendências gerais do meio técnico-científico-informacional.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. estabelecer relações entre a Geografia da População e a questão do trabalho e do emprego no Brasil, num contexto de flexibilização de contratos e de aumento da vulnerabilidade social inerente ao meio técnico-científico-informacional;
2. reconhecer tendências e perspectivas do mercado de trabalho e do emprego no Brasil, destacando aspectos de sua distribuição territorial.

INTRODUÇÃO

Caros alunos e alunas,

A Geografia da População é influenciada pela disponibilidade de oportunidades de trabalho. Não se pode querer apresentar um quadro – mesmo que rápido – da distribuição espacial e da evolução do trabalho e do emprego no Brasil deste início de século sem relacioná-lo ao meio técnico-científico-informacional.

Você se acha preparado para aproveitar as oportunidades oferecidas?

Do setor agropecuário e mineral aos setores de informática e biotecnologia, são muitos os exemplos de oportunidades de trabalho que, contudo, requerem qualificação e aprimoramento técnicos constantes. O próprio trabalho do professor vem sendo alterado pelas demandas do nosso tempo: a educação a distância já não seria um exemplo?

É preciso observar que o quadro do trabalho no Brasil se desenvolve em uma economia que vem sendo marcada, já há mais de uma década, pelo crescimento da importância relativa do setor terciário, isto é, dos serviços e do comércio, conforme pode ser verificado a seguir, na **Tabela 11.1**:

Tabela 11.1: Brasil – grandes regiões. Distribuição percentual das pessoas ocupadas, com 16 anos ou mais, agrupadas por idade e por atividade do trabalho principal (2004-2009)

	2004					
	Total	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	
Brasil	100,00	20,0	14,8	6,5	17,3	41,1
Norte	100,00	26,5	11,8	6,8	17,5	36,7
Nordeste	100,00	34,8	9,5	5,6	15,6	34,2
Sudeste	100,00	9,7	17,8	7,0	18,2	47,0
Sul	100,00	21,4	18,8	5,9	17,1	36,6
C-Oeste	100,00	16,8	10,8	7,4	18,8	46,2

	2009					
	Total	Agricultura	Indústria	Construção	Comércio	
Brasil	100,00	16,4	14,8	7,5	17,7	43,3
Norte	100,00	19,2	11,6	8,2	19,1	41,1
Nordeste	100,00	28,6	9,5	7,0	17,0	37,5
Sudeste	100,00	8,6	17,6	7,8	17,8	48,1
Sul	100,00	17,0	18,8	6,9	17,9	39,4
C-Oeste	100,00	14,8	11,8	8,2	18,2	46,9

Fonte: GUIMARÃES, 2012b, p. 44. Tabela adaptada. Disponível em: <http://www.onu.org.br/oit-divulga-versao-completa-do-relatorio-sobre-trabalho-decente-no-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2014.

O trabalho e o emprego no meio técnico-científico-informacional

Anos 1980/90: globalização e mudança para o modelo flexível

De acordo com autores importantes, a exemplo do Geógrafo marxista David Harvey (*1935), o mundo que emergiu do II Pós-Guerra, a partir do final dos anos 1970, teve suas bases alteradas pelo advento da III Revolução Industrial – ou, na denominação de Milton Santos, com que temos trabalhado desde a primeira aula, pelo meio técnico-científico-informacional.



Figura 11.1: David Harvey (2013).
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:David_Harvey_on_Subversive_Festival.jpg?uselang=pt-br

A economia internacional passou a se caracterizar, entre outros aspectos, por uma intensa produção de tecnologias e inovações. Novos produtos, serviços e processos são lançados constantemente, num ritmo incomparável com o do passado. Isso faz com que, rapidamente, os mesmos produtos, serviços e processos tendam a ficar obsoletos, ultrapassados. Os especialistas, então, dizem que os ciclos de vida das tecnologias tendem a ser cada vez mais curtos no mercado.

Com o desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, a constante inovação tecnológica dificulta, todavia, a produção de um determinado bem ou serviço por longo tempo. A concorrência é agora mais efetiva e ameaçadora e, assim, os empresários individuais ou grupos empresariais têm de adaptar seus processos produtivos e a forma de contratação de mão de obra para serem competitivos em ciclos de vida de produtos e serviços cada vez mais curtos nos mercados.

Desse modo, não havia como os mercados de trabalho não receberem os efeitos dessas transformações. Em decorrência, deu-se uma tendência à adaptação dos contratos de trabalho, que passaram a ser flexibilizados. Ao mesmo tempo, os grandes grupos empresariais começaram a buscar, numa atuação geograficamente mais ampla e global, a expansão de mercados de consumo e de mão de obra.

Por exemplo, uma empresa de grande porte busca, hoje, a partir da fundação de filiais em diversos países, oportunidades para reduzir custos diversos, entre os quais o do trabalho; daí a tendência à globalização do capital. Um produto atualmente é montado em um determinado país, mas boa parte de suas peças e acessórios vem de outros lugares, nações ou continentes.



Sapatos globalizados



Michael & Christa Richert

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1390376>

A expansão dos mercados de consumo e a busca por mão de obra e acordos comerciais mais flexíveis afetaram também uma série de indústrias no Brasil. Observe um trecho da reportagem do *Estadão* que trata sobre o tema mostrando a realidade da indústria de calçados no país:

Grupos brasileiros buscam no exterior condições de produção melhores, mesmo para vender para o Brasil

Em agosto, a Paquetá Calçados, com 66 anos de mercado, resolveu transferir a sua unidade produtiva de Sapiranga, no Rio Grande do Sul, para a República Dominicana. Os motivos alegados, em comunicado divulgado à imprensa no mês passado, foram os de “manter a competitividade industrial e continuar crescendo, bem como manter a base de clientes importadores”.

Segundo a Paquetá, uma das vantagens principais da República Dominicana é o acordo de livre comércio entre o país caribenho e os Estados Unidos, principal mercado para as exportações da empresa.

Caso tenha se interessado na reportagem, é possível lê-la na íntegra no link:

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,dificuldades-levam-empresas-a-produzir-em-outros-paises-imp-,771029>. Acesso em: 30 out. 2014.

Os lançamentos de novos produtos por grandes corporações transnacionais se caracterizam por serem feitos simultaneamente em todo o mundo, ou melhor, em todos os mercados integrados à economia globalizada. É preciso alcançar o mais rapidamente possível os potenciais consumidores, antes que a concorrência chegue.

Historicamente, a tendência à globalização e ao encurtamento dos ciclos de vida de produtos pôs em xeque tanto o socialismo quanto o capitalismo social-democrata, contribuindo diretamente para o fim da Guerra Fria e dos riscos da destruição nuclear mútua dos EUA e da extinta URSS – e, portanto, de todo o mundo.

O socialismo soviético possuía certa rigidez na transformação do conhecimento científico em inovação tecnológica, bem como no processo de tomada de decisões econômicas pelo Partido Comunista. Com isso, não teve como superar os desafios do meio técnico-científico-informacional, que exigem, justamente, agilidade no processo de decisão frente à concorrência global.

A URSS se desintegraria, então, em 1991, após o fracasso das políticas econômicas e de abertura de Mikhail Gorbatchev (1931 *).

O socialismo chinês, por sua vez, após a ascensão do líder Deng Xiaoping (1904-1997), em 1978, se abriu ao capitalismo global de modo extremamente agressivo. Já em 2005 a China escrevia em sua Constituição o respeito à propriedade privada, e isso tornou o país efetivamente capitalista, embora ainda governado pela hierarquia do Partido Comunista. A economia chinesa tornou-se a segunda maior de todo o mundo (e caminha aceleradamente para superar os EUA antes do final desta década).



Steve Jurvelson

Figura 11.2: Indústria eletrônica em Shenzhen, China (2005).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Electronics_factory_in_Shenzhen.jpg?uselang=pt-br

Vale lembrar que, por ter sido uma economia socialista, na China não havia legislação trabalhista, já que o conflito capital-trabalho era inexistente, pois todos trabalhavam para o Estado. Tendo se incorporado ao capitalismo global, os chineses ainda não determinaram, contudo, suas leis trabalhistas; enquanto isso não ocorrer, objetivamente, a China continuará a não impor esse tipo de custo aos empresários locais, nacionais ou internacionais que lá venham a implantar seus negócios.

Nesse caso, como competir com a China? Há que se lembrar, ademais, que outras economias da Ásia, como a Índia, tomaram o mesmo rumo chinês, o que torna o ambiente internacional ainda mais competitivo.

Para as economias do capitalismo central e para aquelas periféricas que, a exemplo do Brasil, haviam se industrializado entre 1930 e 1980, fica a pergunta: Como competir com as economias emergentes da Ásia? Como continuar a oferecer a promessa de contratos de trabalho estáveis e longos aos trabalhadores, ainda mais sem a ameaça de uma revolução socialista mundial?

O paradigma da flexibilidade ou a erosão do mundo do salário

As respostas para as perguntas feitas na seção anterior foram dadas pelo sistema capitalista, por meio da progressiva e diferenciada redução da segurança e da estabilidade que o trabalhador conquistara ao longo da II Revolução Industrial (1860-1960/70) – ou, em outros termos, no âmbito do meio técnico.

O entendimento é o de que o mundo do emprego formal com salários fixos, dos contratos de trabalho de prazos indeterminados e da garantia de direitos trabalhistas continuará a existir para algumas pessoas: para aqueles que forem do interesse do empresário, da corporação transnacional, enfim, do capital. Trabalhadores diferenciados continuarão a ser relativamente valorizados; eles não deverão ser dispensados facilmente, pois têm, inclusive, conhecimento de práticas, processos e informações que podem ser bastante úteis aos concorrentes em mercados locais, nacionais e/ou globais. Entretanto, esses trabalhadores com direitos preservados tenderão a existir em proporções cada vez menores. O tempo de duração dos contratos tenderá a ser menor, o que significa dizer que será cada vez mais raro que o trabalhador faça toda a sua carreira profissional em uma única empresa, até a prometida aposentadoria com valor integral de seus últimos vencimentos. Assim, a tendência é a de que as carreiras sejam feitas por ciclos não muito longos e em empresas diferentes.

Aquele trabalhador do auge do taylorismo-fordismo, que realizava uma tarefa única ao longo de sua carreira em uma mesma

firma, tende também a não mais ser o modelo. No cenário atual, o trabalhador passou, então, a ter de ser flexível, a saber realizar tarefas diferentes e a aceitar rodízios de funções.

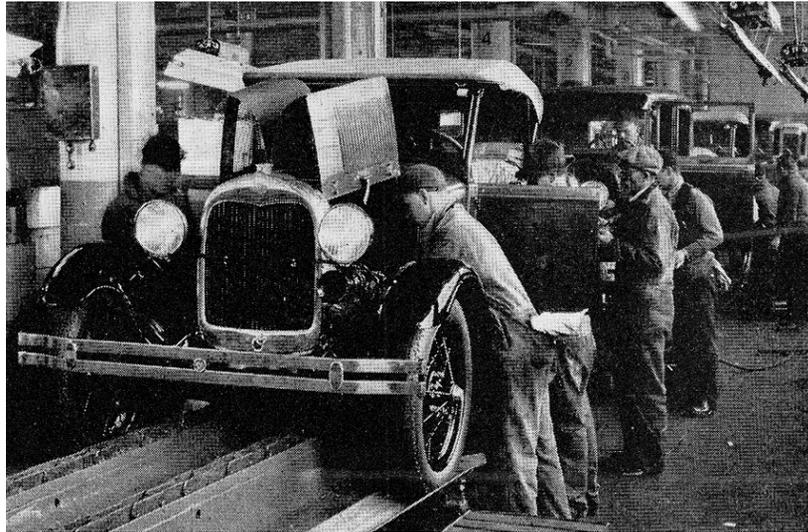


Figura 11.3: Linha de montagem de carros na fábrica da Ford (1928). Cada trabalhador possuía e se especializava numa tarefa específica, o que acelerava a produção. Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/Fordism#mediaviewer/File:Ford_Motor_Company_assembly_line.jpg

Para os empregados formalizados, também há a perspectiva de que seus ganhos estejam em parte atrelados a constantes revisões, reciclagens e avaliações de rendimento – cujos critérios podem mudar a cada momento, em razão da instabilidade do mercado de atuação da empresa ou dos interesses dos gestores da política de recursos humanos.

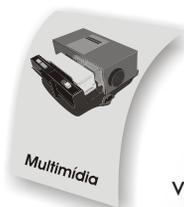
Outra questão crítica ao trabalho formal refere-se à capacidade do trabalhador em se manter competitivo na disputa por bons empregos, cargos e salários, à medida que o envelhecimento chega. Com a permanente inovação tecnológica, não há outro caminho senão o da busca por reciclagens e requalificação.

Contudo, esse é um procedimento caro e nem sempre a empresa deseja arcar com os custos que, normalmente, o empregado

não tem como os assumir. Ademais, reciclagens costumam tomar tempo das tarefas realizadas no ambiente de trabalho, sem contar os prejuízos ao lazer, ao cuidado com a saúde, à vida familiar etc.

Muitas empresas e corporações preferem, por isso, dispensar trabalhadores mais experientes ou (relativamente) mais velhos e contratar jovens recém-qualificados e mais suscetíveis, talvez, à hierarquia e ao comando. Grande parte desses jovens mora com seus pais ou parentes e tem uma perspectiva de vida em que não há pressa para constituição de família, casamento e filhos. Eles estão disponíveis para a empresa, para a competição com os demais colegas e, especialmente, para obterem o máximo no ciclo dos anos que terão na corporação, devidamente (re)qualificados.

O sociólogo francês Robert Castel (1933-2013), em sua obra *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, publicada na França em 1995 e no Brasil em 1998, observa ainda que os jovens em geral vêm respondendo culturalmente à erosão do mundo do salário e do emprego fixo e formal com comportamentos que valorizam o presente.



Caso você tenha ficado interessado nas ideias de Robert Castel, é possível assistir a uma entrevista concedida por ele quando esteve no Brasil, em 2009, no Programa Roda Viva, da TV Cultura.

Veja entrevista: é bastante elucidativa!

Para a primeira parte da entrevista, o *link* é:

<http://www.youtube.com/watch?v=Krl2Q8HFS78>

Para a segunda parte, acesse:

<http://www.youtube.com/watch?v=KBDE1XvTMH8>

Acesso a ambos os *links* em: 30 out. 2014.

Aleatório

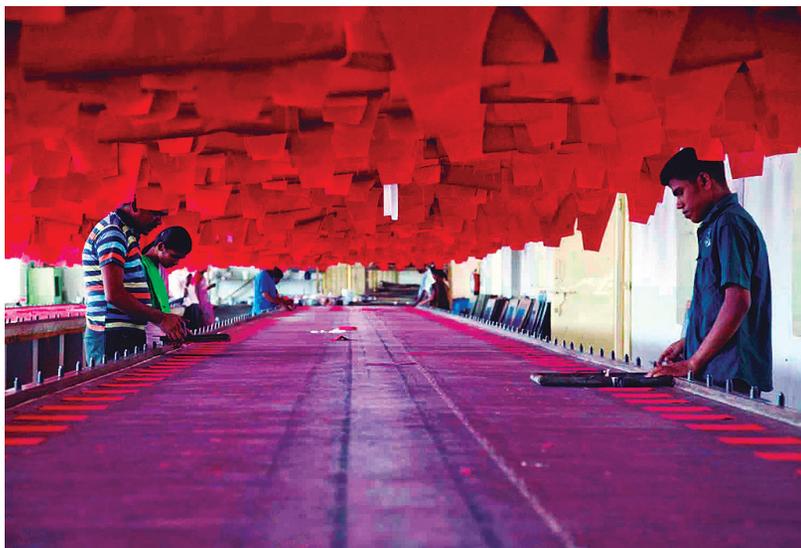
Aquilo que é imprevisível, que vem com a sorte ou com o acaso.

Esses jovens estariam imersos em uma cultura do **aleatório**, em que as estratégias de sobrevivência a um ambiente de crescente vulnerabilidade envolvem ligações pessoais rápidas, consumo de bens descartáveis e busca por realizações efêmeras ou curtas. Havendo condições no presente, as pessoas procuram aproveitá-lo ao máximo, sem pensar um pouco mais adiante. O futuro para tais jovens é imediato, é amanhã, não mais sendo visualizado a médio ou longo prazo.

A flexibilidade e a vulnerabilidade vêm influenciando também os níveis salariais. Em termos médios, de acordo com Castel, os salários vêm caindo em todo o mundo, pois passaram a ter como piso aquelas remunerações praticadas no leste asiático e em outros países considerados emergentes. Além disso, ocorre uma crescente diferenciação entre a base e o topo das pirâmides salariais.

Tabela 11.2: Tipos de trabalhadores mais flexíveis, suas características e principais problemas

Trabalhador	Características	Problemas
<i>Interino permanente</i>	Geralmente composto por jovens de talento, mas com pouca experiência no mercado de trabalho.	Não é efetivado pelas empresas.
<i>Informal</i>	Prestador de serviços sem muita especialização.	Sem vínculos ou direitos previstos por lei, muitas vezes está associado à exploração de imigrantes ilegais ou ao trabalho infantojuvenil.
<i>Terceirizado</i>	Fornecedor de serviço com experiência de mercado.	Muitas vezes utilizado como forma de driblar a legislação trabalhista. Algumas vezes, as empresas demitem funcionários muito especializados, com salários mais altos, mas os mantêm como funcionários indiretamente, por meio de contratos de prestação de serviço. Eles passam a ser fornecedores formais através da abertura de firmas próprias.



Fabrics of Freedom

Figura 11.4: Indústria têxtil na Índia (2008).

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:India_textile_fashion_industry_workers.jpg?uselang=pt-br



O empreendedorismo e sua relevância no mundo do trabalho flexível



DaVinciS

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1428672>

Uma possibilidade ou oportunidade neste mundo do trabalho flexível é a abertura de um negócio próprio, o que vem valorizando o empreendedorismo. As pequenas empresas, com isso, são cada vez mais vistas como fundamentais à expansão de empregos, ao crescimento e ao desenvolvimento socioeconômico. Segundo informa GUIMARÃES (2012a), em 2010, as

pequenas e médias empresas foram responsáveis por cerca de 51,6% dos empregos privados não agrícolas formais e por aproximadamente 40,0% da massa salarial brasileira, perfazendo 99,0% dos estabelecimentos formais de nosso país.

No entanto, é preciso saber “bolar” um bom negócio, inovar e o gerir eficientemente – e nem sempre isso é inato. Aqui, entra o empreendedorismo.

No caso brasileiro, há agências governamentais e/ou ligadas ao empresariado que ofertam cursos, treinamento e apoio técnico a pequenos e médios empreendedores, evitando que boas ideias sejam desperdiçadas por empresários despreparados. O despreparo, aliás, é um dos fatores que respondem pelo fato de mais de 50% das empresas criadas no país encerrarem suas portas em menos de cinco anos de fundação.

O trabalho e a territorialização da questão social

A erosão do mundo do salário e do contrato de trabalho formal está associada a transformações importantes na atuação do Estado nos países ocidentais – no Brasil, inclusive. Dependendo das condições históricas e políticas de cada país, o Estado reduziu mais ou menos os direitos e benefícios que haviam sido elencados nas legislações trabalhistas, de amparo e previdência social no apogeu do modelo taylorista-fordista.

Em outras palavras, o Estado do bem-estar social entrou em crise, favorecendo o concomitante retorno ou recrudescimento do liberalismo. É bem verdade que não mais haveria referência aos mesmos conceitos liberais de antes da crise dos anos 1930. Ao contrário, o que se propunha era um novo liberalismo, ou seja, um

neoliberalismo, em que se que passava a admitir uma intervenção mínima do Estado na economia.

A medida do mínimo, contudo, é estabelecida de acordo com a resultante das forças políticas, econômicas e sociais em cada país. Os países europeus ocidentais, por exemplo, promoveram reformas neoliberais em suas economias durante os anos 1980 e 1990, com a redução de gastos sociais e privatizações de empresas do Estado em níveis menos drásticos, se comparadas às reformas feitas na América Latina seguindo orientações do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

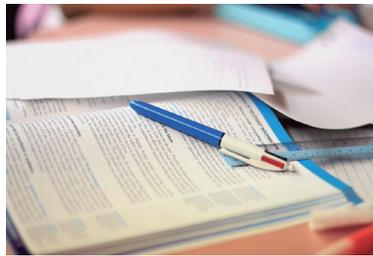
O fato é que, com a ascensão de princípios neoliberais no meio técnico-científico-informacional, difundiram-se práticas de desregulamentação estatal dos mercados de trabalho formais, valorizando a autonomia e a liberdade de empregadores e empregados na celebração de contratos de trabalho. Isso vai ao encontro do modelo flexível de produção porque parece permitir um maior poder ao capital na negociação dos termos do contrato com os trabalhadores.

A perspectiva neoliberal, desse modo, potencializa a competitividade das empresas na economia global, o que, porém, traz riscos de ampliação da vulnerabilidade dos empregos e, portanto, de quebra da coesão social.

É mais difícil haver coesão social se as pessoas assimilarem comportamentos de crescente competitividade e agressividade, com ciclos profissionais cada vez mais curtos, a partir dos quais elas podem passar a valorizar posturas cada vez mais individualistas e/ou pouco solidárias.

Quando o sentimento coletivo de solidariedade se enfraquece, a sociedade tende à fragmentação. Projetos coletivos que levam à integração social se tornam de importância secundária, em relação aos interesses de indivíduos ou grupos específicos. Se o individualismo predomina, a concepção de projetos coletivos tende a cair.

Isso já vem sendo verificado no Brasil, por exemplo, por meio da desvalorização do planejamento econômico de longo prazo. Sem o conveniente planejamento técnico, é possível que se desenvolva uma relativa incapacidade de promover mudanças, transformações e inovações de média ou longa maturação, bem como de obter o devido apoio político para se fazerem sacrifícios no presente, em nome de um futuro de maior eficiência comum a todos. O foco, hoje, é o da gestão de curto prazo.



shho

Julio Babin



Guilherme Batimarchi



kurhan

Figuras 11.5, 11.6, 11.7 e 11.8: A sociedade marcada pelo individualismo perde a capacidade de solucionar problemas de longa maturação, como educação, saúde habitação e segurança pública.

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1275249>

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/1314902>

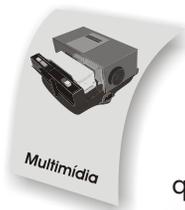
Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/711223>

Fonte: <http://www.freeimages.com/photo/684383>

O fato é que, ao longo da vida, o trabalhador, em algum momento, demandará amparo e assistência. Durante o apogeu do taylorismo-fordismo, a assistência passou a vir do Estado. Este, de certa forma, substituiu o amparo e a proteção social provenientes do pertencimento a circuitos familiares, religiosos, ou mesmo de associações de classes.

Com o Neoliberalismo, contudo, houve uma redução do papel do Estado na promoção do bem-estar social; isso significa que o trabalhador passou a ter riscos de se ver suscetível a processos de desamparo e de exclusão social.

Robert Castel sustenta que nem sempre a exclusão social traduz-se em uma total segregação do indivíduo em relação à sociedade. O trabalhador precarizado ou semiocupado continua integrado, só que parcialmente. Ele é aproveitado em um rol de atividades e tarefas de menor relevância, ficando alijado de uma série de circuitos mais elaborados e prósperos, apesar de permanecer na sociedade.



Entre os jovens, esse fenômeno da exclusão parcial aparece, por exemplo, por meio dos que nem trabalham e nem estudam, mas se inserem em redes sociais e participam dos circuitos de consumo de certos bens e serviços – alguns relativamente modernos, a exemplo de telefones móveis e das comodidades do *shopping centers*. No Brasil, são conhecidos como os “nem-nem” e compõem um quinto da população jovem do país.

Acesse o *link* a seguir para conhecer alguns dados surpreendentes:

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/11/29/um-em-cada-cinco-jovens-de-15-a-29-anos-nao-estuda-nem-trabalha-diz-ibge.htm>. Acesso em: 30 out. 2014.

Em outros termos, formaram-se zonas de inclusão/exclusão no interior das sociedades. No neoliberalismo, o Estado é chamado a intervir nesse processo, mas de modo distinto do que prometia o Estado do bem-estar social. A perspectiva deste era a de integração

de todos enquanto, no neoliberalismo, o que parece se oferecer, ao contrário, são oportunidades ou condições diferenciadas de inserção.

A lógica da intervenção do Estado apresenta-se, portanto, pontual e seletiva, tanto social, quanto espacialmente. Os recursos públicos são destinados a setores específicos e/ou geograficamente localizados, isto é, territorializados.



Prefeitura Municipal de Farroupilha

Figura 11.9: No Brasil, programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Família, nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2008-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-) seriam exemplos da ação seletiva do Estado, segundo segmentos sociais ou geograficamente localizados.

Fonte: <http://farroupilha.rs.gov.br/novo/wp-content/uploads/2014/06/bolsa-familia-1.jpg>

Nesse mesmo contexto, poderíamos citar ainda programas desenvolvidos no estado do Rio de Janeiro com concepções ou enfoques territorializados: o projeto Favela Bairro e, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).



Atende ao Objetivo 1

São feitas abaixo cinco afirmativas acerca dos impactos do meio técnico-científico-informacional sobre populações trabalhadoras no Brasil e no mundo. Com base no texto desta aula, indique quais estão incorretas. Justifique suas respostas.

(a) A cultura do empreendedorismo vem se difundindo no Brasil, em razão da demissão de trabalhadores formalmente empregados que se transformam em prestadores de serviços ou fornecedores.

(b) A cultura do aleatório está presente, sobretudo, entre os adultos mais jovens, sendo a postergação da saída da casa dos pais ou parentes uma de suas características marcantes.

(c) Após a ascensão do neoliberalismo, há uma tendência de o investimento social pelo Estado ser mais seletivo, territorializado e universalizado, a exemplo de programas como o Bolsa Escola e o Bolsa Família.

(d) A flexibilidade e a vulnerabilidade do trabalho e do emprego são algo que pode ter uma explicação no acirramento da competição econômica global própria ao meio técnico-científico-informacional, com a ascensão de economias emergentes na Ásia.

(e) A precarização dos contratos de trabalho é mais comum entre a mão de obra adulta, pois os mais jovens, por aceitarem menores remunerações, têm estabilidade nos empregos.

Resposta Comentada

(a) Incorreta. A difusão do empreendedorismo não ocorre em razão da alteração da condição de trabalhador para fornecedor. Essa modalidade de terceirização é algo que existe, mas é considerada ilegal e não se deve confundir-la com a terceirização em si. O empreendedorismo cresce porque existem oportunidades para pequenos e médios empresários preparados e competitivos no mercado brasileiro.

(b) Correta. A cultura do aleatório se difunde num contexto de instabilidade próprio a um mundo em constante mudança, cujas tecnologias e diversas formas de interação social podem rapidamente se tornar obsoletas.

(c) Incorreta. De fato, após a ascensão do neoliberalismo, as políticas sociais tornaram-se mais setorializadas e específicas, ao contrário da promessa de universalização da oferta de serviços pelo Estado. Além disso, passaram a ter uma característica mais territorializada e os programas Bolsa Escola e Bolsa Família estão nesse contexto.

(d) Correta. O meio técnico científico internacional mudou o modelo de regulação do trabalho referente ao período taylorista-fordista, em virtude do aumento da competição global. A ascensão

de economias asiáticas, especialmente China e Índia, concorrem diretamente para esse aumento de competitividade.

(e) Incorreta. O desemprego, a vulnerabilidade e a informalidade são maiores entre os mais jovens em todos os países do mundo, o que pode estar relacionado a deficiências de formação e instrução, e ainda à falta de experiência.

Daremos ênfase à transição e ao “bônus” demográficos 2 Trabalho e emprego no Brasil atual

Taxa de informalidade e a permanência da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

Pois é... se estudamos Geografia, sabemos que o conhecimento dos fenômenos espaciais requer a identificação e a valorização de mais de uma escala de análise. Na verdade, um mesmo fenômeno ou processo geográfico adquire contornos distintos e específicos segundo os níveis de escala.

Assim sendo, na Geografia da População, os processos de flexibilização do mundo do trabalho e precarização do emprego estão associados à globalização e à evolução do meio técnico-científico-informacional, mas apresentam suas especificidades, ou seja, suas marcas próprias, quando se realizam nos níveis de escala local, regional e nacional.

A questão, assim, passa a ser: Como esses processos ligados ao mundo do trabalho vêm se desenvolvendo no Brasil?

O fato é que o paradigma da flexibilidade, desde os anos 1990, vem se colocando nos horizontes da sociedade brasileira. Contudo, a intensidade e o ritmo de sua difusão se fazem de acordo com a evolução política, econômica e cultural do país.

Isso fica claro pelo fato de que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, continue em vigor, embora grupos ligados ao empresariado defendam abertamente a reforma da legislação do trabalho, com vistas à sua liberalização e flexibilização.

Para segmentos do empresariado, a manutenção da CLT traz obrigações ao empregador que tornam a formalização de contratos de trabalho algo dispendioso – especialmente o pagamento de contribuições previdenciárias e sociais, bem como dos custos de demissão ou dispensa sem justa causa. Entre outros efeitos, isso diminuiria a competitividade da economia do país frente a mercados estrangeiros com legislações mais flexíveis.

Para setores sindicais do operariado, não há como negar que a CLT terá que ser modernizada em algum momento mais à frente. Mas, nesse processo, é preciso que os trabalhadores estejam politicamente mais fortes e organizados, para que uma futura legislação trabalhista não seja excessivamente favorável ao capital.

Enquanto não houver tal capacidade de ação política, o melhor, na visão de grande parte dos representantes dos trabalhadores, é a permanência da CLT.



Reforma trabalhista: qual delas?



Prefeitura de Olinda

Fonte: <https://flic.kr/p/83zs4H>

Você pode ter uma noção do debate sobre a reforma trabalhista por meio de projetos de lei que foram apresentados ao Congresso Nacional.

Leia, a seguir, informações sobre projetos apresentados por representantes do empresariado e de entidades sindicais, respectivamente:

- Projeto de lei 4193/2012, de propositura do deputado federal Irajá Abreu, Câmara dos Deputados: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012271&filename=PL+4193/2012. Acesso em: 30 out. 2014.
- Artigo “Projeto de lei da terceirização esconde reforma trabalhista e sindical”, de Viviane Claudino. Publicado em 30/10/2013 no site: <http://www.rede-brasilatual.com.br/trabalho/2013/10/pl-da-terceirizacao-esconde-reforma-trabalhista-e-sindical-1226.html>. Acesso em: 30 out. 2014.

Ocorre, contudo, que cerca de 50% da população economicamente ativa (ou PEA) não têm carteira de trabalho assinada e, conseqüentemente, não recolhem as respectivas contribuições à Previdência Social. Ou seja, a CLT é uma realidade para apenas cerca de metade dos trabalhadores; a outra está na informalidade, sem acesso a garantias e aos benefícios da legislação.

O paradigma da flexibilidade, assim, chegou ao Brasil que, durante sua modernização autoritária e conservadora no século XX, desenvolvera todo um arcabouço de leis, mas não foi capaz de estender à maioria da população os benefícios do Estado do bem-estar social.

O curioso na escala nacional é que vem havendo, ao contrário do que é observado em outros países do mundo, uma elevação da oferta de empregos formais e do registro na Previdência Social de trabalhadores por conta própria, desde 2002. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), entre 2003 e 2010 foram criados 15,38 milhões de empregos formais, elevando o total a

44,07 milhões de postos de trabalho. Em outros termos, o crescimento verificado no período alcançou a 53,6%, ou 5,51% ao ano.

Taxa de formalidade

Percentual dos trabalhadores ocupados com carteira assinada nos setores privado e público e por aqueles que trabalham por conta própria e contribuem para a Previdência Social.

A **formalidade** do emprego no país esteve associada ao crescimento da economia brasileira entre 2003 e 2010, com uma média anual de 4,32% ao ano. Entre 2005 e 2010, apesar de o ano de 2009 ter sido de baixo desempenho, em razão da crise internacional, o acumulado alcançou a 28,4% do Produto Interno Bruto (PIB).

Outra causa do crescimento da taxa de informalidade no período posterior a 2003 até 2010 reside numa maior eficiência na fiscalização pelos órgãos públicos competentes e por um melhor desempenho da Justiça do Trabalho, conforme GUIMARÃES (2012a).



Mônica Campi

Figura 11.10: Ainda é muito alta a percentagem da PEA que se mantém na informalidade.

Fonte: <https://flic.kr/.p/6VzhX8>

A questão que se coloca é a de quanto poderemos avançar ainda na redução da informalidade, mantendo-se a CLT, quando a tendência mundial é a da precarização das relações entre capital e trabalho. É difícil fazer prognósticos. A resposta virá apenas com o tempo!

Nesse contexto, pode-se aventar que a eventual entrada em vigor de uma nova legislação trabalhista, mais flexível que a CLT e condizente com as demandas atuais do capital, poderá até mesmo provocar um aumento dos registros e contratações formais de quem não tem ou nunca teve carteira assinada. Isso significa que poderemos até ter uma queda da taxa de informalidade, o que, para as contas da Previdência, será, sem dúvida, algo positivo. Os trabalhadores poderão, contudo, ser contratados e demitidos mais facilmente, elevando a rotatividade nos empregos.

Sobre a rotatividade no emprego no Brasil, GUIMARÃES (2012a) sustenta:

No mercado de trabalho formal, é possível constatar, com base nas informações da RAIS, que o percentual de vínculos trabalhistas interrompidos antes de completar seis meses de duração aumentou de 42,7% a 44,0% entre 2004 e 2009. No outro extremo, nesse mesmo intervalo de tempo, menos de 10,0% dos vínculos possuíam cinco anos ou mais de duração.

Essa intensa movimentação de trabalhadores no mercado de trabalho formal brasileiro resultou, em 2009, em um tempo médio de permanência no emprego de cinco anos, inferior ao assinalado no ano 2000, que era de 5,5 anos.

Disponível no: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/perfil_do_trabalho_decente_no_brasil.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

Taxa de informalidade e distribuição regional e metropolitana.

Além da ampliação, nos últimos anos, da formalização do trabalho no Brasil como um todo, outro aspecto para o qual temos que chamar atenção refere-se às desigualdades em sua distribuição pelo território nacional.

Isso fica mais que evidente na **Figura 11.11**, a seguir:



Figura 11.11: Mapa do emprego informal no Brasil.

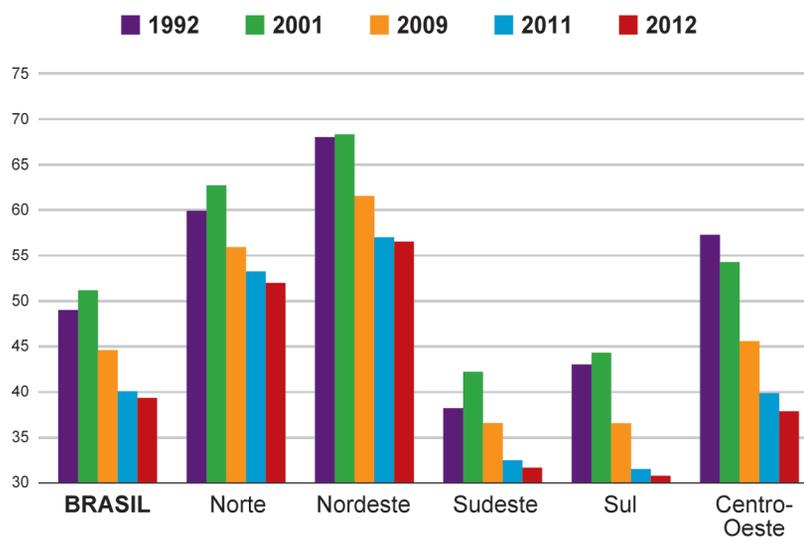
Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

Pode-se verificar que as desigualdades entre o Centro-Sul e o Norte/Nordeste são bastante evidentes. Podemos inferir, a partir do que trabalhamos na Aula 9, que a oferta de trabalho com carteira assinada reflete a estrutura territorial da economia em centros e periferias com distintos níveis de desenvolvimento.

Também são evidentes as diferenças existentes no interior de cada uma das grandes regiões do país: No Sudeste brasileiro, por exemplo, São Paulo apresenta um perfil de menor informalidade que Minas Gerais, claramente; no caso mineiro, a coloração mais escura no norte do estado mostra uma organização do trabalho semelhante àquelas do interior sertanejo nordestino.

GUIMARÃES (2012a) sustenta que, no ano de 2009, o Estado de São Paulo tinha 69,1% dos trabalhadores com registros formais. Naquele mesmo ano, o Distrito Federal e Santa Catarina apresentavam 69,0% e 68,8%, respectivamente. Enquanto isso, Piauí e Maranhão tinham apenas 25,9% e 29,9%.

Pelo gráfico representado na **Figura 11.12**, essa tendência se comprova visualmente:



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: Ipea.

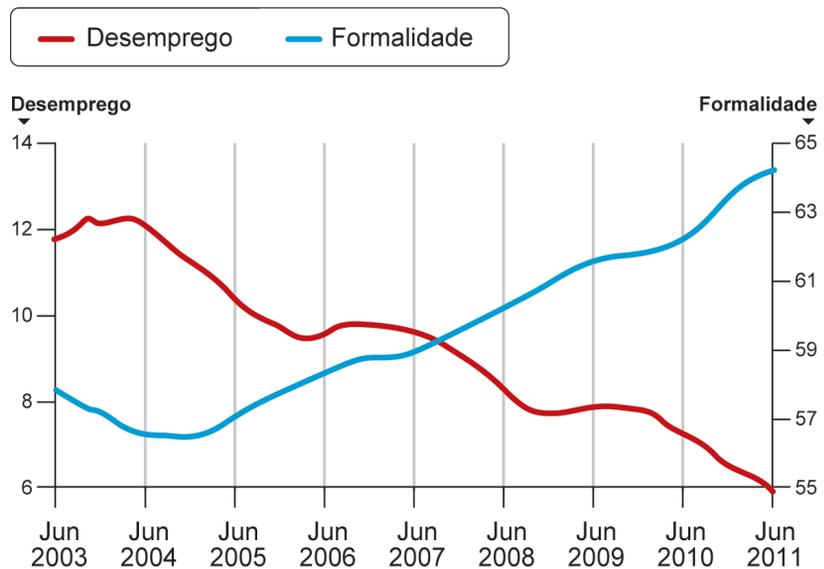
Figura 11.12: Taxa de informalidade por região.

Fonte: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf

Taxas de informalidade e desemprego: tendências a partir de 2002

Observe o gráfico da **Figura 11.13**, a seguir:

MÉDIA DE 12 MESES



FONTES: PME/IBGE e Ipartes

Figura 11.13: Desemprego e formalidade.

Fonte: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/07/br201107inp.pdf>

A causa para o bom desempenho demonstrado pelas taxas de desemprego e de formalização estaria no ciclo de crescimento econômico que o país teve a partir de 2003.

Contribuíram para o crescimento da economia do país, entre outros aspectos ou fatores, a estabilidade do real, construída a partir de 1994, e a grande demanda internacional por *commodities*, ou seja, bens agrícolas e minerais (brutos ou semi-industrializados).

Outro fator foi a expansão do mercado interno pela inserção de milhões de brasileiros mais pobres (inclusive de segmentos que estavam abaixo da linha da pobreza) em circuitos de consumo de bens leves e/ou duráveis. Esses bens tiveram reduções nos impostos

e tornaram-se mais acessíveis também por uma forte ampliação da concessão de crédito pelo Sistema Financeiro Nacional.

Isso decorreu ainda, diretamente, de aumentos reais e sucessivos no valor do salário mínimo, além da continuidade e da ampliação do número de beneficiários de programas – de base territorializada, conforme expusemos acima – de renda mínima, como o Programa Bolsa Família (PBF), o **Benefício de Prestação Continuada (BPC)** do governo federal e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).



O BPC: o que é?

Em linhas gerais, o Benefício de Prestação Continuada concede um salário-mínimo a pessoas que nasceram ou adquiriram incapacidade física ou mental ao trabalho, desde que tenham renda familiar per capita inferior a 25% do salário-mínimo. Também se prevê o amparo ao idoso, independente de contribuição à Previdência Social, que não possua meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Sua criação cumpre o que prevê o artigo 203, inciso V, da Constituição Federal, sendo regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei 8742/93.

Em 2011, eram 3,58 milhões de beneficiários que receberam do governo federal cerca de R\$ 20,9 bilhões, sendo R\$ 9,9 bilhões (47,4% do total) direcionados ao contingente de 1,68 milhão de pessoas idosas e R\$ 11,0 bilhões (52,6% do total) transferidos ao conjunto de 1,90 milhão de pessoas com deficiência física ou mental..

Segundo dados informados por GUIMARÃES (2012a), para cada R\$ 1,00 transferido pelo BPC aos seus beneficiários, há a geração de R\$ 1,38 para a economia como um todo.

Para conhecer melhor o BPC, acesse o site:

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada-1/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada>.

Acesso em: 30 out. 2014.

NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO BOLSA FAMÍLIA

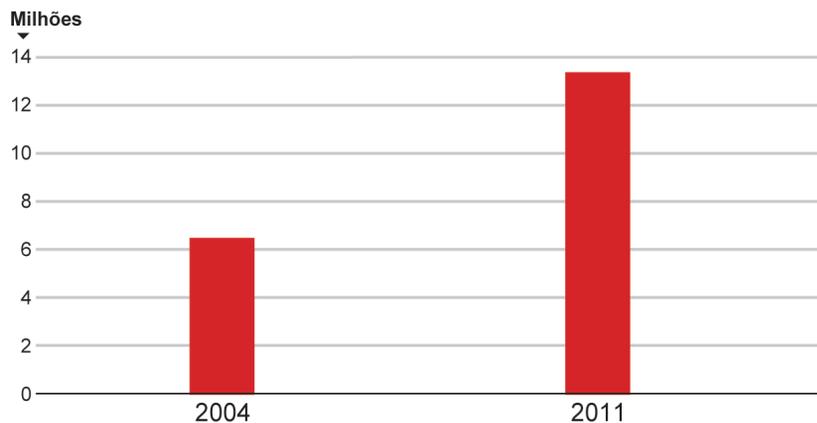


Figura 11.14: Número de famílias atendidas pelo Bolsa Família em 2004 e em 2011.

Em termos regionais, o Nordeste brasileiro possuía o maior contingente de famílias beneficiárias, ou seja, 6,8 milhões ou 51,1% do total, em 2004. A Bahia era o estado com maior número de famílias inscritas no PBF, perfazendo 25,7% e 13,1% dos totais do Nordeste e Brasil.



Figura 11.15: Inscrição no Programa Bolsa Família.

Fonte: <https://flic.kr/p/9CGue3>

O valor transferido à economia do país via PBF alcançou o montante de R\$16,7 bilhões, representando cerca de 0,40% do PIB, segundo GUIMARÃES (2012a). Para cada R\$ 1,00 gasto no Programa Bolsa Família, o PIB aumentaria em R\$1,44.

Além dos programas sociais, uma série de obras de implantação de infraestrutura produtiva, no contexto do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do governo federal, também contribuiu para a geração de empregos diretos e indiretos em vários municípios do país.

Com efeito, a economia, entrando em aquecimento, fez a demanda por trabalhadores aumentar. Em alguns segmentos, essa demanda foi tanta que houve necessidade de buscar trabalhadores no exterior. Em outros casos, para não perderem bons e qualificados profissionais para concorrentes, os empregadores buscaram efetivá-los, formalizando seus contratos em carteira; além disso, ofereceram melhores salários e outras vantagens indiretas.

Prestadores de serviços por conta própria também se beneficiaram do aquecimento do mercado interno. Muitos se sentiram, nesse contexto, estimulados à promoção de sua inscrição como microempreendedores individuais, regularizando suas situações frente ao fisco e à Previdência.

O fato é que, de acordo com estudo de ULYSSEA e BARBOSA (2013), o crescimento da renda do trabalho no país foi de 31,7% entre 2001 e 2012, sendo que, no intervalo de 2009 a 2012, foi de 17,33%. Uma melhoria na distribuição da renda – que permanece, contudo, ainda muito concentrada – foi verificada, então.

Segundo dados apresentados por GUIMARÃES (2012b), a pobreza no Brasil reduziu-se em 36,5% entre 2003 e 2009, com 27,9 milhões de pessoas ascendendo socialmente. Todavia, ainda haveria cerca de 16,3 milhões de brasileiros em situação de miséria, a partir dos dados do censo demográfico de 2010, do IBGE. Seriam ainda 8,5% da população brasileira em níveis de existência abaixo da linha da pobreza.

As questões das desigualdades de renda, de emprego e de formalidade de contrato de trabalho são ainda mais complexas, quando se adicionam fatores como gênero e raça, mas vamos nos aprofundar em questões de gênero e raça mais adiante – mais precisamente na Aula 13.

A evolução positiva da economia brasileira desde a década passada, todavia, pode estar com a sua continuidade e o seu desempenho ameaçados, em razão:

- do ambiente internacional (retomada ainda tímida da economia dos EUA após 2008; crise profunda em países europeus, como Espanha, Portugal, Irlanda e Grécia; permanência de baixos níveis de crescimento no Japão e menor demanda chinesa por *commodities* desde 2011);
- de um certo esgotamento do próprio modelo econômico adotado, a partir dos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

- da população, por ter acesso a linhas de crédito para consumo de bens duráveis, ter se endividado nos últimos anos – e os juros no Brasil estão entre os mais altos do mundo. Agora, o endividado precisa pagar o que deve, e isso o impede de tomar novos empréstimos para adquirir eletrodomésticos ou materiais de construção civil, por exemplo. A retração nas vendas (ou a impossibilidade de continuidade de uma expansão mais vigorosa) vem sendo registrada por entidades representativas do comércio e da indústria. Com isso, a partir de 2010, o país passou a crescer timidamente.

Além disso, há questionamentos sobre o volume e a qualidade dos gastos governamentais, já que estes dependem da continuidade de elevação da arrecadação, sendo que isso tem limites. Empresas e cidadãos têm limites.

O Estado brasileiro vem arrecadando uma proporção do PIB próxima a 35%, o que é comparável à de países desenvolvidos, como os EUA. Estaríamos, portanto, próximos ao limiar da capacidade de taxaço sobre a sociedade brasileira e, com isso, programas sociais poderão sofrer alguma limitação.

Também vem constringendo a continuidade do crescimento do PIB em níveis mais elevados limitações logísticas severas em campos estratégicos, como transporte e energia. Sem contar que permanecemos ainda com índices abaixo da média internacional, em termos de escolarização e qualidade de ensino.

O país precisa retomar, nos próximos anos, a capacidade de crescimento que teve na década de 2000. Foi um período em que a sociedade brasileira produziu uma mudança de patamar produtivo, com base na expansão de consumo de segmentos mais pobres da população.

Não à toa o Brasil afirmou-se como um país emergente, mas demanda um melhor desenvolvimento de sua infraestrutura de produção e uma melhor qualificação de seus trabalhadores.

Trabalho e juventude no Brasil: tendências

Taxas de desemprego maiores para os jovens: educação e oportunidades

Existe uma tendência, em todos os países, de as taxas de desemprego serem percentualmente maiores nas faixas etárias mais jovens. De acordo com **Tabela 11.3**, a seguir, isso se confirma também para o Brasil.

Tabela 11.3: Brasil: 2009–2012 – Taxas de desemprego por faixa etárias

Taxa de desemprego			
	2009	2012	Varição relativa
Brasil	9,1	6,7	-29,8
<i>Faixa etária</i>			
15 a 24	18,9	15,5	-20,0
25 a 49	7,1	5,1	-32,5
50 e mais	3,7	2,5	-38,3

Adaptado de: ULYSSEA & BARBOSA, 2013, p.22. Disponível no site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf.

No caso brasileiro, a mesma **Tabela 11.3** informa que houve uma queda no desemprego dos jovens entre 2009 e 2012, mas sua variação foi relativamente menor que as das outras faixas etárias. Sem dúvida, uma melhor formação educacional/profissional e um melhor treinamento destinados a esse público poderiam reverter essa tendência. No Brasil, um melhor treinamento, ou melhor, a oferta de educação profissional à juventude trabalhadora, poderia vir de um aproveitamento mais eficaz de programas de menores-aprendizes, que a CLT prevê. Cabe lembrar que, embora a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7 (inciso XXXIII), defina como menor trabalhador aquele de idade entre 16 e 18 anos, a CLT e o Estatuto

da Criança e do Adolescente (ECA) admitem o trabalho para jovens de 14 e 15 anos como menores-aprendizes. A condição para aprendiz, contudo, vai até os 24 anos (sendo que, para jovens com deficiência, não há limite determinado).



Governo da Bahia

Figura 11.16: Início da formação da segunda turma do programa Petrobrás Jovem Aprendiz.

Fonte: <https://flic.kr/p/81FrUU>

O treinamento e a formação deverão ser feitos em entidades qualificadas para a formação técnico-profissional de menores, preferencialmente naquelas do chamado Sistema S (Serviços Nacionais de Aprendizado Industrial, Comercial, Rural, do Transporte e do Cooperativismo). Não havendo vagas no Sistema S, admite-se a formação em escolas técnicas e instituições sem fins lucrativos registradas em Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

De acordo com o artigo 409 da CLT, os estabelecimentos ou empresas de quaisquer naturezas são obrigados a criar vagas para aprendizes equivalentes de 5%, no mínimo, e a 15%, no máximo, máximo, dos trabalhadores existentes, cujas funções demandem formação profissional.



Se você quiser ter maiores informações sobre a regulamentação do menor-aprendiz no Brasil, indicamos o site do Tribunal Superior do Trabalho: http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/4959439. Acesso em: 30 out. 2014.

Contudo, GUIMARÃES (2012b) afirma que é muito baixo o número de vagas efetivamente ofertadas em todos os estados para aprendizes. Apenas o Distrito Federal, Goiás, Ceará e Espírito Santo têm percentuais de participação acima da média nacional. Mesmo São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que são os estados de economias mais desenvolvidas, estão abaixo da média nacional.

Além do treinamento e da instrução para menores-aprendizes, outras políticas públicas na área de Educação poderão influenciar positivamente a diminuição do desemprego entre jovens. A redução do analfabetismo é, sem dúvida, uma delas.

Cabe destacar que, felizmente, o analfabetismo já vem caindo no país ao longo das últimas décadas, sobretudo entre os mais jovens. Isto se pode verificar pelo gráfico representado na **Figura 11.17**:

POPULAÇÃO ANALFABETA (2010)

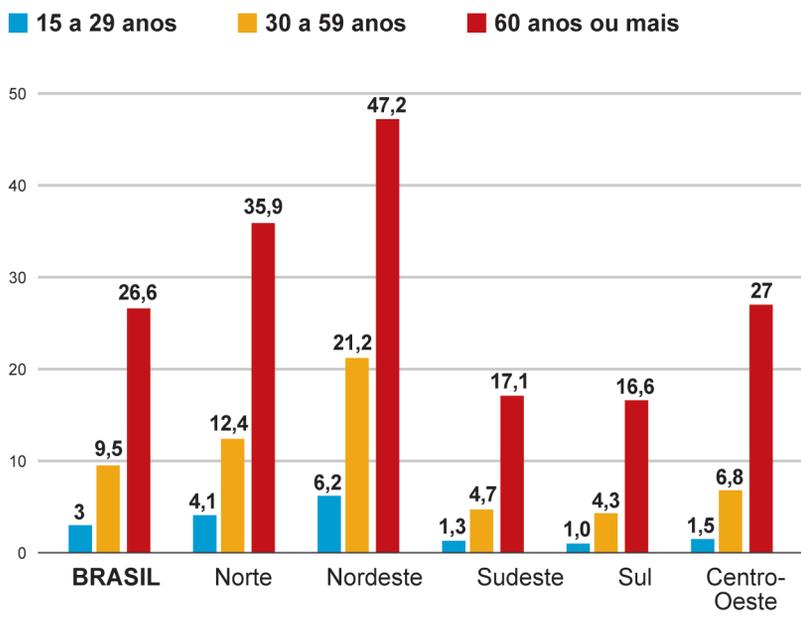


Figura 11.17: População analfabeta, por grupos de idade, segundo as grandes regiões (2010).

Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

Do ponto de vista espacial, a representação da queda do analfabetismo se vê, por sua vez, na **Figura 11.18:**

ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA



ANALFABETOS	
Percentual	Nº de municípios por classe
Até 10	4932
10,1 a 20	614
20,1 a 30	16
30,1 a 40	3
40,1 a 50	0
50,1 e mais	0

Brasil: 3

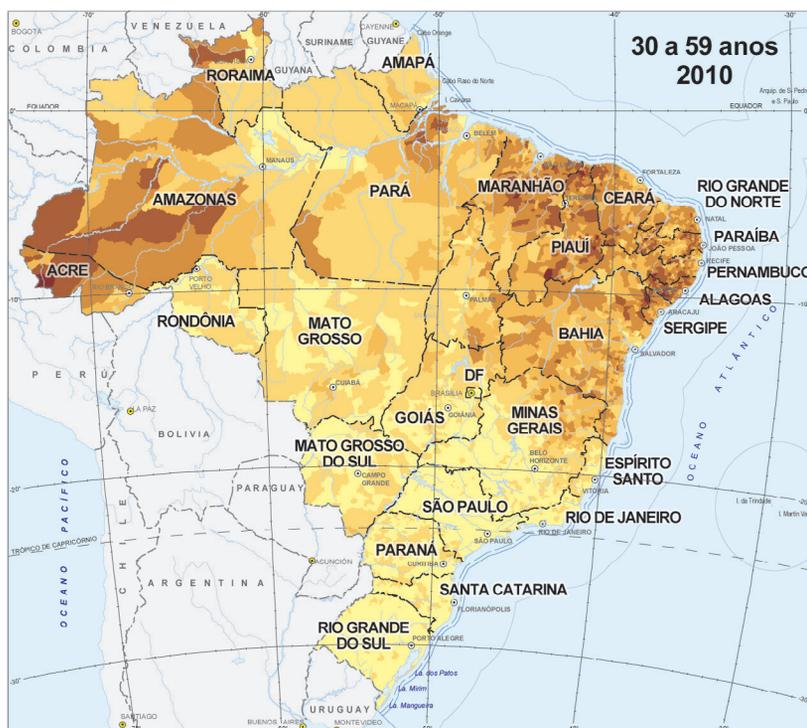
Figura 11.18: Analfabetismo por faixa etária, dos 15 aos 29 anos (2010).

Fonte: Adaptado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

Por sua legenda, sabemos que não há mais nenhum município no país que tenha mais de 40,1% de seus habitantes de 15 a 29 anos analfabetos. Das 5.565 municipalidades, 4.932 têm menos de 10% de jovens sem alfabetização. É animador ver que as desigualdades regionais parecem se reduzir – pelo predomínio do amarelo claro. Professor, as aulas de Geografia são coloridas, certo? Todavia, há ainda muitos brasileiros analfabetos

em idade ativa, mais precisamente na faixa entre os 30 e os 59 anos. Aqui, as desigualdades entre Centro-Sul e Norte-Nordeste reaparecem de modo evidente. Há 332 municípios com 40,1% ou mais de analfabetos na faixa de idade em questão. O número de municipalidades com menos de 10,0% cai para 2.333. Veja a **Figura 11.19**:

ANALFABETISMO POR FAIXA ETÁRIA



ANALFABETOS	
Percentual	Nº de municípios por classe
Até 10	2333
10,1 a 20	1243
20,1 a 30	837
30,1 a 40	820
40,1 a 50	307
50,1 e mais	25

Brasil: 9,5

Figura 11.19: Analfabetismo por faixa etária, dos 30 aos 59 anos (2010).

Fonte: Adaptado de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

Isso significa que a sociedade brasileira conseguiu avançar, mas é preciso aperfeiçoar ou mesmo criar políticas públicas que elevem a qualidade da instrução e da formação recebidas nas escolas, sem contar a urgência em fazer o aluno permanecer por mais horas do dia na escola e por um número maior de anos de escolarização. Qualidade e maior tempo de escolarização são fundamentais para que a educação brasileira reduza o chamado **analfabetismo funcional**.

Analfabetismo funcional

GUIMARÃES (2012b) define o analfabeto funcional como aquela pessoa que, sendo maior de 15 anos de idade, teve menos de quatro anos de escolaridade. Entretanto, também pode ser considerado analfabeto funcional aquele que, embora saiba ler e escrever, não desenvolveu a capacidade de interpretar textos e de realizar as operações matemáticas elementares.

Com respeito à situação do analfabetismo funcional no país, não há como não reconhecer que permanece alto, mesmo com a trajetória de queda que vem sendo observada desde a década passada. Guimarães (2012b) informa que, em 2004, era de 24,4 % a taxa dos brasileiros com 15 anos ou mais que eram analfabetos funcionais. Em 2009, essa taxa era de 20,3%.

As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, em 2009, estavam abaixo da média nacional com, respectivamente, 15,2%; 15,5%, 18,4%. O Nordeste e o Norte são as macrorregiões que estão bem acima, com: 30,8% e 23,0%, nessa ordem. Na área rural, a média nacional é de 40,7%, enquanto que nas cidades o índice é de 16,7%.

Vários especialistas em Educação registram que as quedas das taxas de analfabetismo funcional e do próprio analfabetismo como um todo são, sem dúvida, importantes, considerando as demandas por trabalho qualificado no meio técnico-científico-informacional. Há muito que fazer, mas já é animador, concorda?

A taxa de escolarização cresceu no Brasil como um todo entre 2004 e 2009: foi de 7,3 para 8,2 anos em média (pessoas com mais de 16 anos). No meio urbano, a média sobe para 8,9 anos de estudo, sendo, porém, ainda mais baixa no meio rural: 4,9 anos de estudo. GUIMARÃES (2012b) destaca que apenas o Distrito Federal

tem uma média superior a 10 anos. 15 estados sequer alcançam os oito anos em média de escolarização.

Cabe frisar que há uma relação próxima entre escolaridade e rendimentos do trabalho. Maiores níveis de instrução, qualificação profissional e de formação cidadã estão associados a uma maior capacidade de inserção dos jovens em uma sociedade de alta competitividade e de rápida mudança tecnológica, conforme falamos na primeira seção desta aula. Para o país, isso representa um potencial de elevação de produtividade e, sem produtividade alta, não haverá como continuar a diminuir a enorme desigualdade social.

No gráfico que pode ser analisado na **Figura 11.20**, o IBGE, a propósito, relaciona nível de instrução a rendimento salarial médio, segundo as macrorregiões:

RENDIMENTO MÉDIO POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO (2010)

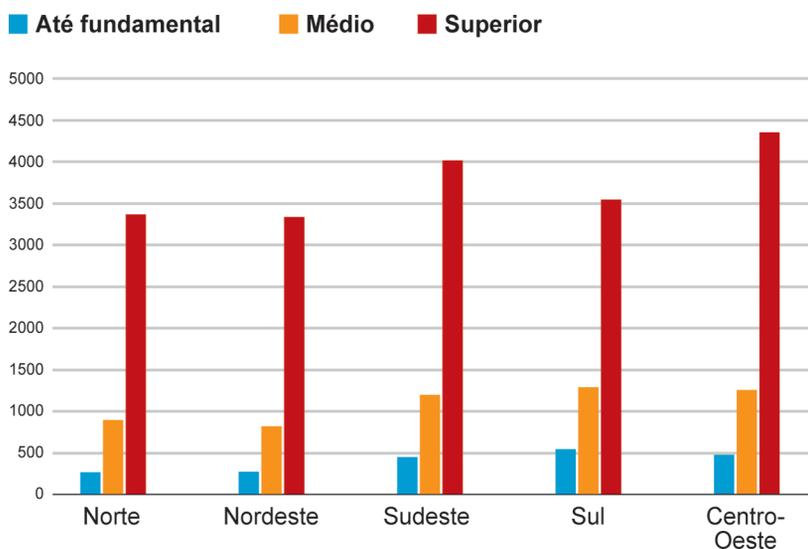


Figura 11.20: Rendimento médio, por nível de instrução, segundo as grandes regiões (2010).

Fonte: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

Evasão escolar, informalidade e os “nem-nem”

A elevação da escolarização esbarra, contudo, numa tendência à evasão que vem ocorrendo na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, em todas as macrorregiões e Unidades da Federação.

Segundo GUIMARÃES (2012b), de 2004 a 2009 houve melhoria na queda das taxas de evasão. Porém, o quadro é preocupante: o Pará, por exemplo, tem apenas 31,6% de frequência escolar (segundo dados de 2009), que é o menor percentual do país. No Nordeste, apenas Maranhão e Ceará tiveram, em 2009, taxas de frequência superiores a 40,0%. O Rio Grande do Norte chega perto, atingindo 39,9%.

No Centro-Sul do país, Mato Grosso (47,7%) e Rio de Janeiro (49,9%) encontram-se abaixo da média nacional, que é de apenas 50,9%. O estado de São Paulo é o líder, com 68,8%, seguido de Brasília (DF), com 64,1%.

Especialistas em Educação consideram que há mais de uma causa para a evasão escolar no Ensino Médio e, dependendo da região ou do estado, essas causas variam. Em estados em que a economia é basicamente agropecuária, a mão de obra infantojuvenil é importante para a manutenção da pequena produção familiar e o auxílio ao sustento da família acaba por tirar o jovem da escola.

Mas engana-se quem pensa que o problema é somente rural. GUIMARÃES (2012b) informa ainda que, em 2009, seriam cerca de 4.200.000 as crianças e jovens trabalhando no país. A propósito, eram, em 2004, 5.300.000.

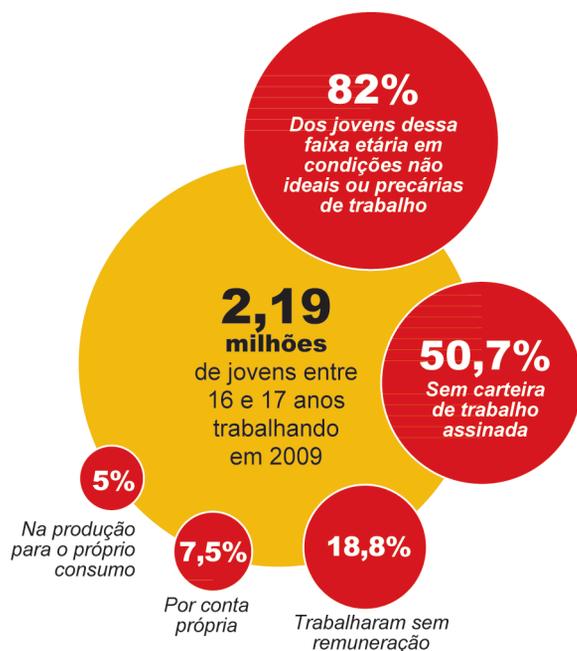


Figura 11.21: O trabalho e os jovens no Brasil: alguns dados.

Os números absolutos do trabalho de jovens entre 16 e 17 anos estão na **Tabela 11.4**, a seguir:

Tabela 11.4: Pessoas de 16 e 17 anos de idade empregadas por posição na ocupação (Brasil, 2009).

Posição na ocupação	Número de empregados
Empregado com carteira	207.034
Outros empregados sem carteira	1.111.005
Trabalhador doméstico sem carteira	181.912
Trabalha por conta própria	164.923
Empregador	X
Trabalhador na produção para o próprio consumo	108.778
Trabalhador na construção para o próprio uso	X
Não remunerado	412.324
Total	2.189.898

Fonte: GUIMARÃES, 2012, p. 164. Versão completa (adaptado). Disponível em: <http://www.onu.org.br/oit-divulga-versao-completa-do-relatorio-sobre-trabalho-decente-no-brasil/>

Você observou a quantidade de jovens sem carteira assinada ou mesmo sem remuneração?

Não há dúvidas de que a erradicação do trabalho infantojuvenil envolve ações e programas que associam a presença na escola à transferência de renda para as famílias. A evasão escolar se relaciona diretamente com a renda que crianças e jovens trazem para casa, auxiliando no orçamento familiar. É dentro desse escopo que vêm se processando as transferências de recursos do PBF e do **PETI**.



PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

Criado em 1996, a partir de 2005 compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Seus eixos básicos são:

- transferência direta de renda a famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho;
- serviços e atividades de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes abaixo de 16 anos de idade;
- acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Em 2011, o PETI atendia a 3.534 dos 5.565 municípios do país, atingindo cerca de 820 mil crianças e adolescentes, com repasses mensais de R\$ 20,6 milhões. A maior parte das crianças atendidas estava no Nordeste do país (cerca de 40%).



Fonte: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=6724>

Através do programa, o governo federal oferece:

- R\$ 25 por criança em atividade cuja família retirá-la do trabalho, em municípios, na área rural ou urbana, com população inferior a 250.000 habitantes;
- R\$ 40 por criança, em atividade urbana, em capitais, regiões metropolitanas e municípios, com população superior a 250.000 habitantes.

Maiores informações estão no site:

http://www.portaltransparencia.gov.br/aprenda-Mais/documentos/curso_PETI.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

Outro aspecto relacionado à evasão escolar reside no já comentado fenômeno dos “nem-nem” que, entretanto, não se trata de algo exclusivo do Brasil. A juventude que não trabalha nem estuda já foi verificada e analisada por Robert Castel na França dos anos 1980.

GUIMARÃES (2012b) apresenta os seguintes dados sobre os “nem-nem” no Brasil:

- já seriam mais de 6,2 milhões de jovens em 2009; nas áreas urbanas do país como um todo, houve queda das proporções de 19,2% para 18,6% dos jovens de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham, em relação ao total de jovens de 15 a 24 anos; nas áreas rurais, contudo, deu-se o contrário: houve uma elevação de 15,9% para 17,4%.

- Em 2009, das macrorregiões, o Norte (20,1%) e o Nordeste (21,4%) ficaram acima da média nacional, que é de 18,4%. Apenas as regiões Sudeste (de 18,8% para 17,3%) e Centro-Oeste (de 18,6% para 16,7%) tiveram queda percentual, em relação a 2004. A região Sul manteve praticamente inalterada sua porcentagem entre 2004 e 2009: de 14,0% para 14,1%.

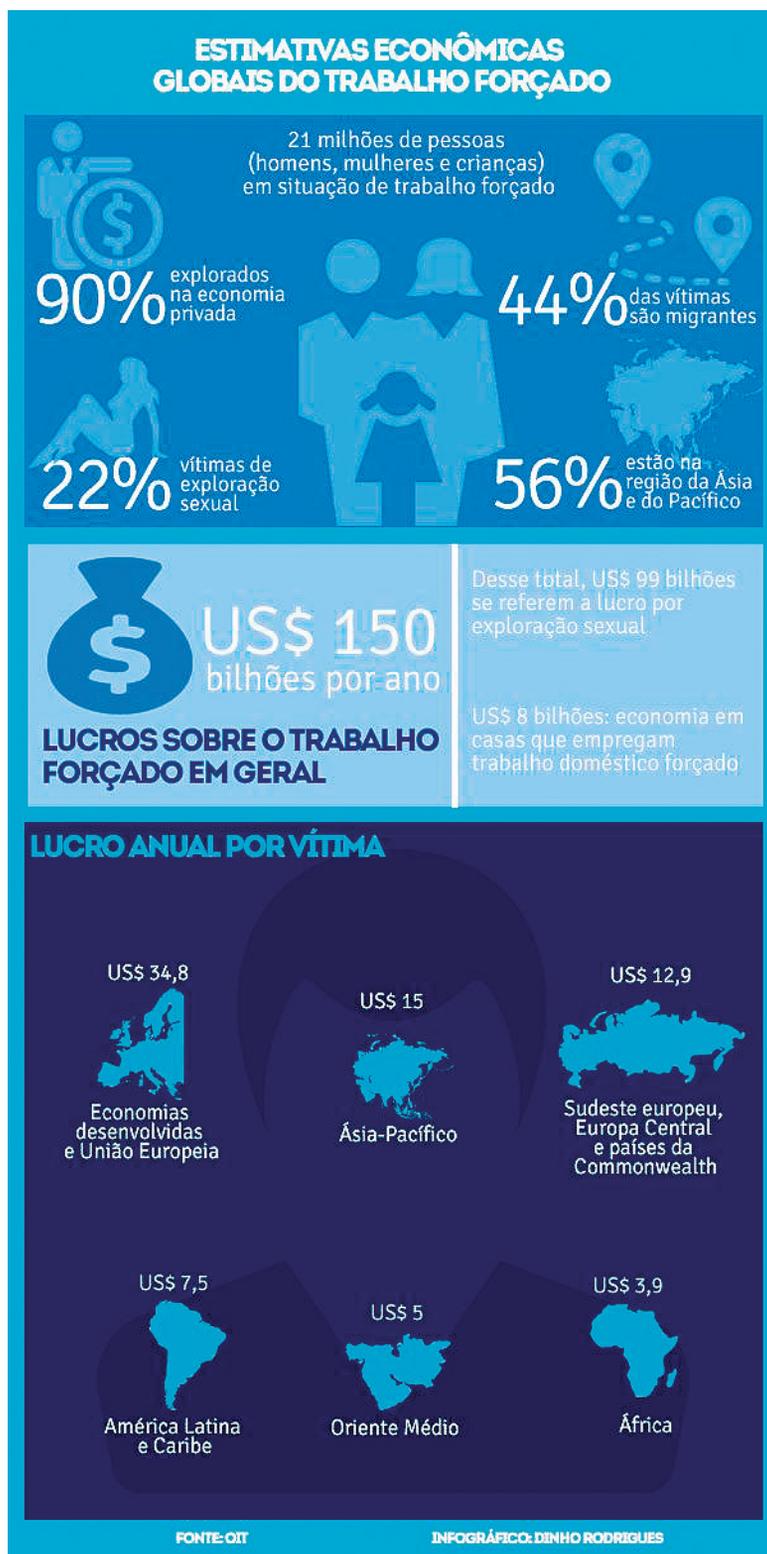
• Sergipe, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Acre, Amapá, Pará, Paraná e Rio de Janeiro tiveram aumento na porcentagem de jovens “nem-nem”. No caso do estado do Rio de Janeiro, ela foi de 18,7% para 19,0%.

• Pernambuco e Alagoas lideram esse triste *ranking*, com 25,7% e 25,0%, respectivamente. Ou seja, de cada quatro jovens, um não estuda nem trabalha. Das 27 Unidades Federativas, apenas oito ficaram abaixo da média nacional. Santa Catarina tem a menor taxa: 11,0%.

Ou seja, é preciso verificar que causas estão atuando para este fenômeno em cada estado. Depois, será necessário estabelecer que programas, medidas ou políticas públicas deverão ser adotados. Alguns especialistas afirmam que o crescimento dos “nem-nem” pode ter relação com a maternidade precoce infantojuvenil e/ou com criminalidade entre jovens.

O trabalho em condições análogas à escravidão no Brasil do século XXI

O trabalho forçado ou escravo não é algo exclusivo ao Brasil atual, como pode ser verificado na **Figura 11.22**.



Dinho Rodrigues/Agência Brasil/OIT

Figura 11.22: Estimativas econômicas globais do trabalho forçado.
 Fonte: http://agenciabrasil.ebc.com.br/sites/_agenciabrasil2013/files/styles/node_gallery_display/public/infografico_oit.jpg?itok=yB58kaN1

No Brasil, o que seria considerado como trabalho escravo na atualidade?



Figura 11.23: Trabalho forçado em carvoaria de Minas Gerais, em condições análogas à escravidão no Brasil.

Fonte: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C7596F0012C7A203891551C/trab-escravo-minas2002.jpg>



Do ponto de vista jurídico, temos uma definição pela Lei n° 10.803, de 11 de dezembro de 2003, ao alterar o artigo 149 do Código Penal.

O texto na íntegra está disponível no link:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.803.htm. Acesso em: 30 out. 2014.

Por sua vez, THÉRY et al.(2010) ampliam a conceituação de trabalho escravo, observando que:

(...) as origens e as formas do cerceamento de liberdade dos trabalhadores são diversas, indo desde o isolamento geográfico até comportamentos ameaçadores dos empregadores. Elas envolvem, grosso modo, aspectos ligados ao local, transporte e alimentação. O trabalho ocorre em locais de difícil acesso, cujo custo de transporte normalmente é caro e debitado aos trabalhadores; a intermediação entre o trabalhador e o empregador é feita por pessoas inescrupulosas,

conhecidas como “gatos”; a alimentação, comprada em armazéns dos proprietários das fazendas a preços elevadíssimos, transforma-se em dívidas crescentes, as quais se acumulam com o pagamento da viagem e dos instrumentos de trabalho e proteção, que deveriam ser fornecidos pelo patrão. As atividades desenvolvidas pelos trabalhadores escravizados são árduas, geralmente associadas a condições degradantes, visto que, geralmente, os trabalhadores moram em barracos ou em alojamentos comunitários, cujas condições de higiene são as piores possíveis.

Fonte: THÉRY, 2010, p. 9. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1349/1545>

O conceito de trabalho escravo é importante porque existem questões jurídicas referentes às penas impostas àqueles empresários, principalmente rurais, que tratam seus empregados em condições semelhantes à escravidão.



Figura 11.24: Símbolo da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae).

Fonte: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae>

Com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57A/1999 em maio de 2014, a Constituição Federal, no seu art. 243, passa a prever o confisco de propriedades em que esse crime for encontrado e sua destinação à reforma agrária ou a programas de habitação urbanos.

Segundo informações obtidas no *site* do Senado Federal, seriam 25 mil as pessoas exploradas em condições análogas à escravidão por ano. Entre 1995 e 2011, cerca de 40.000 pessoas foram libertadas de situações de escravidão pela ação do Estado brasileiro e também de organizações civis, algumas das quais ligadas a entidades religiosas. O *site* do Senado é:

<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente.aspx>. Acesso em: 30 out. 2014.

THÉRY *et al.* (2010) acrescentam ainda que o trabalho escravo está presente em todo o Brasil, sendo, contudo, sua maior frequência de ocorrência nos limites da região Norte com as regiões Centro-Oeste e Nordeste.

Em áreas urbanas ou próximas às grandes regiões metropolitanas do Centro-Sul também ocorre, sendo que há registros de exploração de crianças, adolescentes e imigrantes em situação irregular – a exemplo de bolivianos e peruanos em pequenos negócios têxteis.

Alguns especialistas consideram a utilização (ilegal) desses trabalhadores forçados como uma das manifestações da vulnerabilidade que marcam o mundo do trabalho no mundo atual, conforme já observamos anteriormente. Há denúncias de que muitas empresas formais, em diversos mercados, ganham competitividade ao terem acesso à mão de obra escravizada agenciada por terceiros.

Por isso, é necessário levar aos consumidores dessas firmas a informação sobre quem pratica esse crime. O consumidor pode fazer

a diferença. A propósito, alguns frigoríficos que trabalham com carne bovina proveniente da Amazônia tiveram de buscar certificação junto ao governo brasileiro e a ONGs respeitadas para exportarem seus produtos. Sem essa certificação, muitos consumidores europeus e norte-americanos simplesmente não aceitam produtos brasileiros.



Informações sobre empregadores denunciados como contratantes de trabalho escravo no país

No portal da Empresa Brasileira de Comunicação, do governo federal, é possível ter acesso ao cadastro do Ministério do Trabalho e Emprego de empregadores que foram denunciados como contratantes de trabalho escravo no Brasil. Há ainda um mapa atualizado e interativo acerca do tema no país.

Confira o site: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/06/confira-o-mapa-do-trabalho-escravo-no-brasil>. Acesso em: 30 out. 2014.

THÉRY *et al.* (2010), para o período compreendido entre 1996 e 2005, organizaram dados e informações sobre a origem dos trabalhadores escravizados, o domicílio em que permanecem após serem resgatados pela fiscalização do Ministério do Trabalho e a concentração de denúncias levadas ao conhecimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica. A representação cartográfica dessas informações está na **Figura 11.25**, a seguir:

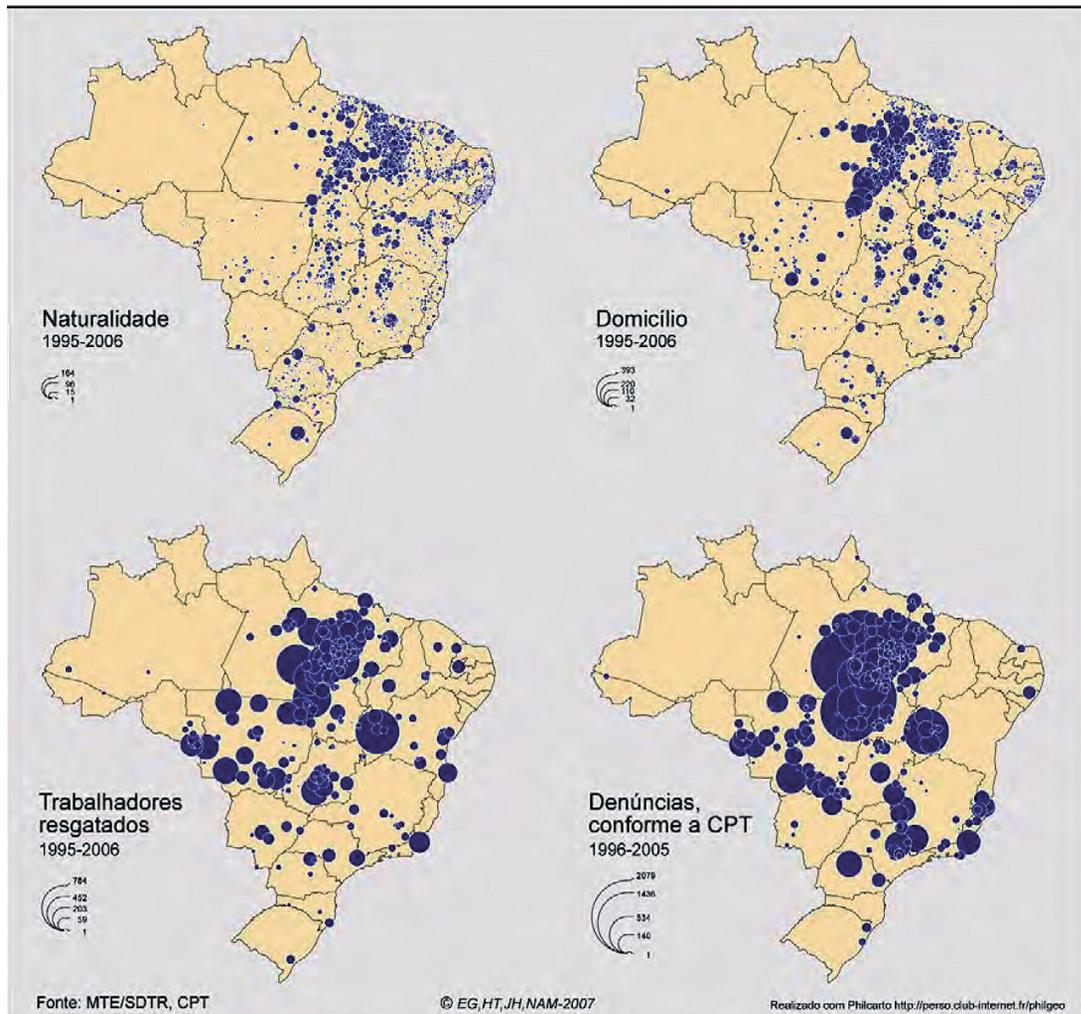


Figura 11.25: Naturalidade, domicílio, trabalhadores resgatados e denúncias segundo a CPT (1996-2005).
 Fonte: Ibidem, p. 12. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1349/1545>

A ocorrência de trabalho forçado está frequentemente associada, no meio rural brasileiro, a atividades como:

- siderurgia/carvoaria;
- mineração e garimpo;
- extração de madeiras;
- produção de álcool,
- aguardente e açúcar;

- colonização e abertura de novas áreas agropastoris, fazendas, reflorestamento/celulose;
- citricultura, cafeicultura, produção de sementes de capim e seringais;
- olarias.

Nesse conjunto de atividades, não há somente aquelas pouco capitalizadas ou arcaicas. O trabalho escravo ocorre mesmo em territórios produtivos de maior nível de utilização de tecnologias e capital, como na soja e no algodão.

GUIMARÃES (2012b) registra que o PBF vem sendo utilizado após o resgate de trabalhadores em condição de escravidão no meio rural. Trata-se de uma medida que visa a reduzir a vulnerabilidade daqueles que, mesmo libertos, continuam em condições de pobreza, desemprego e miséria, que podem levá-los novamente a cair na promessa mentirosa de bom trabalho, oferecida por intermediadores e aliciadores.



Atende ao Objetivo 2

ULYSSEA & BARBOSA (2013) chamam atenção para as desiguais taxas de informalidade entre as regiões metropolitanas e aquelas não metropolitanas.

Observe o gráfico a seguir, que indica a evolução do grau de informalidade no Brasil, suas regiões metropolitanas e não metropolitanas.

Depreende-se que as regiões não metropolitanas vêm apresentando uma queda da informalidade mais acentuada em relação às regiões metropolitanas, a partir de 2002. Na verdade, o grau de informalidade era aí o mais alto. Podemos aventar como hipótese para essa queda mais acentuada o comportamento de municípios médios no interior do país, cujas economias vêm atraindo investimentos e populações, em razão de políticas de descentralização industrial, do crescimento da importância do agronegócio, além da oferta de uma boa qualidade de vida. O desenho da linha da informalidade no Brasil entre 1992 e 2002 foi bastante semelhante à linha que representa o grau de informalidade nas regiões não metropolitanas. As linhas parecem paralelas e oscilam nos mesmos pontos. No mesmo período, as regiões metropolitanas apresentaram uma linha ascendente mais acentuada, em decorrência, talvez, de um cenário de baixo crescimento econômico.

CONCLUSÃO

O Brasil, apesar da boa performance da economia entre 2002 e 2010 e da melhoria de vários indicadores sociais, segue tendências globais de flexibilização e precarização das relações de trabalho, de maior rotatividade no emprego, de índices maiores de desemprego entre jovens e idosos, além de vulnerabilidade e exclusão social diferenciada.

Somos uma sociedade que está inserida num mundo de crescente competição e interligação de mercados, mas as demandas do meio técnico-científico-informacional são internalizadas no país, sofrendo influências, estímulos ou limitações/resistências decorrentes do ambiente político, econômico, cultural e social próprio do mesmo.

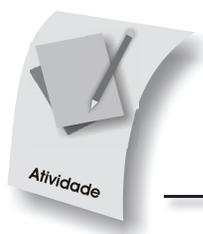
Por esse raciocínio, compreende-se a permanência de uma legislação trabalhista implantada nos anos 1940. Essa legislação alcança cerca da metade dos trabalhadores brasileiros; o restante vive em meio a um sem número de práticas e arranjos informais.

Debate-se muito acerca de revisões ou reformas das leis do trabalho, mas ainda não se chegou a um modelo novo para a regulação das relações entre capital e trabalho.

O fato é que, para o Brasil se inserir melhor numa economia competitiva e globalizada, é preciso levar aos trabalhadores do país instrução, qualificação e treinamento. É preciso avançar ainda mais na redução do analfabetismo funcional, na formalização de contratos de trabalho, na erradicação do trabalho escravo e infantojuvenil.

O Estado brasileiro também segue perspectivas de oferta de programas sociais territorializados, que permitem otimização de gastos. Esses programas, de algum modo, propiciam inserção social ou, pelo menos, um abrandamento da exclusão provocada pela erosão do Estado do bem-estar social, a partir dos anos 1980.

Em termos regionais, conforme vimos nos mapas, tabelas e gráficos desta aula, parece haver dois “Brasis”: o Centro-Sul apresenta, na maior parte das vezes, indicadores melhores que o Norte/Nordeste do país. Contudo, é visível uma evolução positiva nestes últimos.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Caro(a) Aluno(a),

Nesta atividade, você trabalhará com três mapas elaborados pelo IBGE para o Brasil, no Atlas do censo demográfico de 2010, a saber: nível de ocupação; outras fontes sobre o rendimento total e contribuintes da previdência oficial. Após compará-los, escreva um parágrafo no qual você mostre que as informações representadas neles se complementam.

NÍVEL DE OCUPAÇÃO (2010)



NÍVEL DE OCUPAÇÃO	
Percentual	Nº de municípios por classe
16,1 a 42,8	985
42,9 a 51,2	1697
51,3 a 58,4	1620
58,5 a 67,2	892
67,3 a 91,3	371

Brasil: 53,3

Brasil: nível de ocupação (2010). De acordo com o IBGE: “o nível de ocupação é calculado pelo percentual da população ocupada sobre a população com 10 anos ou mais de idade”.

Fonte: BRASIL, 2011, p.129. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

OUTRAS FONTES SOBRE RENDIMENTO (2010)



OUTRAS FONTES DE RENDIMENTO	
Percentual	Nº de municípios por classe
3,2 a 21,1	1422
21,2 a 31,7	2041
31,8 a 44,0	1225
44,1 a 71,0	877

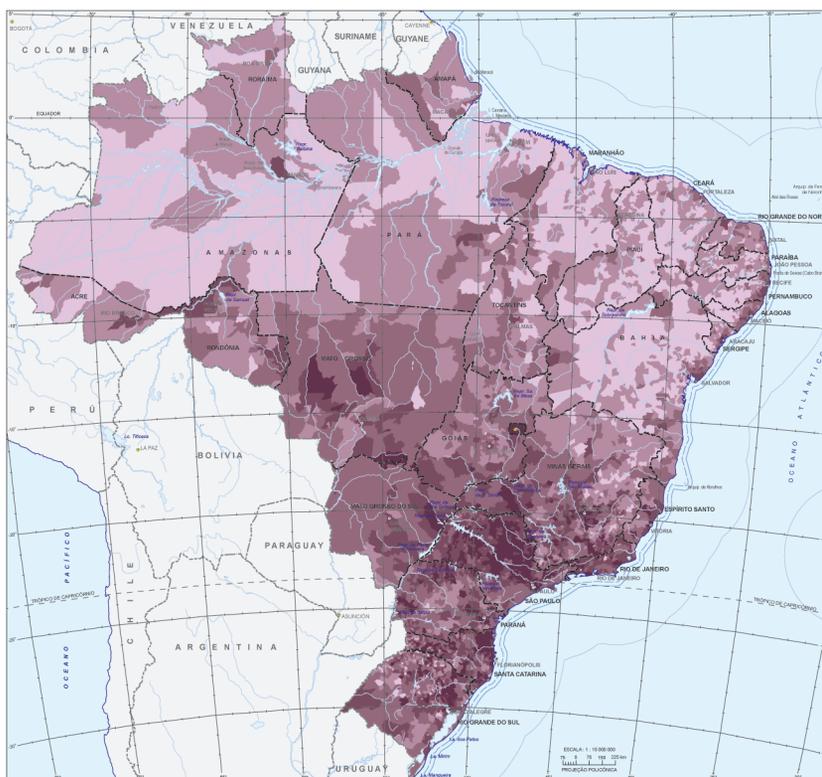
Brasil: 21,1

Brasil: outras fontes sobre o rendimento total (2010). De acordo com o IBGE, as fontes em questão são:

aposentadoria ou pensão (deixada por pessoa da qual era beneficiária) de instituto de previdência oficial, Programa social Bolsa Família ou Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), além de outros programas sociais ou de transferência de renda: Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC-LOAS), seguro-desemprego; outro programa social de transferência de rendimento do governo federal, estadual ou municipal; doação ou mesada de não morador do domicílio; pensão alimentícia; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou fundo de pensão (previdência privada); pensão de caixa assistencial social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa (previdência privada); bolsa de estudo e outros programas; sobre o rendimento bruto total.

Fonte: Ibidem, p. 131. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

CONTRIBUINTES DE PREVIDÊNCIA OFICIAL (2010)



CONTRIBUINTES DE PREVIDÊNCIA OFICIAL	
Percentual	Nº de municípios por classe
6 a 26,1	1072
26,2 a 43,1	1580
43,2 a 60,5	1483
60,6 a 71,5	873
71,6 a 88	557

Brasil: 60,5

Brasil: contribuintes de previdência oficial (2010). Segundo o IBGE, “o percentual de contribuintes de previdência oficial foi calculado sobre a população ocupada”.

Fonte: Ibidem, p. 134. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

Resposta Comentada

A partir da comparação dos mapas, podemos verificar que vastas áreas do interior brasileiro, nas regiões Norte e Nordeste, apresentam níveis de ocupação de suas populações economicamente ativas mais baixos que em áreas do Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Por terem menos pessoas empregadas ou ocupadas, recolhem menos à Previdência Social que o Centro-Sul do país. A dependência de outras fontes de rendimentos passa a ser algo vital para as economias do Norte e Nordeste brasileiros, sendo parte considerável desses rendimentos recursos provenientes do PBF, PETI e BPC. Isso significa dizer que essas outras fontes de renda para o Norte e para o Nordeste podem ser considerados como políticas (territorializadas) de redução/compensação das desigualdades regionais no país.

RESUMO

- A Geografia da população brasileira tem interseções com questões do mundo do trabalho, à medida que fluxos, comportamentos e outras variáveis demográficas dependem da distribuição de oportunidades de emprego. Cada sistema econômico organiza o mundo do trabalho conforme suas características. Desse modo, cada sistema cria a distribuição de contingentes populacionais que lhe permite funcionar.
- No meio técnico-científico-informacional, os ciclos tecnológicos se tornaram mais curtos e a capacidade de comunicação e de transporte cresceu, interligando regiões de todo o mundo. Mercados de trabalho locais, regionais e nacionais passaram a ser impactados pela concorrência de outros mais competitivos. Vivemos, hoje, no mundo da flexibilização, da precarização, do aumento da informalidade, da exclusão diferenciada.
- O Brasil segue as tendências internacionais, mas ao seu modo. Somos um país que mantém uma legislação trabalhista dos anos

1940, inspirada em uma ampla e forte intervenção do Estado na economia e na sociedade: a CLT. O ambiente, hoje, seria o de redução justamente dessa intervenção. Aproximadamente metade dos trabalhadores ocupados no país está sob amparo da CLT. O restante não! Como conciliar a necessidade de alcance dessa legislação, se o modelo flexível indica o inverso?

- No Brasil há, claramente, dois “países”, quando se comparam indicadores sociais e de trabalho. Isso não quer dizer que trabalho informal, juventude desempregada e pouco instruída, mão de obra forçada, trabalho infantil, analfabetismo funcional, pouca utilização de menores-aprendizes, evasão escolar no Ensino Médio etc. sejam aspectos encontrados apenas em estados do Norte e/ou do Nordeste brasileiros. As ocorrências estão presentes em todo o país, mas se concentram e apresentam melhores indicadores no Centro-Sul. Nos últimos anos, como decorrência de uma boa performance da economia nacional, os indicadores vêm apresentando melhoras mais consistentes nos estados nortistas e nordestinos, assim como nas regiões não metropolitanas.
- Com o neoliberalismo, a proposta de integração de todos foi substituída pela de inserção social. Isto quer dizer que, em razão da diminuição da presença e dos limites de gastos do Estado, os programas sociais serão centralizados em segmentos da população específicos. A gestão desses programas sociais se faz de modo localizado no espaço, ou seja, se faz de modo territorializado.
- De certa forma, os programas sociais atualmente oferecidos pelo governo federal transferem recursos, especialmente, para populações que não têm no trabalho sua principal fonte de renda. Não têm, entre outros fatores, porque não encontram ou não são capazes de ocupar empregos ofertados nas áreas urbanas ou rurais onde residem. A oferta de programas como o PBF, o PETI, o BPC, além da concessão de aposentadorias e benefícios pela Previdência Social, vem contribuindo para uma redução – mesmo que muito incipiente – da enorme desigualdade na distribuição de renda.

Informações sobre a próxima aula

Trabalharemos na Aula 12 questões ligadas à violência e à segurança pública no Brasil, com destaque para sua distribuição, segundo idades e regiões do país.

Leituras recomendadas

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. Brasília: OIT, 2012a. Versão resumida. Disponível em: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/perfil_do_trabalho_decente_no_brasil.pdf. Acesso em: 30 out. 2014. <http://www.onu.org.br/oit-divulga-versao-completa-do-relatorio-sobre-trabalho-decente-no-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2014.

http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/perfil_do_trabalho_decente_no_brasil.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1349/1545>. Acesso em: 30 out. 2014.

http://en.wikipedia.org/wiki/Dorothea_Lange. Acesso em: 30 out. 2014.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Depress%C3%A3o#mediaviewer/Ficheiro:Lange-MigrantMother02.jpg. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=6724>. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conatrae>. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812C7596F0012C7A203891551C/trab-escravo-minas2002.jpg>. Acesso em: 30 out. 2014.

http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/id/4959439. Acesso em: 30 out. 2014.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm. Acesso em: 30 out. 2014.

http://www.portaltransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PETI.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/trabalho-escravo/trabalho-escravo-atualmente.aspx>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/senado-aprova-pec-do-trabalho-escravo>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-05/autoridades-e-oit-pedem-aprovacao-da-pec-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/pl-da-terceirizacao-esconde-reforma-trabalhista-e-sindical-1226.html>. Acesso em: 30 out. 2014.

<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada-1/bpc-beneficio-de-prestacao-continuada>. Acesso em: 30 out. 2014.

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012271&filename=PL+4193/2012. Acesso em: 30 out. 2014.

Aula **12**

A Geografia da
População do
Brasil nas primeiras
décadas do século
XXI: a questão da
violência e de sua
distribuição espacial

João Eduardo de Alves Pereira

Metas da aula

Descrever efeitos da violência sobre a Geografia da População do Brasil, relacionando causas, características e padrões de sua distribuição espacial no contexto do debate sobre segurança pública, justiça social e Estado de Direito.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. Estabelecer relações entre a Geografia da População e o debate sobre justiça social, políticas de segurança pública, Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito no Brasil atual.
2. Analisar brevemente aspectos, causas, características e efeitos sociais e demográficos da violência, apresentando sua distribuição espacial no território brasileiro.

INTRODUÇÃO



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Figura 12.1: Florianópolis/SC - Ônibus rodam com escolta policial, à noite, após onda de violência nas cidades catarinenses em fevereiro de 2013.

Disponível pelo site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Escolta_a_%C3%B4nibus_em_SC.jpg?uselang=pt-br

Caro(a) aluno(a),

O Brasil tem índices de homicídios e de criminalidade que o colocam como um dos países mais violentos do mundo. Isso não era assim há algumas décadas. Uma coisa simples, que é tomar um ônibus, pode ser uma viagem sem retorno para o cidadão. Em várias cidades, por exemplo, conforme se vê na Fig.12.1, os coletivos, muitas vezes, só circulam, em horários noturnos, escoltados por policiais militares!

Não há como deixar de relacionar essas questões à Geografia da População, em virtude dos efeitos diversos que trazem à vida de milhares de pessoas, sobretudo, àquelas socialmente mais vulneráveis. Nesta aula, vamos abordar e analisar questões sobre violência e seus padrões de ocorrência e distribuição no território brasileiro.

A violência, associada à criminalidade, interfere ainda no modo como a população avalia sua qualidade de vida e desenvolve sua

percepção de quanto a realidade se aproxima ou se afasta da justiça social prometida pelo Estado, por meio de sua Constituição Federal.

As restrições à mobilidade trazidas pela insegurança generalizada significam ainda prejuízos ao bom funcionamento da economia e ao acesso a serviços e a oportunidades para todos os cidadãos, principalmente os mais pobres.

Esperamos que esta aula possa acrescentar algo mais à sua visão sobre a violência no país e, sobretudo, de como suas causas e efeitos interferem em questões ligadas à Geografia da População brasileira.

Teremos, na primeira parte da aula,

- uma rápida conceituação da violência e de seus tipos, bem como a definição legal de crime;
- uma associação entre a espiral da violência e da criminalidade no Brasil e o desenvolvimento de uma economia globalizada, a partir dos anos 1980, observando a elevação da complexidade dos agentes envolvidos nesse processo, inclusive, do narcotráfico e de seus efeitos sociais e territoriais;
- uma descrição também da relação entre justiça social, políticas de segurança pública, Direitos Humanos e Estado Democrático de Direito no Brasil atual - sem deixar, todavia, de lembrar que o país convive com violência e criminalidade desde sempre em sua formação territorial e socioeconômica.

Já na sua segunda parte, teremos uma apresentação dos padrões da violência no Brasil. Ou seja, descreveremos características da distribuição de registros violentos, como homicídios e acidentes de trânsito, observando ainda aspectos ligados à vitimização por cor/raça e da juventude.

Não trataremos de questões ligadas à violência contra a mulher nesta Aula. Ficarão para a Aula 13.

Violência e crime: conceituação, causas e debate sobre justiça social e política de segurança pública no Brasil.

Do ponto de vista demográfico, a violência apresenta, entre outros aspectos, diferentes taxas de mortalidade em homens e mulheres entre 15 e 29 anos. Segundo dados do IBGE para o ano de 2010, para cada mulher brasileira falecida entre os 20 e os 24 anos, morrem 4 homens da mesma faixa etária.

As causas da maioria dessas mortes de homens não são as internas, ou seja, por doença e/ou envelhecimento. São basicamente externas, isto é, relacionadas a quedas, a afogamentos e submersões acidentais; à exposição à fumaça, ao fogo e às chamas, a envenenamento acidental por exposição a substâncias nocivas e, sobretudo, a episódios violentos, como homicídios, acidentes ligados ao trânsito e suicídios.

Ou seja, a maior taxa de mortalidade entre homens jovens ceifa-os em idade reprodutiva, bem como no auge de seu potencial de trabalho, de realizações e de criatividade. Isso acaba por atuar diretamente na constituição e estrutura das famílias e, então, nas taxas de crescimento demográfico.

CERQUEIRA et alli (2007) estimaram, com base no ano de 2004, que os custos da violência no Brasil seriam de cerca de 5,1% PIB. Apenas naquele ano (para os valores de então) foram gastos R\$ 28,7 bilhões pelo setor público para ações ligadas à gestão da segurança pública, sendo ainda mais expressivo o valor de R\$ 60,3 bilhões, associado a custos diretos e indiretos arcados pelo setor privado.

Em 2013, os custos chegariam a cerca de 6,0% do PIB ou R\$ 258 bilhões, conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicados na grande imprensa.

Apesar de esses gastos serem tão expressivos, as mortes violentas causadas por homicídios por ano no Brasil não caíram. Pelo contrário, chegaram a patamares impressionantes, superiores em termos absolutos e percentuais àqueles que vêm sendo verificados nas últimas décadas em Estados em guerras internas ou externas.

Ou seja, o Brasil não está em guerra contra outras nações, contra grupos fundamentalistas ou terroristas, nem tem movimentos separatistas armados. Mesmo assim, registramos ao longo da última década entre 45.000 e 50.000 homicídios por ano. Em 2009, tivemos o pico com 51.434 assassinatos registrados no país. Se compararmos esse triste número às 45.000 baixas provocadas pelos combates entre o Estado colombiano e a guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia (FARC), entre 1964 e 2000, teremos mais uma confirmação de como o Brasil é violento.

Para quem já trabalha ou vai trabalhar com atividades educacionais, não há como não reconhecer que toda essa agressividade e insegurança podem chegar à escola e entrar na sala de aula. As rotinas, as regularidades, os processos e a qualidade do trabalho dos profissionais da Educação tendem a ser prejudicados, inclusive, quanto à manutenção de um ambiente mínimo de civilidade, disciplina, organização e de boa vontade, inerentes ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

O conseqüente risco de perda de qualidade do ensino é ainda mais preocupante em áreas desfavorecidas economicamente das cidades e mesmo de zonas rurais, cujos níveis de criminalidade vêm sendo muito altos, associados à presença e ao controle territorial por grupos criminosos, quadrilhas e máfias.



Agência Brasil

Figura 12.2: Complexo do Alemão, ocupado por tropas da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (2010). A ocupação tinha o objetivo de preparar a área para a implementação de uma UPP e garantir a segurança dos moradores.

Disponível no site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Policiais_ocupam_Complexo_do_Alemao.JPG

Como definir violência?

Violência é uma palavra que provém do latim *violentia*. Esta, por sua vez, é derivada da palavra *vis*, isto é, força.

Violência, então, seria o resultado do uso de força contra algo ou alguém, destruindo-o total ou parcialmente. Violência não deixa de ser uma transgressão ou perturbação a algo ou a uma situação que se entende como normal. De violência, aliás, vem o verbo *violar*.

Ao longo da história da Humanidade, o emprego e a busca pelo domínio da força e, portanto, da violência por pessoas ou grupos, vêm sendo, lamentavelmente, uma constante na vida social. Em textos antigos, inclusive de natureza religiosa, não faltam relatos de práticas e atos violentos, a exemplo do combate entre o hebreu Davi e o filisteu Golias.

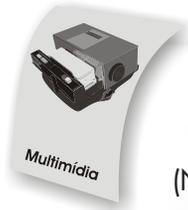


Otto Weingerbe

Figura 12.3: David e Goliás. Óleo sobre Tela (1914). Segundo a Bíblia, Davi ganha o direito de se casar com uma das filhas do rei após matar o gigante Goliás. Disponível no site: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Weisgerber,_Albert_-_David_a_Goliás_\(1914\).jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Weisgerber,_Albert_-_David_a_Goliás_(1914).jpg?uselang=pt-br) - r (1878-1915)

Mas, nem sempre a violência se restringe a atos contra a integridade física de pessoas. Na verdade, existem tipologias para atos de violência. Existem, por exemplo, violência e agressividade por meio da palavra ou mesmo de práticas culturais. Em pequenos atos do dia a dia que constroem ou que ferem moralmente, há a coação de uma pessoa ou mesmo de grupos.

Existe ainda a força do dinheiro, associada à ambição desmedida, à corrupção, enfim, a práticas e comportamentos que têm efeitos na formação e na percepção da sociedade sobre agressividade e violência. Ou seja, nesses casos, estamos falando de violência efetuada por vias mais abstratas ou simbólicas e de caráter psicossocial.



Tipologia da violência

O Professor Sérgio Adorno, no site do NEVUSP (Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo), apresenta tipologias para a violência. Uma das tipologias se refere à natureza, ou seja, ela pode ser crime comum ou organizado; violação de Direitos Humanos; violência intersubjetiva e ou violência simbólica.

Outra se refere à participação de atores; portanto, a violência pode ser individual, coletiva, institucionalizada ou não.

Há ainda aquela sobre a natureza do dano, que pode ser físico, psíquico, sexual ou moral.

A íntegra do artigo do Professor Adorno está, a propósito, no site:

http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=757&Itemid=26

Violência, força bruta e política

Ainda respondendo à pergunta sobre que é violência, vamos lembrar o importante geógrafo francês Paul Claval (1932*), no livro intitulado Espaço e Poder. Ele faz uma análise do emprego da força bruta e do controle do território, associando-os diretamente ao fenômeno do poder.



Figura 12.4: Paul Claval

Disponível pelo site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Paul_Claval-Festival_international_de_g%C3%A9ographie_2011.jpg

Para CLAVAL (1982), o poder permitiria, em linhas gerais, tomar decisões com maior ou menor autonomia ou mesmo independência. Quem tem poder teria capacidade de decidir, de separar, de dividir e recompor. Teria a capacidade, enfim, de definir quem:

- receberia os efeitos positivos e os negativos de suas decisões;
- levaria mais dos recursos socialmente produzidos;
- receberia menos.

Conquistar o poder é difícil. Mas, ainda mais complexo, é mantê-lo. Com o passar do tempo, surgem opositores. Como controlá-los? Com a ameaça do uso de mais força e brutalidade?

A resposta dada por autores na área da Ciência Política é a de que quanto maior for a violência - física ou simbólica - requerida para a manutenção da ordem, na verdade, mais instável esta situação tenderá a ser para quem a detiver.

É o caso das quadrilhas do crime organizado: os chefes, por mais que eliminem rivais dentro da própria organização, mais cedo ou mais tarde topam com alguém à altura. Só a violência não garante

o controle da organização. A história da máfia italiana, de certa forma, ilustraria o fato, uma vez que, além do recurso constante à brutalidade, suas estruturas de poder valorizariam “códigos de conduta”, além de laços de sangue e parentesco entre seus membros.

Uma ordem ou organização é mais estável - e aqui não estamos mais falando de organizações criminosas - quando construídas, a partir da negociação, da construção do consenso, de pactos ou contratos com base em valores. Ou seja, quando é construída pela palavra, pelo convencimento, pela via política.

As sociedades humanas encontram na política a possibilidade de administrar diferenças, interesses, visões não convergentes, contendas, litígios, conflitos. Estes são inerentes à vida social. A espécie humana depende da vida em coletividade para não sucumbir diante de outras espécies animais, diante da Natureza.

Para que a política possa ser um meio estável de gerir conflitos, é preciso definir quais os critérios do que é certo ou errado. Em outros termos, a política se faz a partir da construção das noções do que é justo, do que é legítimo.

Se a sociedade pode, pela arte da persuasão, pelo convencimento, isto é, pela política, organizar-se e estabelecer uma ordem estável, então, por que ela continua a se valer da força, seja em suas formas brutas, seja em suas formas simbólicas?

Sem dúvida, o ideal seria o fim da violência nas sociedades humanas. Contudo, não se tem ainda um nível de racionalidade entre os seres humanos que os tornem pacíficos de fato. Talvez, isso seja não mais que uma utopia.

Numa visão pragmática, a força bruta e a violência simbólica podem, porém, ser controladas pela política, tornando-se ferramentas desta. Seu emprego, ao longo da história, passou a ser limitado pelo Estado a situações que sejam consideradas como razoáveis, legítimas, isto é, de uso amparado em critérios avaliados como social e culturalmente justos: aqui, surgiu a Lei!

Vale observar que o Estado é a sociedade politicamente organizada. É constituído por cinco elementos: território; nação ou povo com uma identidade cultural própria; soberania, que significa impor suas leis; governo independente; objetivos ou projetos coletivos.

A política não se restringe ao que é do Estado. Na verdade, a sociedade é maior do que ele. Porém, ao longo da história, o monopólio da elaboração da lei e de fazê-la respeitada e cumprida foi assumido pelo Estado.

O que é crime?

As leis editadas pelo Estado passaram a estabelecer o que se considera ou não como ato de violência de uma pessoa contra outra, de um grupo contra outro, de uma pessoa contra o Estado. Mas, se o Estado tem esse poder, a sociedade tem que exercer algum controle sobre ele, não?

Com o desenvolvimento do capitalismo europeu e da correlata ideologia do Liberalismo (com as revoluções dos séculos XVII e XVIII), criaram-se mecanismos políticos para que a ação e a autoridade dos agentes do Estado possam receber controles pela sociedade.



Liberalismo é uma corrente de pensamento que se desenvolveu na Europa entre os séculos XVII e XIX que valoriza os direitos individuais à vida, à igualdade perante a lei, à liberdade política e à propriedade privada. Sem o seu desenvolvimento, não se poderia entender a formação do capitalismo e de suas sociedades - ditas burguesas. Valorizando o individualismo, o Liberalismo defende a imposição de limites ao poder do Estado. Mais informações ou detalhes podem ser lidos no artigo disponível no site:

http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/liberal/

Na visão do Liberalismo, o Estado poderia se tornar excessivamente poderoso, em relação à própria sociedade que o mantém com a riqueza vinda do trabalho de seu povo. Isso o tornaria uma estrutura de poder que vai além da autoridade concedida pelo povo. Nesse caso, o Estado e seus agentes seriam autoritários.

A exclusividade de produção da lei e da força necessária à sua aplicação dá ao Estado um poder imensurável. A limitação do poder estatal será maior quanto mais a população estiver envolvida em sua vida política - por meio de partidos representativos ou de outras formas diretas de participação popular, a exemplo de plebiscitos e referendos.

A legitimidade das leis e do uso com autoridade para a manutenção da ordem social está, portanto, na soberania popular. Todavia, se a participação da maioria da população for limitada, restrita ou estrangida pelo controle dos processos políticos por pessoas, grupos, castas ou classes dominantes minoritárias, podemos dizer que a lei tenderá a ser um fator de manutenção de uma ordem favorável a estes últimos, em detrimento da maioria.

Numa sociedade capitalista, por exemplo, o processo social e político será construído para estruturar a ordem necessária ao seu funcionamento. Essa ordem tem uma contradição importante: ela sustenta que o cidadão tem o direito de ser tratado, perante a lei, de modo igual a qualquer outro cidadão; mas não promete a divisão igualitária da riqueza socialmente produzida. Isso favorece os detentores do capital, em detrimento dos do trabalho.

Para garantir a acumulação desigual da riqueza e da renda, o Estado capitalista criou leis que protegem o direito à propriedade privada.

A ordem social, nesse sentido, seria construída para o cumprimento, pelo Estado, dessa condição básica, trabalhando dois aspectos:



Eugène Delacroix

Figura 12.5: A Liberdade Guiando o Povo! De Eugène Delacroix (1798-1863). Representação ideológica do Liberalismo na França, com a figura simbólica da Marianne.

Disponível no site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eug%C3%A8ne_Delacroix_-_La_libert%C3%A9_guidant_le_peuple.jpg?uselang=pt-br

- um, de natureza ideológica, em que as pessoas, mesmo as mais pobres, acabariam por assimilar e aceitar culturalmente o sistema e suas desigualdades;



Figura 12.6: Têmis: a Deusa Grega da Justiça e da Honestidade.

Disponível no site: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/bibliotecaConsulta_ProdutoBibliotecaSimboloJustica/imagem/temis.jpg

- outro, de natureza jurídica, em que a lei e a força reprimiriam os que usurpam o direito de propriedade privada.

Nesse último caso, o controle da ordem social coincide com o controle da ordem pública. Ou, como diria Washington Luís, Presidente da República entre 1926 e 1930:

“Questão social é caso de polícia.”

Conforme veremos mais adiante, o que se deseja numa visão mais justa é que, mesmo permanecendo sob o sistema capitalista, o Estado seja o legítimo garantidor de direitos sociais e econômicos.

Portanto, estamos falando do chamado Estado Democrático de Direito: em que há uma Constituição em vigor que garante direitos e prevê deveres; em que os poderes estão divididos (Legislativo, Judiciário e Executivo); em que as minorias são respeitadas pela maioria.

Isso não quer dizer que o Estado deixou de ser cobrado quanto à manutenção da ordem pública e da garantia à acumulação desigual da propriedade. Ele agora tem de colocar a ordem pública sob o amparo da segurança pública. Este é um conceito mais abrangente, que respeita limites e controles constitucionais ao uso da força, ao mesmo tempo em que elabora e põe em prática diversas políticas sociais e projetos de base econômica, que vão desde a oferta de Educação de qualidade até infraestrutura urbana.

No Estado Democrático de Direito, o Estado teria, entre outros aspectos, a legitimidade política e a autoridade social para não admitir que se faça justiça com as próprias mãos, em reação a alguma agressão ou violência sofrida por uma pessoa ou grupo social - por mais legítima que a situação pareça ser.

No Código Penal Brasileiro (Lei 2848/40), a título de ilustração, isto está previsto no:

“Art. 345 - Fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite:

Pena - detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, além da pena correspondente à violência.”

Acessível pelo site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

Assim, o Estado, pelo ordenamento jurídico, é o detentor de exclusiva autoridade para punir, depois de esgotadas todas instâncias de julgamento, segundo os termos da lei. Quando pune seu cidadão com penas que restringem ou privam direitos (ou que instituem multas em dinheiro), é porque o legislador já havia tipificado na lei o ato praticado ou a omissão voluntária como CRIME, conforme o Código Penal em seu Art.1:

“Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.”

Acessível pelo site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm

Cabe registrar que condutas tipificadas como criminosas têm relações diretas com a história cultural. Uma conduta, uma palavra de sentido dúbio ou ação agressiva física ou moralmente toleráveis no passado pela sociedade (ou impostas pela maioria dela) podem passar a ser consideradas como perturbadoras, transgressoras de limites e de valores atuais. O que não era crime pode passar a ser... e vice-versa.



Castigos físicos e humilhações no ambiente escolar: violência e evolução cultural da sociedade

Para ilustrar como práticas e costumes podem evoluir e serem vistos como violentos e passíveis de tipificação como atos ilícitos ou mesmo criminosos, temos a questão das relações entre professores e alunos no interior das salas de aula.

Isso é especialmente interessante no que toca à aplicação de castigos físicos e/ou de métodos de controle moral. No Brasil do século XIX, eram comuns e cotidianas, no ambiente escolar, punições corporais e psicológicas, apesar de legislações terem sido elaborados, já àquela época, proibindo tais métodos - sádicos, convenhamos. Ocorre que numa sociedade violenta (historicamente marcada pelas correntes do escravismo, pela “civilização” do indígena a ferro e fogo, e pelo poder do “coronelismo”), palmatória, chicote, orelhas de burro, xingamentos e práticas de desmoralização do aluno pareciam ser assimiladas pelas famílias e pela sociedade como necessárias ao processo de aprendizagem. A legislação contrária a tais castigos fora criada por influência da evolução da Pedagogia na Europa, mas não foi capaz de mudar o entendimento do que seria a Educação de crianças e jovens brasileiros. E sob o olhar complacente de autoridades educacionais, até meados do século XX, eram comuns os maus tratos aos alunos nas escolas de norte a sul do país.

Com a difusão de teorias de ensino avançadas, com a alteração da tolerância da família a abusos em sala de aula e com a evolução da legislação e de suas sanções (pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990), espera-se que castigos corporais e métodos moralmente humilhantes sejam definitivamente extintos do panorama educacional brasileiro. A propósito, a pena do incomparável Machado de Assis, no “Conto de Escola”, publicado em 1896, já mostrava que havia, no século XIX, quem no Brasil condenasse a aplicação de métodos violentos e humilhantes nas escolas. Acessível pelo site: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/download/5428/4838>

Você pode ter ainda mais informações sobre a questão dos métodos violentos na escola brasileira por intermédio do texto de autoria de Milena Aragão e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, intitulado: “Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano.”

Publicado em: Conjectura, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Acessível pelo site: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>

Globalização, violência e criminalidade no Brasil: a partir dos anos 1980

A palavra **anomia** pode ser entendida por falta ou ausência de lei (nomos, em grego). É um conceito da Sociologia, formulado no século XIX por Émile Durkheim (1858-1917).

Apesar de todo o seu poder potencial de imposição da lei e de uso legitimado da força/violência, o Estado se vê diante da possibilidade de que cidadãos desenvolvam comportamentos considerados como **anômicos** ou desviantes do cumprimento das normas legais.

Em linhas gerais, Durkheim trabalhou a tese de que a tendência à divisão e especialização do trabalho na sociedade capitalista industrial levaria ao isolamento das pessoas e, deste modo, ao

seu distanciamento. Quanto mais especializadas, elas tenderiam a perder a capacidade de se sentirem pertencentes à sociedade, bem como de serem solidários aos seus concidadãos.

Com isso, as pessoas poderiam desenvolver condutas bastante individualistas, em que não reconheciam nas leis os limites aos seus interesses. Nesse caso, seus comportamentos seriam considerados como desviantes, em que há o desrespeito ou o abandono da lei e, portanto, a ilicitude, a delinquência, a contravenção ou o crime.

Outros estudiosos de questões criminais ou penais acrescentaram outros elementos que explicam o fenômeno da criminalidade no mundo atual. Já nos anos 1930, o Sociólogo Robert K. Merton (1910-2003) formulou, a partir do caso norte-americano, a tese de que normas desviantes viriam do descompasso entre as metas de sucesso valorizadas na sociedade e os meios disponíveis.

Como os meios institucionalizados seriam escassos e concentrados nas mãos de poucos, o indivíduo que não os tem procura atingir as metas sociais por outros meios, mesmo que isso agrida a própria sociedade, a ordem, a lei.

O também Sociólogo Zygmunt Bauman (1925*) trabalha a perspectiva de o desvio ter origem na busca do indivíduo pela inclusão numa sociedade desigual por natureza.

Podemos entender o ponto de vista de Bauman sobre o tema por intermédio da análise dos distúrbios ocorridos em Londres, em 2011, em que centenas de jovens incendiaram lojas em ruas após terem furtado artigos sofisticados de consumo:



Figura 12.7: Zygmunt Bauman (2013).

Disponível pelo site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Zygmunt_Bauman_na_20_Forumi_vydavciv.jpg?uselang=pt-br#filehistory

..." as imagens de caos na capital britânica nada mais representaram que uma revolta motivada pelo desejo de consumir, não por qualquer preocupação maior com mudanças na ordem social. Tais explosões são uma combinação de desigualdade social e consumismo. Não estamos falando de uma revolta de gente miserável ou faminta ou de minorias étnicas e religiosas reprimidas. Foi um motim de consumidores excluídos e frustrados... O que me parece é que as classes mais baixas querem é imitar a elite. Em vez de alterar seu modo de vida para algo com mais temperança e moderação, sonham com a pujança dos mais favorecidos... A busca pela felicidade não deve ser atrelada a indicadores de riqueza, pois isso apenas resulta numa erosão dos espírito comunitário em prol de competição e egoísmo. A prosperidade hoje em dia está sendo medida em termos de produção material e isso só tende a criar mais problemas em sociedade, em que a desigualdade está em crescimento como no Reino Unido".

Citado por: CAVALIERI FILHO, Sérgio. Sociologia Jurídica e Judiciária. São Paulo: Forense, 2013, p. 258-259.

O incremento da desigualdade de que falou anteriormente Bauman não vem ocorrendo só no Reino Unido. Trata-se de uma questão global. Na Aula 11, inclusive, trabalhamos aspectos da tendência à exclusão social e a vulnerabilidade no meio techno-científico-informacional.

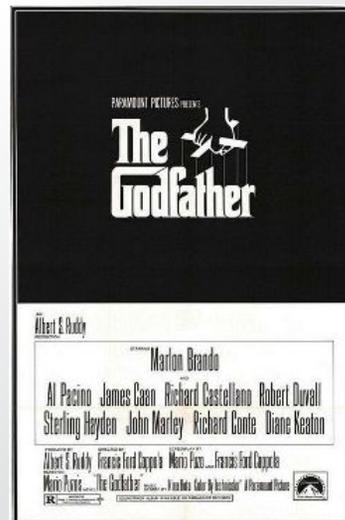
Nesse mesmo contexto, vem sendo produzido também, desde os anos 1970/80, um processo de ampliação da escala da criminalidade no nível transnacional.

O crime global mostra-se como um desafio de grandes dimensões à capacidade do Estado nacional de impor de forma soberana o ordenamento jurídico em seu território. A questão parece estar passando, portanto, do âmbito da segurança pública para o da segurança nacional. Formalmente, ele continua soberano de seu espaço territorial, mas não o controla de fato.

As redes transnacionais do crime estruturam seus negócios a partir de pontos centrais da economia globalizada, a exemplo de grandes áreas metropolitanas do Nordeste e do Sudoeste norte-americanos, do Japão, da China, da Itália e da ex-URSS. De lá, articulam-se a regiões e áreas nos países que se definiam antigamente como Terceiro Mundo. Aqui, os chefes de organizações locais são os elos de cadeias de produção de negócios ilícitos. As máfias locais e regionais procuram controlar os territórios de atuação por meio da imposição de ordens próprias.

Para tanto, fazem uso de métodos violentos para a submissão das populações e da política locais às suas decisões. Com armas modernas e de grande poder destrutivo, estruturam milícias com poder de fogo maior que o de polícias ou mesmo de exércitos. Cooptam ou coagem lideranças comunitárias tradicionais pela força e pelo poder do dinheiro. A lei do Estado não é considerada, não existe ou é muito fraca nesses enclaves de pobreza e miséria.

As máfias e quadrilhas se valem ainda de identidades e valores culturais ou étnicos para ampliar sua influência nos enclaves em que atuam. É interessante notar que quase sempre são conhecidas por referências às suas regiões de origem: máfias colombiana, siciliana, chinesa, japonesa, russa, búlgara, etc.



Paramounts Pictures

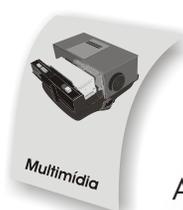
Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Godfather_ver1.jpg#filelinks

Um dos filmes que melhor apresenta o que é uma organização mafiosa é “ O Poderoso Chefão”, estrelado por Marlon Brando e Al Pacino, dirigido por Francis Coppola. Você já teve a oportunidade de vê-lo? Mais detalhes ou informações estão no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/The_Godfather Vale à pena conferir!

O sociólogo espanhol Manuel Castells (1942*) sustenta, contudo, que o poder do crime global não teria alcançado a dimensão atual sem a existência de estruturas de corrupção dentro do próprio

Estado. Além de intimidarem e/ou subornarem policiais, juízes e autoridades, as máfias do crime globalizado e as quadrilhas locais atuam crescentemente no processo político, especialmente, por doações e/ou oferta de financiamento de recursos para campanhas eleitorais. O efeito disso seria preocupante para o futuro da democracia.

A propósito, os principais negócios escusos e ilegais realizados por organizações criminosas em escala global são o tráfico de armas; o tráfico de material nuclear; o contrabando de imigrantes ilegais; o tráfico de mulheres e crianças; o tráfico de órgãos; a lavagem de dinheiro; e, é óbvio, o mais lucrativo deles, o tráfico de drogas e entorpecentes.



Ethan Nadelmann: Precisamos acabar com a guerra contra as drogas

A guerra contra as drogas tem feito mais mal que bem? Numa palestra arrojada, o reformista de política para as drogas Ethan Nadelmann faz um apelo apaixonado para acabar com o movimento “retrógrado, sem coração e desastroso” contra o tráfico de drogas. Ele nos dá dois bons motivos por que devemos nos concentrar na regulamentação inteligente. Assista em: https://www.ted.com/talks/ethan_nadelmann_why_we_need_to_end_the_war_on_drugs?language=pt-br

Todos esses negócios tendem a ser administrados pelas máfias e quadrilhas numa lógica empresarial, sendo a violência no interior do território nacional uma componente estrutural. Ou seja, não se pode descrever a questão da violência no Brasil urbano-metropolitano atual, bem como os seus efeitos sobre a população e a sociedade, sem compreender que ela faz parte da própria inserção da economia do país no mundo globalizado.

Mundo globalizado esse, em que se difundem informações, valores, perspectivas de vida que acentuam tendências a comportamentos e condutas desviantes e bastante agressivas.

Acerca dessa cultura da violência, especialmente difundida entre jovens, CASTELLS (1999) ensina:

“ Em diversos contextos, criminosos ousados e bem sucedidos transformaram-se em modelos para uma geração de jovens que não vislumbram perspectivas fáceis de sair da pobreza e, certamente, não veem uma chance de gozar dos prazeres do consumo e viver aventuras.

Da Rússia à Colômbia, observadores chamam a atenção para o fascínio da

juventude local pelos mafiosos. Em um mundo de exclusão e em meio a uma

crise de legitimidade política, as fronteiras entre protesto, modelos de compensação imediata, aventura e crime tornam-se cada vez mais indefinidas.

Para eles, não há esperança na sociedade, e tudo, principalmente a política e os políticos, está corrompido. A própria vida não tem sentido, e, na vida deles, não há futuro. Sabem que morrerão logo.

Assim, o que vale é o momento, o consumo imediato, boas roupas, boa vida, agitação, tudo isso com a satisfação de despertar o medo, de se sentirem poderosos com suas armas. Apenas um valor supremo: suas famílias e, especialmente, suas mães, por quem fariam qualquer coisa. E suas crenças religiosas, principalmente a devoção por santos que lhes vem valer nos momentos difíceis. Assim, eles comprimem a própria vida, reduzindo-a a alguns instantes, vivem-na de forma plena e, então, simplesmente desaparecem. Durante esses breves momentos de existência, a violação às regras e o sentimento

de poder compensam o cenário monótono de uma vida mais longa, porém miserável. Seus valores são, em grande medida, compartilhados por muitos outros jovens, embora de formas menos extremadas.

A difusão da cultura do crime organizado é reiterada pela penetrabilidade do mundo do crime na vida cotidiana através da mídia. As pessoas em todo o mundo provavelmente estão mais familiarizadas com a versão da mídia sobre as condições de trabalho e a psique de assassinos e traficantes do que com a dinâmica dos mercados financeiros com que investem seu dinheiro.”

CASTELLS, Manuel. “Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.3”. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.243-244.

Justiça Social e Políticas de Segurança Pública: aspectos territoriais

Assim como para outras nacionalidades, para o Estado e a sociedade brasileira, o controle do crime organizado global e de seus efeitos no interior do território é um desafio de grandes dimensões, ao qual se acrescentam aspectos da nossa formação histórica, econômica e espacial - marcada pela concentração da riqueza e das oportunidades e pela desigualdade e injustiça.

A violência do crime organizado internacional se soma, desse modo, a uma violência presente historicamente nas relações cotidianas: seja em ambientes públicos, seja em ambientes privados. Pensar que o Brasil é violento apenas agora é um erro.

Compreender que o brasileiro foi cordial ou pacífico antes de sua urbanização metropolitana na segunda metade do século XX, e agora não mais, talvez seja desconhecer aspectos autoritários que estão em nossa cultura, em nossa formação, em nosso caráter desde tempos coloniais, passando pelos tempos do Império.



Jean-Baptiste Debret (1768-1848)

Figura 12.8: O quadro do pintor francês retrata a punição de um escravo no Brasil.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:024debret.jpg>

Na verdade, esse autoritarismo permaneceu em algumas de suas manifestações até o presente, a exemplo de como parcela dos agentes do Estado atuam à revelia da lei, sem o devido respeito a direitos fundamentais, na realização de operações policiais em áreas de comunidades carentes.

Sobre essa questão, aliás, não há como não vir à lembrança o filme, “Tropa de Elite”, de José Padilha, estrelado pelo ator Wagner Moura.



Violência e criminalidade no Brasil dos meios natural e técnico pela literatura: Guimarães Rosa
Quando você já estiver lecionando, poderá fazer trabalhos interdisciplinares acerca de temas referentes à evolução da sociedade brasileira. Com os colegas de Língua Portuguesa, por exemplo, sempre é possível fazer bons projetos.

É o caso da violência que perpassa a nossa história pela literatura do mineiro

João Guimarães Rosa (1908-1967).



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Joaoguimaraesrosa1.jpg>

Na obra “Grande Sertão, Veredas”, Guimarães Rosa, com o modo de falar do caipira ou tabaréu, retrata parte da criminalidade que assolava os vastos Sertões, que vão do interior de Minas Gerais aos confins dos cerrados do Planalto Central e, de lá, aos limites das caatingas do Nordeste.

No texto, a violência sertaneja é a dos bandoleiros e jagunços, que muitas vezes eram protegidos dos coronéis e grandes proprietários de terras. Leia um artigo sobre a política e violência do texto em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/259/255>

A respeito da formação do caráter do brasileiro como “cordial”, o importante historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), no clássico livro “Raízes do Brasil”, escreveu em 1936:

“...Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhanza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um caráter definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal (...) essa cordialidade, estranha, por um lado, a todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, por outro, apenas e obrigatoriamente, sentimentos positivos de concórdia. A inimizade bem pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (...) “pela expressão “cordialidade” se eliminam aqui, deliberadamente, os juízos éticos.”

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987, p. 107 e 110.

O que se entende, assim, como “cordial” é senão aquilo que está ou vem do coração. As relações pessoais, inclusive em questões ligadas à vida pública, seriam marcadas pela ideia de proximidade, de conhecimento, de amizade, de informalidade. Tivemos uma evolução distinta de sociedades do ocidente europeu, nas quais a vida privada e a convivência pública são mediadas por relações formais, impessoais e institucionais.

Nossa ética ou “juízos éticos” seriam bem diferentes das daquelas sociedades. A “cordialidade” favoreceria a existência e a banalização de comportamentos e condutas que valorizariam o pertencimento a um mesmo grupo de interesses ou a subordinação/disciplina a uma liderança carismática ou oligárquica.



Jean-Baptiste Debret (1768-1848)

Figura 12.9: Na pintura, que retrata uma família do Rio de Janeiro, podemos observar a contradição da relação de cordialidade entre senhores e escravos.
Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Debret15a.jpg?uselang=pt-br>

Mesmo com a modernização/urbanização/industrialização do país na segunda metade do século XX, isso, de certa forma, parece ter permanecido em muitos compartimentos da sociedade. Uma frase do anedotário político poderia, talvez, resumir essa situação:

“...aos amigos, o Diário Oficial; aos inimigos, o rigor da lei”.

Toda uma série de direitos teria, com efeito, acessos diferenciados aos cidadãos. Seria algo dependente da proximidade da pessoa ao poder, de sua classe social, de gênero, de cor de pele, da origem de família (se tradicional, por exemplo), de identidades locais ou regionais, do pertencimento a partidos políticos, corporações, a irmandades, a instituições religiosas, a associações culturais, etc.

O Estado brasileiro, talvez por conta dessa cultura da “cordialidade”, não respeita convenientemente um dos direitos civis ou fundamentais (sobre a qual já falamos anteriormente): a igualdade

de todo cidadão perante a Lei. Esse seria o caso da diferencial destinação de recursos para o controle da criminalidade, bem como do uso por vezes desproporcional e não razoável da violência pelo próprio Estado.

De acordo com a origem do cidadão, agentes do Estado podem atuar de modo distinto. São mais ou menos eficientes no cumprimento do que rezam as leis. Respeitam mais ou menos direitos que a lei garante a todos, mesmo àqueles que forem dados como suspeitos por condutas tidas como ilícitas ou criminosas. Para uns, a lei vale; para outros, não... ou, talvez, valha parcialmente.

Os recursos disponibilizados em segurança pública também são proporcionalmente desiguais em sua distribuição, segundo áreas, bairros ou distritos de um mesmo município.

O fato é que o crescimento da criminalidade e da violência homicida, a partir dos anos 1980, vem expondo ainda mais contradições sociais diversas, desigualdades históricas, além de ineficiências administrativas, desperdício de recursos, deficiências de infraestrutura.

Sistema penitenciário e população carcerária

Uma dessas deficiências de infraestrutura está, aliás, no sistema penitenciário. Há que se destacar que novos presídios vêm sendo construídos em todo o país, inclusive para detentos de alta periculosidade, a exemplo de chefes do narcotráfico e de milícias. Mas, no geral, o sistema não cumpre a função de ressocialização de seus internos.



Paulo R. S. Menezes (2013)

Figura 12.10: Presídio de alta segurança de Charqueadas (RS). Inaugurado em 1992, previa lotação de cerca de 330 detentos. Chegou a ter mais de 850 internos em 2012. Recebeu obras que ampliaram sua capacidade em mais 500 vagas em 2013. Tem, na atualidade, mais de 1000 detentos. Superlotado, é considerado como um dos presídios mais violentos do país.

Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:PASC_Presidio_de_Alta_Seguran%C3%A7a_de_Charqueadas.JPG?uselang=pt-br.

É corrente na opinião pública o entendimento de que muitos dos presídios no país seriam “academias ou universidades do crime”, de onde detentos de menor potencial de periculosidade parecem sair, inclusive, piores do que entraram. A superlotação contribui sobremaneira para o fato, conforme diz um membro da Pastoral Carcerária:

“O abandono do Estado obriga os presos a se organizarem para poder sobreviver no presídio (...) o Estado não cumpre o que está na lei de execução penal em relação aos cuidados mínimos com saúde, alimentação, trabalho, assistência jurídica. Ele joga atrás das grades a população pobre, que precisa de apoio e quem oferece o apoio justamente é o tráfico, a facção”.

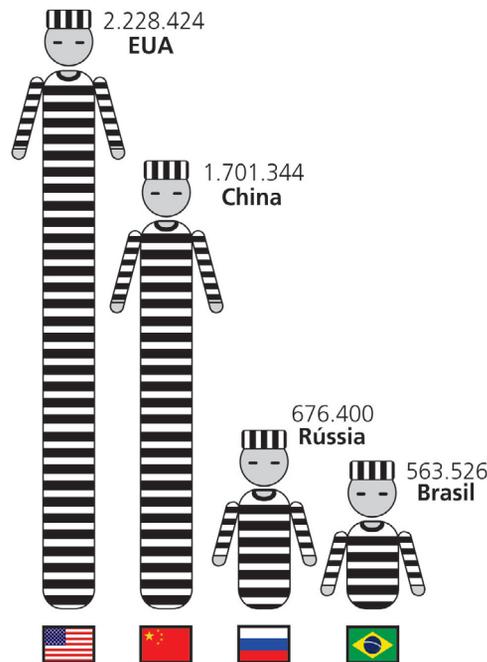
Pe. Valdir João Silveira.

Adaptado de: “As Seis Piores Prisões do Brasil”, de Luís Kawaguti. BBC Brasil: Disponível no site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140115_seis_prisoas_lk

Ou seja, no estado atual de superlotação dos presídios em todo o país, não há como o detento garantir sua integridade física sem estar ligado a grupos que comandam o crime organizado de dentro das cadeias. São constantes notícias de assassinatos, tráfico de entorpecentes e violências sexuais dentro de presídios, carceragens e cadeias públicas.

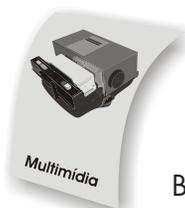
O aumento exponencial do número de presos, desde a década de 1980, tornou o país detentor da quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 560.000 internos, segundo dados de junho de 2014, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)! Não entram, a propósito, nesses números, os condenados a penas domiciliares.

Esse número seria, com certeza, maior, se grande parte dos inquiridos e investigações não ficassem sem as devidas conclusões. Com 200 milhões de habitantes, temos mais condenados a regime fechado do que a Índia (385.000) e seus mais de 1 bilhão de habitantes. Nesse ranking medonho, estamos atrás apenas dos seguintes países:



População carcerária por países

Dos 560 mil presidiários, em torno de 12% foram sentenciados por crimes de ou com homicídio. Cerca de 40% estão em prisão provisória. 367 mil foram presos sob acusação de tráfico de drogas ou crimes contra o patrimônio.



Multimídia

Para que você conheça ainda um pouco mais da dramaticidade da questão penitenciária no Brasil, trazemos, a seguir, números disponibilizados pelo CNJ (junho de 2014):

População no sistema prisional = 563.526 presos

Capacidade do sistema = 357.219 vagas

Déficit de Vagas = 206.307

Pessoas em Prisão Domiciliar no Brasil = 147.937

Total de Pessoas Presas = 711.463

Déficit de Vagas contando a internação de presos domiciliares = 354.244

Número de Mandados de Prisão em aberto no Banco Nacional do Ministério Público = 373.991

Total de Pessoas Presas + Cumprimento de Mandados de Prisão em aberto = 1.085.454

Déficit de Vagas = 728.235

Fonte: Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil (jun./2014). Disponível no site: http://www.cnj.jus.br/images/impressa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf

Para complementar, vai a dica do vídeo da série Prisões Brasileiras, da NTVALE: <http://www.youtube.com/watch?v=KxVs1Oi4Mh4>

Os especialistas em questões penais vêm debatendo o que fazer a respeito da superlotação dos presídios. Alguns acreditam que é necessário desenvolver uma capacidade de acompanhamento mais individualizada dos detentos, pois há casos em que eles não teriam de ficar encarcerados.

Em outras situações, os crimes que não são considerados como graves pela legislação penal, com menos de dois anos de pena, a exemplo do desacato a servidor público ou perturbação da tranquilidade, poderiam ser punidos com penas que não levassem ao encarceramento. Nesse caso, mais do que revisão de processos individualizados, são necessárias revisões das leis penais.

Os fatos indicam que o encarceramento não é uma ferramenta capaz de reverter a situação atual de violência no país. Penas alternativas podem ser mais eficientes, mas isso toca em conceitos arraigados na sociedade. Envolve a consideração do tema dos Direitos Humanos, que devem ser garantidos a todas as pessoas, inclusive, aos que cumprem penas – por mais graves que tenham sido seus atos.

Quando se fala em Direitos Humanos, porém, a polêmica se estabelece. Dado o quadro de percepção de insegurança, diversos segmentos da população, inclusive os mais pobres e que residem em áreas mais violentas, parecem não assimilar o significado desses direitos para a construção de outro cenário social, pacífico e justo. Na mídia de audiência popular, é comum ouvirmos algo nos seguintes termos:

“ativistas querem garantir Direitos Humanos para bandidos no enfrentamento com a polícia ou já no interior dos presídios. E, para as vítimas? Não houve respeito no momento em que foram agredidas e/ou mortas. Não foram poupadas por eles!”



Figuras 12.11: Quadrinhos de André Dahmer sobre a questão dos direitos humanos. Fontes: http://4.bp.blogspot.com/-3sM-uXbex78/Tkr8uHvgMQI/AAAAAAAAABSk/DF6j4WKEp6k/s640/Malvados_tirinha1462.jpg e <http://abordagempolicial.com/wp-content/uploads/2014/12/malvados.png>



Direitos Humanos

Você sabia que o Brasil assinou, como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948?



Disponível no site: http://commons.wikimedia.org/wiki/United_Nations_%E2%80%93_Nations_Unies#Documents_.2F_Documents_.2F_.D0.94.D0.BE.D0.BA.D1.83.D0.BC.D0.B5.D0.BD.D1.82.D0.B8

Com isso, o Brasil se comprometeu a honrar e a seguir seus princípios e artigos em favor de seus cidadãos, inclusive os que estejam condenados a penas restritivas ou privativas de liberdade.

Mas, o que são os Direitos Humanos? Qual a sua história? Você tem respostas no vídeo disponível no site da organização internacional Youth for Human Rights, abaixo: <http://br.youthforhumanrights.org/what-are-human-rights.html>
Confira! Vale a pena!

A realidade dos presídios no Brasil acompanha outra questão importante para a qualidade de vida da população: o crescimento do número de vítimas diretas ou decorrentes de “balas perdidas” ou outras situações que lembram teatros de guerra entre forças de segurança do Estado e o crime organizado.

O número de mortos, mais do que coragem e determinação individual de policiais, parece mostrar deficiências em sua formação técnica-profissional e despreparo das autoridades de segurança diante da complexidade do (sub)mundo do crime e da capacidade de organização das quadrilhas e máfias.

Nesse contexto, o que deve ser feito? O que é preciso? Que prioridades devem ser selecionadas para o curto e para o longo prazo? Mais investimentos sociais e em infraestrutura produtiva ou em ordem pública? Mais salas de aula ou celas de prisão? Mais professores ou mais carcereiros? As respostas para essas questões não são simples e podem ter variações, segundo regiões do país. Variam também de acordo com a formação política de quem respondeu a elas.

Numa visão mais conservadora, as respostas parecem priorizar a perspectiva da elaboração de uma política de segurança pelo viés da manutenção da ordem pública. Numa visão mais progressista, há certa tendência à busca da definição de políticas públicas de segurança pelo viés da justiça social.

Luiz Eduardo Soares (1954*), ex-Secretário Nacional de Segurança Pública durante o primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006), considera, segundo estudo publicado em 2006, que é necessário reconhecer que as causas principais da violência e da criminalidade estão no processo gerador de desigualdades sociais diversas.

Mas, não se pode cair no imobilismo, ou seja, enquanto não se equacionar o processo social, não se deve utilizar ferramentas de prevenção e controle da criminalidade, ou seja, de ordem pública, de policiamento, de equipamento das delegacias, de oferta de serviços e assistência jurídica gratuita pelas Defensorias Públicas, etc.

SOARES (2006) entende que a pobreza é uma causa estrutural da criminalidade, especialmente aquela ligada à atração pelo narcotráfico de jovens pobres, com baixa autoestima, residentes em comunidades violentas e mal assistidas pelo Poder Público.

Todavia, se olharmos a criminalidade ligada à lavagem de dinheiro do próprio narcotráfico, encontraremos gente que não vem da pobreza de morros, mangues e loteamentos periféricos. É gente que nasceu e está no asfalto, na sofisticação e conforto de bairros, jardins e avenidas centrais.



Agência Brasil

Figura 12.12: Apreensão de drogas, armas e munições no Complexo do Alemão (2010).

Disponível pelo site: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ocupa%C3%A7%C3%A3o_Rio_2010_\(c\).jpg?uselang=ptbr](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ocupa%C3%A7%C3%A3o_Rio_2010_(c).jpg?uselang=ptbr) -Autor: Agência Brasil-ABr. Domínio Público.

Com isso, o mesmo autor conclui que a pobreza é e não é a causa para a criminalidade e a violência que vivemos hoje. Há que se ter estratégias para a gestão de curto e de médio prazos e para as mudanças estruturais reclamadas pela sociedade brasileira.

Para o curto e o médio prazos, é preciso uma atuação mais competente do Estado na contenção do crime. Se o Estado falhar nisso, poderá gerar na sociedade, inclusive entre as pessoas mais humildes, frustração e desespero.

SOARES (2006) afirma serem esses sentimentos:

...“eles próprios graves fatores de risco e denso adubo para propostas autoritárias (do tipo: cercar as favelas, armar a população, erguer muros mais altos, trocar a segurança pública por soluções privadas, estimular a prática brutal e arbitrária do “justiçamento”, apoiar a brutalidade policial, instaurar a pena de morte, reduzir a idade de imputabilidade penal etc.), as quais terminam por realimentar o círculo perverso da violência.”

SOARES, L. E. SEGURANÇA PÚBLICA: presente e futuro. São Paulo: USP. Revista de Estudos Avançados, V. 20, n. 56, p. 94.

Disponível no site: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10124>

SOARES (2006) acrescenta ainda que:

“Poder-se-ia sempre ponderar: as políticas preventivas que não visam a mudanças estruturais são superficiais e não impedem o retorno do problema que se deseja evitar. É verdade. Mas elas salvam vidas, reduzem danos e sofrimentos, tornam a vida mais feliz (...)

Em segurança pública, as consequências tornam-se causas no movimento subsequente do processo social: determinadas condições favorecem a prática de crimes; os crimes expulsam empresas, o que aumenta o desemprego, ampliando

as condições para o crescimento de certas formas de criminalidade etc. E o ciclo dá mais uma volta em torno do mesmo eixo. O contrário também é verdadeiro: reduzindo-se a criminalidade e a intensidade da violência aplicada, fixam-se as empresas, outras são atraídas, aumenta a oferta de emprego, as condições sanitárias e urbanísticas evoluem, e assim sucessivamente, na direção do estabelecimento de um círculo virtuoso(...)

Políticas preventivas eficientes dependem de diagnósticos locais (técnicos e interativos), gestão participativa, circunscrição territorial, autoridade política e articulação intersetorial.”

Adaptado de: SOARES, L. E. SEGURANÇA PÚBLICA: presente e futuro. São Paulo: USP. Revista de Estudos Avançados, V. 20, n. 56, p. 95-96.

Disponível no site: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10124>

Quando SOARES (2006) fala em “diagnósticos locais”, indica a relevância do que ele mesmo define como “focalização territorial”. Os objetivos da política de segurança devem valorizar a diferenciação dos espaços existentes no interior do país, dos estados e das cidades, direcionando ações e iniciativas para aquelas áreas que se coloquem como prioritárias.

A política de segurança - e não apenas de ordem pública - apresentaria ainda um caráter intersetorial, com a atuação concatenada de diferentes órgãos do Poder Público - sejam municipais, estaduais ou federais. Não seriam apenas órgãos de segurança.

De certa forma, podemos entender que as perspectivas apontadas por SOARES (2006) para uma política de segurança capaz de reduzir a violência e a criminalidade têm pontos em comum com o modo como foi concebida a chamada “Política de Pacificação” na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos.



Tânia Rego/Agência Brasil (2014)

Figura 12.13: Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro
Disponível no site: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:908184-favela_mandela_limpeza0393.jpg?uselang=pt-br

A implantação da “pacificação” em comunidades carentes, contudo, vêm sendo alvo de intenso debate com argumentos a favor e contra.

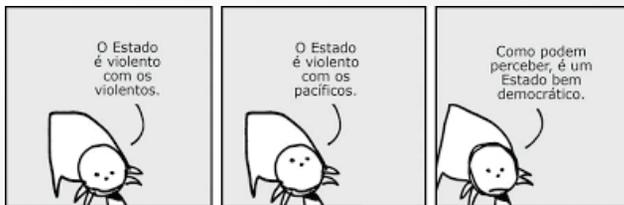
A favor, registra-se a queda dos homicídios nas áreas pacificadas a níveis bem inferiores às de áreas não pacificadas entre 2008 e 2013. Ou ainda que os serviços públicos parecem estar chegando às populações.

Algumas das críticas, porém, se relacionam ao papel central que o policial militar vem assumindo como elemento, a partir do qual o Estado recupera o controle territorial de áreas - por ele próprio relegadas, durante décadas, ao abandono. Ocorre que a formação nas academias de polícia militar em todo o país continua influenciada por uma certa “cultura do combate”, proveniente ainda dos tempos da ditadura, de 1964/1985.



A “Cultura do Combate”.

A “cultura do combate” foi uma das consequências da incorporação, pelas polícias, da perspectiva de eliminação do inimigo, que é típica da formação das Forças Armadas. As Polícias Militares dos estados foram transformadas, lamentavelmente, naquela fase, em braço útil à repressão política e ideológica.



André Dahmer

Fonte: http://t2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcRyAZVyST4_askiPYDFOjGwsG62-auPqRfa9HfWOCeWOYZ4nX31Yw

Uma polícia deve buscar um trabalho de dissuasão, de controle de conflitos e da criminalidade, e não de aniquilamento. Isso não quer dizer que essa polícia vá ser fraca nem que o policial tenha que se colocar em risco desnecessariamente.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2013, 2.212 pessoas foram mortas pela polícia em todo o país. Isso dá uma média de seis mortes por dia em confrontos. Comparando com os números de homicídios produzidos pelas polícias nos EUA, salta aos olhos a violência policial brasileira. Nos últimos cinco anos, as polícias brasileiras mataram 11.197 pessoas, já as norte-americanas demorariam 30 anos para atingir praticamente o mesmo quantitativo de mortos: 11.090.



Ademais, a força policial também tem baixas em excesso (muitas das vezes, fora de serviço): 490 policiais morreram só em 2013.

Outros dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública estão disponíveis pelo site: <http://www.forumseguranca.org.br>.

Na verdade, a força policial terá de saber usar a força, de acordo com o que se fizer necessário, com a devida razoabilidade, em conformidade com a situação. Ela tem de se preparar com inteligência, receber remuneração digna, treinamento qualificado e infraestrutura de operações e equipamentos para responder à complexidade das situações trazidas pela globalização do crime e de suas ramificações locais. Dessa formação para o “combate”, temos como simbologia os brasões dos batalhões de choque e/ou de operações especiais. Em muitos deles, é recorrente o desenho de espadas, punhais, armas de fogo e de... caveiras. O carro de “combate” para operações especiais ou de choque, aliás, é conhecido, no Rio de Janeiro, como “caveirão”!

No interior das comunidades, essa “cultura do combate” pode estar associada a inúmeros registros de autos de resistência, ou seja, quando há mortes de suspeitos durante abordagem ou de suas prisões. Isso cria óbvias dificuldades de convivência com moradores, havendo ainda casos em que se alega o desrespeito de direitos fundamentais do cidadão.

São muitas décadas em que o Estado não esteve presente de modo conveniente. Sua entrada agora poderá significar a implantação de equipamentos, benfeitorias e serviços públicos.

Por um lado, poderá representar o fim do controle abusivo que o crime local exerce sobre o dia a dia de populações acudadas em muitas das comunidades ou bairros do Rio de Janeiro e de sua Região Metropolitana.

Por outro lado, representa o potencial de alterações sobre o funcionamento das comunidades, muitas vezes, baseado em costumes locais e extrema informalidade. Aí, há a mais um potencial choque entre a lei (e a tributação) do Estado e os costumes informais locais.

Além disso, o narcotráfico continua presente, talvez, de modo menos ostensivo que antes. Nessas condições, não é de se estranhar que ocorram enfrentamentos com mortes, inclusive de inocentes. Há ainda o poder das milícias, dependendo da comunidade ou zona do Rio de Janeiro.

Outro ponto que gera crítica é a possibilidade de realocização do crime organizado em comunidades e áreas que não receberam pacificação. Algumas dessas áreas estão fora do município do Rio de Janeiro, o que significa o aumento da violência e da criminalidade na Região Metropolitana e no interior.

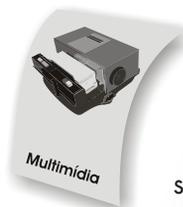
A população de Niterói, por exemplo, reclama justamente de perda considerável da qualidade de vida no município, decorrente da chegada de bandidos saídos de comunidades pacificadas do outro lado da Baía da Guanabara. A ex-capital fluminense tornou-se um local mais inseguro do que era antes de 2008.

Com esses pontos polêmicos, não há como não haver questionamentos sobre como vêm sendo implantadas essas unidades de polícia de “proximidade” ou pacificação. Alguns desses questionamentos seriam:

- a pacificação é uma política de um governo ou do Estado?
- é de fato uma política de segurança pública ou apenas ferramenta para resguardar uma ordem pública e social derivada de nossa sociedade capitalista periférica, injusta e racista?

- haverá outras opções que deem às populações das comunidades de favelas e do asfalto uma efetiva segurança diante do crime organizado - seja narcotráfico ou milícia?
- em que se pode avançar para uma melhor política de pacificação?

Essas e outras perguntas somente chegarão a respostas convenientes com o aprofundamento do debate, envolvendo-se a população das comunidades, entidades representativas da luta pelos Direitos Humanos, partidos políticos, de acadêmicos e especialistas, representantes das polícias e forças de segurança, o Estado como um todo - seja no nível municipal, estadual ou federal.



Sobre as UPPs

Caso você queira saber mais sobre o debate sobre a Pacificação de Comunidades no Rio de Janeiro, indica-se a leitura da obra organizada por RODRIGUES, A. et alli, intitulada "Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões". Comunicação do Iser Número 67, 2012. Disponível no site: <http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunica%C3%A7oes-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf>



Atende ao Objetivo 1

Tendo como referência a relação entre Geografia da População do Brasil, fatores geradores das elevadas taxas de violência/criminalidade e o Estado Democrático de Direito, são feitas as afirmativas I, II, III, IV e V. Elas têm incorreções. Pedimos que as reescreva. Se necessário for, complemente-as.

Reposta comentada

I - A pobreza é uma causa a ser considerada na formação de comportamentos desviantes e na prática de atos violentos e considerados como criminosos, mas não é fator determinante. Há desvios, violência e criminalidade também entre os que não nasceram em condições de carência, entre aqueles que residem em áreas mais ricas ou equipadas com infraestrutura social e urbana.

II - O insucesso de políticas de segurança, inclusive no que toca à questão carcerária no país, não decorre da valorização da temática dos Direitos Humanos e de sua assimilação por setores da população, e sim de causas diversas a exemplo da incapacidade de reformar leis penais e de modernizar a infraestrutura para ressocialização dos condenados.

III - No Brasil, uma eventual redução dos níveis de criminalidade teria possivelmente efeitos diferenciados, de acordo com gênero e com idades, porque a criminalidade e a violência produzem mais mortos entre a população masculina de 15 a 29 anos do que entre a população de mulheres da mesma faixa etária.

IV - O fascínio pela violência, de que fala Manuel Castells, ao analisar o crime global, é uma expressão que está associada ao que Zigmunt Bauman defende sobre uma certa frustração de segmentos da juventude quanto à dificuldade de sua inclusão no mundo do consumo, na imitação de comportamentos elitistas.

V - As Unidades de Polícia Pacificadora são um modelo de política de segurança de “focalização” e ocupação territoriais, em que a “cultura do combate” deve ser substituída por uma ação policial norteadada pela inteligência, controle e razoabilidade no uso da força, para permitir a implantação de investimentos sociais e em infraestrutura às populações das comunidades acuadas pela violência do narcotráfico ou da milícia.

Padrões de Violência com mortes no Brasil

Nesta parte, embasaremos nosso trabalho com dados, tabelas e gráficos que foram produzidos pelo Sociólogo Júlio Jacobo Waiselfiz em “O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil”. Essa obra foi publicada em 2011, em São Paulo, pelo Instituto Sangari. Está disponível na íntegra, no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

WASELFIKS (2012), ao apresentar as bases conceituais de sua obra, sustenta que existem no cotidiano várias formas de violência física e moral que são de difícil mensuração e contabilização. Muitas agressões no interior dos lares, nos ambientes de trabalho e nos momentos de lazer não chegam aos registros das delegacias de polícia.

No caso da violência em ambiente da própria família, o idoso, a esposa, o filho ou filha ou enteado ou enteada agredidos, muitas vezes, preferem poupar o agressor ou agressora de terem de responder penalmente por seus atos, de enfrentar os riscos de uma cela superlotada numa cadeia pública, mesmo que provisoriamente. No fundo, a família nutre a esperança de que tenha sido a última agressão ou abuso e que não vá se repetir mais uma vez. Tem a esperança de que se possa viver melhor no lar.

Citando números de pesquisa realizada no Distrito Federal, WASELFIKS (2012) encontra uma comprovação de como a violência que não provoca mortes é sub-registrada no Brasil: cerca de 6,4% dos jovens agredidos fisicamente apresentaram queixa; dos assaltos/furtos, só 4%; e, em situações de violência no trânsito, 15%.

Já nos casos em que há mortes, não há como o Estado e a sociedade não se obrigarem a contar e contabilizar. As mortes no trânsito, os suicídios e os homicídios no Brasil são registrados pelo SIM, isto é, pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade, do governo federal, mais precisamente do Ministério da Saúde.

Os dados do SIM são considerados como confiáveis, embora se possa aventar possível sub-registro, à medida que ocorrem situações como as de crimes seguidos de ocultação de cadáveres. Outro caso seria o das áreas rurais ou distantes. Ali, se nem mesmo o registro de nascimento o cidadão teve em vida, é improvável que sua família vá obter o atestado do óbito.

Pela legislação em vigor, contudo, não se pode sepultar nenhum cadáver sem que seja expedida a respectiva certidão do óbito, atestada por médico ou por duas pessoas qualificadas que testemunharam ou constataram a morte. Por ter sido padronizada, a certidão de óbito traz dados relativos à pessoa falecida, como sexo, idade, estado civil, cor, profissão, naturalidade, local de residência e o da morte, além da causa que a motivou.

Homicídio Doloso

é o assassinato por ato intencional. Quando ocorre sem que tenha havido a vontade de matar, de forma acidental, por exemplo, o assassinato pode ser considerado como culposo.

No caso dos **homicídios dolosos**, eles são um indicador do grau de violência no interior de uma dada comunidade, sociedade ou Estado. A frequência de ocorrência de certos tipos de atos violentos não pode ser concebida apenas como o resultado de ações e práticas de indivíduos isolados. É muito mais a resultante de processos sociais e culturais.

Com estatísticas confiáveis sobre a violência homicida, políticas públicas de segurança podem ser melhor concebidas e planejadas, de modo a que sejam adequadas às realidades locais e regionais. Cada local ou região do país tem certo padrão de ocorrência de tipos de violência. Há áreas rurais, por exemplo, em que o problema está na disputa por terras. Em outras partes, a questão passa pelo garimpo ou pelo contrabando.

Mas, o fato é que a violência letal no Brasil parece estar presente em todas as regiões do país, ocorrendo a todo o momento. Pode ocorrer nos centros comerciais, industriais ou de negócios

das cidades, em seus bairros mais abastados ou populares, nas periferias e nas comunidades de favelas. Pode estar no interior, nas zonas rurais. A hora pode ser qualquer uma, a exemplo dos brutais assaltos a agências bancárias e/ou dos correios com feitura de reféns e/ou explosão de caixas e cofres eletrônicos em pacatas cidades.

Há algumas décadas, em cidades como o Rio de Janeiro, a violência estava concentrada em certas comunidades, bairros mais distantes, zonas de degradação urbana ou em localidades da periferia metropolitana. Tinha probabilidade de ocorrência em certas horas do dia ou da noite. Fora daqueles lugares ou horários, era pouco provável. Hoje, a qualquer hora e lugar.

Atualmente, não há um ator ou grupo social único que possa ser apontado como o causador da violência no país, nem há causas facilmente identificáveis. Com isso, a sensação de insegurança passou a atingir a praticamente toda a população. Citando pesquisa do IPEA realizada em 2010, WAISENFIZS (2012) observou que 8 em cada 10 brasileiros têm muito medo de serem assassinados.

Inegavelmente, a percepção de insegurança provoca nas pessoas e na sociedade diversos efeitos, a exemplo da redução do uso e do convívio em áreas públicas tradicionais. Surgem fobias e comportamentos defensivos que levam à implantação de infraestrutura de segurança, de muros, cercas eletrificadas, câmeras, condomínio e ruas e fechadas.

É comum ouvir-se que as pessoas saem de casa sem garantia de retornar sãs e salvas. Afinal, desde a década passada, são mais de 45 mil homicídios por ano. No total, acumularam-se 1.097.125 assassinatos em 30 anos, conforme a **Tabela 12.1**, a seguir:

Tabela 12.1: Número e taxas de homicídio (em 100 mil). Brasil. 1980/2010

Ano	N.	Taxa
1980	13,910	11.7
1981	15,213	12.6
1982	15,550	12.6
1983	17,408	13.8
1984	19,767	15.3
1985	19,747	15.0
1986	20,481	15.3
1987	23,087	16.9
1988	23,357	16.8
1989	28,757	20.3
1990	31,989	22.2
1991	30,566	20.8
1992	28,387	19.1
1993	30,586	20.2
1994	32,603	21.2
1995	37,128	23.8
1996	38,894	24.8
1997	40,507	25.4
1998	41,950	25.9
1999	42,914	26.2
2000	45,360	26.7
2001	47,943	27.8
2002	49,695	28.5
2003	51,043	28.9
2004	48,374	27.0
2005	47,578	25.8
2006	49,145	26.3
2007	47,707	25.2
2008	50,113	26.4
2009	51,434	27.0
2010*	49,932	26.2
Total	1,091,125 mortos.	

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares

Adaptado de: WAISENFIZ, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.18. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Se observarmos o ano de 1980 com a taxa de 11,7 por cem mil hab., veremos que foi um salto impressionante (e lamentável) até os 26,7, em 2000. No período, a população brasileira passou de cerca de 119.000.000 de hab. para 190.700.000 hab., ou seja, um crescimento de 60,3%. Já a taxa de crescimento dos homicídios variaria em 124 % ou a 2,7% a.a. Até 2003, o crescimento havia sido ainda mais dramático: 4,4% a.a. Daquele ano até 2010, reduziu-se a 1,7% a.a., mas em termos absolutos, os números igualmente são trágicos.

As razões apontadas por WAISENFIZ (2012) para esse declínio relativo estão nos efeitos da adoção de políticas de desarmamento, de implantação de planos de redução da criminalidade financiados com maiores investimentos de recursos dos governos federal e estaduais, sem contar a efetivação de estratégias mais eficientes de enfrentamento de questões de segurança pública por algumas das unidades da federação, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A taxa de 26,2 mortes por homicídio por 100 mil hab. em 1999 é a mesma para 2010. Mas, com a diferença de que provém de uma distribuição diferente. Vêm caindo os homicídios nas grandes áreas metropolitanas, nos grandes centros. Em contrapartida, elevaram-se os índices para áreas de menores contingentes demográficos no interior do país, assim como em estados de menores participações na economia nacional.

Até 2000, mesmo antes que fossem realizadas quaisquer pesquisas sobre violência, esperava-se que os índices mais altos de violência letal estivessem nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, além do entorno de Brasília. Os Estados de Minas Gerais e de Pernambuco também se destacavam nesse ranking perverso. Agora, são estados como Alagoas, Espírito Santo e Pará que lideram essas taxas. Nesse contexto, veja a TABELA 12.2:

Tabela 12.2: Ordenamento das UF por Taxas de Homicídio (em 100 mil). Brasil: 2000-2010*

UF	2000		2010	
	Taxa	Posição	Taxa	PosiçãoUF
	2000		2010*	
Alagoas	25,6	11°	66,8	1°
Espírito Santo	46,8	3°	50,1	2°
Pará	13,0	21°	45,9	3°
Pernambuco	54,0	1°	38,8	4°
Amapá	32,5	9°	38,7	5°
Paraíba	15,1	20°	38,6	6°
Bahia	9,4	23°	37,7	7°
Rondônia	33,8	8°	34,6	8°
Paraná	18,5	16°	34,4	9°
Distrito Federal	37,5	7°	34,2	10°
Sergipe	23,3	12°	33,3	11°
Mato Grosso	39,8	5°	31,7	12°
Amazonas	19,8	14°	30,6	13°
Ceará	16,5	17°	29,7	14°
Goiás	20,2	13°	29,4	15°
Roraima	39,5	6°	27,3	16°
Rio de Janeiro	51,0	2°	26,2	17°
M. Gr. do Sul	1,0	10°	25,8	18°
R. G. do Norte	9,0	24°	22,9	19°
Tocantins	15,5	19°	22,5	20°
Maranhão	6,1	27°	22,5	21°
Acre	19,4	15°	19,6	22°
R. G. do Sul	16,3	18°	19,3	23°
Minas Gerais	11,5	22°	18,1	24°
São Paulo	42,2	4°	13,9	25°
Piauí	8,2	25°	13,7	26°
Santa Catarina	7,9	26°	12,9	27°

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares

Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.18. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

De 1980 a 1997, o crescimento dos homicídios deu-se a uma média anual de 4,8% nas capitais estaduais, enquanto para o Brasil o incremento foi de 4,0% a.a.

De 1997 a 2003, houve certa estagnação com o crescimento anual médio em 0,1% para as capitais. Mas, os números para o Brasil como um todo passaram ao nível de 2,2% a.a, o que mostrava que havia uma mudança nos padrões de ocorrência e localização dos homicídios.

A Tabela 12.3 ilustra essa tendência. Entre 2003 e 2010, o país teve queda de 1,4% a.a. As capitais com suas regiões metropolitanas tiveram uma taxa negativa de 3,8% a.a., mas no interior do país a variação percentual anual ainda foi positiva: 2,8% a.a. Em qualquer caso, contudo, os números absolutos continuaram excessivamente altos.

Tabela 12.3: Crescimento por período das taxas de homicídio do Brasil, Capitais+RM e Interior. Brasil. 1980/2010*

Área	1980/1995		1995/2003		2003/2010	
	Var.(%)	Var.(%) a.a.	Var. (%)	Var. (%) a.a.	Var. (%)	Var. (%) a.a.
Brasil	103,9	4,9	21,1	2,4	- 9,3	- 1,4
Capitais+RM	123,8	5,5	9,8	1,2	- 23,8	- 3,8
Interior	55,9	3,0	41,4	4,4	21,4	2,8

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares

Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.52. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Conforme falamos acima, a violência no país, medida a partir das estatísticas de mortes por assassinatos, tende no presente a ter comportamentos semelhantes para as capitais e para o interior, ou seja, está disseminada lamentavelmente na sociedade. É importante lembrar que o aumento da violência letal no interior incide sobre uma população que alcança 55% da população brasileira.

Entre as capitais de estados, houve aquelas que apresentaram fortes quedas, embora isso não tenha provocado uma percepção de melhora pela população. No Rio de Janeiro, por exemplo, em 2000, foram assassinadas 3.316 pessoas. Em 2010, 1.535. Em São Paulo, houvera 6.764 assassinatos em 2000, passando para 1.460, dez anos após. Em Recife, foram 1.388 em 2000, mas cairia para 890 registros, em 2010. Já Porto Alegre, tinha 534 casos e passaria para 518.

São Paulo e Rio de Janeiro tiveram, respectivamente, 78,4% e 53,7% de queda das taxas homicídios entre 2000 e 2010, o que fez com que a Região Sudeste tivesse queda relativa de 63,5%. Das outras capitais do Sudeste brasileiro, Vitória também acusaria variação negativa de 4,8% (de 231 para 220 casos), enquanto Belo Horizonte manteria o número positivo de 6,5% (de 779 para 830).

Contabilizando todas as capitais conjuntamente, a variação foi de -13,3%. Em números absolutos, as capitais brasileiras somaram 18.543 cidadãos assassinados em 2000, caindo para 16.082 registros, em 2010.

Na Região Norte, os desempenhos de suas capitais tiveram as seguintes variações, entre 2000 e 2010:

Belém do Pará (PA):	128,9%	(de 332 para 760 assassinatos).
Boa Vista (RR):	0,0%	(de 81 para 81 assassinatos).
Macapá (AP):	48,9%	(de 131 para 195 assassinatos).
Manaus (AM):	81,5%	(de 464 para 842 assassinatos).
Palmas (TO):	70,0%	(de 30 para 51 assassinatos).
Porto Velho (RO):	4,4%	(de 204 para 213 assassinatos).
Rio Branco (AC):	-5,4%	(de 92 para 87 assassinatos)

Na Região Nordeste, os desempenhos de suas capitais tiveram as seguintes variações, entre 2000 e 2010:

Aracaju (SE):	30,4%	(de 184 para 240 assassinatos).
Fortaleza (CE):	86,3%	(de 604 para 1.125 assassinatos).
João Pessoa (PB):	157,1%	(de 226 para 581 assassinatos).
Maceió (AL):	184,7%	(de 360 para 1.025 assassinatos).
Natal (RN):	251,4%	(de 74 para 260 assassinatos).
Recife (PE):	- 35,9%	(de 1.388 para 890 assassinatos).
Salvador (BA):	371,1%	(de 315 para 1.484 assassinatos).
São Luís (MA):	295,1%	(de 144 para 569 assassinatos).
Teresina (PI):	57,9%	(de 159 para 251 assassinatos).

Na Região Centro-Oeste, os desempenhos de suas capitais tiveram as seguintes variações, entre 2000 e 2010:

Brasília (DF):	14,3%	(de 770 para 880 assassinatos).
Campo Grande (MS):	- 34,5%	(de 261 para 171 assassinatos).
Cuiabá (MT):	- 34,2%	(de 336 para 221 assassinatos).
Goiânia (GO):	65,5%	(de 313 para 518 assassinatos).

Na Região Sul, os desempenhos de suas capitais tiveram as seguintes variações, entre 2000 e 2010:

Curitiba (PR):	135,3%	(de 416 para 979 assassinatos).
Florianópolis (SC):	174,3%	(de 35 para 96 assassinatos).
Porto Alegre (RS):	- 3,0%	(de 534 para 518 assassinatos).

Ou seja, Salvador, Natal e São Luís foram as capitais que mais se destacaram. Elas mais que triplicaram suas taxas de homicídios em apenas 10 anos. Chamam ainda atenção Belém, João Pessoa, Curitiba e Florianópolis pelo fato de que mais que dobraram as respectivas ocorrências de mortes por assassinatos.

Se observarmos as estatísticas de homicídios por grupos de 100 mil hab., teremos uma visão, talvez, mais próxima dos impactos que a violência traz na vida dos brasileiros como um todo.

Tabela 12.4: Número de Homicídios (por cem mil) por Capital e Região. Brasil. 2000/2010*

Capital/Região	2000	2010	Var.(%)
NORTE	34,2	45,8	33,6
Belém	25,9	54,5	110,4
Boa Vista	40,4	28,5	- 29,5
Macapá	46,2	49,0	5,9
Manaus	33,0	46,7	41,6
Palmas	21,8	22,3	2,3
Porto Velho	61,0	49,7	- 18,5
Rio Branco	36,4	25,9	- 28,8
NORDESTE	34,0	55,7	64,0
Aracaju	39,9	42,0	5,4
Fortaleza	28,2	45,9	62,7
João Pessoa	37,8	80,3	112,5
Maceió	45,1	109,9	143,5
Natal	10,4	32,3	211,4
Recife	97,5	57,9	- 40,7
Salvador	12,9	55,5	330,2
São Luís	16,6	56,1	238,8
Teresina	22,2	30,8	38,7
SUDESTE	58,9	19,9	- 66,1
Belo Horizonte	34,8	34,9	0,4
Rio de Janeiro	56,6	24,3	- 57,1
São Paulo	64,8	13,0	- 80,0
Vitória	79,0	67,1	-15,1
SUL	29,9	44,5	48,5
Curitiba	26,2	55,9	113,2
Florianópolis	10,2	22,8	122,9
Porto Alegre	39,2	36,8	- 6,4

CENTRO OESTE	39,2	34,4	- 12,2
Brasília	37,5	34,2	- 8,8
Campo Grande	39,3	21,7	- 44,7
Cuiabá	69,5	40,1	- 42,3
Goiânia	28,6	39,8	38,9
CAPITAIS	45,8	35,4	- 22,8

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares. Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.28. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

WAISENFIZS (2012) descreve o comportamento da violência homicida nas Regiões Metropolitanas brasileiras como de perfil semelhante ao das capitais. Vale lembrar que as Regiões Metropolitanas são definidas de acordo com critérios presentes na Constituição Federal de 1988.



As Regiões Metropolitanas e RIDE's

Cabe aos Estados definir suas Regiões Metropolitanas, quando os municípios conurbados estão dentro de seus respectivos territórios, não necessariamente ao redor da capital estadual. Há, com isso, Regiões Metropolitanas também no interior.

Por lei, o governo federal pode definir Regiões Metropolitanas, quando reunirem-se municípios de dois ou mais estados limítrofes. Nesse caso, são denominadas como RIDE's, ou seja, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

Temos, no Brasil, hoje, 61 Regiões Metropolitanas e 3 RIDE's. No site do IBGE, você tem acesso à lista delas. Confira em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse/sinopse_tab_rm_zip.shtm

WAISENFIZS (2012), de acordo com sua metodologia, trabalhou 20 Regiões Metropolitanas que são circunvizinhas às respectivas capitais estaduais e 10 que estão no interior. Cinco capitais que não têm Regiões Metropolitanas definidas legalmente foram deixadas de lado, quais sejam: Boa Vista, Palmas, Porto Velho, Rio Branco, Campo Grande. As RIDE's são: do Polo Petrolina/Juazeiro (PE-BA); RIDE da Grande Teresina (PI-MA) e o RIDE do Distrito Federal e Entorno (DF-MG-GO).

As Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro acompanharam a tendência das respectivas capitais na liderança da queda do número de homicídios intencionais no país.

Na verdade, caiu em 11% o número total de assassinatos ocorridos nas Regiões Metropolitanas como um todo, embora em algumas delas tenham se verificado elevações impressionantes, a exemplo de Salvador, Belém do Pará e São Luís do Maranhão. Em seguida, vieram Natal, João Pessoa, Maceió, Curitiba, Vale do Aço (MG) e Maringá (PR).

Santa Catarina se destaca pelo fato de todas as suas Regiões Metropolitanas terem apresentado variações superiores a 120%, tendo o percentual de Foz do Itajaí atingido 300%, entre 2000 e 2010, conforme a Tabela 12.5, a seguir:

Tabela 12.5: Número de Homicídios por Região Metropolitana. Brasil. 2000/2010*

RM	2000	2010	Var (%)
Manaus	490	916	86.9
Belém	339	1,639	383.5
Macapá	152	225	48.0
São Luís	144	610	323.6
Teresina	183	285	55.7
Fortaleza	781	1,514	93.9

Natal	113	363	221.2
João Pessoa	261	814	211.9
Recife	2,577	1,868	- 27.5
Maceió	389	1,165	199.5
Aracaju	231	345	49.4
Salvador	359	2,129	493.0
Belo Horizonte	1,254	1,680	34.0
Rio de Janeiro	6,074	3,097	- 49.0
São Paulo	11,321	3,038	- 73.2
Curitiba	694	1,804	159.9
Florianópolis	63	162	157.1
P.Alegre	1,002	1,172	17.0
Cuiabá	420	361	- 14.0
Goiânia	420	692	64.8
Entorno de Brasília	1,042	1,451	39.3
Petrolina/Juazeiro	264	235	- 11.0
Vale do Aço MG	40	114	185.0
Vitória	1,059	1,158	9.3
Baixada Santista SP	809	322	- 60.2
Campinas SP	929	411	- 55.8
Londrina PR	112	206	83.9
Maringá PF	37	106	186.5
Vale do Itajaí SC	11	44	300.0
Norte/Nordeste SC	47	87	85.1
Foz do Rio Itajaí SC	32	128	300.0
Reg. Carbonífera SC	15	34	126.7
Tubarão SC	7	19	171.4
Total RM	31671	28194	- 11.0

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares. Adaptado de: WAISENFIZ, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.33. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Com relação à evolução da criminalidade nos 5.565 municípios brasileiros, a informação mais correta é a de que existem vários fatores geradores ou causas. Não é possível generalizações. Mas a violência no interior vem mostrando, sem dúvida, uma força impressionante entre 2000 e 2010.

WAISENFIZS (2012) observa que a evolução territorial do país vem sendo caracterizada nas últimas décadas por um processo de relativa desconcentração de atividades econômicas.

Neste processo, certas localidades interioranas atraíram fluxos migratórios, sofreram alterações no funcionamento de suas sociedades (inclusive do ponto de vista cultural), tiveram o aprofundamento de questões sociais, sem que ocorresse o crescimento proporcional da oferta de serviços públicos, especialmente os de segurança pública - que precisam ser modernizados face a alterações previsíveis no montante e nas características da violência. A criminalidade, com isso, tende a se apresentar em elevação nesses municípios interioranos.

Em outras situações, o aumento da importância do município faz com que o Poder Público se torne mais eficiente na notificação dos óbitos decorrentes de homicídios. Isso por si só já muda a qualidade dos dados desses municípios, colocando-os em destaque. Casos que antes não eram contados passaram a ser.

Os municípios do interior também podem estar sendo impactados negativamente por melhorias nas taxas de capitais e Regiões Metropolitanas. À medida que a criminalidade encontra obstáculos em programas mais eficientes de segurança pública que vão sendo implantados nas capitais, o interior passa a ser refúgio para a marginalidade.

Há municípios em que as causas principais para a expansão dos casos de homicídio estão associadas a contrabando de armas, drogas, produtos importados. Tendem a ser municípios em áreas de fronteiras ou zonas portuárias.

Na Amazônia, o “arco do desmatamento” concentra os municípios de maiores níveis de violência e criminalidade. As ilegalidades que ocorrem aí se associam às questões de terras, desflorestamento com contrabando de madeira, biopirataria, garimpos, prostituição e exploração de menores, extermínio de populações indígenas e trabalho escravo. Também estão presentes quadrilhas de milicianos e/ou traficantes de drogas, mas ainda em menor grau, se comparados com áreas do Sul e Sudeste.

Haveria ainda uma cultura de violência, expressa em situações em que se mata alguém por honra ou em decorrência da proximidade (crimes de vizinhança, muitas vezes, por motivos fúteis).

WAISENFIZS (2012) relata que entre 1980 e 2000, os municípios do país em que se concentravam as maiores taxas de crescimento de homicídios eram os de 500 mil ou mais hab., com médias anuais de 4,3% a.a. Entre 2000 e 2010, estão com muito menos: 1% de taxa anual. A partir de 2000 até 2010, as municipalidades de maiores taxas anuais de crescimento de homicídios passaram a ser as das classes de 20.000 a 50.000 habitantes.

Padrões de Violência referentes a Raça/Cor

WAISENFIZS (2012) mostra que os homicídios no Brasil, a partir de 2002, tiveram queda absoluta, no que tange aos brasileiros brancos, de 27,5%. O resultado foi decorrência da significativa redução na Região Sudeste. Também no Centro-Oeste houve queda, mas nas demais Regiões, os números absolutos cresceram. Veja na tabela a seguir:

Tabela 12.6: Número de homicídios de brasileiros brancos

Região	2002	2012
Sudeste	12.258	5.764
Centro-Oeste	1.117	924
Norte	495	558
Nordeste	1.214	1.302
Sul	3.768	5.120
Total (Brasil)	18.852	13.668

Quanto aos brasileiros negros (pretos e pardos), o incremento absoluto é preocupante; entre 2002 e 2012, houve alta de 23,4%. O Sudeste brasileiro foi a única das grandes regiões que teve redução absoluta. Veja na tabela a seguir:

Tabela 12.7: Número de homicídios de brasileiros brancos

Região	2002	2012
Sudeste	13.620	8.661
Centro-Oeste	2.229	3.190
Norte	2.328	5.177
Nordeste	7.967	15.008
Sul	808	1.228
Total (Brasil)	26.952	33.264

Índice de Vitimização

Esse índice significa que se for zero, morrem negros e brancos numa mesma proporção. Se for negativo, a vitimização de brancos é maior que a de negros. Caso seja positiva, morrem mais negros que brancos.

WAISENFIZS (2012) sustenta que, além da tendência de crescimento absoluto dos homicídios de negros, é importante verificar como se apresentam as taxas por 100 mil habitantes e ainda os **índices de vitimização**, obtidos pela relação entre as taxas de brancos e as taxas de negros.

Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi calculado em 45,8. Isto é, nesse ano, morreram no território nacional proporcionalmente 45,85% mais cidadãos negros que brancos. Em 2006, esse índice saltou para 82,7. Em 2010, chegaria a 139% mais negros que brancos!



Campanha Jovem Negro Vivo, da Anistia Internacional

“Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A maioria dos homicídios é praticada por armas de fogo, e menos de 8% dos casos chegam a ser julgados.

Apesar dos altíssimos índices de homicídio de jovens negros, o tema é em geral tratado com indiferença na agenda pública nacional. As consequências do preconceito e dos estereótipos negativos associados a estes jovens e aos territórios das favelas e das periferias devem ser amplamente debatidas e repudiadas. Com o objetivo de mobilizar a sociedade e romper com a indiferença, a Anistia Internacional Brasil lança a campanha Jovem Negro Vivo.”

Assista aos vídeos da campanha e acesse o site:

<http://youtu.be/IM2To-4c51M>

<http://youtu.be/u747pzxJlf0>

Fonte: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>

Pelo corte das regiões do país, as taxas de vitimização de negros são positivas e bem elevadas para o ano de 2010. Veja nas tabelas:

Tabela 12.8: Vitimização de negros

Região	2010
Sudeste	107,8
Centro-Oeste	171,3
Norte	203,6
Nordeste	395
Sul	- 4,3

Tabela 12.9: Ordenamento das UF, segundo Taxas de Homicídio Branco e Negro (em 100 mil) e Índice de Vitimização Negra. População Total. 2010*

Taxa de Homicídio/Branco			Taxa de Homicídio/Negro			Índice de Vitimização Negra		
UF	Posição	UF	Taxa	Posição	UF	Taxa	Posição	UF
PR	39.0	1°	AL	84.9	1°	AL	1846,6	1°
RO	25.6	2°	ES	63.2	2°	PA	1699,7	2°
MT	20.9	3°	PB	58.8	3°	PE	628.1	3°
MS	18.6	4°	PA	57.5	4°	DF	437.5	4°
RS	18.0	5°	DF	55.5	5°	SE	314.4	5°
RJ	17.7	6°	PE	54.2	6°	AM	306.9	6°
ES	17.1	7°	AP	43.4	7°	RR	292.3	7°
PA	15.7	8°	BA	42.2	8°	BA	289.2	8°
AP	15.6	9°	GO	41.9	9°	ES	268.7	9°
GO	14.3	10°	SE	41.2	10°	PA	267.0	10°
AC	12.6	11°	RO	40.0	11°	RN	261.3	11°
SC	12.5	12°	MT	39.7	12°	MA	196.5	12°
SP	12.4	13°	RJ	37.6	13°	CE	192.3	13°
BA	10.8	14°	AM	36.8	14°	GO	191.9	14°
TO	10.4	15°	MS	33.4	15°	AP	178.7	15°
DF	10.3	16°	RR	33.3	16°	TO	155.6	16°
CE	10.2	17°	CE	29.7	17°	MG	130.4	17°
MG	10.2	18°	RN	29.7	18°	RJ	112.2	18°
SE	9.9	19°	MA	28.1	19°	PI	104.2	19°
MA	9.5	20°	TO	26.7	20°	MT	89.5	20°
AM	9.1	21°	PA	25.0	21°	MS	80.1	21°
RR	8.5	22°	MG	23.4	22°	RO	56.6	22°
RN	8.2	23°	RS	22.0	23°	SP	48.0	23°
PE	7.4	24°	SP	18.3	24°	AC	39.0	24°
PI	7.2	25°	AC	17.5	25°	SC	35.6	25°
AL	4.4	26°	SC	17.0	26°	RS	22.4	26°
PB	3.3	27°	PI	14.8	27°	PR	-35.8	27°

Fonte: SIM/SVS/MS *2010: dados preliminares. Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.66. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Padrões da Violência entre os Jovens

Seguindo os critérios de WAISENFIZS (2012), definem-se como faixas etárias jovens as que vão dos 15 aos 24 anos. Do nascimento aos 14 anos e depois dos 25 anos até mais de 80 anos, teríamos a dos não jovens.

Essa divisão foi uma decorrência das maiores taxas de homicídios por 100 mil jovens serem relativamente baixas até os 14 anos, para depois saltarem rapidamente dos 15 aos 24 anos. A partir dos 25 anos, verifica-se uma queda, embora as taxas permaneçam elevadas, conforme se vê na Tabela 12.10, a seguir:

Tabela 12.10: Taxas de homicídio (em 100 mil) por faixa etária. Brasil, 2010*.

-1 ano	2.6
1 a 4	0.9
5 a 9	0.7
10 a 14	3.6
15 a 19	43.7
20 a 24	60.9
25 a 29	51.6
30 a 34	41.8
35 a 39	32.5
40 a 44	25.2
45 a 49	20.1
50 a 54	15.8
55 a 59	13.2
60 a 64	10.6
70 a 74	8.3
65 a 69	9.0
75 a 79	8.0
80 e +80	8.3

Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.70. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Agregando-se as população jovens de 15 a 19 anos às de 20 a 24 anos, tem-se uma taxa por cem mil de 52,4 para o ano de 2010. Em 1980, os jovens eram 17,2. Ou seja, mais do que triplicaram. Os não jovens apresentavam taxas de 10,2 naquele mesmo ano, duplicando-as em 2010: 20,5.

No Gráfico 12.1, podemos acompanhar a evolução das taxas para 100 mil entre 1980 a 2010 entre jovens e não jovens.

Gráfico 12.1: Taxas de homicídio (em 100 mil) jovem e não jovem. Brasil. 1980/2010*



Fonte: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p 79. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

É importante destacar que, a partir de 2003, vem ocorrendo uma redução das taxas por 100 mil, embora estejam oscilando. Isso estaria associado, entre outros fatores, ao êxito de campanhas para desarmamento. Contudo, a verificação da evolução da Taxa de Vitimização entre 2000 e 2010 indica que as chances ou probabilidades de homicídios entre os mais jovens vêm permanecendo muito altas.

Essa já era uma tendência na década de 1980, quando de 69,1% (1980) passaria para 117,8% (1989). Só em 2010, foi de 156,0% em relação aos não jovens.

Em 2010, foram assassinados 17.923 jovens, o que dá cerca de 49 por dia. Em percentual, perfazem 38,6% do total de 46.388 jovens mortos por causas internas e externas.

A título de comparação com os não jovens, faleceram naquele ano 1.086.073 pessoas não jovens, sendo 107.273 por causas externas. Os homicídios alcançaram a marca de 32.009 ou apenas 2,9% dos não jovens.

Homicídios decorrentes da Violência no Trânsito

Não podemos deixar de observar que, além dos homicídios, são impressionantes os números e percentuais dos que falecem ou se lesionam (inclusive com gravidade) em acidentes de trânsito entre as causas externas de mortalidade.

Perto de 41 mil pessoas por ano têm sido vítimas fatais no trânsito. Em 2000, havia sido cerca de 29.000 pessoas. Ou seja, cerca de 40% de elevação. Quanto à taxa de mortalidade por 100 mil hab., evoluiu de 17,1 para 21,5 entre 2000 e 2010. Ou 25,8% de variação.

Mesmo com campanhas educativas, com o endurecimento das penas no Código de Trânsito e com apelos diversos ao bom senso, à civilidade, à boa vontade e à gentileza na circulação dos milhares de quilômetros de vias públicas do Brasil, os acidentes vêm crescendo numa intensidade tal que poderão, em poucos anos, alcançar as taxas atuais de homicídios!

As categorias de acidentes de trânsito se referem:

- a pedestres;
- a ciclistas;
- a motociclistas;
- a automóveis;
- a caminhões;
- a outros (são os acidentes que não se encaixam nas categorias anteriores, como aqueles que envolvem carroças, animais de carga e montaria).

WAISENFIZS (2012) informa que a categoria dos motociclistas tem sido a responsável pelo crescimento da mortalidade no trânsito.

Entre 1996 e 2010, os acidentes com mortes envolvendo motocicletas atingiram a 18,7% do total. Sem as mortes de motociclistas, a taxa por 100 mil para 2010 seria de 14. Hoje, é de 21,6. Nesse período, variaram em termos absolutos de 1.421 para 13.452, perfazendo 846,5%.

Os ciclistas vieram em segundo lugar: de 620 para 1.909, ou 207,7% de variação. Comemora-se, contudo, o fato de que as mortes de pedestres tiveram forte redução. De 24.643 para 11.946, ou 51,5% negativos. Ônibus, caminhões, automóveis e outros também cresceram em números absolutos, mas com variações bem menores.



Ghost Bikes (Bicicletas Fantasmas)

“Uma bicicleta fantasma é uma bicicleta colocada no local onde um ciclista foi morto por um veículo motorizado. É ao mesmo tempo um memorial e um recado para os motoristas para compartilharem as estradas. Em geral, uma bicicleta fantasma é uma bicicleta velha pintada de branco e presa em algum objeto próximo ao local do acidente. Nas maioria dos casos uma placa é presa a bicicleta com o nome do ciclista morto e a data do acidente.”

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bicicleta_fantasma

Diogo Geo



Celso Sakuraba

Fontes: [http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bicicleta_Fantasma_de_F%C3%A1bio_Muniz_no_Rio_de_Janeiro_em_2013\(2\).jpg?uselang=pt-br](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bicicleta_Fantasma_de_F%C3%A1bio_Muniz_no_Rio_de_Janeiro_em_2013(2).jpg?uselang=pt-br); http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bicicleta_Fantasma_Adrian_Menezes_Duarte.jpg?uselang=pt-br

Não há como não registrar que o aumento no número de mortos em acidentes com motociclistas tem relações diretas com a expansão da frota de motocicletas nos últimos anos. O crescimento da frota de motos, impulsionado por compras a crédito mais facilitado, foi de 491% entre 2000 e 2010. As mortes de condutores de motocicletas, contudo, foram além: 610%. A diferença de 119% é interpretada por WAISENFIZS (2012) como “o risco motocicleta” no trânsito.

Para o automóvel, houve também forte elevação da frota. Afinal, o mercado vendeu carros novos ou usados em condições atraentes para o consumidor brasileiro. O montante de automóveis, porém, subiria em patamar bem inferior ao das motos: 118%. As vítimas de acidentes com carros subiria: 72%. O “risco automóvel” caiu, deste modo, em 46 %.

Por Unidades da Federação, o único estado que não teve incremento absoluto do número de falecimentos decorrentes do trânsito foi o Rio de Janeiro: -11,6%, entre 2000 e 2010. Todos os demais acusaram variações positivas, sendo os líderes: Maranhão, Pará e Piauí. Em taxa por 100 mil hab., o ranking brasileiro em 2010 está na Tabela 12.11:

Tabela 12.11: Ordenamento das UFs por taxas de óbitos (em 100 mil hab.) em acidentes de trânsito. Brasil. 2010.*

Estado	Taxa	Posição
Rondônia	38,9	1°
Tocantins	38,2	2°
Mato Grosso	35,9	3°
Piauí	33,4	4°
Paraná	32,9	5°
Roraima	32,4	6°
Mato Grosso do Sul	32,1	7°
Espírito Santo	32,1	8°
Sergipe	30,5	9°
Goiás	30,3	10°
Santa Catarina	29,6	11°
Alagoas	25,6	12°
Distrito Federal	24,8	13°
Ceará	23,8	14°
Paraíba	22,2	15°
Pernambuco	21,8	16°
Rio Grande do Sul	20,9	17°
Minas Gerais	20,6	18°
Maranhão	19,3	19°
Rio Grande do Norte	18,8	20°
Acre	18,3	21°
Amapá	17,9	22°
Pará	17,9	23°
São Paulo	16,8	24°
Bahia	16,1	25°
Rio de Janeiro	14,4	26°
Amazonas	13,5	27°

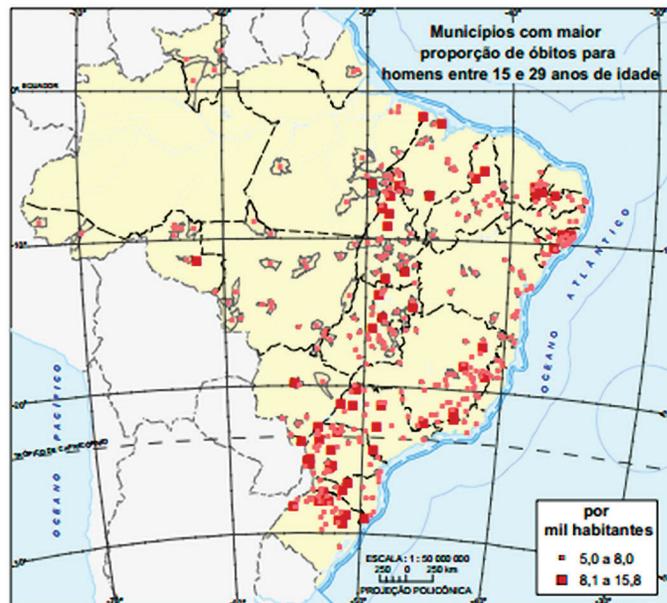
Adaptado de: WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: - caderno complementar 2 - acidentes de trânsito". São Paulo: Instituto Sangari, 2011, p.16. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Outro aspecto da violência no trânsito é que ela acompanha a tendência dos homicídios no Brasil: mata mais homens que mulheres e mais jovens do que pessoas de outras faixas etárias.



Atende ao Objetivo 2

2. Veja o mapa e observe a distribuição de municípios brasileiros com maior proporção de óbitos para homens entre 15 e 29 anos:



Fonte: Brasil. Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, 2011, p.43.
Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap3.pdf p.43

Agora, descreva duas concentrações (regionais) de municípios que mais lhe chamaram atenção. Associe suas taxas de mortalidade de jovens entre 15 e 29 anos ao que foi apresentado ao longo da segunda parte desta aula quanto a padrões e causas de violência letal no Brasil.

interior (com suas regiões metropolitanas), vem se destacando pelo alto crescimento da violência e da criminalidade. No trânsito, catarinenses e gaúchos estão em posições intermediárias.

CONCLUSÃO

A qualidade de vida da população brasileira nestas duas primeiras décadas do século XXI vem sendo fortemente influenciada pela elevação e difusão da violência e da criminalidade, bem como pelas lamentáveis estatísticas de mortes e lesionados graves na batalha diária de um trânsito sem civilidade, bom senso e gentileza.

Os jovens, os negros e pessoas do sexo masculino vêm sendo aqueles de maior probabilidade de serem alvos da violência letal e da criminalidade.

A partir de 1980, os índices ligados aos homicídios e às mortes no trânsito subiram a patamares sem precedentes, sendo a violência disseminada por todo o território nacional.

O Brasil, que sempre fora violento durante os meios natural e técnico, vem sofrendo com processos sociais, econômicos, políticos e culturais do meio técnico-científico-informacional, que dão à sociedade uma percepção de incapacidade do Estado para a concepção e a gestão de políticas de segurança eficientes: seja no curto prazo (mesmo no viés de ordem/segurança pública); seja no longo prazo (equacionamento de desigualdades diversas, a exemplo do acesso à Educação e a melhores oportunidades).

A melhoria da qualidade de vida da população do país não virá sem que a sociedade e o Estado consigam estruturar políticas de efetivo controle da violência. Dizemos controle, e não término, porque nenhuma sociedade conseguiu eliminar o uso da força bruta e simbólica, a agressividade e condutas desviantes - que os costumes e as leis tipificam como crimes.

Esse controle deve ocorrer mesclando eficiência na ação do Poder Público com o firme compromisso com a difusão e assimilação dos Direitos Humanos.

Se o Estado brasileiro não obtiver êxito nessa tarefa, é de se recear que a população, descrente, escute a retórica daqueles que acusam o Estado Democrático de Direito, prometido pelo atual Constituição Federal, de ser fraco e, por isso, fadado a ser suprimido por alguma forma de Estado policialesco.

Se o Estado Democrático de Direito sucumbir diante do autoritarismo e do recurso constante à força bruta, a tendência é a de que os mais carentes e desprotegidos da população brasileira sejam os maiores prejudicados, considerando os antecedentes históricos da formação social e política do país.

Esses segmentos vivem em áreas e zonas marcadas pelo abandono do Estado na oferta de serviços e infraestrutura pública, acuadas pelo crime organizado do tráfico ou da milícia e por uma “cultura do combate” policial. Isso ocorre no interior do país, nas Regiões Metropolitanas e nas capitais estaduais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

A questão das drogas e do narcotráfico é uma marca da sociedade globalizada que tem efeitos e ligações locais e regionais. Por isso, seus controles dependem de políticas que articulem projetos e iniciativas internacionais com ações de Estados nacionais.

De acordo com o que trabalhamos nesta aula, escreva um texto que mostre dois ou mais aspectos da associação entre violência, crime e efeitos das questões das drogas e entorpecentes sobre a Geografia da População do Brasil.

no interior. As principais áreas de atuação do crime local são as comunidades, localidades ou regiões que foram relegadas ao abandono ou a uma oferta insuficiente de equipamentos ou serviços públicos. As altas taxas de homicídios no Brasil estão associadas tanto às disputas entre quadrilhas e facções do crime organizado e das drogas quanto destas mesmas quadrilhas com as forças de segurança. O Estado brasileiro tem, deste modo, que buscar políticas de segurança eficientes que consigam, de fato, controlar fatores e efeitos do poder do narcotráfico (e ainda das milícias). Essas políticas têm de superar a “cultura do combate” policial, que cria dificuldades de melhor integração das ações do Estado com as próprias comunidades. Têm ainda que encontrar alternativas ao encarceramento, à medida que o país já conta com uma das cinco maiores populações penitenciárias de todo o mundo. Uma política integrada de segurança pública é fundamental para que a população não venha a perder a fé nas vantagens de se viver num Estado Democrático de Direito.

RESUMO

- Do ponto de vista demográfico, a violência apresenta, entre outros aspectos, diferentes taxas de mortalidade entre homens e mulheres. Segundo dados do IBGE para o ano de 2010, para cada mulher brasileira falecida entre os 20 e os 24 anos, morrem 4 homens da mesma faixa etária.

Isso acaba por atuar diretamente na constituição e estrutura das famílias, e, então, nas taxas de crescimento demográfico.

- O Brasil não está em guerra contra outras nações ou grupos fundamentalistas ou terroristas, nem tem movimentos separatistas armados. Mesmo assim, registramos ao longo da última década entre 45.000 e 50.000 homicídios por ano.
- Para quem já trabalha ou vai trabalhar com atividades educacionais, não há como não reconhecer que a violência e insegurança na sociedade podem chegar à Escola e entrar na sala de aula. As

rotinas, as regularidades, os processos e a qualidade do trabalho dos profissionais da Educação tendem a ser prejudicados, inclusive, quanto à manutenção de um clima mínimo de civilidade, disciplina, organização e de parceria, inerente ao bom desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem.

- O Brasil é violento. Isso tem que mudar. A estruturação de um novo ambiente social com baixos níveis reais e percebidos de insegurança, criminalidade e violência é, portanto, fundamental para a ampliação e melhoria do acesso à Educação, bem como a outros serviços públicos essenciais como os de saúde - especialmente, por aqueles que provêm das classes populares.

- A violência está associada ao fato de o ser humano viver em sociedade. É na convivência que surge o conflito, que se faz a diferença. O comum em qualquer sociedade é a ocorrência de conflitos, mesmo em tempos de paz. O ideal é que a violência física ou simbólica seja controlada politicamente. É desta última que virão as definições do que se entende como violência e de como controlá-la. É pela política que a sociedade legitima o uso da força bruta pelo Estado, quando se fizer necessário.

- O Estado deve estar sob a soberania popular. A lei e o Direito, nesse contexto, deverão punir os atos violentos ou agressivos, tipificados como crimes. Numa sociedade capitalista com maior nível de desenvolvimento social e político, o Estado deverá incorporar os compromissos de justiça e igualdade social na produção das leis e de todo o seu ordenamento jurídico. Nesse caso, estamos falando no Estado Democrático de Direito.

- O crescimento da violência em termos absolutos e relativos, a partir dos anos 1980, vem sendo acompanhado por certa percepção de incapacidade do Estado na gestão da segurança pública. A questão torna-se ainda mais dramática pelos efeitos da inserção do Brasil no meio técnico-científico-internacional. Agora, o crime transnacional se conecta aos bandos e quadrilhas disseminadas nas comunidades

mais carentes e mesmo nos tecidos urbanos mais ricos. Está no morro e no asfalto. No interior e na capital dos estados. E, a qualquer hora. Pode atingir a qualquer cidadão ou cidadã, embora esteja concentrada nos mais jovens.

- O desafio do estabelecimento de políticas de segurança eficientes socialmente (e não meramente de ordem pública) está posto ao Estado brasileiro. Mas, também à própria sociedade, que ainda parece se ressentir de uma cultura da “cordialidade”, da apropriação dos recursos públicos por grupos ou minorias. Essa cultura trazia uma tendência à formação de conflitos, que eram reprimidos formalmente pelo próprio Estado ou pela ação ilegal de milícias controladas pelos donos do poder.
- Novas políticas de segurança pública devem ser elaboradas aproximando o Estado de sua sociedade, em favor especialmente dos mais carentes, das populações acuadas pelo poder dos “tribunais” do tráfico ou das milícias nas comunidades carentes. As mesmas populações que sofrem com a “cultura do combate”, que vem marcando a formação do policial brasileiro; em favor dos condenados a um sistema prisional que desmente os compromissos firmados pelo Estado brasileiro quanto à difusão e implantação de Direitos Humanos.
- Os padrões de distribuição da violência letal, com base nas estatísticas dos homicídios dolosos, mostra certa estabilidade a partir dos anos 2000. Só que as taxas e números absolutos mostram a manutenção de patamares elevados. Na última década, os homicídios caíram nas principais capitais e respectivas Regiões Metropolitanas. Em contrapartida, disseminaram-se pelo interior. As cidades até 100 mil hab. foram as que proporcionalmente mais sofreram com o crescimento da violência e da criminalidade.
- As taxas de vitimização mostram as desigualdades entre faixas etárias e entre brancos e negros. É maior a probabilidade de mortes violentas entre 15 e 29 anos, assim como a de pessoas negras, em relação a não negros.

- No trânsito, a violência mostra o império da imprudência, da falta de civilidade e da ausência de gentileza. O resultado são acidentes que lesionam ou matam mais jovens e mais cidadãos do sexo masculino. A maior parte dos acidentes vem envolvendo motociclistas e ciclistas.

Informações sobre a próxima aula

Trabalharemos, na Aula 13, questões ligadas à mulher e a evolução de sua posição na sociedade brasileira nas últimas décadas. Trabalharemos questões como as das desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres e das mudanças de comportamento que alteraram a vida em família.

Leituras recomendadas

CASTELLS, Manuel. Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SOARES, L. E. Segurança Pública: presente e futuro. São Paulo: USP. Revista de Estudos Avançados, V. 20, n. 56, 91-106. disponível no site: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10124>

WAISENFIZS, J.J. "O Mapa da Violência 2012: padrões da violência homicida no Brasil". São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

_____, J.J. "O Mapa da Violência 2012: - caderno complementar 2 - acidentes de trânsito". São Paulo: Instituto Sangari, 2011. Disponível no site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf

Aula **13**

Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: assunção de novos papéis pela mulher

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Descrever questões de gênero e sua importância para a evolução da Geografia da População do Brasil, enfatizando a assunção de novos papéis sociais pela mulher e a sua luta por igualdade de tratamento, de oportunidades e de renda e pelo fim de uma cultura de tolerância à violência e à impunidade.

Objetivos

Esperamos que, após o estudo do conteúdo desta aula, você seja capaz de:

1. Definir questões de gênero, destacando novos papéis e funções que a mulher vem assumindo e suas relações com a evolução dos arranjos familiares no contexto da etapa atual de evolução demográfica brasileira;
2. Analisar aspectos da inserção da mulher no mercado de trabalho, de sua luta por igualdade de oportunidades, tratamento e renda, além do fim de uma cultura de tolerância à violência e de impunidade.

INTRODUÇÃO

Caro(a) aluno(a),

Entre os processos culturais, sociais e políticos que caracterizam o meio técnico-científico informacional, está a afirmação na agenda atual de questões associadas a gênero, à assunção pela mulher de papéis que antes seriam típicos ou próprios dos homens.



Fig. 13.1: A mulher brasileira: um mosaico em sua homenagem.

(A1) índia da etnia coroados no séc. XIX; Johann M. Rugendas (séc. XIX). Acervo do Governo do Estado de São Paulo. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Rugendas__Coroatos_e_Coropos.jpg?uselang=pt-br
(A2) a Princesa Isabel; Coleção da Família Real Brasileira (1887). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Isabel_Princess_Imperial_of_Brazil_circa_1887.jpg **(A3)** a sertaneja Jovita Feitosa; Foto de 1870. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Jovita_Feitosa.jpg?uselang=pt-br **(A4)** a economista Dilma Rousseff, a primeira Chefe de Estado e de Governo do Brasil; Foto oficial da Presidência da República (2011). Roberto Stuckert Filho/Agência Brasil. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Dilma_Rousseff_-_foto_oficial_2011-01-09.jpg **(A5)** jovem anônima em foto do séc. XIX; http://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brasileiros_do_seculo_XIX.png **(A6)** Sonja Ashauer, a primeira física formada no país, na década de 1930/40; https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sonja_Ashauer.jpg?uselang=pt-br **(B1)** a enfermeira Anna Neri, heroína da Guerra do Paraguai; Victor Meirelles (1890). Acervo da Câmara Municipal de Salvador (BA). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ana_Neri1.jpg?uselang=pt-br **(B2)** a figura feminina da República, representada pela "Marianne", de Ângelo Agostini; Adaptação de: Revista Illustrada, n. 569. novembro de 1889. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747&pasta=ano%20188&pesq=Proclama%C3%A7%C3%A3o%20da%20Rep%C3%ABlica> **(B3)** eleitoras pioneiras exercem o direito ao voto, na década de 1930; <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil> **(B4)** Seleção Brasileira Feminina de Futebol (2011); Allan Patrick. https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Sele%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_futebol_feminino,_03072011,_DSC00861.jpg?uselang=pt-br **(C1)** a antropóloga e professora Ruth Cardoso; Agência Brasil (1998). https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ruth_Cardoso.JPG **(C2)** a consagrada Atriz Ruth de Souza; FUNARTE. <http://www.funarte.gov.br/brasilmemoriadasartes/acervo/atores-do-brasil/biografia-de-ruth-de-souza/> **(C3)** a Dra. Nise da Silveira, pioneira médica psiquiatra, em selo referente ao centenário de seu nascimento (2005); Selo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) **(C4)** a compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga. <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chiquinhagonzaga4.jpg>. Domínio Público.

Nesse contexto, a mulher não está mais limitada ao ambiente privado, ao lar, à família em moldes tradicionais. Ela conquistou novas possibilidades e horizontes na economia, na política, na arte, na cultura, na academia, nos meios militares, no esporte.

No esporte, aliás, os resultados recentes em campeonatos mundiais e em olimpíadas de nossas atletas são bem expressivos, tanto em modalidades coletivas (como o voleibol e o *handball*), como individuais (ginástica olímpica, atletismo e judô, por exemplo).

No futebol, a propósito, as jogadoras de nossa seleção já se destacaram em vários torneios internacionais, sendo que muitas delas já atuam como profissionais em clubes no exterior. Foram medalhistas, inclusive, de ouro nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro e de Toronto em 2015! Já os homens brasileiros não foram tão bem assim...

Contudo, há ainda muito a evoluir no país, para que se desenvolva um ambiente marcado pela igualdade de oportunidades, tratamento e remuneração entre homens e mulheres.

Segundo um *ranking* anualmente elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocuparia a 71ª posição em termos de igualdade entre gêneros, em 2014. Vale lembrar, em contrapartida, que naquele mesmo ano, obtivemos a posição de sétima maior economia entre as cerca de 200 nações do mundo.

Na avaliação do Fórum Econômico Mundial, lideram o *ranking* de igualdade entre gêneros cinco países do norte-europeu: Islândia; Finlândia; Noruega; Suécia e Dinamarca. E isso não seria sem explicação: suas sociedades fizeram transições demográficas já há algumas décadas.

Numa fase adiantada de transição demográfica, a ampliação da participação feminina nos mercados e na sociedade guarda relações diretas com:

- a elevação do acesso da mulher à instrução/qualificação profissional;
- a redução das taxas de fertilidade;
- os padrões de envelhecimento da população;
- a organização das famílias.

As unidades familiares tendem hoje a ter menos componentes. Contam ainda cada vez mais com a presença de idosos. Na verdade, contam cada vez mais com idosas. A Terceira Idade é majoritariamente composta por senhoras, pois a mulher vem contando com uma expectativa de vida que supera a dos homens - e isto em todo o mundo!

As estatísticas mostram ainda que cresceu significativamente o número de famílias chefiadas por mulheres. Para sociedades mais tradicionais, em que até bem pouco tempo o casamento parecia ser o único projeto de vida para as jovens (e/ou que sequer havia ou eram restritas as possibilidades legais ao divórcio), o fato não deixa de ser revolucionário.

Mas, apesar de todo o progresso, de todas as conquistas pela mulher, persistem sérias desigualdades e injustiças na oferta de oportunidades, remunerações e condições de trabalho, em relação ao homem. Além disso, há ainda preconceitos e resistências que, infelizmente, estão associadas a uma cultura restritiva e, por vezes, lamentavelmente tolerante com a violência contra a mulher.

Um dos aspectos da violência contra a mulher que mais se destaca no caso do Brasil é que tende a ocorrer no interior do próprio ambiente familiar, nas relações conjugais, com pessoas conhecidas, nas escolas, nas vizinhanças e também dentro da própria casa. Segundo dados publicados pelo jornal "O Globo", em 07 de junho de 2014, foram assassinadas no país cerca de 15 mulheres por dia em 2014.

Há ainda tristes números de abusos e crimes sexuais, muitos dos quais impunes, entre outros fatores, pela vergonha das próprias vítimas em procurar as autoridades policiais e as punições previstas em lei. Isso tem que acabar!

A escola, sem dúvida, é um dos ambientes em que se pode desenvolver uma nova consciência acerca da igualdade entre homens e mulheres e da diversidade de orientação sexual e de tipos de formações familiares. A escola – e, desta forma, o ensino da Geografia - pode contribuir para que se avance no rumo de uma cultura de maior tolerância, amizade, generosidade e justiça.

Nesta aula, as questões de gênero, a evolução do feminismo e sua influência para os arranjos familiares no Brasil atual serão trabalhados na primeira parte. Na segunda parte, vamos descrever aspectos da crescente participação feminina nos mercados de trabalho, assim como o tema da violência contra a mulher. Tanto na primeira quanto na segunda parte, serão trabalhados aspectos demográficos que influenciam as questões de gênero no Brasil e no mundo no meio técnico-científico informacional.

Gênero, feminismo e arranjos familiares no Brasil

Gênero e algumas de suas questões

Antes de tudo, é preciso perguntar o que diferencia a mulher do homem. As óbvias diferenças biológicas seriam suficientes para a concepção de uma divisão rígida entre papéis e funções femininas e masculinas?

Mas, que diferença da mulher o homem tem ou teria? A sabedoria popular, presente na obra de artistas como José Gomes Filho (1919-1982), o Jackson do Pandeiro, de algum modo, nos encaminha a uma resposta:

Mulher tem duas pernas, tem dois braços, duas coxas
Um nariz e uma boca e tem muita inteligência
O bicho homem também tem do mesmo jeito
Se for reparar direito tem pouquinha diferença.

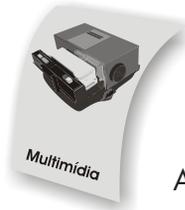
Adaptado de: Jackson do Pandeiro: Que diferença da mulher o homem tem.

Disponível no site: <http://www.kboing.com.br/jackson-do-pandeiro/1-1049640/>

As naturais diferenças de anatomia e de amadurecimento/envelhecimento fisiológico entre os sexos feminino e masculino não podem ser argumentos para uma naturalização da diferença de papéis e funções entre a mulher e o homem. A naturalização das questões de gênero contribuiu para a manutenção da submissão da mulher, para a limitação de sua atuação potencial na sociedade.

O que se considera como particularmente feminino ou masculino é, portanto, assimilado ao longo do aprendizado social e cultural, desde a mais tenra infância, por meninas e meninos. O estabelecimento desses padrões culturais está associado à divisão e à organização do trabalho ao longo da história das sociedades humanas, o que teve e continua a ter claros significados políticos e desdobramentos culturais e/ou religiosos.

Em outros termos, preferências, interesses e prioridades que as pessoas desenvolvem e manifestam ao longo da vida se relacionam com a assimilação que fazem da divisão entre feminino e masculino, desde os primeiros anos da infância. Os significados das questões de gênero, nesse contexto, irão variar conforme os sexos.



As Questões de Gênero só interessariam às Mulheres? Aos Homens, não?

Antes de refletir sobre possíveis respostas, apresentamos o discurso da jovem atriz britânica, Emma Watson, sobre questões de gênero, proferido na Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014.

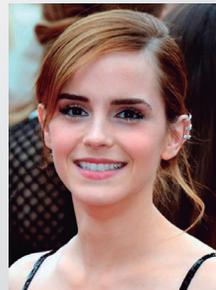


Fig. 13.2: Emma Watson, em 2013.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Emma_Watson_2013.jpg

A propósito, a indicação do vídeo é:
<http://potterish.com/2014/09/emma-watson-discursa-sobre-igualdade-de-genero-na-onu/>
Acreditamos, que, em razão de ser uma atriz conhecida do público jovem (atuou nos filmes da série Harry Potter), o discurso de Emma Watson pode ser útil na sensibilização de alunos de Ensino Básico sobre a temática da igualdade e tolerância entre sexos.

Vale lembrar que, com o passar do tempo, o que se entende como masculino e feminino pode mudar, inclusive, no que toca a padrões estéticos, à moda, a costumes, etc. Mas, há a possibilidade de que essa evolução se coloque como afronta ao que se considera como tradicional, como dogma, como sagrado, como divino.

Um exemplo disso é a dificuldade de ampliar do direito das meninas e moças ao estudo, à instrução, à socialização em ambiente público, ao desenvolvimento de suas vocações profissionais em sociedades de religiões fundamentalistas tanto no Ocidente quanto no Oriente.



Malala Yousafzai: a luta pela Educação das Meninas e Moças frente ao Fundamentalismo Islâmico.



Fig. 13.3: Malala Yousafzai (2014)

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Malala_Yousafzai.jpg?uselang=pt-br

Filha de professor e nascida em 1997, no norte do Paquistão, em cidade próxima à fronteira com o Afeganistão, a estudante Malala Yousafzai foi alvo de atentado a tiro aos 15 anos, em razão de sua militância contra a proibição pelos talibãs (milícias fundamentalistas islâmicas) do funcionamento de escolas para meninas e/ou moças.

Apesar da gravidade do ferimento provocado por um tiro em sua cabeça, Malala sobreviveu, e, com apoio de governos ocidentais e de entidades diversas, passou a difundir sua mensagem pelo direito à igualdade e ao acesso à educação entre homens e mulheres. Em 2014, o reconhecimento internacional de seu trabalho, levou-a a dividir com o indiano Kailash Satyarthi, o Prêmio Nobel da Paz de 2014.



Trazemos, a seguir, a indicação de dois vídeos que mostram um pouco da trajetória de Malala Yousafzai pela igualdade, pela liberdade e pela Educação. O primeiro refere-se a período anterior ao atentado em 2012 e foi produzido pelo jornal norte-americano *The New York Times*. O segundo é o discurso de Malala na Organização das Nações Unidas (ONU), em 2014:

- <https://www.youtube.com/watch?v=Zn-PeWy1aos>
- <https://www.youtube.com/watch?v=Fmr9juqRMbA>

Não deixe de conferir. Você também poderá trabalhar este material com seus alunos. Em turmas de Ensino Básico, o exemplo de Malala Yousafzai, talvez, possa servir para uma reflexão dos alunos e alunas sobre a importância da escola para o próprio futuro deles!

O Sociólogo espanhol Manuel Castells (*1942), ao analisar a evolução da temática de gênero no início deste século, nos ensina que, com o desenvolvimento do capitalismo e da indústria, a partir do século XVIII, surgiram as condições sociais e econômicas, para que a mulher viesse a assumir papéis novos. A indústria, e depois os serviços, além da urbanização das sociedades, abriram de maneira crescente oportunidades de trabalho fora de casa à mão de obra feminina, o que não significou, infelizmente, nem sempre condições convenientes de trabalho ou salários justos.



OitodeMarço: O Dia Internacional da Mulher



Fig. 13.4: Cartaz - Dia Internacional da Mulher - ex-URSS (1932).

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:8womenday.jpg>

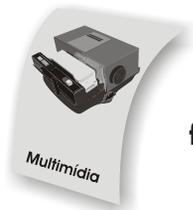
No dia 08 de março de 1857, cerca de 130 operárias de uma fábrica de tecidos em Nova Iorque morreram num incêndio, ao reivindicarem:

- a redução do horário de sua longa jornada de trabalho de mais de 16 horas/dia para 10 horas;
- igualdade salarial aos operários da mesma empresa;
- direito à licença-maternidade.

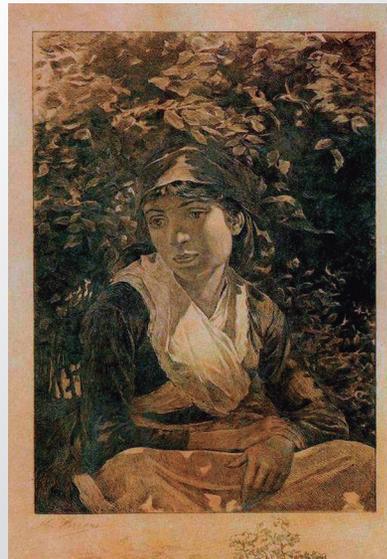
Em 1910, o Congresso Internacional das Mulheres Socialistas viria a instituir o 8 de março como Dia Internacional da Mulher, em memória daquelas pioneiras e corajosas operárias que perderam suas vidas em decorrência de violenta repressão policial a uma causa justa.

O Feminismo e sua evolução

No contexto da ampliação dos horizontes da mulher para além do ambiente familiar, os movimentos feministas foram sendo organizados nos diversos países, a partir do início do século XIX.



Direitos e Conquistas da Mulher: datas e fatos relevantes



Modesto Brocos (1852-1936)

Fig. 13.5: Camponesa

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Modesto_Brocos_y_Gomes_-_Camponesa.jpg?uselang=ptbr

Uma relação dos direitos e conquistas da mulher, desde o final do século XVIII, foi organizada pelo Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O acesso é pelo endereço eletrônico:

- http://www.ufrgs.br/nucleomulher/mov_feminista.php#foco

O feminismo em sua fase inicial: a conquista do voto

A história do feminismo é marcada por uma primeira fase, em que se lutou pela igualdade à Educação, pelo direito ao trabalho e por direitos políticos. A forte ênfase na conquista do direito da mulher de votar e ser votada deu a essa fase a denominação de “Movimento Sufragista” (sufragar, a propósito, é votar!).



Domínio Público.

Fig. 13.6: Passeata do Movimento Sufragista, Nova Iorque, 6 de Maio de 1912. Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA. Disponível no site: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Suffrage_Parade,_New_York_City,_May_6,_1912_WDL12.png?uselang=pt-br

Já em 1893, a Nova Zelândia seria o primeiro país a garantir o voto feminino. Em 1918 e 1919, as cidadãs britânicas e norte-americanas, respectivamente, alcançariam a condição de eleitoras! No Brasil, o voto aos cargos federais seria conquistado pela mulher na esteira da Revolução Liberal de 1930.

Em 24 de fevereiro de 1932, o Presidente Getúlio Vargas assinou o Decreto nº. 21.076. Foi o reconhecimento da luta pioneira de brasileiras, como Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) e Carlota Pereira de Queirós (1892-1982). A primeira fundara,

em 1919, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, bem como participara como representante brasileira em assembleias e organizações internacionais de defesa da mulher, ao longo dos anos 1920. A segunda foi eleita deputada federal (a primeira do país) e membro da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933.

Na verdade, antes em 1927, uma lei estadual do Rio Grande do Norte reconheceu o direito das cidadãs potiguares à vida política-eleitoral. Em 1929, Alzira Soriano fora eleita a primeira prefeita da história brasileira e latino-americana, na cidade de Lajes (RN).



Fig. 13.7: Material ilustrativo alusivo à Alzira Soriano
 Fonte: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2013/Marco/semana-da-mulher-primeira-prefeita-eleita-no-brasil-foi-a-potiguar-alzira-solano>

Cabe registrar, contudo, que o número de mulheres eleitas para os mais diversos cargos no país desde a década de 1930 nunca refletiu a participação percentual feminina na população como um todo. Afinal, desde os anos 1940, as mulheres superaram numericamente os homens (o que teve como causa a redução de fluxos de imigração, que eram majoritariamente de trabalhadores solteiros). No país, hoje, só a Região Norte, dado o perfil migratório interno, tem mais habitantes do sexo masculino que feminino.

Veja a **Tabela 13.1**, a seguir:

Tabela 13.1: População por sexo para a população total - Brasil e Unidades da Federação (UF), 2010.

Brasil/UF	Total	Homem (H)	Mulher (M)	(M) - (H)
Brasil	190.755.799	93.406.990	97.348.809	3.941.819
RO	1.562.409	795.157	767.252	-27.905
AC	733.559	368.324	365.235	-3.089
AM	3.483.985	1.753.179	1.730.806	-22.373
RR	450.479	228.859	221.620	-7.239
PA	7.581.051	3.821.837	3.759.214	-62.623
AP	669.526	335.135	334.391	-744
TO	1.383.445	702.424	681.021	-21.403
NO	15.864.454	8.004.915	7.859.539	-145.376
MA	6.574.789	3.261.515	3.313.274	51.759
PI	3.118.360	1.528.422	1.589.938	61.516
CE	8.452.381	4.120.088	4.332.293	212.205
RN	3.168.027	1.548.887	1.619.140	70.253
PB	3.766.528	1.824.379	1.942.149	117.770
PE	8.796.448	4.230.681	4.565.767	335.086
AL	3.120.494	1.511.767	1.608.727	96.960
SE	2.068.017	1.005.041	1.062.976	57.935
BA	14.016.906	6.878.266	7.138.640	260.374
NE	53.081.950	25.909.046	27.172.904	1.263.858
MG	19.597.330	9.641.877	9.955.453	313.576
ES	3.514.952	1.731.218	1.783.734	52.516
RJ	15.989.929	7.625.679	8.364.250	738.571
SP	41.262.199	20.077.873	21.184.326	1.106.453
SE	80.364.410	39.076.647	41.287.763	2.211.116
PA	10.444.526	5.130.994	5.313.532	182.538
SC	6.248.436	3.100.360	3.148.076	47.716
RS	10.693.929	5.205.057	5.488.872	283.815
SU	27.386.891	13.436.411	13.950.480	514.069
MS	2.449.024	1.219.928	1.229.096	9.168
MT	3.035.122	1.549.536	1.485.586	-63.950
GO	6.003.788	2.981.627	3.022.161	40.534
DF	2.570.160	1.228.880	1.341.280	112.400
CO	41.444.985	20.416.382	21.028.603	612.221

Fonte: IBGE - Censo Demográfico - 2010

Adaptado de: ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S.

Tendências demográficas dos domicílios e das famílias no Brasil, p.5.

Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

A partir dos anos 1980, com a redemocratização da vida política brasileira, veio crescendo o número total de candidatas e de eleitas nas votações aos cargos proporcionais (vereadores,

deputados estaduais e federais) e aos cargos majoritários (senadores, prefeitos, governadores de estados e presidente da República).

Nas eleições de 2014, cerca de 6.570 mulheres disputaram a preferência do eleitorado brasileiro. Em 2010, houvera 5.056 candidatas, sendo que duas delas se apresentaram, inclusive, ao primeiro turno das eleições presidenciais. Uma delas tornar-se-ia pela primeira vez a ocupante da Presidência da República. Em 2014, vieram a ser três as candidatas no primeiro turno, sendo reconduzida a um segundo mandato, em reeleição, a Sra. Dilma Rousseff.

Mesmo assim, a proporção da participação feminina na política nacional não conseguiu ainda se aproximar dos 30% estipulados como o mínimo pela legislação eleitoral vigente. Em relação às prefeituras, por exemplo, apenas 10% delas tiveram mulheres eleitas ao quadriênio de 2013 a 2016.

É uma contradição, já que a maioria do eleitorado é, desde 1998, composta por mulheres. Nas eleições de 2014, a propósito, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrava 77.459.424 eleitoras contra 68.247.598 eleitores do sexo masculino.



Questões políticas e o papel da mulher na sociedade brasileira, segundo a Senadora Lídice da Mata

Em vídeo gravado pela TV Senado, a Senadora Lídice da Mata, ex-prefeita de Salvador (BA), é entrevistada sobre o papel da mulher na sociedade brasileira e sobre a necessidade de ampliar a presença feminina na política e em cargos eletivos. É mais do que uma questão partidária: é suprapartidária!

Não deixe de conferir!

Acessível pelo site: <https://www.youtube.com/watch?v=JaFOwZTMUnQ>

O feminismo na fase atual: a marca é a diversidade

Após a conquista do voto nas primeiras décadas do século XX em vários países ocidentais, o movimento feminista se voltaria a uma agenda considerada como pertencente à luta pelos Direitos Humanos.

CASTELLS (1999) sustenta que nos anos 1950/60, essa agenda passaria a ter duas variantes:

- a liberal, trazendo reivindicações de extensão à mulher de diversos direitos, mas no contexto da manutenção do capitalismo;
- a socialista, que situava a desigualdade de gênero como parte das estruturas sociais, ideológicas e políticas a serem superadas pelo advento da revolução do proletariado. Para ambas, a opção da mulher por ter ou não ter filhos estava entre os principais direitos a serem reclamados pelo feminismo.

No ambiente de questionamento de valores culturais nos países ocidentais na segunda metade dos anos 1960, o feminismo aprofundaria sua militância, tornaria seu discurso ou retórica ainda mais radicalizados e incorporaria outras temáticas e ações relacionadas à liberação sexual e aos Direitos Humanos como um todo.

O movimento feminista tornou-se mais diversificado, atuando em redes de dimensões diferentes. Não eram mais apenas movimentos que visassem a alterações de constituições ou de legislações nacionais. Os movimentos passaram a se organizar, também, em escalas internacionais e locais. Nestas últimas, organizaram-se com base na atuação de:

- clínicas alternativas de saúde da mulher;
- cooperativas para auxílio financeiro; grupos de qualificação profissional;
- centros de orientação contra formas de violência contra a mulher, especialmente, aquelas de natureza doméstica. Creches, escolas, clubes e locais de lazer e convivência em geral também foram criados e são mantidos por associações femininas.

Quanto à liberação sexual, segmentos do feminismo consideram que aí estaria um elemento fundamental para a superação da dominação masculina. A cultura dominante masculina estaria associada a estruturas familiares tradicionais que têm a figura do pai como ponto central.

Em outros termos, a submissão da mulher seria uma consequência do patriarcalismo que definiria com rigidez os papéis femininos e masculinos. A família patriarcal estaria, com isso, baseada na heterossexualidade obrigatória e na repressão ou recriminação a comportamentos e/ou orientações sexuais não convencionais.



Domínio Público.

Fig. 13.8: Marcha pela Liberação da Mulher em Washington (EUA), em 1970. Fonte: Biblioteca do Congresso dos EUA. Disponível pelo site: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Leffler_-_WomensLib1970_WashingtonDC.jpg

Para esse feminismo mais radical, que ultrapassou a agenda relacionada à disputa entre capitalismo e socialismo, a luta pelo fim da opressão masculina sobre a mulher teria de passar, obrigatoriamente, pela alteração/ampliação do perfil da família, pela liberação sexual e pela aceitação, entre outras expressões ou formas, de relacionamentos homoafetivos. Isso, de algum modo, viria a aproximar o feminismo a movimentos de grupos homossexuais e transexuais (LGBT) em vários países do mundo.



César Ogata/SECOM - Prefeitura de São Paulo.

Fig. 13. 9: Abertura Oficial da 19ª Parada do Orgulho LGBT da Cidade de São Paulo (2015).

Fonte: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/5708#ad-image-2>

Ao analisar a importância do feminismo para o entendimento do mundo atual, CASTELLS (1999) escreveu no final da década de 1990:

...Quanto às suas reivindicações, as mulheres não esperaram o fim do milênio para se manifestarem. Suas lutas estão presentes em todas as etapas da experiência humana, embora assumindo formas diferentes e quase sempre ausentes dos compêndios de história e dos registros de modo geral. Costuma argumentar que muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária. A história do feminismo com tal é antiga, com bem exemplificado pelo movimento sufragista nos Estados Unidos. Tenho, porém, de admitir que foi apenas nos últimos 25 anos que observamos um insurreição maciça e global das mulheres contra sua opressão, embora com diferente intensidade dependendo da cultura e do país. Tais movimentos têm causado impacto profundo nas instituições da sociedade e, sobretudo, na conscientização das mulheres. Nos países industrializados, a grande maioria das mulheres considera-se igual ao homem, com direito às mesmas prerrogativas e de controlar seus corpos e suas vidas. Tal conscientização está se difundindo rapidamente em todo o planeta. (...) trata-se de

um processo irreversível. Admitir o fato não significa que os problemas referentes à discriminação, opressão e abuso das mulheres e de seus filhos tenham sido eliminados ou que sua intensidade tenha sido significativamente reduzida.

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2.* São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.170.

A crise do patriarcalismo e novos arranjos familiares



Fig.13.10: Exemplo de família patriarcal. China (1874/75). Cena rara, pois não se permitia sequer que mulheres estivessem na companhia de convidados ou fora do ambiente do lar. Coleção Thereza Christina Maria. Foto adquirida e doada à Biblioteca Nacional por D. Pedro II.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Chinese_Family_including_Female_Members,_a_Rare_Scene_as_Strict_Confucian_Families_Did_Not_Allow_Women_to_be_in_the_Company_of_Guests_or_Out_of_Their_Homes._China,_1874-75_WDL1914.png?uselang=ptbr

Em linhas gerais, a principal característica do patriarcalismo em todo o mundo, como falamos na seção anterior, é a naturalização/imposição da autoridade do homem sobre mulher e filhos no ambiente familiar.

Porém, ele não estaria presente somente no lar. Assenta-se sob estruturas políticas, valores culturais, princípios jurídicos e sob uma economia de produção, distribuição e consumo. É algo que assumiu formas institucionais, ou seja, está presente nas relações interpessoais, nos costumes, no modo como atuam os agentes políticos e econômicos e na maneira como são elaboradas as leis.

No Brasil, a propósito, a cultura patriarcal era evidente na Lei 3071/16, isto é, no Código Civil que teve vigência de 1916 até recentemente em 2002, conforme se vê, a seguir:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

I - a representação legal da família;

II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher, que ao marido competir administrar em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antenupcial (arts. 178, § 9º, I, c, 274, 289, I e 311);

III - o direito de fixar e mudar o domicílio da família (arts. 46 e 233, n. IV);

IV - O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do teto conjugal (arts. 231, II, 242, VII, 243 a 245, II e 247, III);

V - prover a manutenção da família, guardada a disposição do art. 277.

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Acessível pelo site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html> . Capturado em 29/06/2015.

CASTELLS (1999) observa ainda que, no patriarcalismo, o comportamento sexual e a própria reprodução biológica foram atrelados ao casamento como fator de aprovação ou reconhecimento social.



Domínio Público.

Fig. 13.11: Casamento Civil (1897). Autor: Albert Anker (1831-1910). Disponível pelo site: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albert_Anker_-_Die_Ziviltrauung_\(1887\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Albert_Anker_-_Die_Ziviltrauung_(1887).jpg)

O atrelamento do sexo ao casamento, no caso das leis, pode ser novamente ilustrado por intermédio do Código Civil de 1916. Na questão da nulidade do casamento, por exemplo, o marido poderia argumentar seu desconhecimento de que a mulher já não fosse mais virgem na data do matrimônio:

Art. 218. É também anulável o casamento, se houver por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro.

Art. 219. Considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge:

IV - o defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Acessível pelo site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html> . Capturado em 29/06/2015.

Naquele Código Civil, haveria também uma diferenciação entre os filhos. Aqueles concebidos fora do casamento ou em adultério ou em incesto eram considerados como ilegítimos, ou seja,

não teriam reconhecidos legalmente os mesmos direitos, inclusive do ponto de vista patrimonial, de seus irmãos havidos no casamento. Leia os artigos, a seguir:

Art. 337. São legítimos os filhos concebidos na constância do casamento, ainda que anulado (art. 217), ou mesmo nulo, se se contraiu de boa fé (art. 221).

Art. 342. Só em sendo absoluta a impotência, vale a sua alegação contra a legitimidade do filho.

Art. 344. Cabe privativamente ao marido o direito de contestar a legitimidade dos filhos nascidos de sua mulher (art. 178, § 3º).

Art. 358. Os filhos incestuosos e os adúlteros não podem ser reconhecidos.

Fonte: Brasil. Câmara dos Deputados. Acessível pelo site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3071-1-janeiro-1916-397989-norma-pl.html> . Capturado em 29/06/2015.

Fatores para a crise do patriarcalismo

O desenvolvimento do meio técnico-científico informacional, desde as décadas finais do século XX, trouxe impactos à organização das famílias especialmente (mas, não exclusivamente) nas sociedades mais avançadas. Além da força do movimento feminista no conjunto dos movimentos sociais, CASTELLS (1999) considera que contribuiriam para o fato os seguintes fatores ou processos:

- a transformação da economia e do mercado de trabalho associada à abertura de oportunidades no campo da educação às mulheres;
- a economia estruturada em redes, o que facilita e estimula a difusão de ideias de maior igualdade entre gêneros e de liberação sexual numa economia globalizada;
- o caráter hedonista (a valorização do prazer) das modernas sociedades de consumo;

- a evolução tecnológica ocorrida na biologia, na farmacologia e na medicina, proporcionando uma tendência de um maior controle sobre sexo e reprodução pelas próprias mulheres.

O mesmo CASTELLS (1999) vê no aumento do número de dissoluções matrimoniais uma comprovação do fim da estabilidade da família tradicional. Casamentos desfeitos significariam uma maior quantidade de lares de solteiros ou com apenas um dos pais. Nesse aspecto, teríamos a quebra de um das vigas do patriarcalismo, pois mais mulheres acabam assumindo sozinhas as chefias de suas famílias.

Além disso, novos casamentos pelos pais colocam filhos de uniões anteriores em situações de lealdades conflitantes. Ou seja, no interior das chamadas “famílias recombinaadas”, a disciplina dos filhos aos pais biológicos pode ser afetada pela concorrência/convivência com os(as) novos(as) companheiros (as).

O funcionamento da “família recombinaada” seria algo complexo, conforme se pode ler na citação, feita por CASTELLS (1999), de trecho de obra do sociólogo britânico Anthony Giddens:

Na sociedade que se separa e se divorcia, a família nuclear gera uma diversidade de laços de parentesco associados, por exemplo, às chamadas famílias recombinaadas. No entanto, a natureza desses laços muda à medida que estão sujeitos à maior negociação do que outrora. As relações familiares costumavam ser tomadas com certas, na base da confiança; agora, a confiança precisa ser negociada, barganhada, e o compromisso assume as mesmas proporções que o existente nos relacionamentos sexuais.

Fonte: Anthony Giddens. *The Transformation of Intimacy*, p.96.

Citado por: CASTELLS, Manuel. “Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2”. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.257.

Cada vez mais crescerá o desafio da compatibilização da vida matrimonial com o trabalho e com interesses pessoais diversos

(numa cultura individualista, senão bem egoísta). Não é de se estranhar, assim, que haja casais que tenham criado modelos novos de convivência que fogem do casamento formal. E mesmo quando ocorre a formalização do matrimônio, a idade média em que se casa (pela primeira vez) subiu. Ou seja, as pessoas em todo mundo estão se casando mais velhas.

No Brasil, a título de ilustração, as idades dos casamentos tanto para homens quanto para mulheres seguiram essa tendência. Segundo ALVES e CAVENAGHI (2012), as mulheres se casavam em média aos 23 anos e os homens aos 25 anos, em 1980. Em 2000, respectivamente, aos 25 anos e aos 27,5 anos. Em 2008, aos 26 e aos 29 anos.

Além disso, não são, hoje, incomuns casais que mantêm compromissos conjugais, mesmo não vivendo “debaixo de um mesmo teto”. Há, por outro lado, aqueles que preferem não formalizar uma vida conjugal, porque simplesmente não concebem mais comprometimentos duradouros.

Mudaram-se, com tudo isso, aspectos ligados à reprodução biológica. E as famílias passariam a apresentar uma tendência a serem menores. ALVES e CAVENAGHI (2012) registram, aliás, que, para o caso do Brasil, o número de pessoas por domicílio caiu de 5,3 para 3,3 indivíduos entre 1970 e 2010. Em nossa sociedade, já teríamos, inclusive, o fenômeno dos casais *DINK*, isto é:

A literatura americana classifica os casais que não têm filhos e ambos têm renda própria como *DINK* – Double Income, No Kids (...) *DINC* – Duplo Ingresso, Nenhuma Criança – é uma tradução para o português que mantém o mesmo som e uma escrita parecida (...) O crescimento dos casais sem filhos e em que os dois trabalham tende a crescer, pois com a reversão do fluxo intergeracional de riqueza, a fecundidade – em termos de racionalidade econômica – tende a zero, na medida em que crescem os custos dos filhos e diminuem os seus benefícios (...) praticamente dobraram de tamanho em termos absolutos, passando de cerca de 1 milhão para 2 milhões de unidades.

Em termos relativos o crescimento foi de 2,7% em 1996 para 3,7% em 2006.

Adaptado de: ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil, p.27 e 28.

Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

A queda do número de filhos parece estar associada a um fenômeno curioso no Brasil. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde feita pelo IBGE, em 2013, a população de crianças e adolescentes de até 14 anos de idade seria de 44,9 milhões. Mas, já passaria de 50 milhões o número de cães de estimação nos domicílios do país (1,8 por domicílio).

Ou seja: nos lares brasileiros, já há mais cães que crianças!



Fig. 13.12: A pequena menina e o cãozinho.

Foto datada de 2009. Acervo da Biblioteca Estadual de Nova Gales do Sul, Austrália. Disponível no site: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Study_of_a_small_girl_with_a_prize_Scottish_terrier_dog.jpg?uselang=pt-br

Outro aspecto da crise do modelo tradicional de família reside no fato de que cresce o número de mulheres que opta pela postergação da maternidade, em favor do desenvolvimento de

suas carreiras profissionais. Seus primeiros filhos (que poderão ser únicos) vêm após os 30 anos de idade, o que muitas vezes está associado ao êxito do uso de avançadas técnicas de fertilização (bancos de material genético masculino e/ou feminino, implantação de embriões, etc.).

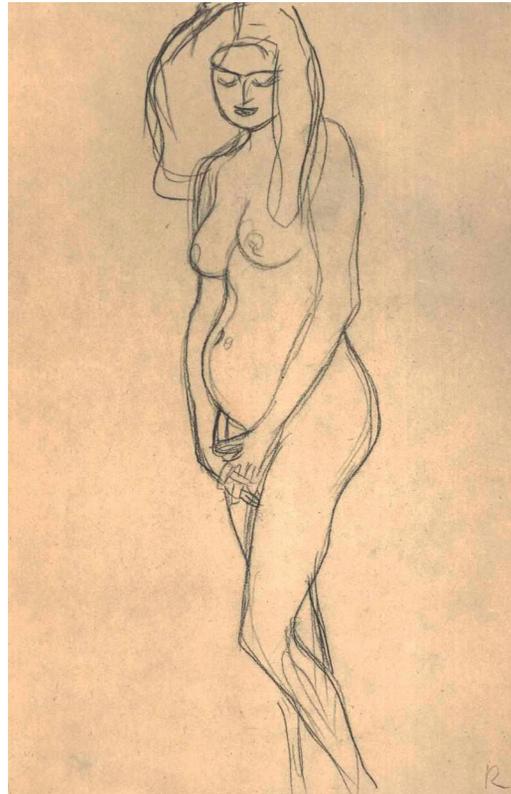
No Brasil, a questão da maternidade assistida por modernas técnicas ganha um aspecto próprio: está associada principalmente (mas, não exclusivamente) a segmentos sociais mais abastados ou de acesso a níveis mais elevados de instrução.

Em níveis de renda/instrução mais baixos, está presente um outro fenômeno muito importante do ponto de vista de políticas públicas de saúde: a gravidez de meninas adolescentes. Não há como não associar o fenômeno a alterações/liberalização de costumes, à (des)organização das famílias e até à questão das *nem-nem*. No caso dessas moças, várias pesquisas destacaram que a maternidade parece dar certo sentido às suas vidas.

Temos uma taxa de 67,2 casos por mil adolescentes (de 15 a 19 anos). Isso é muito superior à da Coreia do Sul (2,3 por mil), à da França (7 por mil) e à dos EUA (34 por mil). Está próxima, porém, de países de menores níveis de desenvolvimento econômico e social, a exemplo da África do Sul (59 por mil). O dado positivo é que já foi maior: 89,5 por mil em 2000.

ALVES e CAVENAGHI (2012) consideram que a média de dois filhos por mulher na faixa etária de até 25 anos acaba por rejuvenescer a maternidade no Brasil. Mas, após os nascimentos, as jovens mães procuram “fechar a fábrica”, buscando nos serviços médicos a realização de procedimentos de contracepção (especialmente, a laqueadura de trompas).

A realização de vasectomias ainda está bastante aquém do que se poderia desejar para uma situação de igualdade para com a mulher, embora tenha registrado crescimento nos últimos anos. Isso tem a ver com a contínua superação da desinformação que associa esterilidade à impotência sexual.



Domínio Público

Fig. 13.13: Gravidez. Desenho de Gustav Klimt (1862-1918).

Acessível pelo site: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Klimt__Akt_einer_Schwangeren_nach_links.jpg?uselang=pt-br

Registra-se ainda uma outra perspectiva: o crescimento da decisão de adoção de crianças como um caminho à formação de famílias com filhos, especialmente, por aqueles casais inférteis, mais velhos ou homoafetivos.

No Brasil, vale lembrar, a edição de um novo Código Civil, em vigor desde 2002, trouxe o reconhecimento do Estado quanto a mudanças no papel da mulher, à organização das famílias, a novos costumes/comportamentos e às consequências das técnicas de reprodução artificial. No art. 1.596, por exemplo, não há mais a possibilidade legal de separar filhos como legítimos ou ilegítimos, em razão de havidos ou não no casamento, bem como por adoção, conforme se lê, a seguir:

...Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Fonte: BRASIL. Acessível pelo site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Capturado em 29/06/2015.

No art. 1.597, o Código Civil de 2002 equiparou os filhos gerados naturalmente àqueles concebidos *in vitro* (inclusive, com material genético doado por terceiro, ou seja, a chamada fertilização heteróloga):

III - havidos por fecundação artificial homóloga, mesmo que falecido o marido;

IV - havidos, a qualquer tempo, quando se tratar de embriões excedentários, decorrentes de concepção artificial homóloga;

V - havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.

Fonte: BRASIL. Acessível pelo site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm Capturado em 29/06/2015.



Mãe aos 50 anos!

Para se ter uma noção dos efeitos da disponibilidade de novas tecnologias de reprodução assistida com relação à maternidade em idade mais avançada, indicamos a leitura da reportagem de Iracema Sodré, intitulada *Grã-Bretanha tem boom de mães com mais de 50 anos*, disponível no site: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101104_mulheresfiv_is.shtml

Quanto à adoção de crianças por casais homoafetivos, coube ao Supremo Tribunal Federal (STF), em março de 2015, defini-la como ato perfeitamente legal, já que a Constituição em vigor no país não permite discriminação de sexo, cor, religião, assim como valoriza o princípio da dignidade da pessoa humana. Se a Constituição não é preconceituosa, então não se pode permitir desigualdade no tratamento entre casais heterossexuais e casais homoafetivos quanto ao direito de ter filhos, incluindo assumir a responsabilidade e a obrigação de educá-los dignamente.

Na verdade, só pôde haver o reconhecimento do direito à adoção por casais homoafetivos porque o mesmo STF reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo, em sentença/acórdão proferida em 2011. O entendimento da corte máxima foi o de estender aos casais homoafetivos os mesmos direitos e deveres previstos na união estável entre pessoas heterossexuais pelo novo Código Civil, em seu art.1.723, qual seja:

...É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Fonte: BRASIL. Acessível pelo site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Capturado em 29/06/2015.

Segundo dados do IBGE, em 2013, as uniões homoafetivas no Brasil totalizaram 3.701 formalizações ou 0,35% dos mais de um milhão de casamentos registrados. Essas informações estão disponíveis no site: <http://noticias.r7.com/brasil/brasil-registra-3700-casamentos-civis-entre-homossexuais-em-2013-09122014>

O reconhecimento legal de famílias diferentes do modelo tradicional não significa, todavia, que já se chegou ao fim do patriarcalismo. As famílias heterossexuais com filhos gravitando em torno do pai/chefe ainda se mantêm majoritárias no país - aliás, em todo o mundo. Acerca disso, ALVES e CAVENAGHI (2012) registram para o caso brasileiro:

Nota-se que os casais com filhos que eram quase 65% em 1980 caiu, para 61,3% em 1991, 58,8% em 2000 e chegou a 52,5% em 2010. Ou seja, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos familiares.

ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil, p.26.

Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

A Taxa de Nupcialidade no Brasil

A taxa de nupcialidade constitui o número de casamentos legalizados por mil habitantes (acima de 15 anos). Em 1970, era de 13 por mil hab.. Em 2013, estava em 6,9 por mil hab.. A tendência internacional de declínio percentual do matrimônio, portanto, é comprovada no Brasil. Urge destacar que, em números absolutos, contudo, não deixou de crescer. Em 1997, por exemplo, foram realizados 705.651 casamentos. Em 2013, o total chegaria a 1.052.477. A **Tabela 13.2** é ilustrativa da queda da taxa de nupcialidade no país:

Tabela 13.2: Distribuição Percentual das pessoas de dez anos e mais, segundo o tipo de união - Brasil - 1960-2010.

Tipo de união	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Civil e religioso	60,5	64,6	63,8	57,8	50,1	42,9
Só civil	12,8	14,1	16,3	18,3	17,3	17,3
Só religioso	20,2	14,4	8,1	5,2	4,3	3,4
União consensual ou estável	6,5	6,9	11,8	18,3	28,3	36,4

Fonte: ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. *Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil*, p. 11.

Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

Fica clara, pela **Tabela 13.2**, a redução dos tipos de casamento que envolvem diretamente religião (“Civil e religioso” e “Só religioso”). O tipo “Só civil” cresceu entre 1960 e 1991, registrando nas décadas seguintes um ligeiro declínio, embora com certa estabilidade. Em contrapartida, foi bastante significativa a elevação da formalização de uniões consensuais ou estáveis.

ALVES e CAVENAGHI (2012) observam que no ano de 2007, para cada quatro casamentos, um foi desfeito no país. Em 2013, essa relação evoluiu para 3 casamentos para cada divórcio, segundo dados do IBGE (informações publicadas no site: <http://noticias.r7.com/brasil/numero-de-casamentos-e-o-triplo-do-total-de-divorcios-no-brasil-09122014>). A taxa nacional seria de 2,3 divórcios por cada mil hab. de 20 anos ou mais.

A média nacional é de 15 anos de convivência conjugal antes do divórcio, sendo que o homem, em média, se divorcia aos 42 anos e a mulher aos 39 anos (informações do Registro Civil para 2013, publicadas pelo site: <http://noticias.r7.com/brasil/casais-brasileiros-ficam-em-media-15-anos-juntos-antes-do-divorcio-09122014>).

Cumprir lembrar que até o ano de 1977, quando foi aprovado projeto de lei de autoria do Senador Nélson Carneiro (1910-1986), pelo Congresso Nacional, o divórcio era proibido. Antes, havia apenas a possibilidade do desquite, o que não encerrava o matrimônio, considerado indissolúvel (após esgotadas todas as possibilidades de anulação previstas na lei). Era uma prática comum, então, que casais procurassem o amparo da lei no exterior para novos casamentos. O Uruguai, aliás, era um dos destinos preferidos.

Com a legalização do divórcio, um novo matrimônio é hoje um direito. O curioso é que a proporção de brasileiros divorciados que busca novo enlace é maior do que o de brasileiras divorciadas com intenção semelhante. O mesmo ocorre para a viuvez masculina, em relação à viuvez feminina.

Veja a **Tabela 13.3**, a seguir:

Tabela 13.3: Casamentos, segundo estado civil e sexo, Brasil -1997 - 2007.

Casamento e Estado civil	1997	2002	2007
Estado civil homem (%)			
Solteiro	95,02	90,44	88,23
Viúvo	1,64	1,93	1,78
Divorciado	5,86	7,67	9,91
Estado civil mulher (%)			
Solteira	98,09	94,44	88,23
Viúva	1,01	1,20	1,27
Divorciada	3,39	4,86	6,65

Adaptado de: ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil, p.11. Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

Valemo-nos de CASTELLS (1999) para registrar que essa predisposição do homem a não viver sozinho parece ser de fato maior do que a da mulher:

... É fato comprovado que na maioria das sociedades, homens solteiros que vivem sós têm menos saúde e vida mais curta, além de verificarem-se entre eles maiores taxas de suicídio e depressão do que entre os casados. Com as mulheres que se divorciam ou se separam acontece exatamente o contrário, apesar dos frequentes, se bem que curtos, períodos de depressão pós-divórcio.

Fonte: CASTELLS, Manuel. "Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2". São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.269.

Os novos arranjos familiares no Brasil

ALVES e CAVENAGHI (2012), a partir de conceituação da ONU, informam que há dois elementos básicos para se definir o que é família:

- i- haver dois componentes, no mínimo;
- ii- relações de parentesco ou consanguinidade, de casamento (ou união estável) e/ou decorrentes de adoção (afetividade).

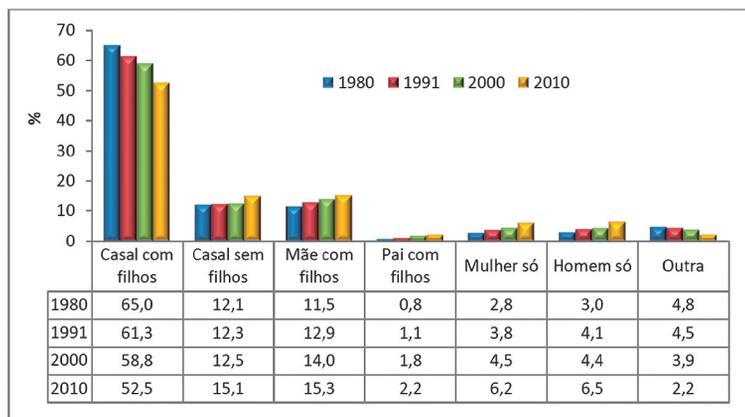
Portanto, uma pessoa residindo sozinha num domicílio não é uma família. Um número superior a duas pessoas num mesmo domicílio, sob um mesmo teto também não é necessariamente algo que forme uma família. Seria o exemplo de uma república de estudantes ou um pensionato para senhoras idosas.

Ou seja, não há uma perfeita coincidência entre família e domicílio. Isso tem de ser levado em conta quando se pensa em produzir dados e informações sobre a evolução das unidades familiares. Trata-se de uma questão importante também, entre outros aspectos, para a elaboração de políticas públicas de habitação popular.

Para se ter uma melhor noção, entre 1950 e 2000, a população brasileira acumulou 226,9% de aumento. O número de domicílios variaria, então, em 345,89%. Já as unidades familiares tiveram 380,11%. Com isso, não há como não se compreender o porquê de no Brasil existir significativo número de domicílios que são ocupados por mais de uma família com ou sem laços de sangue.

ALVES e CAVENAGHI (2012) organizaram com os dados dos censos demográficos do IBGE um gráfico que permite verificar a diversificação dos arranjos familiares no Brasil, desde a década de 1980. Veja o **GRÁFICO 13.1**:

Gráfico 13.1: Diversificação das unidades familiares no Brasil - 1980-2010.



Adaptado de: ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S. Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil, p. 27. Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

Uma análise rápida da **Gráfico 13.1** ratifica a significativa redução da participação das famílias, cujos casais têm filhos.

Para os casais sem filhos, o incremento está associado à decisão de não ter filhos ou mesmo adiar a gravidez ou a adoção. Há ainda o fato de que filhos e filhas saem de casa, deixando o convívio sob mesmo teto com seus pais: é o *ninho vazio*!

ALVES e CAVENAGHI (2012) observam que a categoria OUTRA se refere a famílias, cujos chefes não são nem os pais nem as mães. São outros parentes, a exemplo de avós, tios ou mesmo filhos.

O incremento das porcentagens de homens e mulheres vivendo sós pode ser, por sua vez, um efeito do envelhecimento da população como um todo. Os últimos censos demográficos mostram, todavia, que a velhice é majoritariamente feminina: os homens morrem não tão longevos, na média.

As famílias monoparentais, isto é, com pais ou mães criando sozinhos seus filhos se destacam. As famílias monoparentais femininas apresentaram, em 2010, uma participação quase 8 vezes maior do que as famílias chefiadas por homens.

Vale registrar que, em mais de 80% das separações, é com a mãe que permanece a guarda dos filhos, em conformidade com as sentenças das varas de família. Por vezes, isso significa um peso maior para a mulher, considerando:

- a administração do dia a dia de um jovem numa sociedade complexa, consumista e violenta;
- a manutenção financeira e material da família;
- a conciliação com as atividades profissionais e de qualificação;
- o direito dela à reconstrução de sua vida afetiva ou matrimonial.

Mas, as famílias monoparentais masculinas mais do que dobraram no período em questão, o que pode estar sinalizando alterações, no que toca à guarda das crianças após a separação. Há relatos de ex-maridos que alegam que se afastam dos filhos, porque as ex-mulheres dificultariam seus contatos por motivos os mais diversos. Se isso é plausível/aceitável ou não, o fato é que, em dezembro de 2014, entraria em vigor a Lei 13.058, alterando o Código Civil para permitir que se peça à justiça a “guarda compartilhada”.



Guarda Compartilhada

Veja o vídeo da TV Justiça do STF, editado em fevereiro de 2015, em que se entrevista a advogada e especialista em Direito de Família Dra. Marcela Maria Furst. Disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=wXmnj38GzfY>

Confira! É importante para quem trabalha com crianças e adolescentes. Em muitos casos, o mau desempenho cognitivo e/ou disciplinar/comportamental na sala de aula e na convivência com colegas, professores e o pessoal administrativo das escolas provém de efeitos sobre os jovens da instabilidade de suas questões afetivas e familiares.



Atende ao Objetivo 1

1. Com base no que estamos trabalhando até agora, comente o seguinte raciocínio da filósofa e escritora francesa Simone de Beauvoir (1908-1986), uma das personalidades principais do feminismo no século XX:



Fig. 13.14: Simone de Beauvoir

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Jean-Paul_Sartre#/media/File:Sartre_and_de_Beauvoir_at_Balzac_Memorial.jpg

“...não se nasce mulher, torna-se mulher”.

in: PENA, M. V. J., CORREIA, M. C. e BRONKHORST, B. van.

A questão de gênero no Brasil. Brasília (DF): Banco Mundial, 2003, p.35.

Resposta Comentada

Existem diferenças óbvias entre homens e mulheres do ponto de vista fisiológico, inclusive na questão da maternidade. Essas diferenças, contudo, não são suficientes para explicar divisões rígidas entre os gêneros com relação a papéis, funções, tarefas, direitos e deveres, que as sociedades definiram ao longo da história da humanidade. Elas não apenas definiram uma divisão desigual. Elas criaram um sentido de justiça que explicasse e naturalizasse essa desigualdade. A difusão desse sentido de justiça passa pela cultura, pela educação, pela religião, pelas leis, enfim, tem natureza ideológica. Portanto, as crianças, desde a mais tenra idade, vão sendo acostumadas com a definição de papéis que deverão assumir e se identificar, segundo o entendimento majoritário da própria sociedade. Nesse contexto, meninos e meninas assumiriam identidades masculinas e femininas estabelecidas respectivamente pela sociedade. Por isso, não se nasce mulher. A menina torna-se ou é levada a se tornar a mulher, definida segundo paradigmas sociais e culturais.

Acesso a Mercados de Trabalho e Aspectos da Violência contra a Mulher

A crescente participação feminina nos mercados de trabalho no meio técnico-científico informacional: algumas contradições

CASTELLS (1999) observa que, em escala mundial, não haveria nestas primeiras décadas do século XXI efetiva falta de mão de obra masculina, em termos quantitativos que justificasse a

crescente participação da mulher em mercados de trabalho. Isso aconteceu claramente durante a II Guerra Mundial, quando boa parte do trabalho nas fábricas de países envolvidos no conflito foi assumida pela mão de obra de mães, irmãs, esposas dos milhões de militares engajados.

Nas últimas décadas, o aumento da contratação de trabalhadoras decorreria mais de questões qualitativas do que meramente de uma demanda quantitativa. A globalização demandaria algo com que a mulher já lida com muita habilidade, há tempos: a gestão de relacionamentos e informações em ambientes privados. A contradição é que essa competência/habilidade feminina parece vir dos papéis que tradicionalmente foram definidos como femininos pela cultura do patriarcalismo.

Além disso, na economia da fase atual do desenvolvimento capitalista existiriam outras condições específicas e/ou locais/regionais dos mercados de trabalho que levariam a mulher a ser escolhida como força de trabalho, em detrimento do homem. Uma delas seria ligada à flexibilidade e à precarização, ou seja, à mão de obra feminina vem sendo oferecida parte considerável de empregos de horário parcial ou sob regime informal. Esses são os empregos que tendem a pagar remunerações menores.

Ou seja, não há como não se festejar a crescente participação da mulher em mercados de trabalho em todo o mundo e o potencial que essa dinâmica tem para reverter a segregação inerente ao patriarcalismo. Todavia, é preciso destacar que uma boa parte das trabalhadoras são contratadas em condições distantes do ideal, justamente porque foram educadas para aceitar como supostamente naturais situações autoritárias ou injustas, inclusive, no que toca à (des)igualdade de ganhos entre sexos. A respeito, CASTELLS observa:

Com a expansão universal do nível de instrução, inclusive educação superior principalmente nos países mais desenvolvidos, as mulheres passaram a constituir uma fonte de habilidades imediatamente explorada pelos empregadores. A

diferença dos salários percebidos pelas mulheres em reação aos homens persiste no mundo inteiro, embora na maioria dos países avançados, a diferença do perfil ocupacional seja pequena (...). É importante ressaltar que, na maioria dos casos, não se pode dizer que as mulheres não tenham suas qualificações reconhecidas, ou que estejam fadadas a realizar tarefas menores; ao contrário, estão sendo cada vez mais promovidas a cargos multifuncionais que requerem iniciativa e bom nível de instrução...

Fonte: CASTELLS, Manuel. "Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2". São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.204.

Nos países desenvolvidos, as mulheres estão sendo crescentemente incorporadas ao setor de serviços, sobretudo, aqueles ligados ao comércio, à informática, à gestão empresarial e ou aos serviços públicos (educação e saúde, por exemplo). Já em países de menores níveis de desenvolvimento, o trabalho feminino é basicamente aproveitado nas cidades em setores informais, sobretudo, em serviços domésticos ou de baixa qualificação. Em áreas rurais, ainda se tem um perfil associado às atividades agropecuárias tradicionais.

Aos homens, seja em países desenvolvidos, seja naqueles de menores níveis de desenvolvimento, o perfil do trabalho tende a se situar em segmentos da produção/industrialização de bens e serviços mais pesados, bem como de reparo e manutenção.

Em muitas famílias, mesmo com a tendência a menores ganhos, a renda do trabalho feminino é fundamental para complementar remunerações dos maridos/pais/irmãos, mas isso não quer dizer necessariamente que se reduzam obrigações domésticas tradicionalmente associadas à condição de esposa/filha/irmã/mãe.

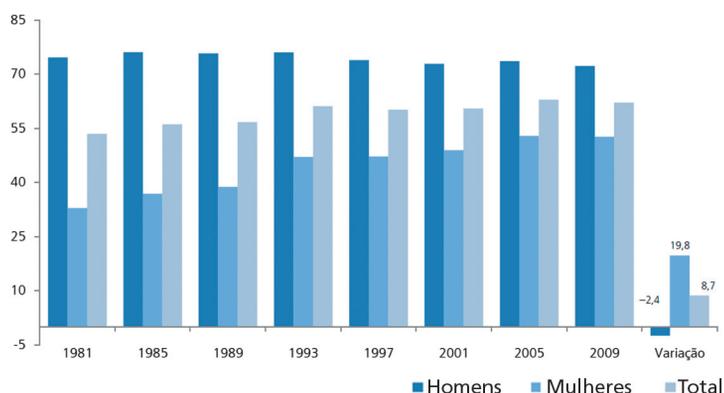
A redução da dupla jornada da mulher - e a crescente assunção de suas tarefas pelos companheiros, filhos, pais, etc. - é vista por muitos especialistas como um indicador importante da evolução da sociedade, com respeito à temática de gênero.

Em países do norte da Europa (que não à toa lideram o ranking de igualdade de gênero que citamos no início desta aula), a ampliação do tempo de licença à paternidade foi uma medida adotada pelos governos, visando ao estímulo à maternidade (dada a baixa fecundidade e o processo adiantado de envelhecimento demográfico). Sem que os companheiros/pais assumissem mais funções no cuidado e na educação dos filhos, as mulheres simplesmente evitavam ter filhos ou, na melhor das hipóteses, buscavam ter apenas uma criança, justamente pelo peso da jornada.

Aspectos do mercado de trabalho feminino no Brasil

Em linhas gerais, a participação e as características do trabalho feminino seguem as tendências que foram esboçadas anteriormente. A evolução da crescente presença feminina no mercado de trabalho brasileiro pode ser vista pelo **GRÁFICO 13.2**, elaborado com base em dados da PNAD/IBGE:

Gráfico 13.2. Brasil: evolução da taxa de participação no mercado de trabalho por sexo – 1981-2009.



Fonte: NONATO, F. A. P. et alli. O Perfil da Força de Trabalho Brasileira: trajetórias e perspectivas. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. V.17, mai. 2012. Brasília (DF): BRASIL- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), p 35. Disponível pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt51_completo.pdf

O **Gráfico 13.2** mostra, portanto, que a participação masculina teve uma variação negativa de 2,4%, embora se mantivesse ao redor dos 70%. Isto é, cerca de 70% dos homens estão entre os economicamente ativos. Já as mulheres tiveram um comportamento extraordinário. Apenas 30% das mulheres em idade ativa estavam economicamente ativas em 1981. No final dos anos 2000, a porcentagem subiria para cerca para 50%, com uma variação na casa dos 20%.

O rendimento médio mensal feminino no Brasil é da ordem de 70% (para o ano de 2009) do rendimento mensal masculino. Sobee para cerca de 83%, quando se ajusta o número de horas trabalhadas. Isto, porque, também no país, a jornada de trabalho formal da mulher é menor do que a dos homens. As mulheres têm dificuldades de fazer horas-extras ou de assumir funções em horários noturnos ou que envolvam finais de semana. Em termos de hora de trabalho, a mulher recebe, em média, menos 17% que o homem (GUIMARÃES, 2012).

Nos **Gráficos 13.3 e 13.4**, tem-se uma noção de como variam os rendimentos do trabalho de acordo o gênero por estados e por regiões do país.

Gráfico 13.3: Rendimento médio mensal, por sexo, segundo as Unidades da Federação - 2010.

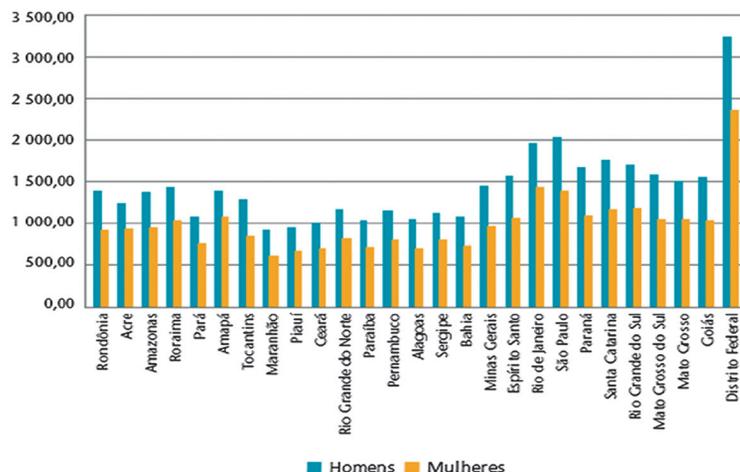
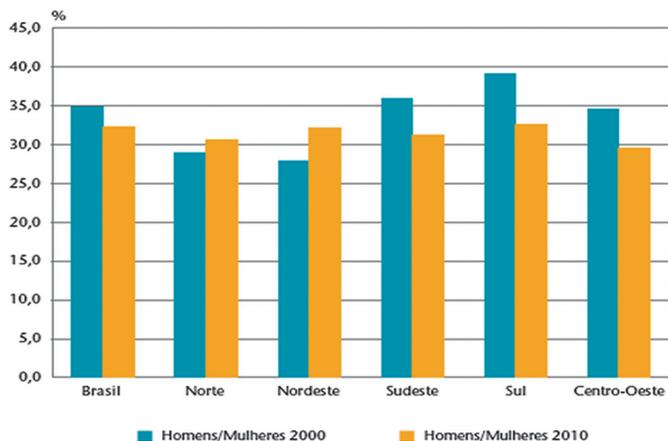


Gráfico 13.4: Evolução da diferença percentual entre o rendimento médio mensal de homens e mulheres, segundo as Grandes Regiões - 2000/2010.



Gráficos 13.3 e 13.4 - Adaptação de:

Atlas do Censo Demográfico 2010, cap 8, p.121. Disponível pelo site:
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

No **Gráfico 13.4**, comprova-se a queda relativa da diferença de renda entre brasileiros e brasileiras economicamente ativos, para o país e para as Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Na Região Norte, uma hipótese para a distância ter se ampliado reside no fato de que os fluxos migratórios trazem mais homens que mulheres. No Nordeste, uma hipótese é de que o trabalho feminino lá permanece com boa concentração em atividades informais domésticas de baixa remuneração.

No **Gráfico 13.3**, vê-se rapidamente que não há Unidade da Federação em que as trabalhadoras brasileiras tenham rendimentos mensais médios superiores aos dos homens. Mesmo em estados mais ricos, a diferença persiste, inclusive, no Distrito Federal, cuja renda per capita é a maior do país.

Em Brasília (DF), em razão do trabalho formal ser, sobretudo, decorrente de empregos públicos, deveríamos encontrar um menor hiato entre os ganhos de homens e mulheres - inclusive, porque cada vez são aprovadas mais candidatas que candidatos nos concursos

públicos em todo o país. E crescentemente exige-se escolarização mais alta nos editais de certames públicos.

Nesse contexto, compreende-se o que GUIMARÃES (2012) observa para o Brasil como um todo:

... (as trabalhadoras com 12 ou mais anos de estudos) recebiam apenas 65,5% do rendimento dos homens ocupados. Quanto mais se eleva o nível de escolaridade, e quanto mais se sobe na escala salarial, maior tende a ser a desigualdade de remunerações entre homens e mulheres, em função, entre outros fatores, da maior dificuldade de ascensão das mulheres nas carreiras profissionais - a possibilidade dos homens terem promoções e passarem a exercer cargos de direção, e, portanto, aumentar os seus rendimentos, é muito maior que a das mulheres.

Fonte: GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. *Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação*. Brasília: OIT, 2012. Versão Resumida. Disponível pelo site: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/perfil_do_trabalho_decente_no_brasil.pdf

Não há dúvidas de que a luta da mulher brasileira pela igualdade na oferta de oportunidades, no tratamento e na remuneração passa pela continuidade da ampliação da escolarização feminina. GUIMARÃES (2012) sustenta, contudo, que muitas alunas, especialmente aquelas no nível de qualificação técnica (Ensino Médio), têm dificuldades de permanecer estudando, em razão de questões domésticas ou familiares (gravidez precoce). Deste modo, seria importante a instituição de medidas pelo Estado, a exemplo de uma melhor orientação quanto à vida sexual ou mesmo ofertando diretamente, ou mesmo estimulando a abertura de creches pelo setor privado.

No Brasil, o trabalho feminino tem nos serviços domésticos um de seus maiores mercados. A propósito, havia, em 2009, 6,93 milhões de trabalhadores domésticos, entre 16 e 64 anos, dos quais 6,4 milhões eram do sexo feminino - ou 93,4% do total. 61,9%

das mulheres empregadas em serviços domésticos eram negras ou pardas. De toda a ocupação feminina no país, 19,2% estão nessa categoria, ou seja, uma em cada cinco trabalhadoras brasileiras é doméstica (GUIMARÃES, 2012).

A importância do trabalho doméstico no Brasil é imensurável, não apenas pelo número de pessoas nele empregadas. Sua importância estaria ainda no fato de que ele viabiliza a muitas famílias que as donas das casas trabalhem fora. Muitas mães preferem o cuidado de quem trabalha na casa a colocar seus filhos em creches. O mesmo para os idosos. É uma relação de trabalho complexa, pois é comum haver ligações pessoais que vão além do que estipulam as leis. Para muitos estudiosos, as relações entre patrões e empregados domésticos no Brasil urbano-metropolitano de hoje ainda estariam influenciadas por costumes de épocas passadas.

Talvez, por isso, somente em pleno século XXI, a categoria viria a ter direitos trabalhistas reconhecidos, os mesmos, aliás, já há tempos estendidos a outros grupos de profissionais. Com a nova legislação, acredita-se que o trabalho doméstico no país vá se assemelhar ao de outros países, tornando-se melhor remunerado e mais profissionalizado.

Até o presente, todavia, a sindicalização dos trabalhadores domésticos vem sendo baixa em todo o país: apenas 2,2% em 2009. Com isso, há muita informalidade e ainda situações lamentáveis como o emprego de menores de 18 anos (apesar da proibição expressa da lei). Entre 10 e 17 anos, havia 363 mil jovens empregados domésticos no Brasil. Destes, 340 mil eram meninas - 233 mil eram moças negras.

De todos os trabalhadores domésticos, homens e mulheres, do país, apenas 28,6% tinham carteira assinada, em 2009. Mesmo sendo minoritários, os homens tinham carteiras assinadas em cerca de 50% dos casos. Já as mulheres, só 27,2%. Das trabalhadoras negras, apenas 25,4% estavam registradas, ao passo que as brancas (embora minoritárias) chegavam a 30,3%.

A questão do trabalho doméstico no Brasil, portanto, segue características mais amplas da sociedade brasileira, no que toca à desigualdade de gênero e de cor. Em 2013, buscando reparar a enorme injustiça com a categoria dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas, o Estado brasileiro aprovou a Emenda Constitucional 72. Em 2015, a regulamentação da referida emenda viria com a Lei Complementar 150.



A Emenda Constitucional 72 e a sua regulamentação pela Lei Complementar 150/2015.



Fig. 13.15: Foto alusiva à Lei Complementar 150/2015. Disponível no site: <http://www.brasil.gov.br/governo/2015/06/lei-das-domesticas-e-sancionada-e-preve-recolhimento-do-fgts>



Se você quiser conhecer um pouco mais dos direitos dessa relevante categoria profissional, confira o site:

<http://portal.mte.gov.br/imprensa/lei-n-150-2015-regulamenta-direitos-dos-domesticos/palavrachave/lei-das-domesticas-lei-n-150-2015.htm>



Atende ao Objetivo 2

2. Veja o **GRÁFICO I**.

Gráfico I: Rendimentos Médios Homens e Mulheres - Classes de Municípios - 2010.

Rendimento médio para homens		Rendimento médio para mulheres	
em reais	nº de municípios por classe	em reais	nº de municípios por classe
350,00 a 680,00	1607	350,00 a 680,00	3234
680,01 a 1.200,00	2511	680,01 a 1.200,00	2208
1.200,01 a 1.500,00	946	1.200,01 a 1.500,00	95
1.500,01 a 2.300,00	463	1.500,01 a 2.300,00	25
2.300,01 a 4.000,00	38	2.300,01 a 4.000,00	3
Brasil: 1.586,58		Brasil: 1.074,05	

Adaptação de: Atlas do Censo Demográfico 2010, cap 8, p.121.

Disponível pelo site: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

Agora, faça uma rápida verificação de como se distribuem as remunerações de homens e mulheres no nível municipal:

Resposta Comentada

- I. O número de municípios da menor classe de rendimento médio em reais (R\$ 350,00 a R\$ 680,00) para as mulheres é mais do que o dobro dos mesmos para os homens.
- II. Há uma certa aproximação na classe de R\$ 680,01 a R\$ 1.200,00.
- III. Entre R\$ 1.200,01 e R\$ 1.500,00, há praticamente dez vezes mais municípios em que os homens ganham a mesma remuneração que as mulheres.
- IV. Entre 1.500,01 e R\$ 2.300,00, chega a quase 18 vezes.
- V. Na última classe, o múltiplo é 12.
- VI. O rendimento médio dos homens é mais alto que o das mulheres em todo o país.

A Violência contra a Mulher no Brasil.

CASTELLS (1999) considera que, mesmo com a evolução ocorrida nas últimas décadas, ainda há muita resistência e conservadorismo que toca à temática de gênero e de família:

...Repito mais uma vez que na História não há direcionamento predeterminado (...) o patriarcalismo dá sinais no mundo interior de que ainda está vivo e passando bem, apesar dos sintomas de crise. Entretanto, a própria intensidade das reações em defesa do patriarcalismo, como o observado no movimento religioso fundamentalista, cuja força vem crescendo em vários países, é sinal da intensidade dos desafios antipatriarcais. (...) A habilidade, ou inabilidade, dos movimentos sociais feministas e de afirmação da identidade sexual para institucionalizar seus valores dependerá, essencialmente, de suas relações com o Estado, sempre o último refúgio do patriarcalismo ao longo da história.

Adaptado de: CASTELLS, Manuel. "Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2". São Paulo: Paz e Terra, 1999, p.277/278.

A resistência e o conservadorismo seriam justamente dois dos fatores que contribuem para a persistência de um fenômeno social lamentável em todo o mundo: a tolerância à violência contra a mulher - e também a grupos LGBT.

No Brasil, a evolução da dinâmica de violência contra a mulher e contra pessoas ou grupos ligados à liberação sexual é similar ao que ocorre em todo o mundo. Mas é preciso observar que estamos numa posição extremamente desconfortável: somos a sétima num *ranking* de 84 nações, com uma taxa de homicídios de 4,4 mulheres por cada cem mil, segundo WAISELFISZ (2012).

À nossa frente, naquele mesmo triste *ranking*, estão El Salvador (10,3), Trinidad y Tobago (7,9), Guatemala (7,9), Rússia (7,1), Colômbia (6,2) e Belize (4,6). Em melhor posição, aparece a Argentina (36º lugar, com 1,3). Os EUA apresentam-se na 24ª posição, com 2,1. Já os principais países da Europa Ocidental estão todos em posições superiores ao 50º lugar, com taxas inferiores a um homicídio feminino por cada cem mil mulheres.

Ou seja, o Brasil tem muito a fazer para reduzir a violência contra a mulher, apesar de avanços importantes no campo da legislação e da atuação policial. A edição da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei Maria da Penha, e a atuação de delegacias especializadas e juizados com atuação direcionada à defesa da mulher contra a violência doméstica.

Na verdade, conforme apresentamos na Aula 12, ainda há muito a se fazer para uma redução a níveis considerados como toleráveis de violência e de criminalidade para toda a população do país. O Brasil é um país violento (e, por vezes, covarde)... infelizmente!



Lei Maria da Penha



Fig. 13.16: Maria da Penha Maia Fernandes
Autoria: Fábio Rodrigues Pozzebom/Ag.Brasil (2015).
Disponível no site: http://radios.etc.com.br/sites/_radios/files/maria_da_penha_0.jpg

Maria da Penha Maia Fernandes (1948*) é uma farmacêutica cearense cuja vida conjugal de mais de 20 anos foi marcada por muita violência. As constantes agressões por parte de seu marido, que chegaram a duas tentativas de homicídio, deixaram-na, inclusive, paraplégica. A Lei 11.340 leva seu nome em homenagem à sua luta pela vida e pela justa punição a seu ex-cônjuge.

Mais informações sobre a Lei Maria da Penha podem ser obtidas no site: <http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/lei-maria-da-penha/sobre-a-lei-maria-da-penha>
Não deixe de conferir!

Acompanhando o crescimento da violência no país como um todo a partir dos anos 1980, a violência contra a mulher ceifou 91 mil mulheres em trinta anos. Deste impressionante número, 43,5 mil foram assassinadas na década de 2000! Em 1980, foram mortas 1.353 mulheres. Esse número cresceria em 217,6%, alcançando 4.267 em 2010.

Pelo **Gráfico 13.5**, tem-se uma visão perspectiva da evolução das taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres) entre 1980 e 2010.

Gráfico 13.5: Brasil. Taxas de homicídios femininos (em 100 mil mulheres) - 1980 e 2010.



Adaptado de: WAISELFSZ, JULIO J. Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011, p.6.
Disponível pelo site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf

Entre 1980 e 1996, portanto, a taxa por cem mil saíria de 2,3 e dobraria para 4,6. Em razão de toda uma série de medidas governamentais e da atuação da sociedade civil, haveria uma certa estabilização e declínio até 2007 (3,9), um ano após a entrada em vigor da Lei Maria da Penha. Depois de 2007, lamentavelmente, haveria novo incremento, estabilizando-se ao redor de 4,4 por cada cem mil mulheres. Portanto, tornam-se necessárias novas medidas para combater a violência de gênero. Por esse motivo, o Congresso Nacional editaria a Lei 13.104, em 2015, alterando o art. 121 do Código Penal. A propósito, esta lei é conhecida como a *Lei do Femicídio*, agravando as penas relativas a crimes por razões da condição de sexo feminino:

§ 2o-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

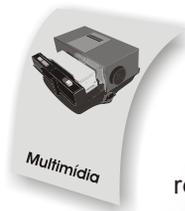
§ 7o A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.”

Adaptado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm



A luta pela criminalização da homofobia

A redução da tolerância da sociedade com relação aos crimes tipificados pela Lei do Feminicídio vem sendo acompanhada pela luta em favor da criminalização da homofobia, luta essa sustentada por grupos LGBT e também por aqueles ligados aos direitos humanos no país.

Sobre essa temática, sugerimos que você acesse a matéria jornalística produzida pela TV BRASIL no site: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/01/projeto-de-lei-contr-a-homofobia-deve-ser-arquivado-no-congresso>

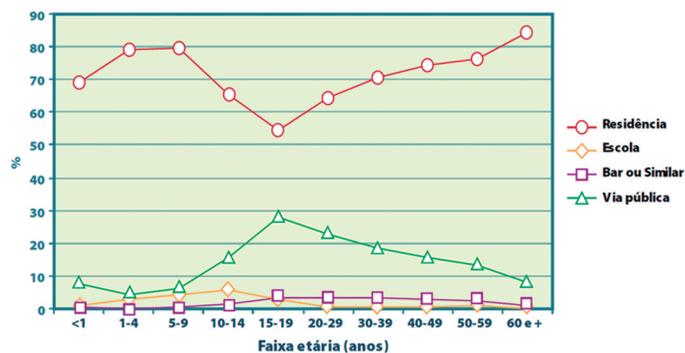
Não deixe de conferir!



Atende ao Objetivo 2

3. Veja o **Gráfico I**.

Gráfico I: BRASIL . (%) de atendimentos femininos por local de ocorrência.



Adaptado de: WAISELFSZ, JULIO J. Mapa da Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011, p. 14.
Disponível pelo site: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_mulher.pdf

Agora, descreva dois aspectos da violência contra a mulher representados pelos atendimentos, segundo o local de ocorrência, no Gráfico I:

na maior parte das situações de violência. Dos 10 anos em diante, aparece a figura do pai ou do padrasto. Dos 5 aos 19 anos, também há uma certa concentração de registros de violência contra meninas e moças, cujos agressores são amigos ou conhecidos. Agressões por desconhecidos se concentram entre 15 e 19 anos. Dos 20 aos 60 anos, destacam-se porcentagens significativas de registros, cujos atos ofensivos partiram de cônjuges e ex-cônjuges. Na terceira idade, perto da metade das ocorrências contra as senhoras vem de seus próprios filhos.

CONCLUSÃO

Na Geografia da População do Brasil, as questões relacionadas ao gênero acompanham tendências verificadas em todo o mundo, no contexto do desenvolvimento do meio técnico-científico informacional da fase atual da transição demográfica.

A maior participação da mulher na sociedade brasileira é um processo marcado por conquistas em diversos segmentos, mas ainda não se conseguiu reverter a desigualdade de tratamento, de oportunidade e de remuneração em relação ao homem. Também não se reduziram as taxas de violência contra a mulher - e contra segmentos LGBT.

Em suma: verificamos avanços importantes em legislações civil, penal e trabalhista; ampliamos a participação feminina na política e na economia formal; tivemos maior acesso da mulher à Educação, ao esporte; transformamos conceitos ligados a estruturas de família, ao casamento, ao amor, ao sexo; colocamos em xeque a rigidez da suposta diferença entre papéis (ditos) masculinos e femininos, própria do patriarcalismo.

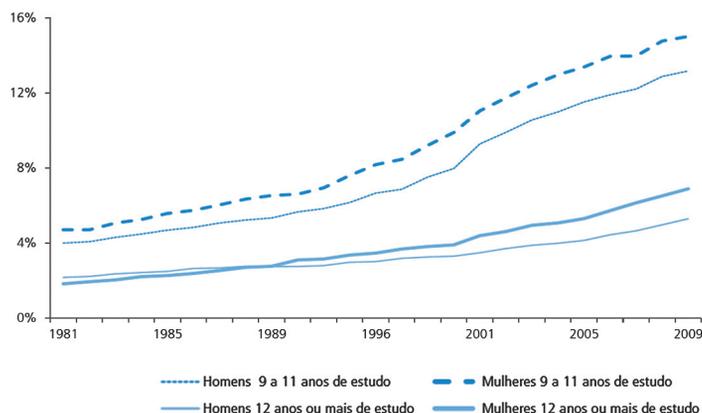
Para que esses avanços continuem, não há dúvidas sobre a importância da Educação na formação de novas gerações mais tolerantes, cooperativas e generosas.

Atividade Final

Atende aos objetivos 1 e 2

Com base no que trabalhamos ao longo desta aula, analise e compare os **Gráficos II e III**, a seguir:

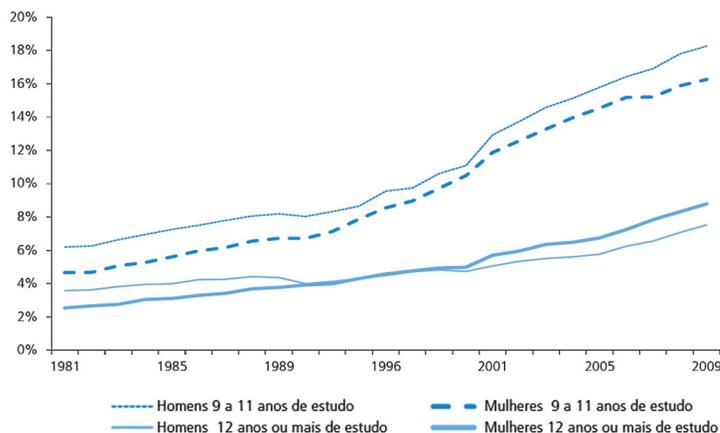
Gráficos II: BRASIL - PIA por sexo e anos de estudos - 1981 / 2009.



Adaptado de: NONATO, F. A. P. et alli. O Perfil da Força de Trabalho Brasileira: trajetórias e perspectivas. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. V.17, mai. 2012. Brasília (DF): BRASIL- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), p 37.

Disponível pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt51_completo.pdf

Gráficos III: BRASIL - PEA por sexo e anos de estudos - 1981 / 2009.



Adaptado de: NONATO, F. A. P. et alli. O Perfil da Força de Trabalho Brasileira: trajetórias e perspectivas. In: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. V.17, mai. 2012. Brasília (DF): BRASIL- IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), p 37. Disponível pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt51_completo.pdf

b) no que toca à PEA, vê-se que o aproveitamento dos homens com 9 a 11 anos de estudos é maior do que as mulheres da mesma categoria, desde os anos 1980. Já na categoria igual ou maior que 12 anos, somente a partir do ano 2000, as mulheres ultrapassaram a participação dos homens;

c) a diferença de comportamentos entre PIA e PEA sugere que as mulheres sejam cada vez mais escolarizadas, mas só passam a uma condição de participação majoritária, quando estamos falando de quem possui curso superior.

RESUMO

I- A ampliação da participação feminina para além dos limites dos ambientes privados no Brasil é algo que decorreu da modernização da economia nacional ao longo do século passado, assim como da evolução demográfica marcada pelo envelhecimento da população do país. A população brasileira tem mais mulheres que homens!

II- As questões de gênero no Brasil se situam, guardadas as características próprias à nossa sociedade, no contexto do desenvolvimento da fase atual do capitalismo, ou seja, no meio técnico-científico informacional. As redes sociais diversas facilitam o intercâmbio de conceitos, opiniões e informações que influenciam a estabilidade de estruturas e arranjos familiares tradicionais. Nestes, ao redor da figura central do pai/marido/provedor, estão a esposa e os filhos. Esse modelo é definido como patriarcal;

III- Ainda hoje, no Brasil e no mundo, nas leis que regulamentam diversos aspectos da vida civil, política e econômica, estão presentes elementos da cultura do patriarcalismo. Essa cultura se fundamenta na definição de papéis femininos e masculinos, de modo rígido. O movimento feminista, ao longo de sua história, foi questionando

essa rigidez e toda uma série de costumes e códigos de conduta sexual - o que o aproximou das demandas de grupos homossexuais e transexuais (LGBT);

IV- Mesmo ainda distante de uma situação efetiva de igualdade de tratamento, oportunidade e remuneração, a maior participação da mulher na sociedade, nas últimas décadas, gerou alterações na organização e estruturação das famílias, contribuindo para o surgimento de novos arranjos, o que tornou a família patriarcal não mais hegemônica (embora permaneça ainda majoritária);

V- No Brasil, os novos arranjos mostram um aumento significativo das famílias monoparentais com mulheres na condição de chefes. Esses novos arranjos foram viabilizados pelo reconhecimento do direito ao divórcio e das uniões estáveis, inclusive, para casais homoafetivos;

VI- O novo Código Civil (2002) reconheceu os efeitos jurídicos da evolução das tecnologias de fertilização assistida. Com isso, igualaram-se direitos de filhos concebidos naturalmente àqueles derivados de fertilização *in vitro*. O mesmo Código ampliaria as possibilidades de adoção de crianças e da igualdade delas perante filhos naturais. Na verdade, não há mais no país a divisão entre filhos legítimos (concebidos no casamento e reconhecidos pelo pai) e não legítimos.

Essa temática é importante para casais em que a maternidade foi postergada, prejudicada pela infertilidade ou ainda para casais homoafetivos. Para o Código Civil de 2002, seguindo princípios da Constituição de 1988, o conceito de família passa obrigatoriamente pela afetividade;

VII- Outra referência importante do Código Civil de 2002 é a concessão da “guarda compartilhada”. Isso significa distribuir ônus e ônus a pai e mãe que se divorciaram. É uma questão de justiça para com a criança ou o adolescente, que precisa da atenção de ambos. É também uma questão importante para muitas mães não mais casadas que acabavam por criar seus filhos praticamente sem um

maior apoio de seus ex-maridos ou companheiros. Para a escola, as questões internas à família do aluno ou aluna devem ser observadas, devido à influência que podem ter em seu comportamento e em seu rendimento;

VIII- As mulheres em todo o mundo ainda não conseguiram se equiparar, em rendimentos, aos homens, embora sejam cada vez mais possuidoras de escolarização superior a eles. O acesso à mulher nos mercados de trabalho é cada vez maior, porque ela apresenta uma habilidade muito valorizada pela globalização: a capacidade de gestão de pessoas e informações em ambientes privados. Contraditoriamente, essa habilidade provém do patriarcalismo. As empresas se aproveitam disso; afinal, a cultura patriarcal valoriza uma formação que tende a levar a mulher a um comportamento submisso - agora, à disciplina do ambiente de produção e trabalho. Nesse processo, a mulher acaba por ter menores rendimentos, embora muitas vezes realize praticamente o mesmo trabalho que o homem, além de ser preterida a cargos de decisão (os que têm maiores salários). Outro fator que explica menores ganhos da mulher é a sua dificuldade de trabalhar em turnos noturnos, finais de semana, considerando a dupla jornada que realizam em casa. Trabalhos precários e/ou em horários parciais acabam sendo alternativas para muitas mulheres;

IX- Em países subdesenvolvidos, a maior participação da mulher em mercados de trabalho urbanos é direcionada para segmentos informais da economia, especialmente, para trabalhos domésticos. O Brasil não fica distante disso, sendo prova o fato de que, somente na segunda década do século XXI, estendeu ao trabalho doméstico (realizado basicamente por mulheres) direitos trabalhistas e previdenciários, há muito disponibilizados para outras categorias profissionais;

X- A violência contra a mulher se caracteriza por ser doméstica. Na infância, pais e mães são agressores. Na adolescência, pais e

padrastos, principalmente. Em idade adulta, companheiros e maridos (ou ex-maridos). Na terceira idade, os próprios filhos. Os registros de violência contra a mulher (e contra pessoas homossexuais) ocorrem em todo o país, que ocupa a 7ª posição entre as nações mais violentas em questões de gênero. Há uma certa cultura de tolerância à violência de gênero que precisa ser mudada. O país, a propósito, é o 71º no ranking mundial de igualdade de gênero.

Informações sobre a próxima aula

A Aula 14 trabalhará aspectos eleitorais que envolvem a população brasileira, sua distribuição e sua representatividade. Mais precisamente, serão apresentados argumentos a favor e contra a manutenção do voto obrigatório, assim como de alteração do modelo de voto proporcional para o distrital nas eleições para cargos do Poder Legislativo (vereadores e deputados estaduais e federais).

Até lá!

Leituras recomendadas

CASTELLS, Manuel. *Fim de Milênio. A era da informação: economia, sociedade e cultura: v.2*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

NONATO, F. A. P. et alli. O Perfil da Força de Trabalho Brasileira: trajetórias e perspectivas. In: *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. V.17, mai. 2012. Brasília (DF): BRASIL/IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), p 35. Disponível pelo site: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt51_completo.pdf

Aula

14

Tendências da Geografia da População do Brasil nas primeiras décadas do século XXI: o eleitor/cidadão e a democracia

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Discutir temas relacionados à Geografia Eleitoral, como a percepção do povo em relação aos Poderes do Estado, a identificação da população com os partidos políticos, a sub-representação dos estados de maior população no Congresso Nacional e as distorções nas legislações partidária e eleitoral que influenciam o desenvolvimento socioeconômico e político do Brasil.

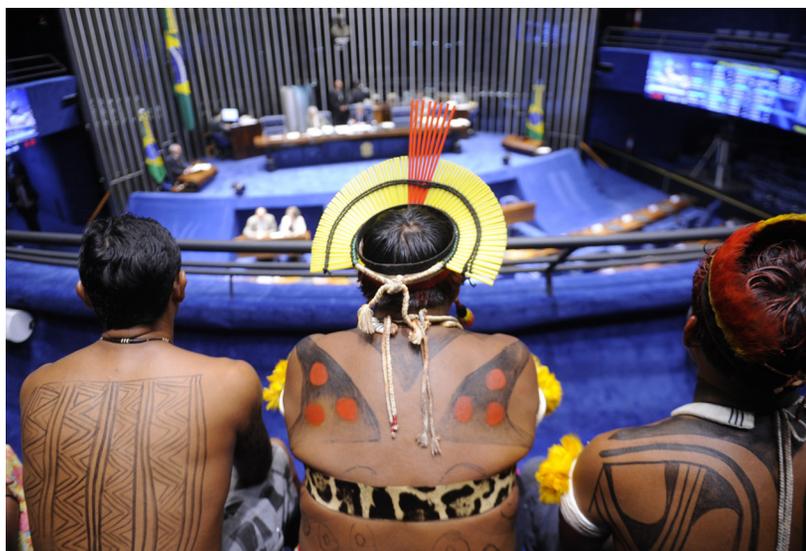
Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. associar aspectos da Geografia da População do Brasil ao temário da Geografia Eleitoral, especialmente, a questões como a sub-representação dos estados mais populosos no Congresso Nacional, a identificação do cidadão com os partidos políticos e a percepção de efetividade do Poder Público.
2. descrever, em linhas gerais, distorções na representação popular nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas e na Câmara Federal, associadas à legislação eleitoral, que influenciam o desenvolvimento socioeconômico e político da sociedade brasileira.

INTRODUÇÃO

O Estado: servidor de seu povo



Jefferson Rudy/Agência Senado (19/11/2015)

Figura 14.1: Índios assistem a sessão do Senado Federal (2015).

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Visitors_in_Senado_Federal_do_Brasil#/media/File:Visitas._Visitantes_\(22527929633\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/Category:Visitors_in_Senado_Federal_do_Brasil#/media/File:Visitas._Visitantes_(22527929633).jpg)

Caros alunos e alunas, ao longo das aulas anteriores, foi desenvolvido o argumento de que a sociedade brasileira, neste século, parece ter como desafio efetivar uma mudança fundamental, invertendo sua relação com o Estado. Este deve passar a ser de fato servidor daquela, servidor de seu povo.

Isto, na verdade, vem sendo desejado mesmo antes da Proclamação da República, conforme se vê na ilustração a seguir, publicada na imprensa carioca quando da edição da Lei do Sexagenário, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, em 1885:



É no entanto, bastaria um movimento de patriótica energia, bastaria só levantar-se, para ver prostrados e trêmulos todos seus algozes.

Figura 14.2: Reação Abolicionista à Lei do Sexagenário (1885): “E, no entanto, bastaria um movimento de patriótica energia, bastaria só levantar-se, para ver prostrados e trêmulos todos os seus algozes”. Adaptado de: Revista Ilustrada, n. 418, p. 4, 1885.



Rememorando rapidamente o que você viu na Aula 6, a Lei Saraiva-Cotegipe foi promulgada em 28 de setembro de 1885 e concedia alforria aos escravos com 65 anos ou mais, beneficiando ainda aos que, atingindo a idade de 60 anos, trabalhassem por mais três anos para indenizar seus senhores. Ou seja, um absurdo! A lei foi elaborada de comum acordo entre dois líderes dos partidos que dominavam a política no Império e eram rivais: o Conservador, tendo à frente o senador José Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, e o Liberal, com o senador José Antônio Saraiva. A lei fortaleceria a luta pela abolição, pois causara forte indignação entre a população, uma vez que poucos escravos chegavam aos 60 anos e os que o fizessem ainda teriam de trabalhar para indenizar seus senhores.

Não há como negar que muito já foi e continua a ser feito por várias gerações de brasileiros para uma democratização efetiva do país. Não há como não valorizar os avanços na difusão da cidadania, no respeito aos direitos civis fundamentais e políticos, na oferta de direitos sociais e coletivos e num melhor acesso à justiça.

Dispomos de legislações modernas, de padrões internacionais, e que, com o passar do tempo, vão sendo conhecidas e assimiladas pela população. Instituições públicas vêm atuando com a observância do ideal de igualdade perante à lei – sem o prejuízo do reconhecimento dos casos em que seja necessária a aplicação de medidas afirmativas e de inclusão social, a exemplo das leis de cotas para ingresso em universidades, mantidas diretamente pelo Estado.

Os agentes do Estado, portanto, não estarão fazendo nenhum favor ao cidadão, quando cumprirem com suas obrigações e seguirem as leis do país, as quais derivam da soberania e do poder popular, conforme está previsto no texto da Constituição de 1988. Em sua promulgação, a Constituição, aliás, recebeu o adjetivo de “Cidadã”, dado por uma das principais lideranças democráticas da história do país: o deputado federal Ulysses Guimarães (1916-1992), que, a propósito, presidira os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte formada no ano anterior.



Figura 14.3: Ulysses Guimarães discursa com a Constituição da República Federativa do Brasil à mão na solenidade de sua promulgação em 1988. Congresso Nacional, Brasília (DF).

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/comunicacao/institucional/noticias-institucionais/ha-25-anos-era-eleita-a-assembly-nacional-constituente>

Mas, não basta estar escrito na lei maior do país. O avanço social depende da participação da população na política.

Neste contexto, esta aula fará, em sua primeira parte, uma ponte entre questões da Geografia da População e temas políticos que vêm sendo estudados pela Geografia Eleitoral no Brasil. Entre esses temas estão a percepção do público de ocorrência de ilicitudes no funcionamento dos Poderes do Estado, a identificação da população com os partidos políticos e a sub-representação dos estados de maior população no Congresso Nacional.

Na segunda parte da aula, vamos dar ênfase a elementos presentes no debate sobre as legislações partidária e eleitoral em vigor, cujos efeitos podem estar associados ao sentimento que parece existir em grande parte da população de não estar devidamente representada nas câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional.

Aproveito esta aula para trazer ao debate a perspectiva de que, somente por meio da confiança e da participação da população na política é que a **efetivação** da democracia se construirá, produzindo efeitos positivos para a qualidade de vida de brasileiros e brasileiras.

Esse debate seguirá sempre em sua atividade docente, afinal a Geografia é uma disciplina de inequívocos conteúdos políticos e de formação de um cidadão/cidadã que pertence e participa de seu tempo e de sua sociedade de modo crítico, sem deixar de valorizar a busca pela convivência e pela tolerância.

A Geografia e seu ensino, portanto, não deixam de estar em conformidade com a Constituição de 1988, como fica claro pela leitura do artigo 206, incisos II e III:

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

Fonte: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp

Efetivação

Entende-se por efetividade a capacidade de ser eficiente e eficaz ao mesmo tempo. Eficiente é aquele que faz de modo certo as coisas. Eficaz é quem faz as coisas certas, o que de fato tem de ser feito.

Geografia da População e Geografia Eleitoral

A percepção da população quanto à política e à efetividade do Estado brasileiro

Parece haver uma confusão feita pela população em geral entre política e politicagem; entre classe dos políticos e política. Isto se reflete, diga-se de passagem, na crescente difusão de um sentimento favorável ao fim do voto obrigatório no país. O voto universal foi uma conquista histórica dos mais pobres, das mulheres, dos analfabetos, de gente que esteve excluída por muito tempo na história brasileira. Não deveria ser considerado como um ônus pelo cidadão de hoje.

A obrigatoriedade do voto universal, aliás, viera, nos anos 1930, no bojo da ascensão de Getúlio Vargas, quando se quis combater “o voto de cabresto”, que tinha o eleitor como massa de manobras, como gado marcado e preso nos currais da política e do poder das elites agrárias que dominaram a República Velha (1889-1930).



Figura 14.4: Voto de cabresto – charge de Alfredo Storni (1881-1965).

Revista Careta, n. 974, p. 14, 19/02/1927.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pasta=ano%20192&pesq=>

A essa confusão entre política e politicagem parece se somar um certo mal-estar em relação a um comportamento, talvez bem tolerante, dos agentes do Estado brasileiro quanto a casos de corrupção. Ora, não são poucos os casos de negócios escusos que, embora denunciados às autoridades e divulgados pelos meios de comunicação, não chegam às esperadas punições.

Segundo dados do Ministério da Justiça, havia em 2012 apenas 722 condenados por corrupção entre os mais de 540 mil detentos em todo o país, dos quais cerca de 30 mil respondiam por furto ou roubo a particulares. A mesma capacidade de punir, portanto, não é verificada quando o Estado trata de delitos ou crimes contra o patrimônio privado.

Registram-se, felizmente, mudanças. Tivemos um aumento de 52% do número de presos por corrupção entre 2008 e 2012, decorrentes da apuração de denúncias, especialmente, pela Polícia Federal em conjunto com os ministérios públicos estaduais e federal.

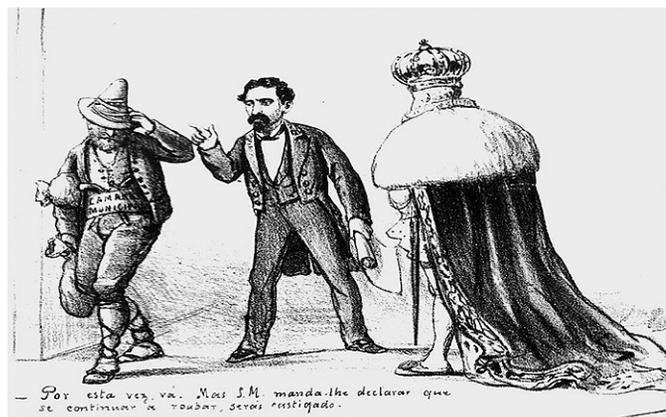


Figura 14.5: Representando a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, personagem se esquivava com sacos de dinheiro à mão, e recebe repreensão: "Por esta vez, vá. Mas, Sua Majestade manda-lhe declarar que, se continuares a roubar, serás castigado". Revista Illustrada, n. 202, p. 7, 1880.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=332747>



Figura 14.6: Promotor de Justiça acusa e pede punição exemplar: "Este homem é um criminoso da pior espécie! Teve uma vez a ousadia de ter fome e roubou um queijo! Deve ser condenado pelo menos a galés perpétuas" (arrastar ferros e correntes... na época, não havia tornozeleiras eletrônicas...). Revista *Ilustrada*, n. 202, p. 7, 1880.
Fonte: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=332747>

Desvios e corrupção nos negócios e objetivos do Estado não são, contudo, uma exclusividade do Brasil, é bem verdade. Nem são um triste privilégio desta ou daquela ideologia, deste ou daquele partido. Mas não podem ser suportados por uma população empobrecida que demanda efetividade do Poder Público. Não se deseja fazer aqui discurso moralista, afinal também há desonestidade no meio privado. O moralismo é algo que atrai a atenção do público em geral, da pessoa comum, mas pode ter resultados distantes do que deseja a mesma população, ou seja, o desenvolvimento do país com justiça social!

Na história brasileira, tivemos retrocessos na evolução da democracia justamente em conjunturas em que lideranças carismáticas se utilizaram de forte retórica moralista para a chegada ao poder, conforme ocorreu no processo político da eleição do presidente Jânio Quadros (1960/61) e da posterior deposição/golpe de seu sucessor, o presidente João Goulart, em 31 de março de 1964.



Figura 14.7: Material de propaganda da campanha de Jânio Quadros à Presidência da República: a vassourinha que limparia o Brasil da corrupção.
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imagens/imagens/santinho-de-janio-quadros-eleicoes-de-1960>

Muitos cidadãos de boa fé têm hoje uma percepção que nos parece incorreta: haveria mais corrupção no presente do que antes na história do país. É difícil medir corrupção, realmente. Mas, com certeza, o que temos hoje é maior transparência e apurações de denúncias. E isso se deve à democracia.



Quanto custaria a corrupção ao país?

De acordo com estimativa feita pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), com base em dados da ong Transparência Internacional, o custo da corrupção no Brasil estaria entre 1,38 a 2,3% do Produto Interno Bruto (PIB).

A título de ilustração, o ano de 2015 teve o seu PIB estimado pelo IBGE oficialmente em R\$ 5,904 trilhões. Portanto, os valores desviados estariam entre R\$ 81,475 bilhões e R\$ 135,792 bilhões. Para se ter uma ideia, os orçamentos dos Ministérios da Educação e da Saúde foram de cerca de R\$ 40 bilhões e R\$ 88 bilhões, respectivamente, no mesmo ano. O orçamento do estado do Rio de Janeiro, na forte crise de 2016, não chegou sequer a R\$ 62 bilhões.

Mais detalhes sobre os montantes ligados à corrupção estão no site: <http://www.fiesp.com.br/noticias/custo-da-corrupcao-no-brasil-chega-a-r-69-bi-por-ano/>.

Haveria, hoje, também, a possibilidade de maior transparência nas relações público-privado, em razão da revolução no campo das comunicações e do desenvolvimento das redes sociais. As grandes manifestações de rua ocorridas, em 2013, em várias cidades do país podem ter sinalizado essa perspectiva, conforme escreveu o jornalista Ricardo Noblat:

[...] junho de 2013 deixou os governantes perplexos com a natureza de um movimento espontâneo e refratário à participação dos partidos políticos. A princípio, o que uniu os manifestantes foi a cobrança por preços mais baratos nos transportes coletivos. Depois, tudo ou quase tudo. Educação melhor, saúde melhor, mais segurança, menos corrupção e a derrota de uma proposta de Emenda Constitucional (PEC) que limitava o poder do Ministério Público [...] Sem essa de que somos um país com complexo de vira-lata [...] (NOBLAT, 2016, p. 2).

Mas por que aquelas manifestações teriam sido refratárias à participação de partidos políticos? Eles não deveriam ter canalizado a voz dos diversos segmentos da sociedade e da opinião pública? Por que eles não conseguiram? E por que não conseguem fazê-lo? Por que eram e são vistos com desconfiança por muitos dos brasileiros e brasileiras? Pode haver democracia representativa sem partidos fortes?

E existiria algo melhor que a democracia?

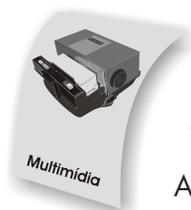


Marcelo Camargo/Agência Brasil

Figura 14.8: Grandes manifestações de 2013: avenida Paulista, São Paulo (SP) – 23 jun. 2013.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:ABr200613_MCA2268.jpg?uselang=pt-br

É consenso entre cientistas políticos que há uma crise de representatividade partidária – e não é apenas no Brasil! Mas, aqui, a questão partidária desemboca numa espécie de fosso que parece existir entre a sociedade e os canais de representação previstos no ordenamento jurídico, isto é, o Congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras de vereadores.



Manifestações de 2013: alguns de seus impactos na política brasileira

A força das grandes manifestações de 2013 pode ser medida por dois fatos: o fim da tramitação no Congresso Nacional de uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC 37) que retirava a autonomia do Ministério Público de investigar e a edição da Lei n. 12.850, de 2 de agosto daquele ano, estendendo a delação premiada a crimes de organização criminosa, ou seja, permitindo a redução de penas àqueles que colaborarem efetivamente em investigações.

Sobre as manifestações de 2013 e a conjuntura política e partidária, indicamos um vídeo com uma entrevista feita pelo canal Futura com o professor e historiador Francisco Carlos Teixeira, da UFRJ, gravado em 24 de junho de 2013, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=1iCcv2iYLwE>.

Que tal conferir?

Com a baixa representatividade dos partidos e sem a devida confiança nos canais institucionalizados, as ruas foram palco para que milhares de pessoas reivindicassem mudanças. Isto já ocorrera em outras fases da história política do país, mas a novidade em relação ao passado está no alcance das redes sociais, em sua capacidade de convocar diversos grupos da sociedade para manifestações em todas as regiões, inclusive, as mais distantes do Centro-Sul.

É uma contradição, pois, desde a redemocratização, nos anos 1980, assistimos à formação e à regularização de mais de 35 partidos. Destes, poucos são os partidos que conseguiriam ser

representativos de segmentos da população ou com identidade ideológica específica.

Candidatos trocam de legendas com certa constância e ao sabor do momento, confundindo o eleitorado. Já houve candidatos que disputassem cargos por partidos de base conservadora ou mais à direita numa ocasião e, em eleições seguintes, estivessem em legendas do campo das esquerdas. No passado, antes de 1964, sair de um partido poderia ser considerado como algo fatal para a continuidade de uma carreira política, assim como continua a ocorrer em países europeus e nos EUA.

Essa situação vem gerando questões e debates sobre o quadro partidário brasileiro atual, desde os anos 1990, tais como: A criação de muitos partidos iria contra ou a favor da democracia? Restringir a criação e o funcionamento de partidos é antidemocrático? Para continuarem a existir, os atuais partidos teriam que alcançar um desempenho mínimo em termos de percentagens de votos (por estado e no total do país)? Qual o número mínimo de eleitos a ser exigido? Que partidos poderiam receber verbas do fundo partidário e tempo de televisão e rádio a cada semestre, ano ou eleição?

Em 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou a questão e entendeu que não seriam constitucionais as barreiras previstas pela legislação que estava em vigor. Essas barreiras limitavam o funcionamento de partidos pequenos – alguns ideologicamente bem definidos e historicamente relevantes, como os partidos comunistas.

O fato é que os pequenos partidos, em geral, são disputados pelos maiores para a formação de coligações, com vistas a um maior tempo de exposição nos horários de rádio e TV. Na maior parte das vezes, essas coligações são instáveis, efêmeras e inconsistentes ideologicamente, podendo ser o resultado de acordos pessoais dos líderes partidários.

O ideal seria que a representação eleita fosse a mais próxima possível do que pretendeu a maioria dos votantes. Estes, por sua vez, deveriam ter nas ideologias e nos programas partidários o

norte para o voto. Contudo, há eleitores – e não são poucos – que conferem o voto a um candidato, por vezes, em razão de troca de pequenos favores e vantagens pessoais no período eleitoral e/ou logo depois. Isto forma, em linhas gerais, o que chamamos de clientelismo. Tem-se ainda o eleitor que escolhe os candidatos por cartazes, folhetos e “santinhos” distribuídos nas redondezas das zonas eleitorais, em dia de votação. Meses depois da eleição, não lembram em quem votaram.



- Tá procurando o que?
- Meu candidato.

Há também aquele que vota sistematicamente em branco, anula, se abstém ou mesmo escolhe candidatos caricatos – como forma, talvez inconsciente, de protesto. Já houve, aliás, eleições antes das urnas eletrônicas, em que animais receberam votações por escrito que poderiam eleger qualquer humano. Em São Paulo, o rinoceronte Cacareco, nos anos 1950. No Rio de Janeiro, houve a votação dada ao inesquecível chimpanzé Macaco Tião, do Jardim Zoológico municipal, na eleição para prefeito em 1988: 14,5% dos votos.

Mas, se um número considerável de eleitores vota dessa maneira, que tipo de fiscalização será feita sobre os eleitos? Que constrangimentos serão sentidos pelos eleitos? Provavelmente, muito poucos.

Todavia, o controle do eleitor/cidadão sobre a atuação dos eleitos para os cargos – seja do Poder Legislativo, seja do Poder Executivo – é fundamental para a elevação da qualidade da política que se faz no país. No caso dos eleitos para as casas parlamentares, eles produzirão as leis que a sociedade precisa para continuar a evoluir com justiça social e segurança jurídica.

Além disso, cabe ao mesmo Poder Legislativo fiscalizar, em nome do povo, os governantes e agentes do Poder Executivo. Infelizmente, parecem ser comuns distorções graves no relacionamento destes Poderes no país, a exemplo de casos comprovados de compra/venda de apoio/maioria parlamentar para governos municipais, estaduais e federal, na história recente do país.

A compra/venda de apoio parlamentar se soma a problemas de má gestão pública, de inversão na priorização de investimentos e de orçamentos públicos, de uso indevido de verbas, de contratação ilegal de funcionários, de irregularidades em licitações e na execução e fiscalização de obras, sem contar o endividamento excessivo do Tesouro, que pode desorganizar o funcionamento da economia do país como um todo. Tudo isso contribui para uma percepção de baixa efetividade do Poder Público.

Geografia da População e Geografia Eleitoral: pontos comuns

Em 1913, o geógrafo francês André Siegfried (1875-1959) lançou a obra intitulada *Tableau politique de la France del' Ouest sous la IIIe République*, cuja tradução livre é: *Quadro Político da França de Oeste sob a Terceira República*. É considerada como a fundação da Geografia Política na França, tendo sido influenciada epistemologicamente pela Geografia tradicional francesa e seu caráter regional.

Siegfried buscava definir temperamentos ou comportamentos de eleitores pela associação às paisagens e suas respectivas regiões. Chegava a associar tais temperamentos às formações geológicas.



Figura 14.9: André Siegfried. Foto de 1909.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Andr%C3%A9_Siegfried.jpg Autor desconhecido.

No site do Institut d'Études Politiques de Paris, tradicional instituição pública francesa de ensino superior especializada nas áreas de Ciências Humanas e Sociais e conhecida mundialmente como "SciencesPo.", André Siegfried é reconhecido como (tradução livre):

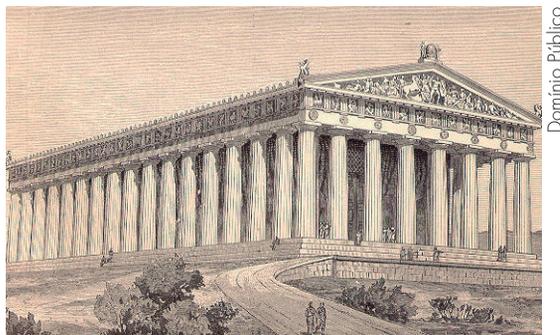
[...] o primeiro a afirmar a possibilidade de um conhecimento científico da política, o primeiro a tentar perceber o enigma do comportamento eleitoral e a definir uma linguagem de variáveis, que seriam os fatores religiosos, sociais, econômicos, históricos, suscetíveis de agir sobre o voto.

A estabilidade dos “temperamentos políticos” – mais que a indiferença política ou as flutuações de opinião – é o objeto central da investigação sobre a França d’Oeste. A dependência social faria o voto da direita; as convicções políticas, o voto de esquerda. O Tableau inaugura um século de análises eleitorais (SCOT, [2017?]).

Terron (2012), ao analisar a evolução da Geografia Eleitoral nos países europeus e nos EUA, enfatiza que, entre os anos 1940 e 1970, a evolução dos modelos matemáticos e estatísticos levaria a uma valorização de aspectos e atributos relacionados aos campos de estudos da Economia, da Sociologia e da Comunicação Social. Variáveis ligadas à Geografia Eleitoral, como teorias sobre o efeito de vizinhança e influência local e regional, perderam centralidade na agenda de pesquisa eleitoral com o fortalecimento de estudos de Sociologia Política e de Ciência Política.

A partir dos anos 1980, com o crescimento de questões relacionadas ao conceito de territorialidade e de estudos ligados à gestão de territórios, a Geografia Eleitoral retornaria a uma posição de destaque nos estudos políticos, sendo comum a produção de mapas representando diversos fatores identificados nas disputas políticas.

O fato é que não há mesmo como não conceber a política como uma atividade que não esteja ligada diretamente ao espaço e, deste, ao conceito de território. Cabe lembrar que a agregação de pessoas num mesmo espaço é a base do fenômeno urbano. E a palavra “cidade” em grego é polis. De polis, deriva a palavra “política”. Quem tem direitos de participar da política, ou dos destinos da cidade, seria, portanto, cidadão. Hoje, séculos depois, a cidadania, contudo, não se refere só aos limites urbanos: a escala é a do território nacional.



Domínio Público

Figura 14.10: Grécia: a Acrópole de Atenas. Templo do Partenon. Desenho de 1891.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:ParthenonRekonstruktion.jpg>

O efeito vizinhança, densidade demográfica e a baixa identificação partidária no Brasil

Portanto, a ponte entre a Geografia da População e a Geografia Eleitoral estaria em variáveis espaciais presentes no território e que podem interferir na decisão do eleitor. Exemplificam, entre outras variáveis: o efeito de vizinhança e acesso a equipamentos urbanos comuns; e a densidade demográfica. Castro (2005, p. 61), a propósito, analisa o efeito de vizinhança, observando que amigos e vizinhos são potenciais eleitores, ou seja, a vizinhança “faz com que o candidato obtenha mais votos no lugar de nascimento ou de residência”.

O sentimento de proteção local ou regional também marcaria o efeito de vizinhança na política, bem como a capacidade de abordar temas sensíveis a localidades ou regiões específicas. O efeito de vizinhança, portanto, estaria ainda relacionado a questões de identidade, assim como à formação de redutos eleitorais, controlados por chefes políticos, sindicatos, grupos étnicos, partidos específicos – e até mesmo cartéis criminosos.

A densidade demográfica se mostra uma variável relevante para a questão eleitoral, ao estar associada a aspectos como a intensidade/velocidade de contatos e a troca de informações entre

pessoas num dado espaço, interferindo na qualidade dos laços de vizinhança e em noções diversas de pertencimento. A utilização eleitoral do efeito de vizinhança pode ser ilustrada no país pela constância com que se encontram políticos que se apresentam ao eleitorado, fazendo referência a locais de seus bairros ou cidades: aqui se tem o “Fulano (a) do posto”, da “farmácia”, “da padaria” etc. Também há os que se apresentam com seus apelidos de infância ou com os nomes no diminutivo.



– Vote Zé da Padaria!

Castro (2005) destaca ainda que a questão do território aparece nas desigualdades entre os distritos ou zonas eleitorais. Estas desigualdades residem nas distintas extensões dos distritos, no número de cidadãos respectivamente cadastrados e nas especificidades econômicas, religiosas ou étnicas. Portanto, não seria possível encontrar uma divisão em distritos ou circunscrições eleitorais padronizada e que perfeitamente refletisse toda a complexidade da base social, demográfica e política das populações no mundo atual.

Com o tempo, a evolução da distribuição da população pelo território pode alterar o peso político das zonas e distritos eleitorais. Com efeito, surge a necessidade de ajustar a distribuição do número de representantes. Há aqueles distritos que ganharão mais cadeiras nos parlamentos pelo aumento da massa de população e de eleitores.

O fato, porém, é que esses ajustes não são automáticos, em razão, muitas vezes, do previsível enfraquecimento do poder dos distritos, que antes eram os mais densos. As reações surgem neste contexto. Isto se pode verificar nas constantes polêmicas sobre a criação de novos municípios no país.

No Rio de Janeiro, por exemplo, realizou-se um plebiscito em julho de 1988, decorrente da pressão crescente população da Barra da Tijuca por sua emancipação. O argumento era de que os impostos arrecadados no bairro já permitiriam, então, o funcionamento de uma prefeitura própria, descolando-se da dinâmica do Rio como um todo. Houve reação em todo o município do Rio, envolvendo quem não residia no bairro, afinal não parecia ser justo emancipar um bairro que havia sorvido tantos investimentos do Tesouro carioca, desde os anos 1960, para deixar de ser um vasto areal.

Dos quase 48 mil eleitores aptos a votar por terem domicílio eleitoral na Barra da Tijuca, apenas cerca de 6 mil votaram a favor e 354 foram contrários. Mas, pela legislação, eram necessários cerca de 23.980 votos a favor da criação do município da Barra da Tijuca. Ou seja, quem foi morar na Barra não quis deixar de ser carioca!

Exemplo inverso, contudo, foi o de Mesquita (RJ), que obteve sua emancipação a Nova Iguaçu (RJ), em 1999, após pelo menos três tentativas. Mesquita fora o quinto distrito de Nova Iguaçu. Crescera bastante em população e no tamanho de seu parque industrial, desde os anos 1950. Mas sua população não se sentia devidamente representada na Câmara de Vereadores, nem atendida em suas demandas por serviços públicos na proporção de sua contribuição tributária aos cofres do município.

Voltando ao efeito de vizinhança, Maya (2014) acrescenta que uma análise deste tema no Brasil deve estar associada ao clientelismo político. Como os partidos não são, na maior parte das situações, avaliados pelo eleitor por seus programas e perspectivas ideológicas, pesa o poder de influência que se constrói numa determinada área ou região, por meio de estratégias clientelistas.

No entanto, manter estratégias clientelistas é algo que requer recursos para atender às demandas locais e regionais e para o financiamento das campanhas eleitorais – que, aliás, vêm se fazendo cada vez mais caras pela evolução da mídia. Aqui, temos uma explicação (e não uma desculpa) para práticas pouco éticas, ilegalidades e corrupção por lideranças políticas. Não é à toa, portanto, que tivemos ao longo da História municípios, estados e até a União com dificuldades financeiras severas após a realização de eleições. Essas dificuldades produzem decepções na população, pois forçam a feitura de cortes em gastos com o funcionamento da máquina, deterioração do serviço público (e a população precisa deles), queda em investimentos sociais, contradizendo promessas de campanhas de melhorias diversas na educação, nos transportes públicos e na saúde, entre outras áreas.

Na verdade, essa relação entre gastos eleitorais e cofres públicos esvaziados já vem mesmo de antes da Proclamação da República, conforme se pode ver nas ilustrações a seguir, publicadas em 1889. A crítica era ao último presidente do Conselho de Ministros (o primeiro-ministro) do Império, Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), o visconde de Ouro Preto:



O Sr. de Ouro Preto teve a rara felicidade de encontrar o thezouro repleto e, vendo n'isso um grande auxilio para as suas eleições...

Figura 14.11: “O Sr. de Ouro Preto teve a rara felicidade de encontrar o tesouro repleto e, vendo nisso um grande auxílio para as suas eleições...” Revista Illustrada, n. 556, p. 5, 1889.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747x&pasta=ano%20188&pesq=>



E quando, finalmente, o thezouro estiver vazio,

Figura 14.12: O Brasil, representado pelo índio, se vê surpreendido: “E quando, finalmente, o tesouro estiver vazio...” Revista Illustrada, n. 556, p. 4, 1889.

Fonte: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=332747x&pasta=ano%20188&pesq=>

Augusto e Sene (2013) observam, porém, que o clientelismo se enfraquece quando os eleitores trabalham fora do local de residência. Além disso, o mesmo ocorre quando os eleitores apresentam um perfil de maior escolaridade, que valoriza plataformas ideológicas e partidárias. Ou seja, mais um argumento favorável a investimentos na educação!

A sub-representação dos estados mais populosos no Congresso Nacional



Mario Roberto Durán Ortiz (30/04/2006)

Figura 14.13: O Congresso Nacional: Senado Federal (à esquerda) e Câmara dos Deputados (à direita) - Brasília (DF).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/Brasília#/media/File:Congresso_Nacional,_Bras%C3%ADlia_DF,_05_2006.JPG

No Senado da República

Na evolução do sistema político brasileiro, adotamos o Estado federativo com a Proclamação da República. As antigas províncias do Império passaram a ser os atuais estados, que são representados

na República pelo Senado Federal. Não importando o tamanho de território, a força econômica, o número de eleitores registrados ou o efetivo total de sua população residente, cada um dos 26 estados e o Distrito Federal têm direito a três vagas para senadores (81 no total), conforme reza a Constituição Federal.

Em decorrência disto, o estado de menor população residente, isto é, Roraima, com 450.479 habitantes (conforme o Censo Demográfico do IBGE de 2010), tem a mesma bancada de três senadores que o estado de São Paulo, o de maior população, com 41.262.199 habitantes. Se dividirmos cada vaga de senador pelas populações dos estados em tela, veremos que, em 2010, cada cidadão de Roraima significava a fração de 0,00000221, enquanto a fração paulista era de 0,000000242. Ou seja, o paulista valeria, por este ângulo, menos que o roraimense.

A título de ilustração, nas eleições de 2010, tivemos duas vagas para o Senado em disputa em cada estado da Federação. Em Roraima, os dois eleitos alcançaram 118.481 e 110.993 votos, respectivamente. Para ser senador por São Paulo, os eleitos tiveram, cada qual, 11.189.168 e 8.314.027 votos, segundo dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No Senado, portanto, os estados de maior população, especialmente, os do Centro-Sul tiveram seus respectivos pesos políticos reduzidos, em favor dos menos populosos. Um senador de 110.000 votos em um estado tem as mesmas prerrogativas de um de 11.000.000 votos em outro.

A justificativa para isto reside na necessidade de se reduzirem os desequilíbrios de poder político, econômico e fiscal-tributário entre as unidades da Federação, mais precisamente, as grandes diferenças regionais entre o Brasil do Norte-Nordeste e o do Brasil do Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Também está implícita a estratégia de se evitar o eventual ressurgimento de posicionamentos separatistas. Vale lembrar que, na década de 1830, o país poderia ter se desintegrado territorialmente, não fosse a capacidade de centralização política e financeira que a Constituição de 1824 conferia à figura do imperador, assim como a força cultural do Rio de Janeiro como capital.

Na Câmara Federal



Waldemir Barreto/Agência Senado 2015

Figura 14.14: Plenário da Câmara dos Deputados.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_do_Congresso_\(22847648273\).jpg?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Plen%C3%A1rio_do_Congresso_(22847648273).jpg?uselang=pt-br)

Na mesma perspectiva de equilíbrio federativo, definiu-se que os estados de menores populações e contingentes de eleitores registrados não poderiam ter menos do que oito deputados nas respectivas representações na Câmara Federal. Progressivamente, o número de deputados cresce acompanhando a população dos estados mais populosos, mas sem manter a proporcionalidade devida.

Veja novamente o caso de Roraima em relação a São Paulo. Se dividirmos a população paulista pela roraimense, teremos que São Paulo apresentaria, aproximadamente 91 vezes mais habitantes. Então, se Roraima tem direito a oito deputados pela legislação, os paulistas teriam 8×91 , ou seja, 728 deputados federais. Mas, o total de vagas da Câmara para todos os estados é de 513 deputados federais. O número definido, então, como máximo, foi de 70 deputados para o estado mais populoso.

Se dividirmos as vagas respectivas de deputados federais pelas populações dos estados em tela, veremos que, em 2010, cada cidadão de Roraima significava uma fração de 0,000018, enquanto a do paulista era de 0,0000017. Ou seja, novamente o paulista valeria menos que o roraimense, sendo um sub-representado e o outro sobre-representado.

Na Figura 14.15 e na Tabela 14.1, podemos verificar quais estados estão sub ou sobre-representados, com base nos respectivos percentuais na população brasileira de 2016 (estimativas do IBGE para o início do mês de setembro) e na bancada de 513 deputados que são membros da Câmara Federal.



Acre	8	Paraíba	12
Alagoas	9	Pernambuco	25
Amazonas	8	Piauí	10
Amapá	8	Paraná	30
Bahia	39	Rio de Janeiro	46
Ceará	22	Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8	Rondônia	8
Espírito Santo	10	Roraima	8
Goiás	17	Rio Grande do Sul	31
Maranhão	18	Santa Catarina	16
Minas Gerais	53	Sergipe	8
Mato Grosso do Sul	8	São Paulo	70
Mato Grosso	8	Tocantins	8
Pará	17		

Brasil – Câmara dos Deputados.

Figura 14.15: Número de deputados federais de cada estado da Federação, segundo a legislação em vigor.

Fonte: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/quantos-sao-e-de-que-forma-e-definido-o-numero-de-deputados>

Tabela 14.1: Brasil: população absoluta e percentual dos estados brasileiros – percentual da bancada na Câmara Federal/2016

Estado	População Absoluta	Pop. Brasil (%)	Bancada Câmara Federal (%)
São Paulo	44.749.699	21,7	13,64
Minas Gerais	20.997.560	10,2	10,33
Rio de Janeiro	16.635.996	8,1	8,98
Bahia	15.276.566	7,4	7,60
Rio Grande do Sul	11.286.500	5,5	6,04
Paraná	11.242.720	5,5	5,85
Pernambuco	9.410.336	4,6	4,87
Ceará	8.963.663	4,4	4,29
Pará	8.272.724	4,0	3,31
Maranhão	6.954.036	3,4	3,51
Santa Catarina	6.910.553	3,4	3,12
Goiás	6.695.855	3,2	3,31
Amazonas	4.001.667	1,9	1,56
Paraíba	3.999.415	1,9	2,34
Espírito Santo	3.973.697	1,9	1,95
Rio Grande do Norte	3.474.998	1,7	1,56
Alagoas	3.358.963	1,6	1,75
Mato Grosso	3.305.531	1,6	1,56
Piauí	3.212.180	1,6	1,95
Distrito Federal	2.977.216	1,4	1,56
Mato Grosso do Sul	2.682.386	1,3	1,56
Sergipe	2.265.779	1,1	1,56
Rondônia	1.787.279	0,9	1,56
Tocantins	1.523.902	0,7	1,56
Acre	816.687	0,4	1,56
Amapá	782.295	0,4	1,56
Roraima	514.229	0,2	1,56
TOTAIS	206.076.432	100	100

Fonte: Adaptado de LISTA DE UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL POR POPULAÇÃO, 2018.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

Verifique as Tabelas 14.2 e 14.3, a seguir:

Tabela 14.2: Brasil – Grandes Regiões – (%) População – (%) Bancadas no Congresso Nacional. Ano de 2016.

Região	(%) População Brasil	(%) Bancada Senado	(%) Bancada Câmara Federal
NORDESTE	27,6	33,0	29,43
NORTE	8,6	26,0	12,67
SUDESTE	41,9	15,0	34,90
SUL	14,3	11,0	15,01
CENTRO-OESTE	7,6	15,0	7,99
TOTAIS	100	100	100

Fonte: Adaptado de BRASIL – CÂMARA DOS DEPUTADOS, [2018]; LISTA DE UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL POR POPULAÇÃO, 2018.

Tabela 14.3: Brasil – Grandes Regiões – (A) Montante de impostos gerados nos estados das regiões e transferidos à União – (B) Transferências de recursos da União aos estados das Regiões – (C) Diferença. Ano de 2013.

REGIÃO	(A) Transferências das Regiões à União (R\$ bilhões)	(B) Transferências da União às Regiões (R\$ bilhões)	(C) Diferença (R\$ bilhões)
NORDESTE	49,1	92,6	(-) 43,5
NORTE	16,6	33,2	(-) 16,6
SUDESTE	480,5	70,8	(+) 409,7
SUL	94,2	26,0	(+) 68,2
CENTRO-OESTE	86,5	27,7	(+) 58,8
TOTAIS	726,9	250,3	(+) 476,6

Fonte: Adaptado de NASSIF, 2013.

Geografia da População e distorções do voto proporcional no Brasil

A democracia direta

Na Grécia Antiga, questões de cada cidade-estado eram discutidas em praça pública. Os debates políticos eram realizados somente por pessoas do sexo masculino que tivessem idade adulta, não fossem escravos, nem homens livres pobres. Na democracia grega, tinha-se a participação direta dos cidadãos, mas os direitos políticos eram limitados a poucos.



Figura 14.16: Praça pública de Atenas (ruínas), 2008.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ancient_Agora_of_Athens_4.jpg?usela

A democracia direta, em assembleias à moda dos gregos antigos, tem limitações pelo fato de hoje vivermos em sociedades de massa. Mais da metade da humanidade vive em áreas urbanas, algumas das quais são grandes metrópoles ou mesmo megalópoles com milhões de habitantes. Não há como agregar tanta gente em assembleias para discussão de temas de interesse coletivo. Há ainda assuntos e questões que não são necessariamente da prática diária das pessoas. Há outros temas que apresentam características técnicas, sendo, portanto, discussões para especialistas.

Permanecem, contudo, formas de participação direta em diversas constituições, inclusive, a que está em vigor no Brasil. Os cidadãos, por exemplo, podem ser consultados pelo Poder Legislativo acerca da elaboração de leis – antes ou depois de sua aprovação. São os plebiscitos ou os referendos. Também é prevista a possibilidade de encaminhamento de projetos de lei por iniciativa popular, que têm como exemplo a Lei da Ficha Limpa.



Você conhece a Lei da Ficha Limpa?



Figura 14.17: Ilustração do TSE para a Lei da Ficha Limpa.

Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>

Trata-se de uma importante lei que foi elaborada após o envio ao Congresso Nacional de aproximadamente 1,3 milhão de assinaturas de cidadãos brasileiros. A lei visa a impedir que se candidatem a cargos eletivos pessoas que não cumpram critérios de probidade administrativa e moralidade. Nas eleições do ano de 2016, cerca de 4,8 mil dos 430 mil candidatos em todo o país estiveram passíveis de impugnação pela aplicação da Ficha Limpa.

O Tribunal Superior do Trabalho (TSE) e o Ministério Público do estado de Santa Catarina explicam os critérios, respectivamente, nos sites:

<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/lei-da-ficha-limpa-completa-quatro-anos-e-sera-aplicada-pela-primeira-vez-em-eleicoes-gerais>

<https://www.youtube.com/watch?v=YKU9d2UIRWo>

A democracia representativa

A outra forma de democracia é a indireta, ou seja, a representativa. Não quer dizer que a praça pública tenha se tornado desimportante pela sociedade no debate sobre o futuro da sociedade e sobre projetos, prioridades e novas leis. Os parlamentos, em todo mundo, não estão imunes à influência direta da força dos movimentos sociais e políticos que expressam e reivindicam nas ruas.

A democracia indireta ou moderna tem, portanto, como grande desafio desenvolver estruturas de representação dos vários segmentos da sociedade nas assembleias e nos parlamentos, de acordo com critérios que respeitem, proporcionalmente, a força política de cada um desses segmentos ou de recortes territoriais, conforme vimos acima para o Congresso Nacional brasileiro.

A questão é que nem sempre o sistema eleitoral permite que a representação efetivamente eleita reflita a proporcionalidade dos grupos que formam a sociedade. E isto pode ser feito deliberadamente para favorecer certos grupos, não raro, minoritários, o que distorce o sistema eleitoral. Com certeza, temos aqui algo que cria desafios à democratização da política, em vários países do mundo.

O fato é que a democracia representativa se desenvolveu no Ocidente nos últimos três séculos, verificando-se a conquista por grandes contingentes da população do direito a votar e a ser votado ou votada. Portanto, apesar de limitações, podemos afirmar que a cidadania foi ampliada, ao contrário do que se tinha entre os gregos antigos na democracia direta.

Neste processo, os partidos políticos vêm cumprindo a função de agregar pessoas pertencentes a grupos específicos da sociedade e lançar candidatos para disputar as cadeiras dos parlamentos e os cargos do Poder Executivo.

Vale registrar que o voto para o Legislativo e o voto para o Executivo são diferentes, no que toca a serem proporcionais ou majoritários. O voto proporcional é aquele que pertence ao partido

do candidato. O majoritário pertence ao candidato, embora este só possa concorrer se estiver registrado por um partido.

No Brasil, a legislação eleitoral em vigor define que vereadores, deputados estaduais e deputados federais sejam eleitos por votação proporcional, de acordo com a respectiva base territorial. Eles representam o povo!

Já os senadores são eleitos majoritariamente. Representam, como dissemos anteriormente, os estados, ou seja, as unidades da Federação. Os cargos para o Poder Executivo são os de prefeitos, governadores de estados e presidente da República.

No voto majoritário, os eleitos são os candidatos que tiveram as maiores votações, em relação aos seus concorrentes, independentemente do tamanho ou força política dos respectivos partidos. Isso não distorce a vontade popular, porém surgem distorções no caso das eleições de senadores no Brasil, em razão de que o número de vagas é igual, não importando as desigualdades dos estados do ponto de vista econômico e demográfico. Na verdade, como vimos anteriormente, há sobre e sub-representação provocadas também na Câmara Federal, com referência ao diferencial número de deputados por estado.

O sistema proporcional é mais complexo que o majoritário, com os partidos tendo direito a ocupar um número de vagas relacionado aos totais de votos dados diretamente a estes (voto de legenda) somados aos de todos os seus respectivos candidatos numa determinada eleição.

A bancada de um partido ou coligação de partidos numa eleição para as câmaras de deputados e de vereadores e para as assembleias legislativas será calculada pela divisão de sua votação total pelo chamado quociente eleitoral, conforme o exemplo a seguir:

Quociente eleitoral (QE) = número de votos válidos/número de vagas.

Tabela 14.4: PARTIDO/COLIGAÇÃO _Votos de candidatos + votos de legenda

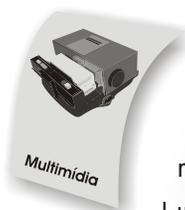
Partido A	1.900
Partido B	1.350
Partido C	650
Coligação D	2.250
Votos em branco	300
Votos nulos	150
Vagas a preencher	9
Total de Votos Válidos	6.050
QE = 6.050/9 = 672	

Adaptado de: BRASIL – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE), 2018.

Pelo exemplo, os partidos A e B e a coligação D atingiram e superaram o QE, tendo direito a preencher as vagas definidas pelo TSE, conforme a legislação determina.

O número de vagas do partido A, ou seja, o seu quociente partidário (QP), virá da divisão de seu número total de votos válidos pelo QE: 2,83. Para o partido B e para a coligação D, os QP's foram: 2,01 e 3,35, respectivamente.

Com os arredondamentos: A fez três cadeiras; B teve dois eleitos; e a coligação D elegeu três. A vaga que sobrou será destinada a um deles, segundo critérios da Justiça Eleitoral. O partido C, por sua vez, não teve direito a nenhuma cadeira, por não atingir o QE.



Os critérios da Justiça Eleitoral para 2016

O Tribunal Superior Eleitoral explicou os critérios adotados para as eleições de 2016 no site: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/saiba-como-calculer-os-quotientes-eleitoral-e-partidario-nas-eleicoes-2016>

Querendo tirar dúvidas, confira o site!

Haveria alguma distorção, aí?

Vamos a uma situação hipotética:

- no partido A, os três eleitos tiveram 1.450, 300 e 68 votos;
- no partido B, seus dois candidatos mais votados tiveram 440 e 335 votos, respectivamente;
- na coligação D, dois eleitos alcançaram 1.380 e 650 votos, sendo que o terceiro na lista dos mais votados teve apenas 140 votos e
- apenas um dos candidatos do partido C recebeu 500 do total de 650 votos.

No partido A e na coligação D, os dois candidatos mais votados eram de grande popularidade, obtendo mais que o dobro do QE, respectivamente. Poderíamos dizer que eram dois “puxadores de votos”.



Puxadores de votos – Enéas Carneiro (1938-2007)



Antonio Cruz/Agência Brasil

Figura 14.18: Enéas Carneiro (2004).

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Eneas33010.jpg?uselang=pt-br>

Os partidos brasileiros em geral valorizam personalidades capazes de atrair milhares de votos de eleitores – alguns até sem experiência política, a propósito. São

os “puxadores de votos”. Na história recente da política brasileira, merece destaque o médico Enéas Carneiro, um dos maiores “puxadores de votos”. Político conservador, Enéas foi candidato à Presidência da República em 1989, 1994 e 1998. Sabendo aproveitar-se de uma retórica própria e incomum, apesar do pouco tempo no horário eleitoral destinado ao pequeno partido que ele mesmo fundara, passou a ser conhecido em todo o país. Foi eleito deputado federal por São Paulo, em 2002, com cerca de 1,57 milhão de votos, o que permitiu levar consigo para Brasília (DF) mais cinco candidatos com inexpressivas votações, sendo um deles com apenas 275 votos! Nenhum outro “puxador de votos” o superou até o momento: nem mesmo, o cearense Francisco Everardo Oliveira e Silva, o comediante “Tiririca”, também deputado federal por São Paulo, eleito em 2010 e 2014, com mais de um milhão de votos.

No partido A, o segundo colocado nem chegou ao QE. Na coligação D, o segundo colocado se elegeu com um total pouco abaixo do QE, mas o terceiro teve apenas 10% do mesmo quociente.

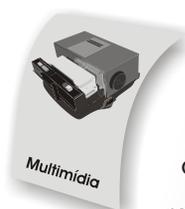
Enquanto isso, no partido B, os eleitos não ultrapassaram o QE, mas é de se supor que seus outros candidatos tivessem votações parecidas. Não havia “puxadores de votos”, e sim uma distribuição mais homogênea dos votos.

No partido C, o candidato que teve 500 votos deve ter se sentido injustiçado, pois sua votação fora maior que os totais do segundo e do terceiro candidatos de A, dos dois eleitos de B e do terceiro colocado da coligação D.

Se entendermos que o voto proporcional é conferido aos partidos, e não aos candidatos, então não haveria distorção na distribuição das cadeiras aos mais votados nos partidos A e B e na coligação D.

Porém, a eleição de candidatos de votações menores que a de outros concorrentes, em razão do cálculo do QE e do QP, provoca surpresa em muitos eleitores que desconhecem o sistema eleitoral e votam sistematicamente em pessoas, e não segundo programas partidários.

A população parece, com isso, não se ver refletida no Congresso, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.



Um exemplo real do que estamos apresentando está nas eleições para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, nas eleições de 2002, cujos resultados podem ser conferidos pelo site: <http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/resultados/depest/rj.shl>

Diante deste quadro distorcido da representação da vontade popular, especialistas em legislações eleitorais e cientistas políticos observam, além da necessidade de fortalecimento dos partidos junto ao público, uma potencial reforma no sistema de eleição de vereadores, deputados estaduais e federais, com a adoção do chamado voto distrital.

Em sua forma pura, teríamos o seguinte exemplo de voto distrital: numa eleição municipal, o território seria dividido em distritos contendo um mesmo número de votantes. Se o número de eleitores for de 600.000 no total e o número de vagas for de 30, então seriam 30 distritos com 20.000 eleitores. Cada partido apresentaria um candidato por distrito. Por voto majoritário, estaria eleito o vereador do distrito. Isso valorizaria o candidato, mas poderia não valorizar o partido.

Há outra forma de organização do voto distrital que pode valorizar também o partido: trata-se do voto distrital misto. Aqui, cada eleitor vota em dois candidatos em seu distrito. Um será por votação majoritária. O outro por votação proporcional. Neste caso, no nosso município hipotético, os distritos seriam reduzidos

Resposta comentada

a) - O sistema proporcional valoriza os partidos políticos e seus programas, o que é importante para o bom funcionamento da democracia representativa não apenas no Brasil.

- O voto proporcional pode diminuir o peso do efeito de vizinhança daqueles candidatos de expressão limitada à comunidade, ao bairro ou a um pequeno distrito.

b) - O sistema proporcional traz o risco de distorção da vontade dos eleitores, ao permitir que candidatos menos votados em um partido ou uma coligação ganhem cadeiras no parlamento, em prejuízo de concorrentes de melhores votações individuais, cujos partidos, porém, não alcançaram totais superiores ao quociente eleitoral ou que tiveram direito a um número limitado de vagas pelo quociente partidário. O eleitor, com isso, tende a não se ver devidamente representado no parlamento.

- o sistema proporcional permite a valorização pelos partidos de personalidades de apelo popular ou conhecidos pela sua atividade profissional e carisma, mesmo aqueles sem experiência política ou administrativa, produzindo a figura do “puxador de votos”. Bons “puxadores de votos” viabilizam a conquista de mais vagas para partidos maiores ou mesmo a existência de agremiações menores. Os campeões de votos “puxam” para os plenários das casas legislativas candidatos de votações inexpressivas, o que distorce a representação popular.

CONCLUSÃO

A Geografia da População e a Geografia Eleitoral têm como pontos de intersecção o efeito de vizinhança e a densidade demográfica, os quais estão associados no Brasil a práticas e estruturas políticas que levam à valorização dos candidatos, muitos dos quais de perfis clientelistas e personalistas, ao invés da identidade ideológica e programática dos partidos políticos.

A Geografia Eleitoral também está presente na Geografia Política, quando nos leva a compreender o desenvolvimento tanto de distorções na representação dos estados da Federação no Senado Federal, quanto de distorções na representação do povo nas

câmaras de vereadores, nas assembleias legislativas e na Câmara dos Deputados.

No Senado, surgem dois Brasis: o do Norte e Nordeste e o do Sul-Sudeste-Centro-Oeste. O primeiro tem menor população que o último, mas tem maiores bancadas.

Na Câmara Federal, estados menos populosos estão sobre-representados, especialmente os do Norte e Nordeste, reduzindo politicamente o peso dos estados do Sul-Sudeste-Centro-Oeste (e suas grandes áreas urbano-metropolitanas), embora estes ainda somem mais deputados.

A essas distorções na representação regional na Câmara dos Deputados devem ser acrescidas distorções decorrentes da adoção do sistema de voto proporcional no país, já que o eleitor foca o candidato e não o partido. As mesmas distorções são vistas em câmaras de vereadores e em assembleias legislativas.

Grande número de eleitos sequer alcançaram o mínimo de votos exigido no quociente eleitoral, mas se beneficiam, muitas vezes, da presença de campeões das urnas, os “puxadores de votos”. Enquanto isso, outros candidatos com expressivas votações ficam de fora, em razão de seus partidos não atingirem um quociente partidário com o direito a um ou mais eleitos.

Grandes segmentos da população, percebendo-se sub-representados, se decepcionam com a política e a negam. Desconfiam dos partidos, se abstêm, votam em branco ou anulam, sem contar os que votam em candidatos caricatos. Tratam o voto como uma obrigação. Não fiscalizam, assim, convenientemente os eleitos, sobretudo, os do Poder Legislativo – inclusive nas relações deste com o Poder Executivo.

Sem essa fiscalização do eleitor ou eleitora, criam-se as condições, lamentavelmente, para que desvios diversos, inversões de prioridades e práticas corruptas ocorram no Poder Público. Entre as inversões de prioridades está o investimento insuficiente em educação.

As ruas nos últimos anos vêm recebendo um número crescente de manifestações populares, desde 2013, o que parece indicar alterações no comportamento dos cidadãos brasileiros diante da política. O maior acesso à informação e a força de redes sociais podem estar criando soluções para a crise de sub-representatividade e para o desgaste das estruturas partidárias, e ainda contribuindo para o fim da tolerância com que o próprio Estado brasileiro, há muito, demonstra com a corrupção e com os desvios de seus agentes.

No ensino da Geografia, os debates sobre as inter-relações entre a população, sua distribuição e questões políticas podem contribuir para que tenhamos, em breve, um Estado efetivamente democrático e de direito.



Figura 14.19: Fim? Ou início? TSE – a urna eletrônica.
Fonte: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/sistemas-da-urna-eletronica-brasileira-sao-totalmente-desenvolvidos-pelo-tse>



Atividade Final

Atende aos objetivos 1 e 2

Considerando o que desenvolvemos nesta aula, redija um rápido texto com as informações contidas nas situações 1 e 2.

1. Desde a redemocratização do país, em 1985, tivemos:
 - a) 11 mandatos na Presidência da República, contando com o do presidente Tancredo Neves. Destes, nove foram de políticos com bases no Sul-Sudeste (MG, RS e SP) e dois vieram de estados nordestinos (MA e AL);
 - b) 17 mandatos de presidente do Senado Federal, dos quais: dois foram de políticos do

da população do país está no Centro-Sul. Já o Senado tende a ser presidido por representantes do Norte-Nordeste (vêm se destacando Alagoas e Maranhão, principalmente), cujas bancadas juntas somam 48 senadores contra 33 do Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Essa estrutura política federativa se justificaria pela necessidade de equilíbrio entre as regiões do país. A Presidência da República fica, portanto, numa posição política entre o Senado – que tende a bases nortistas e nordestinas – e a Câmara Federal – de liderança potencialmente do Centro-Sul. Na Câmara, a propósito, a grande maioria dos deputados não ultrapassou os quocientes eleitorais, mas teve direito às respectivas vagas pelas especificidades do sistema proporcional. Isto distorce sua representatividade e pode reduzir sua força na fiscalização do Poder Executivo, cuja presidência é eleita pelo mesmo povo, só que pelo voto majoritário.

RESUMO

1. É pela valorização da atividade política pela população, especialmente, por aqueles segmentos menos assistidos pelo Poder Público que se inverterá a relação histórica entre o Estado e a sociedade brasileira, estruturada a partir dos interesses do primeiro. A efetivação da democracia produzirá efeitos positivos para a qualidade de vida de brasileiros e brasileiras.

2. A democratização do Estado representa a edição de leis mais justas, maior controle dos recursos públicos, priorização dos projetos essenciais ao desenvolvimento social e a não tolerância com desvios e corrupção em todos os níveis da administração pública.

3. A menção à importância do combate à corrupção nesta aula não decorre de uma visão moralista. No século XX, o moralismo foi utilizado como instrumento de retórica, a favor de setores que não tinham uma concepção democrática e popular do Estado. A corrupção e a impunidade afastam contingentes numerosos de cidadãos da política, do jogo eleitoral, do debate de ideias, podendo levar ao descrédito das instituições.

4. Temos hoje, talvez, a possibilidade de desenvolver maior transparência nas relações público-privado, em razão da revolução no campo das comunicações e do desenvolvimento das redes sociais. As manifestações ocorridas em 2013 parecem indicar que a população brasileira como um todo já busca alternativas à crise de representatividade dos partidos políticos, interferindo na agenda dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

5. A crise de representatividade dos partidos não é uma exclusividade do Brasil. Em vários países, vêm ocorrendo situações semelhantes onde há a democracia do tipo representativo. Temos muitos partidos legalmente constituídos, mas são poucos os que têm programas e campos de ideias definidos e os seguem de fato. A cultura eleitoral ainda hoje apresenta a influência do personalismo e do clientelismo, o que retroalimenta toda uma série de práticas contra o patrimônio e os cofres públicos. Grande quantidade de eleitores clama, neste contexto, pelo fim da obrigatoriedade ao voto. Muitos votam em branco, anulam ou se abstêm, sem contar o voto de protesto em candidatos caricatos ou excêntricos.

6. O modo como o voto é conferido pelo eleitor interfere diretamente na qualidade da fiscalização que se fará ao candidato eleito. Essa lição tem na escola um de seus locais principais para difusão. E a Geografia, como ciência do espaço e do território, contribui para a formação do futuro eleitor, para a formação do cidadão, seguindo o que, aliás, está na Constituição Federal, no artigo 6º.

7. A Geografia Eleitoral e a Geografia da População trabalham em conjunto para explicar distorções na representatividade do povo nas casas legislativas do país. A Geografia Eleitoral trabalha fatores como o efeito de vizinhança e a densidade demográfica. No país, esses dois fatores contribuem, lamentavelmente, para a valorização de esquemas de poder clientelistas e personalistas, em detrimento da identificação do eleitor com os programas partidários. Quando a população circula pelo território, em razão de trabalho, por exemplo, a identificação com os partidos aumenta. O mesmo ocorre com os segmentos da população de maior escolaridade.

8. As distorções na representação popular no Poder Legislativo federal estão associadas ao número de senadores e de deputados federais definidos pela Constituição. Considerando a busca por equilíbrio entre estados mais ricos e mais populosos e os de menor população ou tamanho de economia, as bancadas têm três senadores cada. Na Câmara Federal, as menores bancadas têm no mínimo oito deputados, e a maior, 70 deputados. Surge daí uma situação de sub-representatividade dos estados mais ricos e populosos. Um dos resultados disso é a estruturação de dois Brasis, inclusive, em termos de transferências de recursos da União: o do Norte-Nordeste e o do Sul-Sudeste-Centro-Oeste. Aquele recebe muito mais recursos da União do que envia em forma de impostos federais. O equilíbrio federativo, portanto, é alcançado com custo maior para os estados mais populosos.

9. As distorções na representação popular nas Câmaras de vereadores e de deputados federais e nas Assembleias Legislativas decorrem da adoção do sistema proporcional, aquele em que o voto é do partido, e não do candidato. As distorções surgem porque grande número de eleitores tende a votar no candidato, desconsiderando o partido. Alguns candidatos recebem votações bastante expressivas, mas, se os seus partidos não tiverem auferido bom desempenho no total dos votos válidos, ficam de fora do parlamento. Outros candidatos, contudo, de votações reduzidas, podem ser eleitos, caso seus partidos tenham alcançado, segundo a legislação, um número de cadeiras igual ou maior que o quociente partidário.

10. Para o sistema eleitoral proporcional funcionar melhor, é preciso valorizar os partidos e, com isso, sua definição ideológica e programática. Ou então, reformar o voto no país, introduzindo, por exemplo, o voto distrital para os cargos do Poder Legislativo que representam o povo. O voto distrital tem duas modalidades possíveis: o puro ou o misto. Adotá-los depende de um apoio decidido da população a uma reforma política, o que parece distante na conjuntura destas primeiras décadas do século XXI.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, faremos a conclusão deste curso sobre a Geografia da População do Brasil, destacando alguns temas referentes à vida de milhões de brasileiros que residem em regiões urbano-metropolitanas.

Leituras recomendadas

AZAMBUJA, Darcy. Introdução à ciência política. São Paulo: Globo, 2008. 402 p.

CASTRO, INÁ E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p..

Aula

15

Geografia da População e o "espaço do cidadão": transição demográfica, transição urbana e mobilidade espacial no Brasil metropolitano

João Eduardo de Alves Pereira

Meta da aula

Facilitar a associação da expressão “o espaço do cidadão” aos conceitos de transição demográfica e transição urbana, assim como à questão da necessidade de melhorias nas condições de mobilidade espacial no Brasil metropolitano.

Objetivos

Esperamos que, ao final desta aula, você seja capaz de:

1. estabelecer a relação entre os conceitos de transição demográfica e de transição urbana no Brasil atual;
2. correlacionar a efetivação do “espaço do cidadão” com a demanda por melhorias quanto às condições de mobilidade espacial, por parte da população de áreas urbanas e regiões metropolitanas.

Pré-requisitos

“Bônus demográfico”, visto na Aula 10.

INTRODUÇÃO

Caros alunos e alunas,

Fazemos, nesta aula, o encerramento desta disciplina, em que buscamos trabalhar aspectos relevantes do complexo processo histórico, político e econômico que transformou diversas populações em portadoras de uma identidade cultural própria. Formamos um mesmo povo neste vasto território, cuja soberania, a propósito, é exercida por um Estado de origem colonial (de exploração).

Entre outras referências e autores, baseamos nossas aulas, especialmente, na contribuição teórica do professor Milton Santos acerca dos meios geográficos, ou seja, de compreensão do processo de formação/inserção do Brasil e de seu povo nos meios natural, técnico e técnico-científico informacional.

Nesta aula, nos valemos novamente da obra do professor Milton Santos com destaque para a concepção sobre o acesso ao espaço geográfico e a tudo que ele oferece e simboliza, sendo um direito de todas as pessoas. Teríamos, aqui, o denominado “espaço do cidadão”.

O “espaço do cidadão” seria algo que, no Brasil, estaria em construção, pois ainda refletiria o estado de cidadania incompleta, derivada dos processos de constituição e desenvolvimento profundamente desiguais da sociedade brasileira e de seu relacionamento com o Estado ao longo da História.

É preciso destacar que o movimento pela ampliação da cidadania se insere numa fase já bem avançada de transição demográfica, marcada, aliás, pelo chamado “bônus demográfico”, conforme trabalhamos na Aula 10.

O fato é que não teríamos alcançado, nestas primeiras décadas do século XXI, uma pirâmide etária que cada vez mais se reduz na base, se alarga no meio e se alonga no cume, sem que houvesse ocorrido uma paralela transição urbana, a partir de meados do século XX.

Na transição urbana, o país deixou de ser rural, não apenas na economia e na política, mas sobretudo em sua cultura – e isso

foi em poucas décadas! Passou a ser majoritariamente urbano e metropolitano, o que vem constituindo cada vez mais uma enorme pressão por acesso à infraestrutura, a equipamentos e a serviços públicos por grandes contingentes de brasileiros e brasileiras de todas as idades, classes sociais, portadores ou não de necessidades especiais.

No meio urbano-metropolitano, a viabilização da cidadania depende, por sua vez, da oferta de eficientes e eficazes infraestruturas de comunicações e transportes. As comunicações permitem a conectividade de cada cidadão e de sua família a redes diversas de informação com reflexos diretos em suas potencialidades frente à economia, aos movimentos culturais e políticos, ao conhecimento, à saúde, enfim, ao que a sociedade tem a oferecer no meio técnico-científico-informacional. Mas o mundo virtual (ou fictício como se diz no português de Portugal, aliás) e suas redes sociais não bastam por si só. A sociedade vive, produz, consome, circula e se distribui no espaço geográfico. E para usufruir o espaço geográfico, é preciso ter mobilidade. Aqui, chegamos às redes de transportes.

A mobilidade espacial deve permitir uma franca circulação de pessoas por cidades e regiões metropolitanas complexas, em cujos espaços se distribuem creches, escolas, universidades, hospitais, equipamentos de lazer e cultura, instituições de amparo social da sociedade civil (religiosas e/ou filantrópicas), parques públicos, entidades dos três níveis de Administração Pública (inclusive, aquelas ligadas aos serviços de segurança), organizações sindicais e uma diversidade de indústrias, empresas e negócios de diversos segmentos, porte e capacidades financeiras.

Em outras palavras, a mobilidade espacial significa o acesso físico a um espaço de possibilidades das pessoas frente a serviços prestados tanto por órgãos públicos, quanto por aqueles ofertados pelo mercado e/ou por instituições da sociedade civil sem fins lucrativos – religiosas ou não.

Significa ainda o acesso a oportunidades de crescimento pessoal e profissional, de trabalho e emprego. Sem contar as oportunidades para empreender, para transformar, por exemplo,

um pequeno negócio familiar informal, situado numa comunidade carente ou na periferia, em microempresa. Aqui, a mesma família estaria se capacitando para aproveitar potenciais nichos de mercado, não apenas nos bairros de seu entorno como na área metropolitana como um todo.

Melhorias no acesso à conectividade e à mobilidade espacial são, deste modo, fundamentais para efetivação da cidadania ou do “espaço do cidadão”, gerando renda monetária, bem-estar social e oportunidades. Ou seja, os três elementos que embasam o que o geógrafo britânico David Harvey conceituou, no livro *A justiça social e a cidade*, como “renda real”.

Nesta aula, portanto, procuraremos num texto breve apresentar os conceitos de transição demográfica e de transição urbana, destacando sua relação direta com os temas da mobilidade espacial e do “espaço do cidadão” num Brasil urbano-metropolitano.

“Espaço do cidadão”, mobilidade espacial e transição demográfica/transição urbana



Andrevrucas - Trabalho próprio pelo carregador, CC BY 3.0

Figura 15.1: Barca Rio-Niterói (2011).

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=12665662>

“Espaço do cidadão” e mobilidade espacial

Para o professor Milton Santos, a modernização do país, sua industrialização tardia e a correlata estruturação capitalista “periférica” no século XX tornaram bastante complexo o tema da cidadania integral e sua extensão a todos os brasileiros. O país continuou marcado pela persistência da injustiça e pelas desigualdades de renda e de tratamento, mesmo tendo se modernizado e atingido a condição de uma das 10 maiores economias do mundo entre 1930 e 1980.

Os vetores econômicos e sociais que foram mais fortes nesse campo de forças da política brasileira teriam deixado para um plano secundário o desenvolvimento de um modelo cívico gerador de melhores oportunidades a grandes contingentes da população brasileira. Além disso, não parecem ter buscado na cultura e na trajetória de comunidades país afora referências mais sólidas para a montagem de um modelo mais justo. Houve ainda a acentuação de desequilíbrios na distribuição demográfica pelo território, conforme nos ensina o professor Milton Santos:

[...] O equipamento do país, destinado ao escoamento fácil e mais rápido dos produtores, serviu ao modelo econômico que o gerou, para a criação do modelo territorial correspondente: grandes e brutais migrações, muito mais migrações de consumo que de trabalho, esvaziamento demográfico em inúmeras regiões, concentração da população em crescimento em algumas poucas áreas, sobretudo urbanas, com a formação de grandes metrópoles em todas as regiões e a constituição de uma verdadeira megalópole do tipo brasileiro no Sudeste (SANTOS, 2012. p. 26-27).

Em outros termos, o modelo econômico fez do Brasil um país relativamente rico no concerto das nações, mas grandes parcelas de sua população, de seu povo, permaneceram com níveis de renda bastante baixos. Contraditoriamente, este mesmo povo de baixa renda formaria um mercado consumidor potencialmente muito interessante, em termos agregados.

A renda per capita ainda está bem distante de padrões de países desenvolvidos. Mas são milhões de consumidores e suas famílias precisando suprir carências materiais diversas, como moradia, alimentação, medicamentos, vestuário, eletrodomésticos, etc. É uma população de alta propensão ao consumo individual ou familiar, dadas as suas necessidades.

Havendo a perspectiva de ingresso ou aumento de renda (por melhoria salarial dos chefes de família e/ou pela entrada de mais um de seus membros no mercado de trabalho) os brasileiros tendem a buscar os mercados de consumo, em que o crédito tem, lamentavelmente, taxas de juros que estão entre as mais elevadas do mundo.

Em virtude das limitações de renda e dos custos do crédito, as compras tendem a não ser de altos valores por pessoa ou família, porém, no conjunto, montam a volumes expressivos o suficiente para que o mercado interno brasileiro seja um dos 10 maiores da economia mundial.



Jorge Lászar.

Figura 15.2: Saara – comércio popular do Centro do Rio de Janeiro (2008).

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lascar_Saara_street_bazaar_\(4551846232\).jpg?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lascar_Saara_street_bazaar_(4551846232).jpg?uselang=pt-br)
Licenciamento de imagem sob os termos de cc-by-20.

Neste ambiente, a população recebe do mercado estímulos ao consumo de bens e serviços. Só que parece assimilar mais do que estímulos. Parece ser sensível a uma cultura de apelo consumista. Isto pode ser algo desastroso, dada a relativa desinformação do

consumidor brasileiro quanto às condições que o mercado oferece – ou praticamente impõe – no país, considerando-se a existência de monopólios e de práticas lesivas à livre-concorrência em setores importantes da economia.

Para ser um consumidor ou consumidora capaz de negociar em melhor igualdade de condições com o mercado, as pessoas precisam justamente de serviços prestados pelo Estado, a começar por uma educação para o controle de suas contas e para o conhecimento de direitos previstos na legislação de consumo. Na maior parte das vezes, a população não sabe distinguir sequer taxas de juros simples das taxas compostas, algo que consta nos currículos de matemática do Ensino Fundamental.

A condição de consumidor aqui deveria se amparar numa condição integral de cidadania, conforme podemos depreender das palavras do professor Milton Santos:

O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. Às vezes, porém, contra ele, pode-se erguer a força do consumidor. Mas, ainda aqui, é necessário que ele seja um verdadeiro cidadão para que o exercício de sua individualidade possa ter eficácia. Onde o indivíduo também é cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, por que insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há cidadão, o consumidor mais que perfeito é o nosso caso (SANTOS, 2012, p. 56).

Se os consumidores são cidadãos sem a devida capacidade de negociação, tem-se o risco de as pessoas e famílias serem iludidas por apelos consumistas, sendo uma das possíveis consequências o endividamento acima de suas capacidades de pagamento.

Vale lembrar que, quando a inadimplência atinge muitas pessoas, famílias e empresas em uma economia capitalista, a questão deixa de ser pontual e ganha contornos de crise econômica sistêmica.

No Brasil, a forte recessão nesta década de 2010 teve justamente como uma de suas causas o endividamento das famílias iniciado/estimulado ainda no ciclo de expansão iniciado em 2003 – cujo esgotamento a partir de 2009 se relacionou também aos efeitos da grande crise mundial de 2008.

O fato é que a expansão de uma cultura consumista vem ocorrendo no Brasil, em detrimento, muitas vezes, da difusão de valores humanistas. Vende-se a crença de que o acesso ao consumo de bens materiais e/ou serviços, que se apresentam como símbolos de posição social e sofisticação, possa suprir lacunas deixadas pelo/pela deficiente acesso/oferta de infraestrutura e de serviços públicos em quantidade e, sobretudo, em qualidade. Estes, sim, trariam maior dignidade a todos, especialmente, aos mais necessitados.

Para ilustrar as contradições entre ser consumidor e ter acesso a serviços e infraestrutura públicos, observa-se que, em 2015, segundo a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE, 102,1 milhões de brasileiros dispunham de acesso à internet. Porém, não havia políticas públicas que, de modo eficaz, expandissem os serviços de banda larga em capacidade, qualidade, velocidade e em valores módicos – senão, gratuitamente.

A resposta/adaptação popular a essa limitação parece ter sido a migração do microcomputador convencional para os denominados dispositivos móveis (notebooks, tablets, smartphones, celulares). Estes permitem franco deslocamento e, assim, o acesso a redes abertas em locais de trabalho, em shoppings centers, em zonas e praças digitais de algumas cidades, em escolas, universidades, etc.

Talvez, por isso, a PNAD tenha constatado a queda de 42,1% para 40,5% da taxa dos domicílios que possuem microcomputadores convencionais, entre 2014 e 2015. Especialistas observam, contudo, que a troca do microcomputador por dispositivos móveis pode significar o risco de dificuldades para baixar e visualizar arquivos com conteúdos mais complexos como gráficos e tabelas.



Figura 15.3: Microcomputador versus dispositivos móveis.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/GNOME_Desktop_icons?uselang=pt-br

Não há como negar que os dispositivos móveis, principalmente os smartphones, vêm, por seu turno, favorecendo as comunicações pessoais. Isso é muito relevante para uma população urbana e metropolitana que sofre diariamente com os constrangimentos à sua mobilidade espacial. São horas desperdiçadas diariamente em peruas ou vans, ônibus, trens, barcas, metrô.



João Eduardo de Alves Pereira. Domínio Público.

Figura 15.4: Transporte "alternativo" das vans no Rio de Janeiro (2016).

Adaptado de Gnome Desktop Icons. Licenciado sob GNU General Public License version 2.

Estes modais nem sempre são cumpridores dos horários estipulados. Seus itinerários nem sempre atendem satisfatoriamente às necessidades de seus usuários frente à evolução dos espaços urbanos. Andam superlotados nas horas do rush. Apresentam,

por vezes, tarifas caras, sem contar os riscos derivados da má conservação dos veículos, o estresse dos condutores e a exposição à violência que infelicita a todos. Não raro, os modais de transporte se mostram pouco acessíveis a pessoas portadoras de necessidades especiais ou de deficiência físico-motora, não cumprindo direitos previstos na legislação já existente.

Neste contexto, não é difícil entender o porquê de as grandes manifestações de 2013 terem tido como estopim a indignação popular com relação aos transportes públicos e à elevação das tarifas cobradas.



Gianluca Ramalho Misiti - Flickr, CC BY 2.0

Figura 15.5: Protesto do Movimento do Passe-Livre.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=26693896>

Mobilidade espacial, transição demográfica e transição urbana

Na Geografia da População, vale lembrar que a mobilidade espacial, do ponto de vista temporal, pode ser de longa duração, sazonal ou pendular. Por sua vez, do ponto de vista geográfico, pode ocorrer, grosso modo, em escalas internacionais e/ou intranacionais.

No caso dos fluxos de pessoas que se verificam no interior do território nacional, temos as: inter-regionais; intrarregionais; interestaduais; intraestaduais; intrametropolitanas ou ainda do tipo centro-periferia, quando num mesmo município.

Uma primeira transição urbana (1930-1980)

No Brasil, a mobilidade espacial vem apresentando, desde os anos 1980/1990, alterações importantes em relação a padrões que predominaram entre os anos 1930 e o final da década de 1970. Durante o período de industrialização e modernização do capitalismo brasileiro, além do forte processo de êxodo rural, tivemos a predominância de fluxos intrarregionais e interestaduais de longa duração.

Como exemplos neste período, podemos citar: a migração de gente nordestina e mesmo de estados do Sudeste para as metrópoles nacionais – Rio de Janeiro e São Paulo – e a abertura de fronteiras agrícolas no norte do Paraná (anos 1940/50) e/ou no Centro-Oeste e na Amazônia (anos 1960/1970). Houve também o crescimento exponencial das capitais dos estados e de Brasília e seu entorno.

Esse período pode ser definido como a primeira transição urbana do país, sendo seu desenvolvimento correlato às primeiras fases da transição demográfica, quando houve rápida queda da mortalidade, embora as taxas de natalidade permanecessem elevadas. Fluxos e mais fluxos de migrantes chegando, especialmente, às grandes áreas urbanas do país, ao mesmo tempo em que milhares e milhares de novos brasileiros nasciam.

Na primeira transição urbana, o que estava em jogo era chegar e estar na cidade (SILVA, 2013). Fazer parte dela e assimilar uma cultura diferente daquela existente nas áreas rurais de origem dos migrantes. No entanto, estar na cidade implicava ter localização, moradia. E o Estado, embora se propusesse a intervir e a planejar alternativas, como a dos grandes conjuntos habitacionais, não era capaz de atender de modo pleno a uma demanda muito maior no interior das cidades. Pelos mecanismos de mercado, os níveis baixos de renda eram naturalmente limitantes à oferta lucrativa de grandes volumes de unidades habitacionais. Se o Estado e/ou o mercado não atendiam à demanda, a crise habitacional foi, portanto, uma consequência “natural”, uma constante no cenário das grandes cidades brasileiras naquele período. Silva (2013) afirma que, neste

ambiente, não se teve um conflito aberto de classes em função de ter ocorrido uma diferenciação entre os migrantes: parte ficou na informalidade; parte se incorporou a segmentos mais elaborados do operariado; parte evoluiu para setores de classes médias.

O conflito de classes não ocorreu, também, em virtude de soluções informais, precárias e improvisadas que foram criadas pelas populações desassistidas para a sua localização e moradia. Uma solução acabou sendo a expansão horizontal rumo às periferias dos grandes centros ou a municípios de seus entornos. Também houve mudança de usos em áreas centrais, com a transformação de casarões semi ou não ocupados e terrenos baldios em cortiços e casas de cômodos, sem contar o crescimento (em tamanho, verticalização e em número) de áreas de favelas.

A música popular brasileira traduziu com bastante clareza aspectos dessa fase de transição urbana, por meio, por exemplo, da famosa canção do sambista paulista João Rubinato (1910-1982), mais conhecido pelo seu nome artístico, qual seja, Adoniran Barbosa:

Se o senhor não tá lembrado

Dá licença de contá

Que acá onde agora está

Esse adifício arto

Era uma casa véia

Um palacete assobradado

Foi aqui seu moço

Que eu, Mato Grosso e o Joca

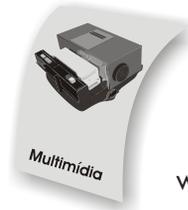
Construímos nossa maloca

Mas um dia, nós nem pode se alembrá

Veio os homis c’as ferramentas

O dono mandô derrubá [...]

(BARBOSA, 2003-2018)



Nolinka seguir, você pode ouvir a música “Saudosa maloca”, cantada por Adoniran Barbosa: <https://www.youtube.com/watch?v=801MQjNJvrg>.

À medida que foram transformados em moradores no processo de adaptação ao meio e à cultura urbana, os migrantes contribuíram, portanto, decisivamente para o crescimento dos subúrbios e a metropolização. Porém, não foram os únicos, uma vez que as próprias populações nativas das grandes cidades e capitais do país também foram impactadas pelos efeitos diferenciais de valorização dos espaços urbanos em certos bairros mais tradicionais ou adjacentes às respectivas áreas centrais.

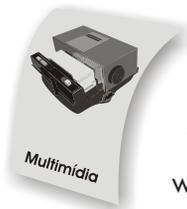
Na primeira fase da transição urbana, a questão da mobilidade, segundo Silva (2013), ficou clara na magnitude dos deslocamentos pendulares centro-periferia. Nas áreas centrais ou mais tradicionais das grandes cidades e áreas metropolitanas se situavam os empregos, o trabalho, as oportunidades diversas, os serviços públicos e as repartições em geral, os equipamentos e a infraestrutura pública, o grande comércio de varejo e atacadista, oficinas especializadas, os bancos, etc. Na periferia e nas regiões metropolitanas, tudo era novo e precário, sendo sua função principal a de moradia autoconstruída em loteamentos com deficientes infraestruturas e serviços, nem sempre regularizados.

Para ilustrar a relevância dos deslocamentos cotidianos e pendulares por grandes contingentes populares entre centro da cidade e sua região periférica e metropolitana na primeira transição urbana, trazemos a letra de uma marchinha de carnaval que foi sucesso na voz da popularíssima cantora Marlene (1922-2014), em 1953:

Quatro horas da manhã
Sai de casa o Zé Marmita
Pendurado na porta do trem
Zé Marmita vai e vem

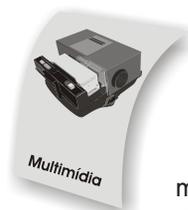
Numa lata Zé Marmita traz a boia
que ainda sobrou do jantar
Meio-dia, Zé Marmita faz o fogo
para a comida esquentar
e Zé Marmita, barriga cheia,
esquece a vida, num bate-bola de meia.

(BRASINHA; LUIZ ANTONIO, 2003-2018).



Segue agora um link com “Zé Marmita”, na voz de Marlene: <https://www.youtube.com/watch?v=EzByMMYMheU>.

Os “Zés Marmitas” do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte, etc, portanto, chacoalhavam em trens urbanos ruins que não davam vazão à exponencial demanda de passageiros. Apesar disso, eram o principal meio de transporte à época. A geografia urbana das grandes cidades brasileiras naquele período foi, deste modo, construída acompanhando-se traçados dos ramais ferroviários criados no século XIX. O transporte por bondes e por ônibus, chamados então de lotações, não competiam com o trem em volume de passageiros.

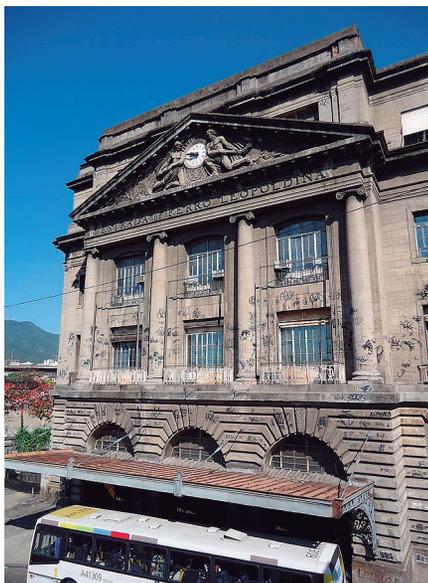


Vida carioca – Um dia na Central

Pessoal, vai aqui a indicação de um vídeo/documentário que mostra o dia a dia da população carioca usuária dos trens urbanos da Estrada de Ferro Central do Brasil no início dos anos 1950. A narrativa é interessante, pois mostra como o Estado não conseguia dar conta de ofertar os serviços de transportes ferroviários para atender ao crescimento do subúrbio e do entorno do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e de São Paulo. O vídeo da Central nos anos 1950 no Rio de Janeiro está disponível no site: <https://www.youtube.com/watch?v=gb156RbMeFw>. Vale a pena assistir!

No caso do Rio de Janeiro, as companhias de ônibus cresceriam nas décadas posteriores, após o lamentável o fim do serviço dos bondes nos anos 1960. Isto demonstrava a incapacidade do Estado em planejar de modo efetivo os serviços de transportes de massas. Afinal, os modais mais eficientes e eficazes em qualquer grande cidade do mundo são os trens, metrô, barcas e mesmo os bondes (ou sua versão moderna, os veículos leves sobre trilhos, ou VLTs).

Como uma das consequências da implantação da matriz rodoviária pelo Estado brasileiro, a partir de meados dos anos 1950, a metrópole carioca veria seu crescimento acompanhar não mais necessariamente os trilhos e ramais da Central e da Estrada de Ferro Leopoldina.



Carlos Luis M C da Cruz – CC BY-SA 3.0

Figura 15.6: Estação Leopoldina, nos dias de hoje, não faz mais serviços de passageiros.
Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=20642556>

Eixos rodoviários como a Presidente Dutra (Rio-São Paulo), a Washington Luís (Rio-Juiz de Fora-Belo Horizonte) e a Amaral Peixoto (São Gonçalo-Macaé) passaram a atrair milhares de pessoas e famílias. Estas passaram, então, à dependência dos ônibus, cujas empresas nem sempre foram devidamente fiscalizadas e cobradas pelo Poder Público quanto ao cumprimento das obrigações previstas nos contratos de concessão das linhas, assim como quanto à segurança de seus usuários, entre outros aspectos. O calvário da condução muito cheia e quase sempre deficiente passou então também aos ônibus.



Cacobianchi - Domínio público

Figura 15.7: Eixos rodoviários, como a rodovia Presidente Dutra, passariam a ser priorizados.

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=12080962>



O transporte dos cariocas – acervo Jean Manzon

Sobre a ascensão do ônibus como principal modal de transporte de passageiros urbanos/metropolitanos e as dificuldades de mobilidade do carioca ainda na década de 1950, vai aqui mais uma dica de documentário de época disponível na web, intitulado O transporte dos cariocas, de autoria do cineasta francês (radicado no Brasil) Jean Manzon (1915-1990). O Rio de Janeiro mudaria bastante desde então, mas no que toca aos ônibus ainda há aspectos que parecem os mesmos... Confira!

O acesso ao documentário está disponível no site: www.acervojeanmanzon.com.br. E você também pode assisti-lo no link: <https://www.youtube.com/watch?v=E0e8xHCE-bk>.

Cumprir lembrar que, nos anos 1970, a suburbanização também seria algo atrativo a parcelas de segmentos mais abastados da população. Não que áreas tidas como “nobres”, em termos de infraestrutura e serviços, nos núcleos ou bairros de urbanização anterior tenham deixado de atrair e manter setores de classes média e alta no Rio de Janeiro, em São Paulo ou em outra das grandes metrópoles ou cidades brasileiras.

Talvez pela influência do modelo de crescimento urbano norte-americano de suburbanização e de autoss segregação por classes médias e/ou mais abastadas, condomínios exclusivos tenham sido construídos nas periferias de grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, etc.

Aqui, o individualismo se misturou ao rodoviarismo e também ao consumismo, gerando uma demanda constante pela construção de vias de integração rápida com os demais bairros, mas deixando de lado o transporte coletivo, especialmente, os sobre trilhos. Nos engarrafamentos diários, verificam-se milhares de carros particulares com apenas o motorista. Ao lado, ônibus e vans cheios transportam a mão de obra que serve a esses novos bairros.



Eduardop

Fig. 15.8: Engarrafamento no deslocamento entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul do Rio de Janeiro (2011).

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Engarrafamento_na_Avenida_Niemeyer_\(Rio_de_Janeiro\).jpg?uselang=pt-br](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Engarrafamento_na_Avenida_Niemeyer_(Rio_de_Janeiro).jpg?uselang=pt-br)



Atende ao Objetivo 1

No futuro, quando você já estiver lecionando para alunos do Ensino Básico, letras de músicas poderão ser úteis para ilustrar os conteúdos trabalhados. Com relação a aspectos do processo de transição urbana, por exemplo, selecionamos, a seguir, trechos de letras de canções compostas por dois gigantes da música popular brasileira, quais sejam: Luiz Gonzaga e Caetano Veloso.

No Ceará não tem disso não

[...]

Nem que eu fique aqui dez anos

Eu não me acostumo não

Tudo aqui é diferente

Dos costumes do sertão

Num se pode comprar nada

Sem topar com tubarão

Vou voltar pra minha terra

No primeiro caminhão

Vocês vão me adesculpar

Mas arrepiro essa expressão:

No Ceará não tem disso não,

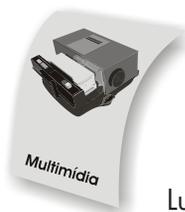
Não tem disso não, não tem disso não [...]

(GONZAGA, 2003-2018)

Resposta comentada

Foram pedidos dois aspectos, mas seguem pelo menos três que podemos encontrar nas letras das músicas apresentadas na atividade:

- A transição urbana envolve aspectos de assimilação cultural num processo em que o migrante se transforma em morador de uma localidade onde a vida é bem diferente daquela de sua origem e na qual o sonho dista bastante da realidade. Este processo é complexo e pode gerar resistências, sendo a vontade do retorno às origens uma constante.
- A questão da mobilidade espacial parece estar presente nas duas letras, tanto quando se fala em voltar à terra no primeiro caminhão, bem como na opressão nas filas, vilas, favelas.
- O caráter concentrador da renda pode ser sugerido na menção a que “não se pode comprar nada sem topar com o tubarão” ou “com a força da grana que ergue e destrói coisas belas.”



E, claro, seguem os links para as músicas vistas na atividade anterior:

Luiz Gonzaga – “No Ceará não tem disso não”:

<https://www.youtube.com/watch?v=2voUJ8CJ6Nk>

Caetano Veloso – “Sampa”:

<https://www.youtube.com/watch?v=qeDqXlkXvr4>

Uma segunda transição urbana (1980-2010)

Os anos 1980 foram marcados, entre outros aspectos, pelo esgotamento do modelo de industrialização e modernização da economia do país que tinha o Estado como a grande locomotiva de crescimento. As dificuldades financeiras do Estado brasileiro produziram não apenas taxas de inflação elevadíssimas e endividamento crescente interno e externo, mas também a ascensão do neoliberalismo como corrente de pensamento econômico predominante.

No campo da urbanização e de mobilidade espacial, o neoliberalismo contribuiu diretamente para uma redução enorme da capacidade de planejamento do Estado. Se as deficiências já eram enormes antes, com uma presença menor e mais seletiva do Poder Público, a partir de então, impôs-se uma lógica ainda mais acentuada de mercantilização da cidade e da metrópole.

Silva (2013) observa que, então, ficou clara a perspectiva de que mais do que estar era preciso saber apropriar-se da metrópole, de seus serviços, de suas oportunidades de trabalho, emprego, moradia e crescimento pessoal e familiar.

A mudança para a perspectiva de apropriação da metrópole representa uma nova fase de transição urbana, isto é, uma segunda transição urbana. Do ponto de vista demográfico, ela teria ocorrido ao mesmo tempo, em que se desaceleravam as taxas relativas de crescimento da população brasileira como um todo até chegarmos ao momento atual de “bônus demográfico”.

Fecundidade e mortalidade baixas significam dizer que os maiores níveis de crescimento populacional numa determinada localização dependerão de migrações. As migrações entre as grandes regiões do país, do Nordeste para o Sudeste, por exemplo, continuam a ocorrer, mas não possuem mais as dimensões das décadas anteriores a 1980. Há agora fluxos de migrações diversificados no interior de grandes regiões do país ou de um mesmo estado, entre cidades, inclusive, que compõem as grandes áreas metropolitanas do país.

Nas metrópoles, as periferias acompanharam a tendência nacional de redução das taxas, porém se mantiveram com níveis de crescimento mais elevados do que a dos núcleos, ou municípios mais importantes, respectivos. Com relação aos municípios do interior, aqueles de populações entre 100 mil e 500 mil habitantes e os superiores a 500 mil habitantes tiveram taxas de crescimento superiores aos das regiões metropolitanas e do país como um todo. Na Tabela 15.1, a seguir, é possível verificar os ritmos de crescimento dos municípios brasileiros para o período de 1991 a 2010.

Tabela 15.1: População por faixas de tamanho e nível de integração dos municípios (milhões de hab.) e taxas (%) de crescimento – 1991/2010

Tipo de Município	População			Distribuição(%)			Tx. Cresc.	
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991/2000	2000/2010
Metrópoles	51,3	61,2	69,2	34,9	36,1	36,3	2,00	1,23
Núcleo	31,1	34,9	38,7	21,1	20,6	20,3	1,33	1,02
Periferia	20,3	26,3	30,6	13,8	15,5	16,0	2,95	1,50
Muito Alta	12,9	16,6	18,6	8,8	9,8	9,8	2,83	1,14
Alta	4,3	5,7	7,0	2,9	3,3	3,7	3,19	2,12
Média	2,0	2,8	3,4	1,4	1,6	1,8	3,51	2,09
Baixa	0,6	0,8	0,9	0,4	0,4	0,5	2,85	1,87
Muito Baixa	0,4	0,5	0,6	0,3	0,3	0,3	1,54	2,21
Interior	96,5	108,5	121,5	65,1	63,9	63,7	1,43	1,14
> 500 mil	3,1	5,9	10,7	2,1	3,5	5,6	7,58	6,14
> 100-500 mil	21,8	5,6	29,9	14,7	15,1	15,7	1,92	1,57
> 50-100 mil	16,6	17,3	19,1	11,3	10,2	10,1	0,51	1,01
> 20-50 mil	26,4	27,0	29,7	18,0	15,9	15,6	0,28	0,94
Até 20 mil	28,0	32,7	32,5	19,0	19,2	16,8	1,74	-0,20
TOTAL	146,9	169,8	190,1	100,0	100,0	100,0	1,63	1,17

Fonte: Adaptado de SILVA, 2013, p. 55

Na Tabela 15.1, há a apresentação de outro aspecto desta segunda transição urbana: o reconhecimento de que há metrópoles com diferentes graus de integração (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa) entre os núcleos e periferias. Neste contexto,

O Brasil cresceu a uma taxa de 1,17% a. a. na primeira década deste século, as áreas metropolitanas tiveram uma taxa de crescimento de 1,23%, enquanto o interior cresceu 1,14% – ainda um pouco menor que as metrópoles. Nestas, podemos ver que há ainda muitas diferenças considerando-se os níveis de integração, pois os núcleos e os municípios muito altamente integrados à dinâmica metropolitana apresentam as menores taxas de crescimento, o que sugere uma propagação dos avanços na dinâmica demográfica, enquanto os municípios com muito baixa integração passam a apresentar as maiores taxas de crescimento no universo metropolitano.

Essas tendências coincidem também com o comportamento migratório intrametropolitano que tem sido observado nos últimos anos. Num primeiro momento, os municípios com integração muito alta atraíram mais pessoas, enquanto que esse segundo segmento formado pelos municípios com alta e média integração passaram a atrair mais pessoas com os processos de dispersão espacial e expansão urbana (ocorrido também no interior das próprias metrópoles), visto que deveriam contar também com um maior estoque de moradia e de terra do que a periferia consolidada (SILVA, 2013, p. 54-55).

Na segunda transição urbana, o ambiente metropolitano parece ter adquirido uma complexidade ainda maior, em relação à fase anterior. Parece estar mais diversificado, em razão das estratégias de localização e apropriação do espaço pelos vários atores sociais, econômicos e políticos presentes. Entre essas estratégias, podemos ter distintas lógicas de migrações, movimentos pendulares e de mobilidade espacial no interior de uma mesma metrópole.

Podemos ter, de acordo com Silva (2013), migrantes intrametropolitanos que deixaram de residir no núcleo e passaram à periferia da região metropolitana. Há os migrantes intrametropolitanos do tipo periferia-núcleo, assim como os que saíram de áreas periféricas e foram para outras periferias. Ocorrem, ainda, migrações envolvendo municípios do mesmo estado de uma região metropolitana.

O fato é que, se as periferias crescem em população, por exemplo, precisam de mais transportes ligando-as, não apenas aos núcleos da metrópole, mas também a outras periferias. Oportunidades de empregos e demais serviços coletivos ou públicos não mais estão restritas às partes centrais, embora ainda aí estejam concentradas.

Em razão da permanência dessa concentração, os movimentos pendulares entre o núcleo e a periferia continuam a ser os de maior magnitude nos espaços metropolitanos. E assim deverão ser por muito tempo ainda, considerando-se a infraestrutura já existente nos núcleos e a perspectiva de moradores de maior renda e mesmo longevidade estarem concentrados em áreas e bairros centrais ou mais tradicionais.



Longevidade, mobilidade e acessibilidade



Felipe Boeninger

Fig. 15.9: Espaço para cadeirantes em ônibus em Belo Horizonte.
Fonte: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Acessibilidade1.png?uselang=ptbr>

O tema da longevidade da população reforça, a propósito, a dramática questão da acessibilidade no Brasil. Esta não pode ser deixada em segundo plano. As cidades precisam permitir mobilidade e acessibilidade às pessoas com deficiências físicas ou portadoras de necessidades especiais. Segundo o IBGE, 14,5% da população brasileira já são portadores de alguma deficiência física. Com o envelhecimento, mais cidadãos e cidadãs demandarão o devido tratamento e o respeito aos direitos de inserção na sociedade e de mobilidade espacial. A respeito deste tema, veja o vídeo intitulado Acessibilidade e mobilidade urbana: engenharia, arquitetura e agronomia a serviço da inclusão. Foi produzido pelo Conselho Federal de Arquitetura e Engenharia (Confea), do qual também fazem parte os geógrafos. O endereço é: <https://www.youtube.com/watch?v=le15OWWkL5M>.

O fato é que a complexidade das regiões metropolitanas e as demandas diversas por mobilidade espacial, no presente, requerem soluções que reforçam o papel e a capacidade de planejamento do Poder Público, em intensa cooperação com a sociedade, incluindo-se, aí, o mercado e as organizações não governamentais.

Mudanças de cultura serão também fundamentais, levando à valorização do pedestre, dos meios não motorizados (bicicletas, por exemplo) e de transportes coletivos (de massa) em relação ao individualismo do automóvel particular – e mesmo das motocicletas. Economicidade, sustentabilidade ambiental e acessibilidade são, sem dúvida, elementos presentes num debate amplo, que deve ser proposto acerca do tema.



Fig. 15.10: Os/As brasileiros/as e suas bicicletas (2016).

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Transite_Felipe_Baenninger_Final_2.pdf?uselang=pt-br

Nisso, o ensino da Geografia não tem como não que estar presente, não é mesmo?



Saídas para a mobilidade urbana?

No vídeo produzido pelo Secovi-SP, temos um resumo de saídas ou soluções para o desafio da mobilidade urbana nas grandes cidades brasileiras na atualidade. O endereço é: <https://www.youtube.com/watch?v=XaEehbQZkQ>. Este vídeo é bastante elucidativo!

CONCLUSÃO

Os desafios no cumprimento do direito à mobilidade espacial constroem o potencial de crescimento do cidadão na fase atual do desenvolvimento econômico e social brasileiro, fase essa em que se difundem valores consumistas.

Sem a devida mobilidade espacial, reduz-se bastante a possibilidade de se aproveitar oportunidades que o complexo meio urbano-metropolitano oferece nesta segunda transição demográfica, em termos de elevação da “renda real” a grandes contingentes de brasileiros e brasileiras. Com isso, corre-se o risco de não se ampliar o “espaço do cidadão”, conforme se lê nas palavras do professor Milton Santos, a seguir:

[...] para os seus moradores menos móveis, a cidade é impalpável. Ela, porém, impõem-se como um amontoado de signos aparentemente descontraídos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor (SANTOS, 2012, p. 26-270).



Só para lembrar que “renda real”, segundo David Harvey (1980) consiste em:

- renda monetária;
- bem-estar social;
- oportunidades.



Atividade Final

Atende aos objetivos 1 e 2

Considerando as relações entre “o espaço do cidadão”, transição demográfica, transição urbana e mobilidade espacial, são feitas as afirmativas, a seguir:

I. O “espaço do cidadão” define-se como um conjunto de direitos que não podem ser estendidos aos espaços de consumo, dada a força da difusão de valores consumistas pelo modelo de crescimento econômico implantado no Brasil, a partir de meados do século XX.

II. “Renda real” é um conceito que envolve a apropriação no espaço urbano-metropolitano de renda monetária, bem-estar e oportunidades pelos cidadãos.

III. A relevância da mobilidade espacial deverá ser menor no futuro próximo, em razão de os movimentos pendulares entre centro e periferia terem sido substituídos por movimentos do tipo periferia-periferia na segunda transição urbana.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- a) () I, somente.
- b) () II, somente.
- c) () III, somente.
- d) () I e II, somente.
- e) () I e III, somente.

Resposta comentada

A letra b é correta.

As afirmativas I e III apresentam incorreções.

A afirmativa I está incorreta, ao apresentar a impossibilidade de extensão da cidadania diante de uma cultura consumista.

A afirmativa III, por sua vez, está errada, porque:

- a redução das taxas de crescimento demográfico coloca a mobilidade espacial como a maior geradora de alterações na distribuição da população;
- mesmo com a maior complexidade dos fluxos de população no interior dos espaços metropolitanos no Brasil, os movimentos entre trabalho e residência são ainda os principais fluxos cotidianos – especialmente, entre o núcleo e as periferias.

RESUMO

I. O “espaço do cidadão” é algo que, no Brasil, está em construção, pois ainda reflete o estado de cidadania incompleta, derivada dos processos de constituição e desenvolvimento profundamente desiguais da sociedade brasileira e de seu relacionamento com o Estado ao longo da História.

II. O “espaço do cidadão” tem sua efetivação limitada pela expansão de uma cultura consumista no Brasil, em detrimento, muitas vezes, da difusão de valores humanistas. Vende-se a crença de que o acesso ao consumo de bens materiais e/ou serviços, que se apresentam como símbolos de posição social e sofisticação, possa suprir lacunas deixadas pelo/a deficiente acesso/oferta de infraestrutura e de serviços públicos em quantidade e, sobretudo, em qualidade. Estes, sim, trariam maior dignidade a todos, especialmente, aos mais necessitados.

III. O movimento pela ampliação da cidadania se insere numa fase já bem avançada de transição demográfica, marcada, aliás, pelo chamado bônus demográfico.

IV. O país deixou de ser rural, não apenas na economia e na política, mas sobretudo em sua cultura. A esse processo denominamos transição urbana. No meio urbano-metropolitano, a viabilização da cidadania depende, por sua vez, da oferta de eficientes e eficazes infraestruturas de comunicações e transportes.

V. Mobilidade espacial é fundamental para efetivação da cidadania ou do “espaço do cidadão”, gerando renda monetária, bem-estar social e oportunidades. Ou seja, os três elementos que embasam o que o geógrafo britânico David Harvey conceituou, no livro “A justiça social e a cidade” (1980), como “renda real”.

VI. Não é difícil entender o porquê de as grandes manifestações de 2013 terem tido como estopim a indignação popular com relação aos transportes públicos e à elevação das tarifas cobradas.

VII. Na primeira transição urbana, o que estava em jogo era chegar e estar na cidade (SILVA, 2013). Fazer parte dela e assimilar uma cultura diferente daquela existente nas áreas rurais de origem dos migrantes. A questão da mobilidade ficou clara na magnitude dos deslocamentos pendulares centro-periferia.

VIII. A mudança para a perspectiva de apropriação da metrópole representa uma nova fase de transição urbana, isto é, uma segunda transição urbana. Do ponto de vista demográfico, ela ocorre ao mesmo tempo em que se desaceleram as taxas relativas de crescimento da população brasileira como um todo, até chegarmos ao momento atual de “bônus demográfico”.

IX. Fecundidade e mortalidade baixas significam dizer que os maiores níveis de crescimento populacional numa determinada localização dependerão de migrações. As migrações entre as grandes regiões do país, do Nordeste para o Sudeste, por exemplo, continuam a ocorrer, mas não possuem mais as dimensões das décadas anteriores a 1980. Há agora fluxos de migrações diversificados no interior de grandes regiões do país ou de um mesmo estado, entre cidades, inclusive, que compõem as grandes áreas metropolitanas do país.

X. Na segunda transição urbana, o ambiente metropolitano parece ter adquirido uma complexidade ainda maior, em relação à fase anterior. Parece estar mais diversificado, em razão das estratégias de localização e apropriação do espaço pelos vários atores sociais, econômicos e políticos presentes. Entre essas estratégias, podemos ter distintas lógicas de migrações, movimentos pendulares e de mobilidade espacial no interior de uma mesma metrópole.

XI. A complexidade das regiões metropolitanas e as demandas diversas por mobilidade espacial e acessibilidade, no presente, requerem soluções que reforçam o papel e a capacidade de planejamento do Poder Público, em intensa cooperação com a sociedade, incluindo-se, aí, o mercado e as organizações não governamentais.

Geografia da População do Brasil

Referências

Aula 9

Brasil. Atlas do Censo de 2010, Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acessível pelo site: http://biblioteca.ibge.gov.br/d_detalhes.php?id=264529

BRASIL . Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

BRASIL. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Alcance da Legislação Ambiental e Indigenista. Disponível pelo site: <http://www.alcance.cnpm.embrapa.br/conteudo/resultados.htm>

SILVA, Isabela R. N. Uma História sobre Bertha Becker. Revista Geopaisagem (on-line) ano 10, 20, julho/dezembro de 2011. Acessível pelo site: <http://www.feth.ggf.br/Becker.htm>

VALERIANO, Dalton de M. et al. Dimensões do desmatamento na Amazônia brasileira. In: George Martine, População e sustentabilidade na era das mudanças ambientais globais: contribuição para uma agenda brasileira, p. 223-238, 2012. Acessível pelo site:

http://www.dpi.inpe.br/geocxnets/wiki/lib/exe/fetch.php?media=urbis:visita-tecnica:inpe_desmatamento_abep_rio_20_mar_2012_revisado.pdf

Aula 10

Atlas do Censo Demográfico de 2010. BRASIL - IBGE. Acessível pelo site: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap9.pdf

Sinopse do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro: BRASIL - IBGE, 2011. p. 31. Acessível no site: http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1013003524D7B79E4/IBGE_CENSO2010_sinopse.pdf

Evolução Demográfica 1950-2010. BRASIL - IBGE. Acessível pelo site: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/0000000403.pdf>

Aula 11

BRASIL, IBGE. Atlas do censo demográfico de 2010. Disponível nos sites: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf e http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

Brasil. Formalização do emprego: uma abordagem regional. Brasília: Banco Central do Brasil. Boletim do Banco Central do Brasil, julho 2011, p. 91-94. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/boletimregional/port/2011/07/br201107inp.pdf>. Acesso em: 30 out. 2014.

CLAUDINO, V. Projeto de lei da terceirização esconde reforma trabalhista e sindical. Publicado em: 30 out. 2013, no site: <http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/pl-da-terceirizacao-esconde-reforma-trabalhista-e-sindical-1226.html>. Acesso em: 30 out. 2014.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012a, p. 36. Versão resumida.

_____. Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012b. Versão completa. Disponível em: <http://www.onu.org.br/oit-divulga-versao-completa-do-relatorio-sobre-trabalho-decente-no-brasil/>. Acesso em: 30 out. 2014.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Ed. Loyola, 1994.

Projeto de Lei 4193/2012 de propositura do Deputado Federal Irajá Abreu, Câmara dos Deputados: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012271&filename=PL+4193/2012

THÉRY, H. et al. Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. In: Revista Nera – ano 13, n. 17. Presidente Prudente: jul./dez. 2010, p. 7-28. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1349/1545>. Acesso em: 30 out. 2014.

ULYSSEA, G. e BARBOSA, A. L. N. de H. Um retrato de duas décadas do mercado de trabalho brasileiro utilizando a PNAD. In: Brasília: IPEA. Comunicados do IPEA, n.160, out. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/131007_comunicadoipea160.pdf. Acesso em: 30 out. 2014.

Aula 12

ARAGÃO, M. e FREITAS, A. G. B. de. Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. Conjectura, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Acessível pelo site:

<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Novo Diagnóstico de Pessoas Presas no Brasil. Acessível pelo site: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf

BRASIL - IBGE. Atlas do Censo Demográfico de 2010. Acessível pelos sites:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt2.pdf

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

- CAVALIERI FILHO, Sérgio. Sociologia Jurídica e Judiciária. São Paulo: Forense, 2013.
- CERQUEIRA, R.C. et alli. Análise dos Custos e Consequências das Violência no Brasil. Brasília (DF): IPEA, 2007. Acessível pelo site:
http://www.observatoriodeseguranca.org/files/IPEA%20-%20Custos%20da%20Viol%C3%Aancia_0.pdf
- CLAVAL, Paul: Espaço e Poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- KAWAGUTI, L. "As Seis Piores Prisões do Brasil", de Luís Kawaguti.
- BBC Brasil: Disponível no site: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140115_seis_prisoas_lk
- LEONEL, Maria Célia e SEGATTO, José Antonio. Política e violência no grande sertão de Guimarães Rosa. (IN):Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: 75-93. Disponível pelo site: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/259/255>
- RODRIGUES, A. et alli. "Unidades de Polícia Pacificadora: debates e reflexões". Comunicação do Iser Número 67, 2012. Disponível no site: <http://www.iser.org.br/website/wp-content/uploads/2013/11/Comunica%C3%A7oes-do-Iser-UPP-n.67-2012.pdf>

Aula 13

ALVES, J. E. D. e CAVENAGHI, S.

Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil. Aparte Inclusão Social em Debate. Artigo disponível pelo site: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/tendencias_demograficas_e_de_familia_24ago12.pdf

BRASIL /IBGE. Atlas do Censo Demográfico 2010, CAP. 08. Disponível pelo site:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv64529_cap8_pt1.pdf

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012. Versão Resumida. Disponível pelo site: http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/perfil_do_trabalho_decente_no_brasil.pdf

PENA, M. V. J., CORREIA, M. C. e BRONKHORST, B. van. A questão de gênero no Brasil. Brasília (DF): Banco Mundial, 2003.

WAISELFISZ, JULIO J. Mapa da Violência 2012. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. Os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo, Instituto Sangari, 2011.

Aula 14

AUGUSTO, Daniel Cirilo e SENE, Michael Wellington. Geografia eleitoral e a decisão de voto: estudo a partir da identificação partidária. In: Revista Geonorte, edição especial 3, v. 7, n. 1, p. 81-97, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/revista-geonorte/article/view/1155/1045>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL – CÂMARA DOS DEPUTADOS. Quantos são e de que forma é definido o número de deputados. Papel e história da Câmara, [2018]. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/quantos-sao-e-de-que-forma-e-definido-o-numero-de-deputados>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Lei da Ficha Limpa será aplicada nas eleições gerais pela primeira vez, 22 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Janeiro/lei-da-ficha-limpa-sera-aplicada-nas-eleicoes-gerais-pela-primeira-vez>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

..... Saiba como calcular os quocientes eleitoral e partidário nas Eleições 2016, 09 set. 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Setembro/saiba-como-calcular-os-quotientes-eleitoral-e-partidario-nas-eleicoes-2016>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

..... Sistemas da urna eletrônica brasileira são totalmente desenvolvidos pelo TSE, 07 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Julho/sistemas-da-urna-eletronica-brasileira-sao-totalmente-desenvolvidos-pelo-tse>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BRASIL – SENADO FEDERAL. Emenda Constitucional n. 91, de 18 fev. 2016. Art. 206. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_206_.asp>. Acesso em 27 mar. 2018.

CANAL FUTURA. Jornal Futura 24/06/2013 – Entrevista: manifestações populares. Youtube, 24 jun. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=1iCcv2lYLwE>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FECOMERCIO SP. Especialistas analisam o voto distrital. Youtube, 17 set. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PjPeifhS_q8>. Acesso em: 27 mar. 2018.

AGÊNCIA INDUSNET FIESP. Custo da corrupção no Brasil chega a R\$ 69 bi por ano, 07 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/custo-da-corrupcao-no-brasil-chega-a-r-69-bi-por-ano/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

LISTA DE UNIDADES FEDERATIVAS DO BRASIL POR POPULAÇÃO. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_unidades_federativas_do_Brasil_por_popula%C3%A7%C3%A3o&oldid=51592082>. Acesso em: 22 mar. 2018.

MAIA, Jayane. Geografia eleitoral e manutenção do poder: a importância das bases eleitorais para a reeleição do executivo estadual. Paraná Eleitoral. Curitiba: TRE-PR, v. 3, n. 3, p. 407-436, 2014. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/385>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MINISTERIOPUBLICOSC. Entenda a Lei da Ficha Limpa. Youtube, 18 jun. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YKU9d2UIRWo>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NASIF, Luís. A divisão dos recursos federais e a sua injusta distribuição. GGN – O jornal de todos os Brasis, 4 nov. 2013. Disponível: <http://jornalggn.com.br/fora-pauta/a-divisao-dos-recursos-federais-e-a-sua-injusta-distribuicao>. Acesso em: 11 set. 2016.

NOBLAT, R. Coluna semanal. O Globo, 20/06/2016, p. 2.

RODRIGUES, Fernando. Eleições 2002 – Resultados deputados estaduais/distritais. Política. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/resultados/depest/rj.shl>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SCOT, M. 1913: Tableau politique de la France d l'Ouest. André Sigfried. SciencesPo Stories. La frise. Disponível em: <<http://www.sciencespo.fr/stories/#!/fr/frise/2/tableau-politique-de-la-france-de-l-ouest/>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

TERRON, Sônia. Geografia eleitoral em foco. Em Debate: periódico de opinião pública e conjuntura política, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 8-18, maio 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3198>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Aula 15

BARBOSA, Adoniran. Saudosa maloca. Letras, 2003-2018. Disponível em: <<https://www.letras.com/adoniran-barbosa/43969/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

BRASINHA; LUIZ ANTONIO. Zé Marmita. Letras, 2003-2018. Disponível em: <<https://www.letras.com/marchinhas-de-carnaval/497951/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

GONZAGA, Luiz. No Ceará não tem disso não. Letras, 2003-2018. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/luiz-gonzaga/47091/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

HARVEY, DAVID. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Ed. Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: edUSP, 2012, 94 p.

SILVA, Érica T. da. Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, 288p.

VELOSO, Caetano. Sampa. Letras, 2003-2018. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/41670/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.